



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
IFCE - CAMPUS FORTALEZA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL – PROFEPT

JAILENE DE ARAÚJO MENEZES

A TESSITURA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO À
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

FORTALEZA

2023

JAILENE DE ARAÚJO MENEZES

**A TESSITURA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO À
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - *Campus* Fortaleza, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Beatriz Cordeiro Moreira.

Coorientador: Prof. Dr. Samuel Brasileiro Filho.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI
Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M541t Menezes, Jailene Araújo de.
A Tessitura Histórica da Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará
/ Jailene Araújo de Menezes. - 2023.
276 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Rede Nacional de
Educação Profissional e Tecnológica, Campus Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Heloísa Beatriz Cordeiro Moreira.

Coorientação: Prof. Dr. Samuel Brasileiro Filho.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. História da Educação. 3. Escolas Estaduais de Educação
Profissional /CE. 4. Linha do Tempo EEEPs. I. Título.

CDD 378.013

JAILENE DE ARAÚJO MENEZES

**A TESSITURA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO À
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - *Campus* Fortaleza, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em: 31/03/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Heloísa Beatriz Cordeiro Moreira (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Prof. Dr. Samuel Brasileiro Filho (Coorientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Prof. Dra. Patrícia Ribeiro Feitosa Lima
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Prof. Dra. Kaé Stoll Colvero Lemos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

A minha filha Taís Menezes e ao meu
companheiro Alexandre Freitas pelo amor,
compreensão e apoio incondicional durante a
realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pelo discernimento para enfrentar as dificuldades no decorrer do mestrado profissional.

Sou grata aos meus pais Jaime Menezes (*in memoriam*) e Imaculada Araújo, as minhas irmãs Jaileila e Jailma Araújo, ao meu irmão Jaime Filho, as minhas sobrinhas Jamile Campos e Odara Tavares e ao meu sobrinho Alber Campos por compreenderem as ausências e incentivarem o meu retorno aos estudos.

Agradeço a minha filha Taís Menezes por tornar minha trajetória no mestrado mais leve através das nossas brincadeiras e dos longos abraços repletos de amor e compreensão.

Ao meu companheiro Alexandre Freitas e a minha sogra Cristina Freitas por vivenciarem comigo essa fase de extrema dedicação aos estudos, contribuindo com a organização da nossa rotina e redobrando os cuidados com a pequena Taís.

Aos servidores da Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico, aos professores e aos gestores escolares que participaram do processo de validação do produto educacional, colaborando com sugestões relevantes para o desenvolvimento do material educativo. Sou grata as professoras Maria Alves, Socorro Santos e ao professor Felipe Aragão pelas excelentes reflexões acerca do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfET) do *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e as secretárias do curso. Em especial, agradeço à professora Dra. Heloísa Beatriz Cordeiro Moreira pela orientação com empatia e pelo excelente direcionamento acadêmico durante a realização desta pesquisa; ao professor Dr. Samuel Brasileiro Filho pelos instigantes momentos de reflexão acerca da Educação Profissional e Tecnológica; às professoras Dra. Patrícia Ribeiro e Dra. Kaé Colvero pelas valiosas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho e ao professor Dr. José Aquino pelos conselhos no decorrer da minha trajetória no mestrado profissional.

Aos colegas da turma IV do ProfEPT/IFCE, pelo aprendizado e pelos momentos de celebração a cada conquista. Em especial, agradeço às amigas Leonara Rocha, Martilla Sousa e Danyelle Teixeira pelo companheirismo no decorrer dessa jornada. Também quero agradecer aos egressos do mestrado ProfEPT/IFCE pela disponibilidade para contribuir com este trabalho.

Sou grata aos que estiveram comigo nessa jornada e que colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa. Muito obrigada!

“O real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia” (ROSA, 1994, p. 86).

RESUMO

O presente estudo aborda a construção histórica da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional a partir da trajetória das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará (EEEPs). Nessa perspectiva, buscou-se revisitar o percurso histórico da Educação Profissional no Brasil, tendo como objetivo a contextualização histórica da rede pública cearense de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, abrangendo desde 2007 com o lançamento do Programa Brasil Profissionalizado, normatizado pelo Decreto nº 6.302/2007, até 2021 com a publicação da Lei Estadual nº 17.572/2021 referente ao Programa Ceará Educa Mais. No que se refere aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Quanto ao produto educacional, foi desenvolvido um *Website* denominado Linha do Tempo das EEEPs, considerando a trajetória das Escolas Estaduais de Educação Profissional, tendo como recorte o período de 2007 a 2021. Com esse produto educacional, objetivou-se demarcar os principais acontecimentos históricos e marcos normativos; e socializar informações relevantes acerca da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implantada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional. Com a realização desta pesquisa, verificou-se que a rede de EEEPs tem o complexo desafio da efetivação da proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional perpassando pelo processo aligeirado de implantação dessa rede de escolas, o descompasso temporal do lançamento de documentos norteadores acerca dessa política educacional e a problemática referente à formação docente na Educação Profissional e Tecnológica. No decorrer da trajetória das EEEPs, abrangendo o período de 2007 a 2021, considera-se relevante olhar para o passado recente dessas escolas desde o período de implantação até os desafios impostos pela pandemia da Covid-19; avaliar o presente a partir das particularidades dessa rede robusta que beneficia uma demanda considerável de jovens cearenses e pensar no futuro dessas instituições com desafios que abrangem as ações de financiamento, formação docente, atualização de material didático-pedagógico para a formação profissional, preparação para o mundo do trabalho e (re)estruturação de espaços pedagógicos para efetivação de uma formação ampla comprometida com a emancipação social e política dos jovens cearenses.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica; História da Educação; Escolas Estaduais de Educação Profissional/CE; Linha do Tempo EEEPs.

ABSTRACT

This study addresses the historical construction of the policy of High School Integrated to Professional Education from the trajectory of the Professional Education State Schools of Ceará (EEEPs). In this perspective, we sought to revisit the historical path of Professional Education in Brazil, aiming at the historical contextualization of the public network of Integrated High School and Professional Education in Ceará, covering since 2007 with the launching of the Professionalized Brazil Program, regulated by Decree No. 6.302/2007, until 2021 with the publication of the State Law No. 17.572/2021 referring to the Program Ceará Educa Mais. As to the methodological aspects, this is a bibliographic and documental research. As for the educational product, a website called Timeline of EEEPs was developed, considering the trajectory of the State Schools of Professional Education, from 2007 to 2021. With this educational product, we aimed to mark the main historical events and regulatory milestones; and socialize relevant information about the policy of High School Integrated to Vocational Education implemented in the State Schools of Professional Education. With this research, it was verified that the EEEPs network has the complex challenge of the implementation of the proposal of Integrated High School to Professional Education through the light process of implementation of this network of schools, the time gap of the release of guiding documents about this educational policy and the problem related to teacher training in Professional and Technological Education. In the course of the EEEPs trajectory, covering the period from 2007 to 2021, it is relevant to look at the recent past of these schools from the implementation period to the challenges imposed by the Covid-19 pandemic; evaluate the present from the particularities of this robust network that benefits a considerable demand of young people from Ceará and think about the future of these institutions with challenges that cover the actions of funding, teacher training, updating of didactic and pedagogical material for vocational training, preparation for the world of work and (re)structuring of pedagogical spaces for the realization of a broad training committed to social and political emancipation of young people from Ceará.

Keywords: Professional and Technological Education; History of Education; State Schools of Professional Education/CE; EEEPs Timeline.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	—	Estrutura do Capítulo 2 – Educação Profissional no Brasil: conflitos, contradições e disputas políticas	200
Quadro 2	—	Estrutura do Capítulo 3 – Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: ampliação das Fronteiras da Formação Humana	201
Quadro 3	—	Estrutura do Capítulo 4 – Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará: antecedentes históricos e caracterização das EEEPs	203
Quadro 4	—	Estrutura do Capítulo 5 – A Trajetória das EEEPs (2007 a 2021): do Programa Brasil Profissionalizado ao Programa Ceará Educa Mais	204
Quadro 5	—	Principais Atos Normativos (EPT no Brasil)	206
Quadro 6	—	Principais Atos Normativos (Trajetória das EEEPs)	210
Quadro 7	—	Documentos Norteadores da Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Implementada nas EEEPs	211
Quadro 8	—	Etapas de Elaboração do Produto Educacional	216
Quadro 9	—	Síntese <i>Website</i> Linha do Tempo das EEEPs	218
Quadro 10	—	Linha do Tempo das EEEPs (Geral)	221
Quadro 11	—	Detalhamento por Período (LTE das EEEPs)	222
Quadro 12	—	Síntese do Processo de Aplicação do Produto Educacional	227
Quadro 13	—	Relato dos(as) Respondentes Grupo I (Sugestões, Críticas e Elogios)	238
Quadro 14	—	Relato dos(as) Respondentes Grupo II (Sugestões, Críticas e Elogios)	243

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Síntese EEEPs (2008)	125
Tabela 2 — Síntese EEEPS (2009)	130
Tabela 3 — Síntese EEEPs (2010)	134
Tabela 4 — Síntese EEEPs (2011)	141
Tabela 5 — Síntese EEEPs (2012)	145
Tabela 6 — Síntese EEEPs (2013)	150
Tabela 7 — Síntese EEEPS (2014)	152
Tabela 8 — Síntese EEEPs (2015)	160
Tabela 9 — Síntese EEEPs (2016)	163
Tabela 10 — Síntese EEEPs (2017)	166
Tabela 11 — Síntese EEEPs (2018)	170
Tabela 12 — Síntese EEEPs (2019)	182
Tabela 13 — Síntese EEEPs (2020)	188
Tabela 14 — Síntese EEEPs (2021)	194
Tabela 15 — Síntese EEEPS (2008 - 2021)	194
Tabela 16 — Perfil dos(as) Respondentes (Grupo I)	230
Tabela 17 — Síntese Validação do Produto Educacional (Grupo I)	237
Tabela 18 — Perfil dos(as) Respondentes (Grupo II)	240
Tabela 19 — Síntese Validação do Produto Educacional (Grupo II)	242
Tabela 20 — Comparativo Dimensões do Produto Educacional (Grupos I e II)	244

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Tela Inicial (<i>Website</i> Linha do Tempo das EEEPs)	219
Figura 2 — Sistemática de Desenvolvimento do Produto Educacional	220
Figura 3 — Linha do Tempo das EEEPs (Geral)	222
Figura 4 — Contextualização por Período (Recorte 2007 – 2010)	225
Figura 5 — Detalhamento por Período (LTE das EEEPs)	225
Figura 6 — Resumo da Visualização do Produto Educacional	246
Figura 7 — Visualizações por País	247

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Avaliação do <i>Layout</i>	231
Gráfico 2 — Avaliação da Atratividade	232
Gráfico 3 — Avaliação da Identificação do <i>Website</i>	232
Gráfico 4 — Avaliação da Linguagem	233
Gráfico 5 — Avaliação do <i>Website</i> para Obtenção de Informações Temáticas	233
Gráfico 6 — Avaliação da Compreensão da Temática Proposta	234
Gráfico 7 — Avaliação do Conteúdo Abordado	234
Gráfico 8 — Avaliação do <i>Website</i> e Divulgação de Informações	235
Gráfico 9 — Avaliação acerca da Mudança de Perspectiva	236
Gráfico 10 — Avaliação acerca do Incentivo à Capacidade Crítica	236

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEB	Câmara de Educação Básica
CEDET	Célula de Desenvolvimento Curricular e do Ensino Técnico
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEEST	Célula de Estágio
CEGEM	Célula de Gestão de Materiais
CENTEC	Instituto Centro de Ensino Tecnológico
CEPAE	Célula de Promoção e Acompanhamento de Estágios
CNCTC	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Conselho Pleno
COEDP	Coordenadoria de Educação Profissional
CPS	Centro Paula Souza
CPQT	Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
COVID - 19	Coronavirus Disease 2019
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
CVTEC	Centro Vocacional Técnico
DCNEB	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
DCNEPTNM	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio
EAD	Educação à Distância
EEEPs	Escolas Estaduais de Educação Profissional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional Técnica
ESP	Escola de Saúde Pública
FIC	Formação Inicial e Continuada
FTNM	Formação Técnica de Nível Médio

ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
IFPR	Instituto Federal do Paraná
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MBTI	Myers Briggs Test Identification
MEC	Ministério da Educação
MPA	Mestrado Profissional em Administração
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
PAD	Plano de Atividades Domiciliares
PBP	Programa Brasil Profissionalizado
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PLAMEG	Plano de Metas para o Estado do Ceará
PIEPT	Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica
PPA	Plano Plurianual
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROTEC	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
SECITECE	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
SEDUC CE	Secretaria da Educação Básica do Ceará
SEFOR	Superintendência das Escolas de Fortaleza
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SICE	Sistema Informatizado de Captação de Estágio
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Escolar
TCE	Termo de Compromisso de Estágio
TER	Termo de Realização de Estágio
TEO	Tecnologia Empresarial Odebrecht
TESE	Tecnologia Empresarial Socioeducacional
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFBA	Universidade Federal da Bahia

UFC	Universidade Federal do Ceará
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
1.1	Objetivos da Pesquisa	25
2	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: CONFLITOS, CONTRADIÇÕES E DISPUTAS POLÍTICAS	26
2.1	Antecedentes Históricos da Educação Profissional no Brasil	26
2.2	Decreto nº 2.208/97: a reforma educacional da desintegração	34
2.3	O Decreto nº 5.154: “restabelecimento dos princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada à educação básica”	39
3	ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: AMPLIAÇÃO DAS FRONTEIRAS DA FORMAÇÃO HUMANA	44
3.1	Formação Integrada: a historicidade do termo	45
3.2	O Trabalho como Princípio Educativo: a vinculação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia	48
3.3	Os Sentidos da Integração e a Perspectiva Histórico-Dialética da Formação Humana	51
3.4	O Programa Brasil Profissionalizado: incentivo à integração do Ensino Médio à Educação Profissional	55
4	ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO DAS EEPs	60
4.1	Antecedentes Históricos da Educação Profissional no Ceará	60
4.2	Escolas Estaduais de Educação Profissional: as especificidades de uma rede educacional	77
4.2.1	<i>O Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental de Pernambuco e o Desenho da Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas EEPs</i>	<i>78</i>
4.2.2	<i>O Modelo de Gestão das Escolas Estaduais de Educação Profissional</i>	<i>83</i>
4.2.3	<i>Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar</i>	<i>96</i>
4.2.4	<i>Plano de Curso e Elaboração de Material Didático</i>	<i>96</i>
4.2.5	<i>Infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional</i>	<i>98</i>
4.2.6	<i>Seleção de Alunos(as) das EEPs</i>	<i>101</i>

4.2.7	<i>Seleção de Professores(as) das EEEPs</i>	105
4.2.8	<i>Seleção de Diretores(as) das EEEPs</i>	107
4.2.9	<i>Funcionamento das EEEPs e Sistemas de Monitoramento</i>	108
4.2.10	<i>Recursos Financeiros</i>	110
5	A TRAJETÓRIA DAS EEEPs (2007 – 2021): DO PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO AO PROGRAMA CEARÁ EDUCA MAIS	112
5.1	Governo Cid Gomes (2007-2010) e o Processo de Implantação das EEEPs	112
5.1.1	<i>As Escolas Estaduais de Educação Profissional (2007-2010)</i>	115
5.1.1.1	<i>(Ano 2007) - Adesão ao Programa Brasil Profissionalizado</i>	115
5.1.1.2	<i>(Ano 2008.1) - Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará</i>	117
5.1.1.3	<i>(Ano 2008.2) - Centros Educacionais para a Juventude (CEJOVEM)</i>	120
5.1.1.4	<i>(Ano 2009) - Legitimação da Rede Pública Estadual de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará</i>	125
5.1.1.5	<i>(Ano 2010) - Coordenadoria de Educação Profissional no âmbito da Secretaria da Educação do Ceará</i>	130
5.2	Governo Cid Gomes (2011-2014) e a Expansão das EEEPs	134
5.2.1	<i>As Escolas Estaduais de Educação Profissional (2011-2014)</i>	138
5.2.1.1	<i>(Ano 2011) - Escolas Estaduais de Educação Profissional Padrão MEC/CE</i>	139
5.2.1.2	<i>(Ano 2012) - Programa de Estágio para Estudantes e Egressos(as) da Rede de Ensino do Ceará</i>	142
5.2.1.3	<i>(Ano 2013) – Normatização da Gratificação de Desempenho das EEEPs</i>	146
5.2.1.4	<i>(Ano 2014) – Lançamento de Documentos Orientadores das EEEPs</i>	150
5.3	Governo Camilo Santana (2015-2018) e o Processo de Consolidação das EEEPs	152
5.3.1	<i>As Escolas Estaduais de Educação Profissional (2015-2018)</i>	157
5.3.1.1	<i>(Ano 2015) – Publicação do Site da Educação Profissional</i>	157
5.3.1.2	<i>(Ano 2016) – Alterações no Programa de Estágio das EEEPs</i>	160
5.3.1.3	<i>(Ano 2017) – Sistema de Egressos e Encontro de Práticas do Programa de Estágio das EEEPs</i>	163

5.3.1.4	<i>(Ano 2018) – 10 anos de implementação da Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas EEEPs</i>	166
5.4	Governo Camilo Santana (2019-2022) e as Novas Perspectivas para as EEEPs	171
5.4.1	<i>As Escolas Estaduais de Educação Profissional (2019-2021)</i>	178
5.4.1.1	<i>(Ano 2019) – Alteração na Estrutura Organizacional da Coordenadoria de Educação Profissional</i>	179
5.4.1.2	<i>(Ano 2020) – Ensino Remoto Emergencial (Pandemia Covid-19)</i>	182
5.4.1.3	<i>(Ano 2021) – Lei Estadual Nº 17.572 (Programa Ceará Educa Mais)</i>	188
6	PERCURSO METODOLÓGICO	196
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	200
8	DESENVOLVIMENTO, APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	214
8.1	Objetivo do Produto Educacional	216
8.2	Website Linha do Tempo das EEEPs	217
8.3	Aplicação e Validação do Produto Educacional	226
8.3.1	<i>Validação do Produto Educacional (Grupos I e II)</i>	229
8.3.2	<i>Perfil dos(as) Respondentes (Grupo I)</i>	230
8.3.3	<i>Dimensões para Análise e Aplicação do Produto Educacional</i>	231
8.3.4	<i>Sugestões, Críticas e Elogios (Grupo I)</i>	238
8.3.5	<i>Validação do Produto Educacional (Grupo II)</i>	239
8.3.6	<i>Sugestões, Críticas e Elogios (Grupo II)</i>	243
8.4	Disseminação e Limitações do Produto Educacional	245
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
	REFERÊNCIAS	256
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (PARTE II)	275

1 INTRODUÇÃO

A política de Educação Profissional no Brasil é resultado de muitos conflitos, contradições e debates ao longo da história do país, sendo assim palco permanente de contendas entre as classes que disputam o poder e a direção econômica e política da sociedade, conforme Ramos (2014). Considerando o percurso da Educação Profissional no Brasil, esta pesquisa tem como temática a construção histórica da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará, implementada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará (EEEPs).

A referida política educacional foi implantada nas escolas públicas cearenses em 2008, no entanto a historicidade da Educação Profissional no Brasil remonta ao período colonial. Nesse contexto, é relevante considerar a trajetória histórica da política de Educação Profissional no Brasil e os seus desdobramentos no Estado do Ceará, mais especificamente, na política de Ensino Médio integrado à Educação profissional implementada nas EEEPs.

Para Boschi (2019) os fatos em si não constituem a História, porém são compreendidos enquanto referências que auxiliam na interpretação da realidade. Nesse sentido, o contexto, as fontes de pesquisa, o processo de problematização são relevantes para suscitar os questionamentos necessários para a compreensão da realidade. Dessa forma, analisar a trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil contribui no processo de reconhecimento de que a História está em permanente transformação, logo corrobora com a perspectiva de Le Goff (2003, p. 15) acerca da História “enquanto ciência da mutação e da explicação dessa mudança”.

Dessa forma, é importante evidenciar que a trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil tem sua origem pautada numa perspectiva assistencialista, pois objetivava acolher os desvalidos e órfãos em situação de vulnerabilidade social. A concepção assistencialista de Educação Profissional no século XIX cedeu espaço para a preparação profissional, no século XX. Nesse sentido, o aspecto dual da educação ficou evidenciado através de uma preparação escolar distinta, considerando as especificidades das classes sociais. A educação ofertada para a elite e para a classe trabalhadora tinham objetivos diferenciados, pois os primeiros tinham a oportunidade de dar continuidade aos estudos, enquanto os “desvalidos da sorte” permaneciam sendo preparados para o ingresso no mercado de trabalho.

Para Ramos (2014), essa perspectiva de profissionalização da classe trabalhadora se consolidou durante o século XX, mesmo diante de reformas e legislações educacionais, pois o ciclo de alimentação do metabolismo do capital foi mantido através de uma concepção arcaica de educação e trabalho. Nesse cenário, a classe trabalhadora é conduzida para um projeto que prioriza a inserção no mercado de trabalho em detrimento de uma formação humana pautada na construção de conhecimentos científicos e tecnológicos que objetivam a formação de dirigentes.

A política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas EEEPs configura-se enquanto uma política pública recente. Devido à complexidade dessa política educacional, muitos processos, marcos normativos e históricos que permeiam a construção histórica dessa política educacional não são plenamente conhecidos pela população cearense. Diante dessa problemática, cabe questionar: Qual o processo histórico de implementação da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará? Quais mediações históricas permeavam esse processo histórico, considerando o contexto do Brasil e os seus desdobramentos na política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará implementada nas EEEPs?

Apesar de não ser historiadora¹, sempre tive interesse pela pesquisa histórica, pois adentrar o contexto histórico possibilita uma reflexão mais aprofundada acerca das nuances do tecido político, social e econômico. Baseando-se na História, a ação humana pode ser compreendida em diversos aspectos, contribuindo assim para uma análise mais crítica da realidade. Nesse sentido, ao iniciar minhas atividades profissionais na Secretaria da Educação do Ceará, em 2011, passei por algumas funções que auxiliaram na compreensão da complexa estrutura educacional da rede de escolas públicas cearenses. E desde esse período, algumas inquietações acompanham meu percurso profissional, dentre elas: a importância de compreender a historicidade dos processos, pois cada programa, projeto, ação pedagógica, plano educacional e afins devem ser produzidos considerando a dinâmica social, econômica e histórica, porém em muitos documentos institucionais a perspectiva histórica dos processos deixa de ser evidenciada enquanto aspectos mais pontuais ganham evidência.

O contato inicial com os documentos acerca da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional durante o concurso para professor efetivo da rede pública estadual de

¹ Graduada em Letras (Português/Literaturas) pela Universidade Federal do Ceará, Especialista em Semiótica, Literatura e Áreas Afins pela Universidade Estadual do Ceará, Pós-graduada em Gestão e Coordenação Escolar pela Faculdade de Tecnologia Darcy Ribeiro com experiência profissional na rede privada de ensino de Fortaleza, de 2001 a 2012; e na rede pública de ensino do Ceará, desde 2005.

ensino do Ceará em 2010, implicou no interesse em investigar as nuances históricas envolvidas nessa política pública. A necessidade de conhecer as especificidades dessa política educacional culminou com os estudos para o mestrado ProfEPT² que possibilitou através da bibliografia para o certame de 2019, contato com a obra **História e Política da Educação Profissional**, de Marise Ramos (2014). A leitura desse livro, suscitou reflexões acerca dos processos que permeavam o contexto histórico e político da Educação Profissional no Brasil e as implicações na política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas EEEPs, no Estado do Ceará.

Conforme Ciavatta (2005, p. 2), integrar significa “tornar inteiro” e no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional busca-se enfatizar o trabalho como princípio educativo, ou seja, possibilitar aos jovens e adultos uma formação integrada com vistas à superação da histórica divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Considerando esse pressuposto, a política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará é materializada através da proposta pedagógica efetivada nas EEEPs. Nessa perspectiva, o currículo dessas escolas, foi elaborado objetivando que uma parcela dos estudantes cearenses tenha acesso a uma educação de qualidade pautada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB), que estabelecem uma composição integrando a Formação Geral Básica abrangendo as cinco áreas do conhecimento, a base técnica e a base diversificada.

Ao adotar essa proposta, o governo do Estado do Ceará excedeu a proposta do Programa Brasil Profissionalizado³, responsável pelo financiamento da rede cearense de Escolas de Educação Profissional, pois objetivava oferecer uma proposição educacional diferenciada, voltada para a preparação para o trabalho, para formação para cidadania, para o prosseguimento dos estudos e para elevação da escolaridade (CEARÁ, 2014a).

Quanto ao cenário econômico no período de implantação das EEEPs, os dados inseridos nos Indicadores Econômicos do Ceará (2010a), indicam na primeira edição que abrange o período de 2006 até 2010, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Considerando um cenário econômico promissor agregado ao Programa Brasil Profissionalizado, teve início o processo de implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará (CEARÁ, 2014a).

² Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional, da área de Ensino, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES do Ministério da Educação (BRASIL, 2017b).

³ Programa responsável pela ampliação da oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas unidades federativas do Brasil com apoio do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e do Fundo Nacional de Investimento da Educação (FNDE). (Brasil, 2007b).

A partir dessa perspectiva econômica favorável, os Centros Educacionais para a Juventude (CEJOVEM) foram criados no segundo semestre de 2008, denominados, posteriormente, de Escolas Estaduais de Educação Profissional. Essas escolas foram normatizadas pela Lei Estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial do Estado em 23 de dezembro de 2008 (CEARÁ, 2008b). No contexto inicial de implantação das EEEPs, surgiram as 25 (vinte e cinco) escolas da rede estadual com oferta de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, atendendo 20 (vinte) municípios cearenses. Conforme dados coletados no Relatório de gestão (2008-2014), produzido pela Secretaria da Educação do Ceará (Seduc-CE), na demanda inicial, foram contemplados 4.181 alunos; e ofertados 4 (quatro) cursos técnicos: Informática, Segurança do Trabalho, Enfermagem e Guia de Turismo. As EEEPs funcionam em tempo integral ofertando um currículo integrado abrangendo as bases regular, técnica e diversificada.

Após 13 (treze) anos de implementação da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará, o cenário histórico da política educacional implantada nas EEEPs sofreu alterações. Em 2021⁴, 123 (cento e vinte e três) escolas compõem a rede pública estadual de Educação Profissional no Estado do Ceará, atendendo mais de 90 municípios cearenses, com oferta de 52 cursos técnicos e mais de 54.000 estudantes matriculados, conforme dados coletados no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE Escola⁵). Nesse sentido, cabe investigar o percurso histórico dessa política educacional implantada nas EEEPs, considerando o recorte 2007 a 2021, desde o lançamento, em 2007, do Programa Brasil Profissionalizado até a Lei Estadual nº 17.572⁶ referente ao Programa Ceará Educa Mais, em 2021.

O registro da construção histórica da política pública de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará implementada nas EEEPs, contribui para uma análise do passado recente desta política educacional. Dessa forma não apenas quem está envolvido diretamente na implementação dessa política nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, mas também a população cearense, pode colaborar no processo de tomada de

⁴ Relevante mencionar que em 2022, a rede de EEEPs era composta por 131 unidades escolares com oferta de 54 cursos técnicos em 111 municípios cearenses. Em 2023 (até fevereiro), permaneceu o quantitativo de 131 unidades escolares beneficiando 111 municípios cearenses, porém com redução na oferta de cursos técnicos que passou de 54 a 52 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, conforme verificado no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE Escola). Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

⁵ <http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2021.

⁶ Baseado em 25 ações estratégicas vinculadas a oito eixos estruturantes que objetivam contribuir no processo de aprendizagem dos estudantes cearenses. Dentre os eixos, destacam-se ações voltadas ao tempo integral e a política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implantada na rede pública estadual de ensino do Ceará. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/07/22/aprendizagem-dos-estudantes-cearenses-sera-fortalecida-com-programa-ceara-educa-mais/>. Acesso em: 10 out. 2021.

decisão e na proposição de novas ações que auxiliarão no delineamento dessa política educacional.

A pesquisa está organizada em nove capítulos, sendo o primeiro referente à introdução e aos objetivos do trabalho; o segundo capítulo intitulado Educação Profissional no Brasil: conflitos, contradições e disputas políticas; o terceiro, denominado Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: ampliação das Fronteiras da Formação Humana; o quarto capítulo, intitulado Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará: antecedentes históricos e caracterização da rede de EEEPs; e o quinto, denominado Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará: a trajetória das EEEPs (2007 a 2021). Nos quatro capítulos que compõem o referencial teórico há uma breve apresentação, contendo a síntese da temática abordada, assim como os autores e as obras de referência que contribuíram na tessitura deste trabalho.

O sexto capítulo está relacionado ao percurso metodológico desenvolvido a partir das especificidades da pesquisa bibliográfica e análise documental. No sétimo capítulo tem-se os Resultados e Discussão, estruturados a partir da organização de quadros temáticos acerca dos principais atos normativos e documentos institucionais relacionados à Educação Profissional no Brasil e ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas EEEPs.

No oitavo capítulo, apresenta-se o processo de elaboração, aplicação e validação do produto educacional denominado *Website* Linha do Tempo das EEEPs, contendo a sistematização dos principais acontecimentos e atos normativos referentes à essa rede de escolas cearenses, abrangendo o período de 2007 até 2021. O nono capítulo contendo as considerações finais deste estudo, abrange os principais aspectos relacionados à política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nessa rede de escolas do Ceará, considerando o contexto nacional e as especificidades das etapas de Implantação, Expansão, Consolidação e Novas Perspectivas para as Escolas Estaduais de Educação Profissional.

1.1 Objetivos da Pesquisa

Objetivo geral

Realizar a contextualização histórica da Educação Profissional no Brasil, considerando os desdobramentos para a política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas Escolas de Educação Profissional do Estado do Ceará.

Objetivos específicos

Situar historicamente, a educação profissional no Brasil considerando aspectos socioeconômicos relacionados à perspectiva de (des)integração do Ensino Médio à Educação Profissional.

Apresentar a conceituação de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional abrangendo os aspectos históricos referentes ao termo formação integrada, além dos fatores estruturantes da indissociabilidade entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia para uma formação ampla com base no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico.

Sistematizar os principais acontecimentos relacionados à política educacional de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará implementada nas EEEPs a partir dos registros bibliográficos e documentais acerca dessa política pública.

Elaborar um produto educacional em formato virtual a partir de uma linha do tempo constituída pelos acontecimentos históricos e marcos normativos da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará implantada na EEEPs, abrangendo o período de 2007 até 2021.

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: CONFLITOS, CONTRADIÇÕES E DISPUTAS POLÍTICAS

Este capítulo versa sobre o histórico da Educação Profissional no Brasil, desde a criação do colégio de Fábricas, em 1809 até a promulgação do Decreto nº 2.154/2004 que “restabeleceu os princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada com a educação básica”.

Este estudo foi realizado prioritariamente a partir das obras **O Ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**, de Luiz Antônio Cunha (2000), **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**, de Luiz Antônio Cunha (2005), **História e Política da Educação Profissional no Brasil**, de Marise Ramos (2014), e **Educação Profissional brasileira: da Colônia ao PNE 2014- 2024** (2016), das autoras Vanessa Guerra Caires e Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira. O presente capítulo foi dividido em três subcapítulos, sendo o primeiro referente aos antecedentes históricos da Educação Profissional no Brasil, o segundo acerca do Decreto nº 2.208/1997 e a terceiro sobre o Decreto nº 2.154/2004.

Pretende-se com esta pesquisa compreender a historicidade da política de Educação Profissional no Brasil, identificando os aspectos que evidenciam a (des)integração entre Ensino Médio e Educação Profissional num cenário repleto de contradições e disputas políticas que revelam o contexto de agendas governamentais e interesses econômicos voltados a atender os anseios de uma demanda mercadológica.

Também neste estudo, abordaram-se os marcos normativos relativos à política de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil citando os principais atos normativos que subsidiam essa política educacional como Leis, Resoluções, Diretrizes, Pareceres e outros aparatos documentais que possibilitaram compreender o processo de implementação dessa política educacional. Considerando os pressupostos teóricos e documentais, buscou-se identificar os aspectos que compõem os traços constituintes dessa política pública.

2.1 Antecedentes Históricos da Educação Profissional no Brasil

A Educação Profissional no Brasil ao longo de vários períodos históricos passou por transformações quanto aos seus objetivos. Inicialmente, voltado para uma perspectiva assistencialista e depois focado nas demandas dos setores produtivos, a Educação Profissional brasileira foi sendo moldada às necessidades do mercado. No intuito de compreender essa trajetória, é relevante considerar o percurso histórico do século XVIII, com a expulsão dos

jesuítas e a reestruturação no sistema escolar brasileiro. Esse fato aliado a vinda de D. João VI com a família real para o Brasil, no início do século XIX, fomentou transformações no cenário econômico, cultural, histórico, político, social e educacional em nosso país, conforme Caires e Oliveira (2016).

Para Vieira e Farias (2003), devido a alteração do status de colônia para Reino Unido a Portugal e Algarves, o Brasil passou a ser visto sob outra perspectiva. Sendo desse período, as Bibliotecas pública e nacional, a imprensa Régia, além dos cursos superiores. Nesse cenário de desenvolvimento a partir da vinda da família portuguesa, foi instalado o Colégio das Fábricas, regulamentado a partir do Decreto de 23 de março de 1809 e nesse sentido, foram retomadas as atividades industriais, possibilitando uma nova perspectiva para o setor profissional. O principal objetivo do Colégio das Fábricas estava vinculado a uma perspectiva assistencialista, pois ao retirar da convivência social os “desvalidos da sorte” atendia as necessidades dos setores produtivos manufatureiros que estavam se estabelecendo no Brasil. De acordo com Cunha (2000, p. 45), mesmo não sendo a experiência pioneira de educação profissional no Brasil, o Colégio das Fábricas tornou-se uma escola de referência para estabelecimentos com objetivos similares, agregando, inicialmente o ensino de ofícios e posteriormente o ensino das “primeiras letras” e em seguida “todo o ensino primário”. Essa experiência educacional abriu caminhos para a implementação da Escola de Aprendizes Artífices, no início do século XX.

Com a fundação das Escolas de Aprendizes Artífices voltadas para o ensino profissional, primário e gratuito, no governo de Nilo Peçanha, em 1909, a partir do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro, ocorreu uma mudança na Educação Profissional no Brasil. Essa rede de escolas era composta por 19 instituições, tendo sido implantadas uma unidade escolar em cada estado da federação, conforme Cunha (2000). Nesse período as Escolas de Aprendizes Artífices estavam mais vinculadas à preparação para o exercício profissional devido às demandas mercadológicas referentes aos setores da indústria e da agricultura. Dessa forma, Cunha (2000) atenta que no início do século XX, o processo desordenado da industrialização no Brasil e o crescimento do movimento grevista deflagrado pela classe trabalhadora, evidenciou o ensino profissional como uma alternativa para moldar o operariado para o convívio em sociedade conforme os ditames das classes dirigentes.

Nas décadas de 1930 e 1940, marcadas por mudanças importantes nas áreas da educação, política e economia, destaca-se a reforma educacional efetivada por Francisco Campos, em 1931, legitimada na constituição de 1937. A referida reforma foi marcada por uma “uma política educacional autoritária, que teve, então, no fascismo italiano uma fonte

fértil de inspiração”, de acordo com Cunha (2005, p. 20). Nesse sentido, a reforma Francisco Campos oficializou a criação de dois sistemas educacionais, sendo um voltado para atender as classes mais abastadas e outro direcionado à classe trabalhadora, evidenciando assim uma dualidade estrutural a partir dos objetivos educacionais direcionados à divisão de classes sociais, pois:

[...] no momento em que a ideologia do desenvolvimento começava a ocupar espaço na vida econômica e política do país, sequer houve qualquer preocupação consistente com o ensino técnico, científico e profissional, oficializando-se o dualismo configurado por um segmento enciclopédico e preparatório para o ensino superior e outro profissional independente e restrito em termos da configuração produtiva e ocupacional. (RAMOS, 2014, p. 25 - 26).

A estruturação do ensino pré-vocacional voltado para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, teve indícios na constituição de 1937, a primeira a tratar do ensino técnico, profissional e industrial, ao determinar que esse ensino é o primeiro dever do Estado. Relevante mencionar que em 1937, ocorreu a transformação das Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais, voltados especificamente para a formação profissional.

Dessa forma, era de responsabilidade do Estado a fundação de institutos de ensino profissional e o financiamento dessas instituições nas esferas estadual, municipal e privada. Conforme Ramos (2014), na constituição de 1937, havia o privilégio ao ensino superior em detrimento do ensino profissional, mantendo assim a dualidade estrutural entre trabalho manual e trabalho intelectual, ou seja, a classe aristocrática com a possibilidade de continuidade dos estudos e a classe operária direcionada ao trabalho produtivo, conforme evidenciado no artigo 129 da constituição de 1937:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937).

Cabe evidenciar que em 1931 foi criada a Inspetoria do Ensino Profissional e Técnico, sendo em 1934, denominada de Superintendência do Ensino Industrial através do Decreto nº 24.558, de 03 de julho de 1934, subordinada “ao respectivo Ministro, que terá a seu cargo a direção superior das escolas federais de ensino industrial, bem como os serviços

de fiscalização dos estabelecimentos congêneres que pretendam gozar das prerrogativas do reconhecimento oficial” (BRASIL, 1934).

Cunha (2005, p. 27) destaca que o Estado Novo (1937-1945) assumiu a “Industrialização como meta”, sendo um indicativo da “sua preocupação com a qualificação da força de trabalho”, evidenciada na Constituição de 1937. Nesse sentido, a juventude estava sendo preparada para cumprir com os “seus deveres para com a economia e a defesa da nação” (BRASIL, 1937). Nessa perspectiva, a reforma Capanema, de 1942, mesmo sendo considerada um marco na política educacional brasileira, manteve a concepção da dualidade estrutural. Ao possibilitar a partir das leis orgânicas a normatização do ensino normal e do ensino profissional e a sua vinculação aos setores econômicos, não garantiu a dependência estrutural entre esses segmentos, pois:

[...]o conjunto de leis orgânicas que regulamentou o ensino profissional nos diversos ramos da economia, bem como o ensino normal, significou um importante marco na política educacional do Estado Novo. Entretanto, se havia organicidade no âmbito de cada um desses segmentos, a relação entre eles ainda não existia, mantendo-se duas estruturas educacionais paralelas e independentes. (RAMOS, 2014, p. 26).

O conjunto de leis orgânicas de Gustavo Capanema abrange os ensinos primário, secundário, normal, industrial e comercial. Integrado ao conjunto de leis orgânicas, também se destacou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) que mais tarde vinculou-se ao conglomerado S⁷.

Para Caires e Oliveira (2016), no final da década de 1950, o avanço da industrialização exigiu mudanças na qualificação da classe trabalhadora. Nesse sentido, a perspectiva educacional estava pautada no atendimento às necessidades dos setores produtivos. Sendo assim, em 1959, o Decreto nº 47.038, instituiu a federalização das Escolas Técnicas, estabelecendo uma nova dimensão ao ensino industrial. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (LDB/61), que entrou em pauta em 1948 e depois foi substituída pelo projeto Carlos Lacerda em 1958, traz em seu escopo organizacional a equivalência entre educação profissional e o ensino médio, possibilitando aos formandos do colegial técnico ingressar no ensino superior. A paridade entre as modalidades de ensino médio e técnico, conferiu ao ensino técnico uma outra dimensão de atuação profissional,

⁷ Conforme Ramos (2014, p. 55), o sistema S é composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Serviço Social de Aprendizagem do Transporte (Sest), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

proporcionando condições similares de acesso ao ensino superior. A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, tem como fato mais expressivo para a Educação Profissional:

a equivalência entre este e o ensino médio. Organizado em dois ciclos – o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos – ambos compreendiam o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores). A partir disto, os concluintes do colegial técnico podiam se candidatar a qualquer curso de nível superior. Quebrou-se, também, a rigidez das normas curriculares, abrindo-se a possibilidade de os Estados e os estabelecimentos anexarem disciplinas optativas ao currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação. (RAMOS, 2014, p. 28).

Ramos (2014), destaca que o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) estava pautado no desenvolvimento do capitalismo dependente. Esse período é caracterizado pela abertura ao capital estrangeiro e pelo desenvolvimento de uma classe burguesa industrial alinhada aos interesses mercadológicos internacionais. E mesmo com a resistência de setores da sociedade civil diante da situação econômica de total dependência ao capital estrangeiro, o projeto desenvolvimentista seguiu em plena atividade, tendo um breve lapso temporal referente a uma mudança de postura diante do avanço das demandas mercadológicos internacionais durante o governo de João Goulart (1961-1964). Relevante mencionar que a perspectiva educacional regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 apesar de evidenciar alterações quando comparada às diretrizes educacionais do Estado Novo, manteve a vinculação entre a escola, corroborando com as demandas relativas à subserviência ao capital estrangeiro, conforme Cunha (2000, p. 43)

Com o golpe militar de 1964, instaurou-se a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), nesse período manteve-se o projeto de abertura ao capital estrangeiro e a educação alinou-se aos interesses internacionais do capital. Sendo relevante mencionar que em 1965, a vinculação dos ministérios da Educação e do Trabalho em prol do atendimento a uma demanda produtiva ficou evidente através da criação da equipe de Planejamento do Ensino Médio, no Ministério da Educação (MEC); e a estruturação do Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra, no Ministério do Trabalho e Previdência Social. Dessa forma, a parceria com órgãos internacionais para estruturar o ensino profissional técnico no Brasil, a instalação significativa de empresas multinacionais no Brasil e financiadores como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), evidenciaram a adequação do sistema educacional às necessidades dos setores produtivos por mão de obra qualificada. E para organizar o ensino técnico industrial, estiveram em parceria:

A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), constituída com a colaboração de órgãos americanos como a USAID e a Aliança para o Progresso, no contexto do Acordo Brasil e Estados Unidos firmado ainda em 1946, com o objetivo de fornecer equipamentos, assistência financeira e orientação técnica às escolas técnicas brasileiras. (Ramos, 2014, p. 30).

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 5.692, ratificou a obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau. Conforme Ramos (2014), essa opção justifica-se em decorrência da legitimação do atendimento às demandas do capital internacional, sendo mais tarde rejeitada pela burguesia:

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto desse ano, colocou como compulsória a profissionalização em todo o ensino de 2º grau. Essas medidas foram significativas da prática economicista no plano político que, concebendo um vínculo linear entre educação e produção capitalista, buscou adequá-la ao tipo de opção feita por um capitalismo associado ao grande capital. A contradição que aparece nesse quadro, porém, é a crescente função propedêutica do ensino técnico contrapondo-se ao propósito contenedor de acesso ao Ensino Superior. (RAMOS, 2014, p. 30).

Considerando os objetivos específicos desta classe social, os burgueses não almejavam para os seus herdeiros uma formação técnica. E mesmo com uma implantação repleta de “peripécias”, conforme destaca Cunha (2005, p. 205), a Lei nº 5.692/71 sucumbiu diante “dos floreios ilustrados dos membros do Conselho Federal de Educação”. Nessa perspectiva, muitos ajustes curriculares foram efetivados para atender as demandas dessa classe social, sendo, portanto, suprimida a profissionalização compulsória em 1982, através da Lei nº 7.044 em 1982. Nesse sentido, Cunha (2005, p. 206) denuncia que essa legislação não representou uma ruptura com a perspectiva adotada na Lei nº 5.692/71, pois o que ocorreu foi uma “manobra político-pedagógica” para atender as demandas da iniciativa privada.

Para Ramos (2014) e Caires e Oliveira (2016), os anos de 1980, ratificado pelas premissas do Consenso de Washington⁸, foram caracterizados pelo conturbado e lento processo de transição para Democracia e o contexto de recessão econômica deflagrado no governo de José Sarney (1985-1990). O final dessa década, foi marcado pela valorização do debate acerca de uma formação pautada em perspectivas políticas abrangendo o contexto da cidadania. As discussões sobre essa temática também foram motivadas pelos pressupostos da constituição Federal de 1988, cuja temática cidadania alinhada aos preceitos da democracia, possibilitava uma nova dimensão para a educação. Nesse sentido, a nova Lei de Diretrizes e

⁸ Conforme Shiroma, Moraes, Evangelista (2007), é o conjunto de diretrizes econômicas propostas em 1986, pelo economista inglês John Williamson, cujos objetivos visavam o desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina e o crescimento da política neoliberal.

Bases da Educação pautada numa concepção politécnica e na reflexão acerca das bases conceituais do Ensino Médio, contribuiu para um fecundo debate sobre a reestruturação curricular da educação tecnológica. Nesse sentido, para o Ensino Médio um avanço crucial era:

sinalizado no sentido de um tratamento unitário à educação básica que abrangesse desde a educação infantil até o ensino médio, este como a última etapa. O debate teórico travado pela comunidade educacional, especialmente dentre aqueles que investigavam a relação entre Trabalho e Educação, afirmava a necessária vinculação da educação à prática social e o trabalho como princípio educativo. (RAMOS, 2014, p. 38).

Com a ascensão de Fernando Collor de Melo, no início dos anos 1990 e considerando um painel político de manutenção da dependência ao capital estrangeiro, a articulação educação e trabalho girava em torno de uma adequação às necessidades dos setores produtivos. Esse cenário manteve-se no governo Itamar Franco (1992 – 1995) que assumiu a presidência logo após o Impeachment de Fernando Collor de Melo; e no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003). Conforme Ramos (2014), as parcerias público-privadas geravam um processo denominado publicização que nesse caso, significava:

transferir serviços não exclusivos do Estado para o setor público não estatal. A publicização das iniciativas no campo da educação profissional em favor das organizações civis de direito privado através das parcerias entre o público e o privado, muitas vezes converteu-se em privatização das atividades educacionais. (RAMOS, 2014, p. 55 - 56)

Essa noção de parceria estava fundamentada numa lógica economicista-liberal que, conforme Ramos (2014), “reduz as organizações da sociedade civil à condição de prestadoras de serviços públicos”. Dessa forma, a racionalidade liberal vai impregnando o sistema e se manifestando em todas as áreas. Especificamente no contexto educacional, evidenciou-se a conjuntura política do projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Contrária ao adestramento da classe trabalhadora, o projeto da nova LDB propunha uma formação integral abrangendo as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia objetivando a superação da histórica dualidade entre teoria e prática. Os defensores desse projeto buscavam o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas através de uma educação baseada nos princípios da politécnica que para Saviani (2007, *apud* Ramos, 2014) não se limitava à repetição de técnicas, mas ao processo de controle diante das bases das diversas técnicas atreladas aos processos produtivos. Dessa forma, ao possibilitar aos estudantes uma formação humana em sua totalidade, a educação profissional não estaria

voltada exclusivamente para o exercício da profissão, mas a uma possibilidade diante das oportunidades apresentadas aos jovens e adultos, considerando uma formação integral e ampla. Nesse sentido, a politecnia buscava:

Romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, culminando com uma formação integral. (RAMOS, 2014, p. 29 - 30).

O enfrentamento entre os interesses educacionais e a lógica mercantil ficaram evidentes diante dos projetos de lei apresentados pelos deputados Octávio Elíseo, em 1988, sendo depois substituído por Jorge Hage; e Darcy Ribeiro. O primeiro voltado para a defesa de um projeto pautada na formação de trabalhadores politécnicos objetivando uma educação de qualidade para todos; e o segundo projeto direcionado a uma formação alinhada aos interesses dos setores produtivos, portanto focada na manutenção da histórica dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual. O segundo projeto foi aprovado em 20 de dezembro de 1996, através da Lei nº 9394/96, representando para a educação profissional a manutenção da histórica dualidade entre ensino técnico e base geral. Caracterizou, dessa forma, a derrota de um projeto de Lei com uma:

concepção avançada de educação básica e tecnológica, dando espaço a um processo de regulamentação fragmentada e focalizada, o que permitiu ao executivo realizar a reforma educacional por meio do Decreto n. 2.208/97. A partir de então, toda mobilização contra a reforma da educação profissional proposta pelo PL 1.603/96 converteu-se na mobilização pela revogação do Decreto n. 2.208/97. (RAMOS, 2014, p. 43).

O final da década de 1990 é marcado por um cenário de tensões e disputas políticas. Especificamente na educação profissional, a derrota de um projeto emancipatório pautada numa educação politécnica para a classe trabalhadora representou a manutenção de um projeto economicista liberal. E para atingir seus objetivos, direcionava a classe trabalhadora para uma formação estritamente voltada para atender as demandas mercadológicas.

2.2 Decreto nº 2.208/97: a reforma educacional da desintegração

Analisar as implicações no Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997 para a Educação Profissional, requer mencionar aspectos específicos da LDB nº 9394/96. Porém, há um contexto de eventos e elaboração de documentos que precedem o processo de publicação dessa Lei no decorrer dos anos 90, evidenciando a relação entre a educação e os organismos internacionais. Dentre eles, destacam-se a Conferência Mundial de Educação para Todos⁹, os documentos econômicos da comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹⁰ e o relatório Delors¹¹ que legitimam a análise da educação sob a perspectiva das demandas econômicas, pois uma:

vasta documentação internacional, emanada de importantes organismos multilaterais, propalou esse ideário mediante diagnósticos, análises e propostas de solução, consideradas cabíveis a todos os países da América Latina e Caribe, no que toca tanto à educação quanto à economia. Essa documentação exerceu importante papel na definição de políticas públicas para a educação no país. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 47).

A participação do Brasil nesses eventos e o alinhamento com essa lógica de mercado no final dos anos 1990, possibilitou um terreno profícuo para que assuntos relativos à educação brasileira fossem discutidos entre empresários, governantes e trabalhadores. Dessa forma, a educação profissional ficou na esteira da produção sendo avaliada sob vários aspectos, principalmente para o atendimento das necessidades dos setores produtivos. Sendo

⁹ A referida conferência foi realizada em 1990, na Tailândia, em Jontien. A partir dessa conferência foi elaborado o documento denominado *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, cujo objetivo estava voltado para a universalização do ensino. E nesse sentido, orientava os países periféricos para a satisfação de necessidades básicas de crianças, jovens e adultos. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 48 - 49).

¹⁰ Os dois documentos elaborados pela CEPAL em 1990 e 1992, respectivamente, são denominados *Transformación productiva con equidad e Educación e Conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*. O primeiro documento alertava para mudanças estruturais nos sistemas educativos para atender as necessidades dos sistemas produtivos; e o segundo documento produzido em parceria com a UNESCO condensava um desenho das orientações “para ação no âmbito das políticas e instituições que pudessem favorecer as vinculações sistêmicas entre educação, conhecimento e desenvolvimento nos países da América Latina e Caribe”. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 53).

¹¹ Documento elaborado entre os anos 1993 e 1996, que realizou um diagnóstico considerando as causas relacionadas a precarização da situação mundial. Nesse contexto, a educação tem papel primordial, pois deve “assegurar a base sólida para a aprendizagem futura”. Para atingir esse objetivo, propõe “um sistema de ensino flexível que possa oferecer uma diversidade de cursos, possibilidade de transferências entre as modalidades de ensino e novas formas de certificação”. Nessa perspectiva, o professor é o responsável por essas mudanças e a execução das suas funções deve estar aliada aos objetivos das “demais agências e organizações multilaterais”. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 57 - 59)

assim, era necessário estruturar um projeto de qualificação de trabalhadores para suprir o imediatismo das demandas do mercado.

Nesse contexto de adequação às necessidades dos setores econômicos, o projeto referente à LDB do senador Darcy Ribeiro foi aprovado. Segundo Pacheco (2012), o caráter minimalista e ambíguo da Lei nº 9394/96, estruturou-se principalmente no que concerne à relação entre Educação Profissional e Ensino Médio. Constituída por dois níveis, a LDB nº 9394/96, não insere a Educação Profissional na Educação Básica e na Educação Superior, localizando a Educação Profissional num contexto exógeno à educação regular do nosso país. Dessa forma, para a Educação Profissional são dedicados apenas três artigos, no capítulo III; enquanto o capítulo II é destinado à Educação Básica, sendo dividido em várias seções, tendo na seção IV, as especificidades do Ensino Médio.

Pacheco (2012), atenta para o fato de que o artigo 40, capítulo III referente à Educação Profissional e o artigo 36, na seção IV, do capítulo II, relativo ao Ensino médio, evidenciam a ambiguidade e o caráter minimalista da Lei quando § 2º do artigo 36 instituiu que “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”; enquanto que no artigo 40, “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. Ao comparar os dois artigos, percebe-se que tanto a articulação quanto a desarticulação entre Educação Profissional e Ensino Médio são estratégias possíveis.

Pacheco (2012) evidenciava o interesse na separação entre Ensino médio e Educação profissional já no Projeto de Lei (PL) nº 1.603 que ganhava contorno no Congresso Nacional em 1996, mesmo antes da promulgação da LDB nº 9394/96. Porém, devido a uma crescente movimentação da comunidade acadêmica de instituições públicas estaduais e federais, o governo federal projetando uma nova oportunidade para legitimar seu projeto de separação efetiva entre Ensino Médio e Educação Profissional, mostrou-se menos aguerrido diante da pressão para as alterações no PL 1.603/96, pois:

uma vez que a redação dos artigos 36 – ensino médio – e 39 a 42 – educação profissional – possibilitava a regulamentação na linha desejada pelo Governo Federal. Mediante decreto do presidente da República, esta se materializou em abril de 1997, poucos meses após a promulgação da LDB, ocorrida em dezembro de 1996. (PACHECO, 2012, p. 20).

Nesse sentido, era uma questão de tempo e estratégia política, fazer com que o projeto de Lei nº 1.603 se efetivasse. E para evitar desgastes, um debate público mais

acalorado devido à forte resistência da comunidade acadêmica, o conteúdo deste projeto foi contemplado quase na íntegra no Decreto nº 2.208/97.

Para Ramos (2014), havia uma intrínseca relação entre a reforma educacional de 1997 e os objetivos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), pois o alinhamento com as perspectivas do Banco Mundial¹² e os reflexos na educação ficaram evidenciados nos documentos elaborados por Cláudio de Moura Castro e João Batista Araújo e Oliveira, intelectuais do Banco Mundial e da Organização Internacional do Trabalho¹³ (OIT), respectivamente. Esse alinhamento demonstrava que a intenção era construir uma proposta considerando as demandas da nova ordem mundial. Nesse sentido, o interesse estava voltado para os programas de capacitação de massa para atender as demandas dos setores produtivos. Sendo assim, a reforma da Educação Profissional atendia aos anseios da lógica neoliberal, destacando-se o Programa de Expansão da Educação Profissional, criado em 1997, que dentre os objetivos estava demarcada a alteração da estrutura da rede pública de instituições técnicas evidenciando o incentivo a “fórmulas flexíveis de contratação de pessoal” (CUNHA, 2005, p. 257). Relevante mencionar que o referido programa “voltado para o financiamento de obras e equipamentos, foi uma importante estratégia de implementação da reforma”, pois objetivava “transformar as instituições federais de educação tecnológica em centros de educação profissional”, pavimentando assim um percurso educacional pautado nas necessidades dos setores produtivos (RAMOS, 2014, p. 47 - 48).

A Reforma da Educação Profissional legitimada através do Decreto nº 2.208/97, o PROEP¹⁴ e as ações decorrentes tanto do Decreto quanto do Programa delinearão os rumos da Educação Profissional no final da década de 1990 e início dos anos 2000, conforme Cunha (2005) e Pacheco (2012). O Decreto nº 2.208/97, normatizou a separação entre Ensino Médio e Educação Profissional, caracterizando o Ensino Médio como exclusivamente propedêutico e os cursos técnicos com duas ofertas sendo uma concomitante, possibilitando ao estudante

¹² Organismo multilateral, surgido no período pós-guerra, responsável pelo financiamento de projetos em mais de 176 países, entre eles, o Brasil. No decorrer dos anos 90, o “Banco adotou as conclusões da Conferência Internacional de Educação para Todos – da qual foi copatrocinador”. A partir dessa parceria produziu um documento intitulado Prioridade y estrategias para la educación, lançado em 1995, condensa as orientações do Banco para educação. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 61 - 62).

¹³ É uma agência multilateral da Organização das Nações Unidas, fundada após a primeira guerra mundial. Focada em questões relacionadas ao trabalho, considerando o cumprimento das normas internacionais. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 10 out. 2021.

¹⁴ O Programa de Expansão da Educação Profissional, foi criado em 1997 em parceria com o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID). Tem por objetivo expandir a oferta de cursos de formação de trabalhadores no Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/4091-sp-1330480835>. Acesso em: 10 out. 2021.

cursar o Ensino Médio e um curso técnico ao mesmo tempo, porém com currículos e matrículas diferentes; e a outra sequencial/subsequente, voltada para os egressos do Ensino Médio.

Quanto aos objetivos da Educação Profissional, no Decreto nº 2.208/97, ficou evidente a vinculação com as necessidades dos setores produtivos. Sendo assim, a atuação de jovens e adultos estava voltada para a (re)qualificação profissional com objetivo restrito de inserção no mercado de trabalho, conforme disposto no artigo 1º:

- I – promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
- II – proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- III – especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
- IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. (BRASIL, 1997).

Quanto à estrutura da Educação Profissional, no Decreto nº 2.208/97, fica especificada a organização em três níveis, segundo disposto no artigo 3º:

- I - básico – destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
- II – técnico – destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto;
- III – tecnológico – correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. (BRASIL, 1997).

Nesse contexto, a integração entre Ensino Médio e Educação Profissional era inexistente. Sendo, portanto, importante destacar que a perspectiva dual na educação remonta o período colonial, logo, esse decreto legitima uma trajetória sob a ótica do histórico dualismo entre formação geral e formação técnica delineada na história e política da educação profissional brasileira. Nesse sentido, destaca-se o artigo 5º que indica claramente a independência curricular entre Ensino Médio e Educação Profissional, ou seja, a Educação Profissional de nível técnico com organização curricular própria e independente do Ensino médio, podendo ser ofertada de forma concomitante ou sequencial a este (BRASIL, 1997).

Dessa forma, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), alertam para o fato de que o decreto não está limitado a proibição da articulação entre Ensino médio e Educação profissional, mas normatiza possibilidades para uma oferta de educação profissional mais alinhada com o

imediatismo do mercado, gerando um nicho promissor para a iniciativa privada. Nesse sentido, o aligeiramento e a fragmentação caracterizaram o processo de qualificação de mão de obra da classe trabalhadora.

E no âmbito da organização curricular, fica evidente no artigo 7º a intencionalidade de construir um projeto de adequação aos interesses do mercado, ao ratificar no Decreto nº 2.208/97, a necessidade de identificação do perfil de competências para os trabalhadores e aliar esse processo à participação “em instâncias tripartites” abrangendo governo, empresários e trabalhadores:

Para a elaboração das diretrizes curriculares para o ensino técnico, deverão ser realizados estudos de identificação do perfil de competências necessárias à atividade requerida, ouvidos os setores interessados, inclusive trabalhadores e empregadores.
Parágrafo único: Para atualização permanente do perfil e das competências de que trata o caput, o Ministério da Educação e do Desporto criará mecanismos institucionalizados, com a participação de professores, empresários e trabalhadores. (BRASIL, 1997).

Pautada numa lógica neoliberal, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o campo semântico educacional estava vinculado à vocábulos como “competência”, “flexibilização”, “(re)qualificação”, “empregabilidade”, “mercado”, “empresariado”, dentre outras palavras que circundam o contexto mercadológico. Nesse cenário, o viés da competência ganhou destaque nas Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo que:

As competências a serem desenvolvidas no estudo de cada uma das áreas de conhecimento foram descritas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. O Ministério da Educação publicou, ainda, os Parâmetros Curriculares Nacionais, de caráter não obrigatório, que enunciaram as competências básicas associadas a cada disciplina. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) propôs-se a avaliar o desenvolvimento dessas competências baseando-se em indicadores de desempenho. (RAMOS, 2014, p. 63).

E nessa perspectiva, a partir da LDB nº 9394/96 e do Decreto nº 2.208/97, foi deflagrada a primeira instância da “Era da Diretrizes”, que conforme Ciavatta e Ramos (2012), agrupam as Diretrizes Curriculares Nacionais e os seus complementos normativos elaborados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, abrangendo: as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil. CNE/CEB, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Profissional de Nível Técnico (Brasil. CNE/CEB, 1999), Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil. MEC.SETEC, 2000) e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (Brasil. MEC.SETEC, 2000). Nesse sentido, as DCNs, produzidas no

governo FHC, “tornam-se instrumento de direção política e cultural da sociedade por intermédio da educação”, trazendo para o contexto educacional “contradições surgidas com a reestruturação produtiva e a mudança na base técnico-científica em direção à especialização flexível” (CIAVATTA, RAMOS, 2012, p. 33).

Nesse contexto do final dos anos 90, a aprovação do projeto de Lei do senador Darcy Ribeiro que possibilitou a reforma da educação profissional, legitimada pelo Decreto nº 2.208/97, contribuiu para um cenário de muita tensão e graves efeitos sobre a educação brasileira. E as consequências da normatização da desintegração do Ensino Médio e Educação Profissional, implicaram numa reverberação de vozes da resistência em várias instâncias que culminou com a mobilização para a revogação do Decreto nº 2.208/97 (RAMOS, 2014, p. 45).

2.3 Decreto nº 5.154/2004: “restabelecimento dos princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada com a educação básica”

A euforia relacionada à eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), não se configurou como resistência plena à política neoliberal. Dessa forma, Ramos (2014), atenta para o fato de que as alterações no cenário nacional vinculadas aos direitos constitucionais não se efetivaram na íntegra. E nesse período, uma trajetória sinuosa e repleta de contradições em relação a Educação Profissional foi sendo delineada, pois:

Apesar da produção de conhecimentos sobre contradições, desafios e possibilidades da educação profissional, produzidas especialmente no âmbito da área Trabalho e Educação, que esperávamos ser apropriada pela política pública do Estado brasileiro, o que se revelou foi um percurso controvertido entre as lutas da sociedade, as propostas de governo e as ações e omissões no exercício do poder. (RAMOS, 2014, p. 68).

No Ministério da Educação (MEC), especificamente na Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), o movimento girava em torno da revogação do Decreto nº 2.208/97 e o redirecionamento do PROEP para os setores públicos, conforme Ramos (2014). Essas eram as ações basilares para a política de Educação Profissional e Ensino Médio, durante a primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Para atingir esse propósito, foram realizados dois grandes seminários objetivando uma ampla discussão acerca da Educação Profissional e do Ensino Médio.

Os dois seminários aconteceram em Brasília e foram oportunizados pela SEMTEC/MEC, em junho de 2003. O primeiro, denominado **Seminário Nacional Ensino Médio: Construção Política**, contou com a participação de representantes do Governo Federal, das Secretarias Estaduais de Educação, entidades científicas e pesquisadores. Para Ramos (2014), às discussões nesse primeiro momento, giravam em torno da “concepção de ensino médio, o conhecimento, o trabalho e a cultura” (RAMOS, 2014, p. 70). O segundo, denominado **Seminário Nacional de Educação Profissional - Concepções, Experiências, Problemas e Propostas**, teve como propósito elaborar um documento-base sobre a temática Ensino Médio e Educação Profissional com o intuito de promover um debate ampliado com os setores vinculados à temática. E a partir das discussões realizadas com representantes de mais de 400 instituições sociais e governamentais, foi elaborado o documento “Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica” (RAMOS, 2014, p. 70).

Considerando o processo de realização de seminários, o amplo debate com diversos setores e a produção de documentos, iniciou-se a elaboração da minuta de um novo decreto com objetivo de substituir o Decreto nº 2.208/97. Durante a elaboração das quatro versões dessa minuta, representantes de setores estratégicos do governo e da sociedade civil participaram das discussões e contribuíram para que o conteúdo do novo decreto representasse uma construção coletiva com entes federais, estaduais e da sociedade; no intuito de promover um processo de consolidação de mudanças “por meio de um instrumento mais apropriado e de natureza mais permanente” (RAMOS, 2014, p. 71).

Nesse processo, os documentos elaborados por pesquisadores, por entidades e por educadores foram enviados ao MEC para análise. E dentre trinta documentos enviados, Ramos (2014) aponta que havia três perspectivas conflitantes. Sendo a primeira voltada apenas para a revogação do Decreto nº 2.208/97, considerando, portanto, a LDB em vigor como norteadora da política de Ensino Médio e Educação Profissional; a segunda, focada no prosseguimento dos pressupostos do Decreto 2.208/97; e a terceira com um quantitativo significativo de adeptos, direcionada à revogação e a publicação de um novo decreto (RAMOS, 2014, p. 72).

Num cenário de disputas políticas e ideológicas, parcerias público-privadas estavam em consonância pela continuidade do Decreto nº 2.208/97, pois representava a permanência do comércio de serviços públicos. Nesse sentido, Ramos (2014) destaca que a flexibilidade da oferta de Educação Profissional aliada ao corporativismo e ao pragmatismo, estava:

[...] mais adequada às finalidades das instituições e às demandas da sociedade. Tal flexibilidade, por outro lado, potencializou a venda de serviços pelas instituições públicas e abriu caminho para a mesma prática pelas instituições públicas; prática essa reforçada pelos critérios adotados pelo PROEP, que se dispôs a fazer investimento nessas instituições, desde que as mesmas demonstrassem capacidade crescente de autossustentabilidade. (RAMOS, 2014, p. 72).

A decisão da SEMTEC/MEC pela revogação do Decreto nº 2.208/97 e promulgação de um novo decreto foi motivada pela possibilidade de “implementação da nova concepção de ensino médio e educação profissional e tecnológica” (RAMOS, 2014, p. 82). Nesse sentido, Ramos (2014) destaca que a alteração realizada por um decreto reside numa perspectiva contraditória, pois mesmo que os objetivos sejam outros, prescinde nessa decisão uma imposição. Dessa forma, o conteúdo do novo decreto deve ser interpretado “como uma orientação muito mais indicativa do que imperativa” (RAMOS, 2014, p. 82).

No primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) como presidente do Brasil, as discussões acerca de uma formação integrada pautada na perspectiva omnilateral foram retomadas culminando na realização de seminários temáticos e no amplo debate sobre o Ensino Médio e a Educação Profissional. Considerando esse contexto, o Decreto nº 2.208/97 foi revogado e o Decreto nº 5.154 foi publicado em 23 de julho de 2004, porém a anulação de um dispositivo legal não garante que uma trajetória construída a partir da deflagração das ações do decreto anterior sejam cessadas de forma imediata. Dessa forma, é relevante que uma intensa mobilização seja realizada em torno dos objetivos de uma educação politécnica voltada para a formação ampla e integral de jovens e adultos a partir de uma concepção emancipatória da formação dos trabalhadores. Ramos (2014) destaca que a mobilização necessária não se efetivou e um período repleto de contradições e rupturas passou a caracterizar esse processo que deveria ser de integração e confluência de objetivos vinculados à Educação profissional e ao Ensino Médio.

No artigo 4º § 1º, do Decreto nº 5.154/2004, reside a essência de uma luta por uma integração curricular do Ensino Médio com a Educação Profissional, porém percebe-se que as outras formas de articulação não foram revogadas, permitindo assim que as parcerias público-privadas permaneçam com a mesma política de oferta de qualificação. Os processos aligeirados, fragmentados e com a intenção de atender os setores produtivos foram mantidos e nesse sentido, houve apenas mais uma inserção de possibilidade de articulação do Ensino Médio à Educação Profissional:

§ 1o A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004).

Conforme disposto no Decreto nº 5.154/2004, não há menção quanto à obrigatoriedade da articulação na forma integrada, portanto as duas outras formas estão no mesmo patamar diante das possibilidades apresentadas às instituições de ensino. Dessa forma, a polêmica permanece em torno da revogação do Decreto nº 2.208/97 e da priorização da integração do Ensino Médio à Educação Profissional, pois:

Representou uma acomodação conservadora que atendeu a todos os interesses em jogo: do governo, que cumpriu um dos compromissos de campanha com a revogação do Decreto n. 2.208/97; das instituições públicas, que passaram a vender cursos para o próprio governo, e gostaram de fazê-lo, renunciando em parte à sua função; e das instituições privadas, que passaram a preencher, com vantagens, o vácuo criado pela extinção das ofertas públicas. (KUENZER, 2006, p. 900).

Nesse sentido, possibilitou a partir do artigo 3º a estreita vinculação entre educação profissional e as demandas produtivas, quando menciona que os itinerários formativos dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores estão focados no desenvolvimento de competências para a inserção no mercado de trabalho, aproximando-se do ideário do Decreto nº 2.208/97 quanto à dinâmica da formação do trabalhador em conformidade com as demandas mercadológicas:

Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1o, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. (BRASIL, 2004).

E nesse contexto de contradições, conflitos e tensões em torno do Decreto nº 5.154/2004, o descolamento da política de Educação Profissional da Secretaria de Educação Básica com as redefinições no MEC e o lançamento do Projeto Escola de Fábrica, logo após a

publicação do Decreto de 2004, denunciavam que a política de integração não seria um indicativo de prioridade, segundo Ramos (2014). Diante de disputas internas e conflitos acerca da concepção de integração do Ensino Médio e Educação Profissional no MEC, o Parecer nº 39/2004, evidenciava a contradição para perspectiva de integração, pois:

afirma que, para se implantar a nova forma introduzida por esse decreto, qual seja, a integração do ensino médio com a educação profissional, seria “exigida uma nova e atual concepção, que deverá partir do que prescreve o § 2º do Art. 4º do referido Decreto”ⁱⁱ (id., *ibid.*, p. 5). Ora, se era uma nova e atual concepção político-pedagógica que se exigia, não se poderia manter as mesmas diretrizes definidas para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica vigentes. (RAMOS, 2014, p. 76).

Mesmo com a publicação do Decreto nº 5.154/2004, Ramos (2014) alerta que as antigas premissas do decreto anterior continuaram em vigor a partir da “manutenção da validade das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional após a edição do novo decreto” (RAMOS, 2014, p. 89). Nesse sentido, os interesses do empresariado e de representantes do governo Fernando Henrique Cardoso foram privilegiados, impedindo que mudanças significativas pudessem ser efetivadas na concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

3 ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: AMPLIAÇÃO DAS FRONTEIRAS DA FORMAÇÃO HUMANA

Este capítulo versa sobre a concepção de formação integrada no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Para realização deste estudo, os textos de referência foram: **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade**, de Maria Ciavatta (2005), **O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos**, de Maria Ciavatta (2014), **História e Política da Educação Profissional**, de Marise Ramos (2014) e **Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em tempos de regressão**, de Marise Ramos (2017). O seguinte capítulo foi dividido em quatro subcapítulos: sendo o primeiro sobre a Formação integrada: a historicidade do termo; o segundo sobre O trabalho como princípio educativo: a vinculação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia; o terceiro subcapítulo intitulado Os sentidos da integração e a ampliação das fronteiras da formação humana e a quarto subcapítulo sobre o Programa Brasil Profissionalizado: incentivo à integração do Ensino Médio à Educação Profissional.

Com este estudo, pretende-se compreender a concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, abrangendo os aspectos históricos referentes ao termo formação integrada, além dos fatores estruturantes da efetiva vinculação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia para uma formação ampla com base no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico. Nesse contexto, foi realizada uma pesquisa acerca dos sentidos da integração, perpassando pelos aspectos filosóficos, epistemológicos, ético-sociais e pedagógicos que permeiam a concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com vistas à superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, conforme especificado no Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio e no Programa Brasil Profissionalizado, documentos estruturantes da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Também neste estudo, buscou-se evidenciar como a formação integrada pode contribuir no processo formativo de jovens e adultos, deslocando-se de uma perspectiva estritamente voltada para as demandas dos setores produtivos para uma formação integral voltada para a leitura crítica diante do multifacetado contexto do mundo do trabalho.

3.1 Formação Integrada: a historicidade do termo

As controvérsias geradas a partir do Decreto nº 5.154/2004 estão relacionadas a sua efetividade na prática, conforme Ciavatta (2005). E nesse sentido, dispositivos legais não são suficientes para garantir a sua execução. Logo, Ciavatta (2005, p. 1) alerta para o fato de que “a legitimidade perante a opinião pública” é que vai possibilitar um horizonte de realizações, porém não basta apenas uma legislação, a manifestação pública, se não envolver financiamento e decisão política. Além dessas necessidades para a sua efetividade, também deve-se considerar a essência dessa integração.

Nessa perspectiva, o Decreto nº 5.154/2004, legitima no artigo 4º que uma das formas de articulação do Ensino Médio a Educação Profissional é a forma integrada. Compreendendo como formação integrada, a indissociabilidade entre as bases geral e técnica, com a finalidade de superar a dicotomia entre o saber/pensar e o fazer/executar. Nesse sentido, o que se busca é “enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (GRAMSCI, 1981, p. 144, apud CIAVATTA, 2014, p.2).

Considerando a historicidade dos processos e nesse sentido vinculando às dimensões sociais, econômicas e políticas; a formação integrada está para além de uma mera junção ou agrupamento de disciplinas, há uma intenção voltada para a formação humana no seu sentido geral. E essa perspectiva requer uma formação completa, em todos os sentidos, para superar o indicativo estritamente operacional na preparação para o trabalho. E com essa formação, o objetivo é:

Garantir ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos”. (CIAVATTA, 2005, p. 2 - 3).

O conceito de integração, de formação numa perspectiva integral, remete a educação socialista que conforme Ciavatta (2005 p. 3), “pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica”. Nesse sentido, foi idealizada uma formação a que todos pudessem ter direito. E dessa ideia, compartilharam tanto os utopistas do Renascimento quanto os socialistas utópicos que apontaram a problemática de uma formação integral para os que executavam o processo de produção. Em seguida, Karl Marx “extraí das próprias contradições da produção social a

necessidade de uma formação científico-tecnológica” (FRANCO, 2003, p. 28, *apud* Ciavatta, 2005, p. 9).

Conforme Ciavatta (2005), o viés do conhecimento aos trabalhadores era bem diferente da classe dominante, pois enquanto para os primeiros estava voltado para a instrução, para os futuros dirigentes simbolizava o poder. Numa perspectiva histórica, um grupo muito específico e restrito tinha acesso aos livros, aos estudos, porém quando as escolas foram criadas e os trabalhadores puderam ter acesso ao ambiente formal de aprendizagem, o controle das instituições de artes e ofícios foi perdendo espaço. E com a criação das instituições escolares, na Europa, tanto os conteúdos quanto o direcionamento do público eram diferenciados, pois aos ricos era oportunizada uma educação voltada para a formação de dirigentes, enquanto para os pobres era estruturada uma formação voltada para atender as necessidades das demandas produtivas.

A função da escola sofreu muitas transformações no decorrer da história. Saviani (2007, p. 7 *apud* Ramos 2017, p. 29), alerta que a origem da escola está pautada numa ambientação para quem tinha a possibilidade de dispor de tempo livre. E conforme destaca Saviani (2007), o vocábulo escola derivado do grego, etimologicamente, está associado ao tempo livre, ao espaço do ócio. Nesse sentido, as instituições escolares não foram criadas para acolher os trabalhadores, pois conforme Ramos (2017), o lugar prioritário para a educação da classe trabalhadora era o ambiente profissional.

Marcadas, inicialmente, com uma forte influência da Igreja, no período da Idade Média, as escolas foram se modificando ao longo da história. E por muito tempo foi ambiente exclusivo para uma determinada classe. Mesmo como uma perspectiva “pública, gratuita, leiga, universal e obrigatória”, conforme aponta Saviani (2007, p. 157), as instituições escolares continuaram sendo ambientes de divisão de classe, rerepresentando o viés capitalista de (re)produção das classes que detêm o poder (RAMOS, 2017, p. 30)

Com a primeira Revolução Industrial, no século XVIII, ocorreu uma transformação significativa na função da escola. O contexto histórico e social influenciou diretamente no deslocamento da função de socialização atribuída ao espaço institucional da escola para o atendimento às demandas dos setores produtivos. Nesse contexto, as atividades laborais complexas foram sendo divididas em tarefas elementares que não necessitavam de uma mobilização de conhecimentos profundos para sua realização, sendo a escola dispensável para a classe trabalhadora, pois os produtores poderiam aprender as suas funções no local de trabalho (RAMOS, 2017, p. 30 - 31).

Com o processo de industrialização, os trabalhadores passaram a fazer parte da engrenagem. Não eram vistos em toda sua potência omnilateral, mas reduzidos à mercadoria, desfigurando-se em detrimento das exigências da indústria que cada vez mais usurpava do trabalhador a sua subjetividade, a sua força de trabalho, o seu tempo livre com jornadas exaustivas de trabalho. E com a chegada do maquinário, foram exigidas outras qualificações da classe trabalhadora, logo, necessitavam de orientações para contribuir com o avanço das metas dos setores econômicos e industriais. Esse processo gerou uma mudança no currículo da escola elementar, conforme Saviani (2007, p. 9 *apud* Ramos, 2017, p. 29), pois com a alteração do cenário industrial motivado pela transformação da base mecânica em eletromecânica, houve a necessidade de adaptar a classe trabalhadora ao novo ambiente de produção. E nessa perspectiva, muitos cursos foram criados para atender essa demanda o que refletiu na divisão dos sistemas de ensino e o direcionamento específico para as necessidades formativas da elite e da classe trabalhadora (RAMOS, 2017, p. 31).

A luta para romper com a perspectiva dual no Brasil, está nos anseios por uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação que ganhou contornos iniciais na década de 1980 em defesa da escola pública e nas perspectivas democráticas, conforme Ciavatta (2005, 2014). Com a derrota do projeto de LDB de Otávio Elísio, depois substituído por Jorge Harge, as perspectivas para a Educação Profissional permaneceram voltadas para atender as bases econômicas e industriais atendendo às demandas capitalistas. E mesmo com o Decreto nº 5.154/2004 a partir do indicativo de uma proposta de restabelecimento da integração do Ensino Médio e Educação Profissional, a luta pela formação integral permanece, pois a noção mais abrangente do mundo do trabalho, conforme propõe Hobsbawn¹⁵ requer um trabalhador preparado para enfrentar não apenas as especificidades das suas atividades profissionais, mas para atuar como cidadão consciente dos seus direitos e deveres, vinculado a ações políticas e culturais que possibilitem uma formação ampla e integral (CIAVATTA, 2005, p. 6).

Ciavatta (2014) alerta que mesmo inspirada na pedagogia socialista, a relação educação e trabalho no Brasil a partir da luta por uma nova LDB, ganha contornos diversificados numa sociedade regida pelo sistema capitalista, pois não se pode fazer simplesmente uma transferência de uma sistemática para outra sem considerar o complexo

¹⁵ Historiador britânico marxista que conceitua o mundo do trabalho abrangendo não apenas as atividades produtivas, mas os complexos “processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida”. Dessa forma, deve-se considerar o tecido histórico-social que estruturam essas atividades vitais não reduzindo essas atividades a um processo de simplificação das atividades profissionais (CIAVATTA, 2005, p. 20).

tecido histórico-social desse tipo de sociedade. Nesse sentido, é importante compreender o que se pode aprender com a experiência da pedagogia socialista, ou conforme Ciavatta (2014), às três lições essenciais atreladas a esse processo:

primeiro, a relação trabalho e educação continuará sendo objeto de disputa acirrada no sistema capital onde vivemos; segundo, o conhecimento da pedagogia socialista preserva a memória e constrói a história da educação para a humanização, e não apenas a meia educação para a exploração, a serviço do mercado; terceiro, as lutas por uma nova relação trabalho e educação devem avançar *pari passu* com outras lutas sociais, pelas melhorias de vida de toda a população (CIAVATTA, 2014, p. 201).

Nessa perspectiva, a luta, a resistência diante de uma educação apenas voltada para atender as demandas do mercado, estrita ao operacional, deve ser uma pauta defendida por todos em favor da emancipação social da classe trabalhadora. Nesse sentido, o objetivo é contribuir para uma perspectiva de que a “superação da dualidade de classes sociais traga um padrão digno de vida e de conhecimento não apenas para as elites, mas também para os trabalhadores, os verdadeiros produtores da riqueza social, e seus filhos” (CIAVATTA, 2014, p. 202).

3.2 O Trabalho como Princípio Educativo: a vinculação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia

Antes de adentrar na perspectiva do trabalho como princípio educativo, é relevante mencionar as categorias que são inseparáveis no processo da formação humana: a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho.

Ao longo da história foram produzidos, sistematizados e socialmente validados vários tipos de conhecimento. Esse esforço é resultado de uma investigação acerca das mudanças dos fenômenos naturais e sociais, conforme Ramos 2014. Nesse sentido, a ciência legitima conceitos e métodos que tanto podem ser passados por diversas gerações como revisitados e confrontados no decorrer da história, considerando que nesse processo são gerados novos conhecimentos. Sendo assim, a ciência é a:

Parte do conhecimento sistematizado e deliberadamente expresso na forma de conceitos representativos das relações de forças determinadas e apreendidas da realidade considerada. O conhecimento de uma seção da realidade concreta ou a realidade concreta *tematizada* constitui os campos da ciência, as disciplinas científicas. (RAMOS, 2014, p. 89).

E compreender a realidade concreta requer um método que tem como ponto de partida a forma como a realidade se manifesta e no decorrer do processo de análise há uma verticalização que permite contato com as múltiplas determinações da realidade concreta. Nessa trajetória, um novo processo se articula a partir da elaboração da síntese que resulta na reprodução do pensamento “conduzido pelas determinações que o constituem” e nesse sentido, desloca-se do abstrato ao concreto que “não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado” (MARX, 1978, p.117, *apud* RAMOS, 2005, p. 21).

Esses conhecimentos acumulados no decorrer da história entrelaçam ciência e tecnologia. E com a ciência moderna, a conceituação de técnica e tecnologia passou pelo crivo do conhecimento científico, ratificando o processo de assimilação e exposição do real e da produção como interferência no real, conforme Ramos (2014, p. 89).

Nessa perspectiva, Ramos (2014, p. 89) esclarece que como a revolução industrial, “o taylorismo, o fordismo e a automação expressam a história da tecnologia nos marcos da transformação da ciência em força produtiva”. Dessa forma, dois aspectos são estabelecidos partir da relação entre tecnologia e ciência, sendo o primeiro voltado para uma relação desenvolvida a partir do processo da produção industrial e o segundo, focado no desenvolvimento dessa relação, pois objetiva a “satisfação de necessidades que a humanidade se coloca”, de acordo com Ramos (2014, p. 89). Logo, estabelece uma intrínseca relação com as capacidades humanas, o que remete a tecnologia como uma ampliação dessas capacidades.

E nesse processo de produção de conhecimento através da relação entre ciência e tecnologia, a formação integrada tem um papel primordial pois além de contribuir com o acesso aos conhecimentos científicos, estimula também a criticidade acerca dos padrões culturais estabelecidos. Dessa forma, a cultura pode ser compreendida como:

O processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do/pelo tecido social, norma de comportamento dos indivíduos numa sociedade e como expressão da organização político-econômica desta sociedade, no que se refere às ideologias que cimentam o bloco social (GRAMSCI, 1991, p. 104, *apud* RAMOS, 2014, p. 89).

Sendo assim, adquire uma conceituação mais abrangente, considerando o vínculo entre os diversos comportamentos e a complexa dinâmica de socialização, que implica na composição do “modo de vida de uma população determinada” (RAMOS, 2014, p. 90).

E considerando o caráter indissociável das dimensões da ciência, da tecnologia e da cultura, tem-se o trabalho articulado a esse processo como necessário à produção da

existência, portanto vinculado a um sentido ontológico e nessa perspectiva é “o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos povos” (RAMOS, 2014, p. 88).

Em seu aspecto teleológico, ou seja, que tem uma finalidade, uma intenção, uma consciência; a interferência humana, a capacidade de projetar antes de executar, distingue homem e animal, pois “os animais podem reproduzir, mas o fazem somente para si mesmos; o homem reproduz, porém de modo transformador, toda a natureza, o que tanto lhe atesta quanto lhe confere liberdade e universalidade”. Nesse sentido, o homem é capaz de produzir conhecimentos capazes de transformar a realidade social, contribuindo, portanto, como conhecimento científico ratificado “sob o crivo social e por um processo histórico” (RAMOS, 2014, p. 88).

Portanto, o trabalho deve ser compreendido a partir de uma relação inseparável com a ciência, cultura e tecnologia. Nesse sentido, o trabalho apresenta-se enquanto princípio educativo e não pode ser reduzido a uma mera operacionalização de atividades laborais, mas como uma estrutura mais complexa que propõe considerar:

[...]que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. (RAMOS, 2014, p. 90).

Inserido num complexo de múltiplas determinações sociais, o ser humano envolvido no processo laboral, está imbricado à dinâmica econômica, portanto trabalho e economia, mantem uma intrínseca relação no processo de produção de riquezas, satisfação de necessidades e garantia da existência. Com as necessidades dos setores produtivos, a profissionalização era uma exigência e na sociedade moderna essa demanda tornou-se cada vez mais latente, porém deve-se considerar que a integração entre ciência, cultura e trabalho propõe algo mais abrangente, incorporando “valores éticos-políticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam, a práxis humana” e não uma redução ao mercado de trabalho (RAMOS, 2014, p. 90).

Nesse sentido, a educação profissional não deve ser compreendida enquanto preparação restrita para as atividades profissionais, pois em seu sentido mais amplo requer que jovens e adultos adentrem o mundo do trabalho a partir de uma perspectiva crítica, compreendendo “as dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes”. E nesse contexto formativo, as pessoas serão habilitadas para o “exercício autônomo e crítico das profissões, sem nunca se esgotar a elas” (RAMOS, 2014, p. 91).

Dessa forma, o trabalho como princípio educativo tanto no sentido ontológico quanto no histórico, estão vinculados a superação da histórica dualidade entre formação propedêutica e formação profissional. Sendo o primeiro sentido relativo à produção da existência humana a partir da “relação com a natureza e os outros homens” e o processo de produção de conhecimentos”; e o segundo, voltado para a inserção de requisitos específicos no processo educacional, objetivando uma “participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo” (RAMOS, 2014, p. 92).

E vinculando o trabalho como princípio educativo e o contexto econômico relativo ao mundo do trabalho, além de uma formação voltada para áreas específicas de atuação; esse projeto formativo exige uma integração do currículo possibilitando dessa forma, “a apropriação de conceitos necessários para a intervenção consciente na realidade e a compreensão do processo histórico de construção do conhecimento” (RAMOS, 2014, p. 92).

Nessa perspectiva não se pode falar em trabalho como princípio educativo sem mencionar a pesquisa enquanto princípio pedagógico, pois conforme Ramos (2014, p. 93), a pesquisa deve estar “presente em toda a educação escolar dos que vivem/viverão do próprio trabalho”. A partir dessa possibilidade investigativa no ambiente escolar, os estudantes poderão realizar uma leitura crítica acerca das perspectivas que lhe são apresentadas e diante desse contexto, terão como analisar as diversas possibilidades de atuação.

O incentivo à pesquisa em todas as etapas educacionais, possibilita que crianças, jovens e adultos possam contribuir de forma significativa no contexto científico, pois não estarão vinculados somente à produção de bens com a finalidade de atender a uma demanda mercadológica, mas instigados a conhecer, refletir e aderir a um propósito coletivo.

A vinculação da educação profissional com os pressupostos da formação humana, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio educativo, conforme Ramos (2014), contribuem para uma perspectiva mais ampla de educação profissional agregando trabalho, ciência, tecnologia e cultura num projeto de formação ampla e integrada de cidadãos conscientes, ativos, críticos e autônomos diante do multifacetado contexto do mundo do trabalho.

3.3 Os Sentidos da Integração e a Perspectiva Histórico-Dialética da Formação Humana

O Decreto nº 2.154/2004, conforme Ramos (2014 e 2017), restabeleceu a possibilidade de integração do Ensino Médio e da Educação Profissional. Mesmo considerado polêmico e tendo um caráter muito mais de orientação do que de imposição, o referido

decreto normatiza essa forma de articulação. Nessa perspectiva, é relevante mencionar que os sentidos inerentes ao processo de integração da Educação Profissional ao Ensino Médio não são estanques, pois estão imbricados numa perspectiva histórico-dialética da formação humana (RAMOS, 2017).

O sentido filosófico da integração, conforme Ramos (2014 e 2017) está vinculado à construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e as práticas inerentes a esse projeto, considerando a perspectiva histórica e social da formação humana. E dessa forma, a concepção de Ensino Médio Integrado:

compreenderia o ser humano como produto das relações histórico-sociais e, nesses termos, a própria realidade. A formação humana é o processo de reprodução dessa realidade em cada ser, de modo que ele possa apreendê-la, criticá-la e transformá-la. O projeto político- pedagógico visa integrar as dimensões fundamentais da práxis social – trabalho, ciência e cultura – na formação dos estudantes. (RAMOS, 2017, p. 38 - 39).

Sendo assim, o aspecto filosófico está vinculado à superação de uma perspectiva estritamente econômica dando base à formação dos cidadãos. Requer, nesse sentido, analisar a economia imbricada ao tecido histórico, emaranhada numa teia de relações sociais que percebe os sujeitos enquanto partícipes num processo de “produção social necessária à existência humana”. Dessa forma, a práxis econômica histórica:

implica a produção social necessária à existência humana e este seria o fundamento do trabalho, que, na sociedade moderna, determinou a especialização da produção, ordenando assim, a criação das profissões e a correlata formação. A profissionalização, sob essa perspectiva, se opõe à simples formação para o mercado de trabalho, mas incorpora conteúdo histórico-científico e valores ético-políticos que caracterizam a práxis humana. (RAMOS, 2017, p. 39).

Nesse contexto, o projeto político pedagógico da escola, além de “integrar as dimensões fundamentais da práxis social – trabalho, ciência e cultura – na formação dos estudantes”, deve considerar que a formação humana está relacionada com a reprodução da realidade em diversos contextos. E nessa perspectiva, é relevante que além da compreensão da realidade, seja possibilitado aos estudantes uma perspectiva crítica e emancipatória de transformação social (RAMOS, 2017, p. 39).

Para Ramos (2017), o sentido ético-político da integração configura-se, enquanto essência da integração, ou seja, a inseparabilidade da educação básica e profissional, portanto não se pode admitir que:

as pessoas possam se formar técnica e profissionalmente sem apreender os fundamentos da produção moderna em todas as dimensões. Não se pode admitir, igualmente, que a estrutura educacional comporte ramos profissionalizantes desvinculados da formação básica. É preciso que a política educacional contemple a relação de requisitos entre as respectivas etapas formativas e no interior de um mesmo currículo. (RAMOS, 2017, p. 39).

Garantir essa perspectiva da integração é prerrogativa para formação de cidadãos críticos e conscientes de sua função social. Dessa forma, a atuação dos sujeitos não fica restrita a atuação profissional pois vai exigir não apenas conhecimentos específicos para execução de uma determinada atividade laboral, mas uma atuação mais abrangente, multidimensional que vai requerer dos jovens e adultos uma “formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (CIAVATTA, 2005, p. 20).

Diferente da profissionalização compulsória evidenciada na Lei nº 5.652/1971, o Decreto nº 5.154/2004 explicitava em sua trajetória um contexto de luta, de resistência em benefício da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, o objetivo não era mais obrigar um direcionamento profissional para todos a partir de visão tecnicista e mercadológica conforme proposto na LDB de 1971, mas ampliar o horizonte de atuação possibilitando uma formação ampla, integral, considerando aspectos direcionados ao viés histórico e dialético da complexa formação humana. Dessa forma, o estudante teria acesso a uma “formação básica sob a referência do trabalho” (RAMOS, 2017, p. 40 - 41).

Porém, um dispositivo legal não indica a efetivação dessa experiência educacional, sendo necessária, vontade política, mobilização social e condições específicas para sua consolidação, conforme alerta Ciavatta (2005). Nesse sentido, a proposta de integração do Ensino Médio à Educação Profissional teve como espaço de excelência as instituições da rede federal, pois “havia condições materiais de infraestrutura administrativa e didático-pedagógica, bem como de trabalho e formação docentes compatíveis com uma educação pública, laica e de qualidade socialmente referenciada” (RAMOS, 2017, p.41).

Os sentidos epistemológico e pedagógico estão baseados na compreensão de que os conhecimentos sistematizados se entrelaçam numa perspectiva histórica, portanto não devem ser analisados desvinculados da complexa dinâmica social. Sendo assim, a “conceituação do real oriunda do movimento de investigação de seus fenômenos, motivado pelos problemas que a humanidade se coloca e se dispõe a resolver” (RAMOS, 2017, p.41).

Inseridos no processo de apreensão da realidade concreta e reconhecendo-se enquanto partícipes, os sujeitos vão constituindo “os múltiplos processos sociais de produção

material e simbólica”. Dessa forma, podem interferir de forma consciente nos processos produtivos e observar a sua realidade social a partir de uma análise mais crítica acerca das atividades profissionais. Logo, “os conhecimentos que permitem sua compreensão nas suas múltiplas dimensões se tornam uma necessidade, de forma que os conteúdos de ensino adquirem sentido não somente científico, mas também social e histórico” (RAMOS, 2017, p. 42).

Nessa trajetória rumo ao conhecimento, a integração da formação geral e técnica evidencia-se como necessidade, pois a formação propedêutica possibilita uma compreensão mais ampla da vida social com “conteúdos de formação específica quando são desenvolvidos e apropriados com finalidades produtivas de caráter tecnológico, social e cultural, chegando a caracterizar as especificidades de determinados processos de produção”. Enquanto na formação técnica, a vinculação com as demandas produtivas indica mobilidade, pois “o estatuto de geral e específico de algum conhecimento pode se alterar conforme os processos produtivos” (RAMOS, 2017, p. 42).

Dessa forma, Ramos (2017) destaca que o currículo integrado deve ser organizado visando “corresponder ao pressuposto da totalidade do real como síntese de múltiplas determinações”. Considerando essa perspectiva, o sentido pedagógico reside nas “formas de selecionar, organizar e ensinar os conhecimentos destinados à formação pretendida” (RAMOS, 2017, p. 43). Nesse processo, a problematização tem um papel fundamental, pois possibilita uma análise mais ampla, abrangendo diversas dimensões que contribuirão para uma compreensão vinculada à totalidade social e não apenas entrincheiradas em disciplinas estanques. Dessa forma, a interdisciplinaridade torna-se necessidade, pois tem como objetivo “cumprir com o propósito de que os conteúdos sejam apreendidos como um sistema de relações”, possibilitando assim “identificar relações com conteúdo de campos distintos” (RAMOS, 2017, p. 43).

Conforme Ramos (2017), a proposta curricular integrada tem uma estrutura complexa, pois requer além da participação ativa dos sujeitos no processo permanente de elaboração, uma estreita vinculação dos sentidos filosófico, ético-político, epistemológico e pedagógico, pois considerando a totalidade social “as contradições são tidas como relevantes e trabalhadas mediante uma análise crítica do conhecimento e da sociedade” (RAMOS, 2017, p. 47). E nessa perspectiva, possibilitar aos estudantes acesso aos conhecimentos científicos, abrangendo as perspectivas de problematização dos processos produtivos em diversas instâncias contribuirá para uma “formação humana plena, tendo o trabalho como princípio

educativo em um currículo centrado nas dimensões fundamentais da vida: o trabalho, a ciência e a cultura” (RAMOS, 2017, p. 47).

E na perspectiva de atingir os propósitos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional foi lançado em 2007, o Programa Brasil Profissionalizado. Mesmo com a possibilidade de um programa voltado especificamente para as demandas da integração do Ensino Médio à Educação Profissional, é importante mencionar que a materialização dessa proposta pedagógica se apresenta enquanto compromisso de todos, pois não é possível aguardar as condições ideais para dar início a um projeto de tamanha relevância.

3.4 O Programa Brasil Profissionalizado: incentivo à integração do Ensino Médio à Educação Profissional

Antes de contextualizar as especificidades referentes ao Programa Brasil Profissionalizado (PBP) é relevante mencionar o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. O referido documento foi lançado apenas três após a homologação do Decreto nº 2.154/2004, conforme Ramos (2014). Esse documento, publicado no segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007, tem como objetivo “orientar os sistemas de ensino no desenvolvimento dessa política como base no princípio da integração entre trabalho, ciência e cultura” (RAMOS, 2014, p. 78).

Mesmo com a publicação do Decreto nº 2.154/2004, um longo percurso em direção a possibilidade de integração do Ensino Médio à Educação Profissional estava sendo trilhado. E num cenário de incertezas e disputas políticas, considera-se o espaço temporal de três anos para o lançamento do documento base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio como uma contradição acerca do discurso de priorização do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Ramos (2014) aponta que o segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, alinha uma nova perspectiva para a Educação Profissional, pois “importantes políticas foram direcionadas à Educação Profissional e Tecnológica. Todas elas, em certa medida, contemplam, a integração entre educação profissional e o ensino médio”. Tendo fator de relevância a publicação no *site* da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, o documento base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (RAMOS, 2014, p.77). O documento supracitado foi publicado em dezembro de 2007, tendo como autores os professores Dante Henrique Moura, Sandra Regina de Oliveira Garcia

e Marise Nogueira Ramos. A coordenação editorial foi realizada pelo professor Dante Henrique Moura. Na apresentação do documento base consta que esse material:

propõem-se a contextualização dos embates que estão na base da opção pela formação integral do trabalhador, expressa no Decreto no 5.154/2004, apresentando os pressupostos para a concretização dessa oferta, suas concepções e princípios e alguns fundamentos para a construção de um projeto político-pedagógico integrado. (BRASIL, 2007a, p. 4).

Porém, para que essa forma de articulação se efetive além de um arcabouço teórico-metodológico, aspectos legais e financiamento, deve haver também o comprometimento da sociedade civil com essa política educacional, pois “a intenção é de que a sociedade civil se comprometa com essa política, considerando-a necessária e adequada à formação da classe trabalhadora brasileira no sentido de sua autonomia e emancipação” (BRASIL, 2007a, p. 9).

Nesse sentido, o documento base é dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo denominado Panorama da Educação Profissional e do Ensino Médio: (des)construções a partir da década de 1980, dividido em quatro subcapítulos compostos pelos Antecedentes históricos; A última etapa da Educação Básica e a Educação Profissional na Constituinte de 1988 e na gênese da LDB (Lei Nº 9.394/1996); A Reforma da Educação Profissional da Segunda Metade dos Anos 1990: o Decreto nº 2.208/1997 e o Proep; Uma nova chance para a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional: o Decreto nº 5.154/2004. Esse capítulo visa trazer contribuições para a compreensão histórica da Educação Profissional no Brasil considerando o contexto da histórica dualidade entre formação geral e educação profissional (BRASIL, 2007a).

O segundo capítulo intitulado Por uma Política Pública Educacional de Integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é composto por quatro subcapítulos: a articulação entre as políticas setoriais do Estado brasileiro; a necessária interação entre o MEC e os sistemas de ensino; Quadro docente próprio e sua formação; Financiamento. Neste capítulo, os autores buscaram evidenciar que a política de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional tem suas especificidades, portanto, deve ser efetivada considerando fatores primordiais para a sua consolidação como as devidas conexões entre o Ministério da Educação, as políticas setoriais e os sistemas de ensino, além de questões relativas ao financiamento dessa política educacional e a formação docente adequada para atuar na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007a).

O terceiro capítulo e o quarto capítulo do documento base abrangem a essência do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, considerando o arcabouço teórico relativo à

integração a partir das concepções e dos princípios relativos à formação humana integral. Sendo o terceiro capítulo mais denso composto por cinco subcapítulos, trazendo aspectos relativos à Formação humana integral; Trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis da formação humana; O trabalho como princípio educativo; A pesquisa como princípio pedagógico: o trabalho de produção do conhecimento; A relação Parte-Totalidade na proposta curricular. E o quarto capítulo com uma relevante contribuição sobre alguns fundamentos para a Construção de um PPP Integrado, compilado num único capítulo (BRASIL, 2007a).

A intenção desse documento além de orientar os sistemas de ensino é publicizar os aspectos relativos à proposta de integração do Ensino Médio à Educação Profissional no intuito de evidenciar uma formação voltada para a:

edificação da autonomia intelectual dos sujeitos frente à (re)construção do conhecimento e outras práticas sociais, o que inclui a conscientização e a autonomia diante do trabalho. Isso significa contribuir, entre outros aspectos, para o desenvolvimento das capacidades de, ao longo da vida, interpretar, analisar, criticar, refletir, rejeitar ideias fechadas, aprender, buscar soluções e propor alternativas, potencializadas pela investigação e pela responsabilidade ética assumida diante das questões políticas, sociais, culturais e econômicas. (BRASIL, 2007a, p. 49).

Nesse sentido, objetiva-se uma formação ampla, integral comprometida com a emancipação social da classe trabalhadora, em detrimento de um reducionismo direcionado apenas para a preparação profissional visando atender as demandas dos setores produtivos. E para que uma proposta de integração do Ensino Médio à Educação Profissional se efetive, um dos aspectos relacionados a sua consolidação é o financiamento. Dessa forma, o Programa Brasil Profissionalizado foi criado em 12 de dezembro de 2007, normatizado pelo Decreto nº. 6.302. O referido programa tem a finalidade de incentivar o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, evidenciando nessa trajetória “a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional”, para atingir esse objetivo, aspectos relativos à “realidade concreta no contexto dos arranjos produtivos e das vocações sociais, culturais e econômicas locais e regionais” são considerados no intuito de possibilitar uma formação direcionada ao desenvolvimento das potencialidades dos jovens e dos adultos trabalhadores a partir de uma perspectiva crítica e autônoma diante do trabalho (BRASIL, 2007b, p. 4). Nesse sentido, o Programa Brasil Profissionalizado tem como objetivos:

I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira; II - desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos; III - propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais; IV - fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional,

pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade a distância; V - contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional; VI - incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos; VII - fomentar a articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem, na forma da legislação; e VIII - fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio. (BRASIL, 2007b).

E para auxiliar nesse processo, o Programa Brasil Profissionalizado, possibilita:

por meio da prestação de assistência financeira para construção, ampliação, modernização e adequação de espaço físico; construção de laboratórios de física, química, biologia, matemática, informática e os recomendados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos da SETEC; aquisição de acervo bibliográfico; material de consumo e formação de docentes, gestores e pessoal técnico-administrativo. (BRASIL, 2007b, p. 4).

Dessa forma, conforme especificado no artigo 2º do Decreto nº 6.302/2007, o referido programa possibilita suporte financeiro às ações relativas ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, a partir de “seleção e aprovação de propostas, formalizadas pela celebração de convênio ou execução direta, na forma da legislação aplicável”. E quanto ao processo de seleção de propostas referentes ao PBP, um comitê será “criado especificamente para os fins do Programa Brasil Profissionalizado, e basear-se-á em metas, critérios de priorização e pré-requisitos fixados pelo FNDE¹⁶”, conforme explicitado no artigo 4º do Decreto nº 6.302/2007 (BRASIL, 2007b).

No que se refere às despesas decorrentes do PBP, no artigo 5º consta que “correrão à conta de dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC e FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a assistência financeira concedida com as dotações orçamentárias existentes”. Ficando o FNDE responsável pelo acompanhamento da execução físico-financeira dos convênios, conforme artigo 6º; e o MEC, responsável pela coordenação da implantação, o acompanhamento, o monitoramento, a supervisão e a avaliação do Programa Brasil Profissionalizado, conforme especificado no artigo 7º do Decreto nº 6.302/2007 (BRASIL, 2007b).

Considerando as especificidades do PBP, verificou-se o enfoque nos sistemas estaduais, “mediante a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integrado”, conforme Ramos (2014, p. 79). Quanto à rede federal que, conforme a Lei nº

¹⁶ Autarquia federal, responsável pela execução de políticas educacionais com a função de transferir recursos financeiros e prestar assistência técnica nos âmbitos municipal, estadual e federal. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>. Acesso em: 30 out. 2021.

11.892, de 29 de dezembro de 2008, institucionalizou os Institutos Superiores de Educação, Ciência e Tecnologia, antes denominados Escolas Técnicas e CEFETs, capilarizando a demanda do ensino superior vinculando a “pesquisa e o desenvolvimento científico-tecnológico”; teve seu incentivo à implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional relacionado à “exigência de que os Institutos Federais ofereçam pelo menos 50% de suas vagas aos 80 cursos integrados” (RAMOS, 2014, p. 79).

Neste sentido, Ramos (2014) alerta para o delineamento do percurso da integração do Ensino Médio à Educação Profissional nas redes estaduais e na rede federal, pois um importante questionamento é se essa concepção de integração estará vinculada de forma efetiva na essência pedagógica dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio ofertados nessa rede. Dessa forma, os cursos técnicos atenderão ou não a “perspectiva da educação tecnológica vinculada aos princípios científicos da produção social ou retomam a ideologia de formar para o mercado de trabalho” (RAMOS, 2014, p. 80).

Nessa perspectiva, Ramos (2014) esclarece que o arcabouço de uma política pública para atender a integração do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, deve estar vinculada a três características, sendo elas relacionadas ao sistema público, ao financiamento e as orientações político-pedagógicas, ou seja:

a) implicam, respectivamente, as redes estaduais e a federal, atingindo, então, a totalidade do sistema público que atua na educação profissional; b) apresentam metas físicas e financeiras claras; c) particularmente no primeiro caso, vêm acompanhados de um documento básico que dispõe sobre princípios e diretrizes fundamentais para as ações políticas e pedagógicas realizadas sob a sua égide. (RAMOS, 2014, p. 80).

Dessa forma, retomou-se a importância de um debate profícuo sobre a proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nos espaços escolares, pois para sua efetiva implantação além das condições adequadas relacionadas à estrutura física, financiamento e formação de professores, é preciso também que a “comunidade escolar se convença da pertinência de implantá-lo e se mobilize para isso” (BRASIL, 2007a, p. 53). Caso não ocorra essa mobilização, será apenas uma política do MEC, uma determinação da Secretaria da Educação, sem nenhuma vinculação com a comunidade escolar e os seus anseios.

4 ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO DAS EEEPS

Este capítulo versa sobre a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no Ceará. Foi estruturado em dois subcapítulos, sendo o primeiro destinado aos Antecedentes Históricos da Educação Profissional no Ceará abrangendo desde as experiências de Educação Profissional no período colonial à implantação da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará, tendo como referência as transformações ocorridas na rede federal de Educação Profissional no Ceará.

Além de artigos, dissertações e teses, as obras de referência para a realização deste estudo foram: **História da Educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos** (2002), de autoria das professoras Sofia Lerche Vieira e Isabel Sabino de Farias; **Os cem anos do CEFET/CE: compromisso social, desenvolvimento tecnológico e aproximação com o mercado** (2017), do professor Deribaldo Santos; e a obra **História do Ceará** (2018), do professor Airton de Farias.

O segundo subcapítulo foi destinado à caracterização das Escolas Estaduais de Educação Profissional, considerando aspectos relativos aos eixos pedagógico, administrativo e financeiro. Para a realização deste estudo foram utilizados como referência os documentos produzidos pela Secretaria da Educação do Ceará em parceria com a Coordenadoria de Educação Profissional como os **Referenciais para as EEEPs** (2013); o **Relatório de Gestão: “o pensar e o fazer da educação profissional no Ceará – 2008 a 2014”** publicado em 2014; o **Guia de Rotinas Pedagógicas das EEEPs** (2014); o **Guia do Estágio das EEEPs** (2017).

4.1 Antecedentes Históricos da Educação Profissional no Ceará

Apesar das Escolas Estaduais de Educação Profissional, surgirem no século XXI, a Educação Profissional no Ceará teve início mais efetivo no século XX com a Escola de Aprendizizes Artífices, inaugurada em 1910, conforme Sidou (1979, p. 113, *apud* SANTOS, 2017, p. 27). Porém, nos séculos anteriores também foram registradas atividades educacionais relacionadas à profissionalização no Estado do Ceará. Nessa perspectiva, antes de adentrar no contexto histórico e educacional é relevante mencionar três pressupostos básicos relativos à região nordeste, e em especial, o Estado do Ceará, que segundo Andrade (2010) são: a tardia

colonização do Siará Grande¹⁷ apenas no século XVII; a dependência fiscal e administrativa às capitanias do Maranhão e de Pernambuco que resultaram em entraves quanto ao desenvolvimento da capitania Siará Grande; e o período de secas que assolou uma grande dimensão do território do sertão cearense. Essas premissas devem ser consideradas para que as especificidades da região nordeste sejam analisadas sem uma suposta padronização da educação no território brasileiro.

No âmbito oficial, a colonização do Ceará remonta ao século XVII. Sendo de 1603, a pioneira bandeira exploratória ao interior chefiada pelo capitão-mor, Pero Coelho de Sousa, que percorreu as seguintes regiões:

Rio Jaguaribe, Barra do Ceará, Outeiros dos Cocos, Enseada Grande do Âmbar (Jericoacoara), chegando ao sopé da Serra da Ibiapaba, onde teriam ocorrido enfrentamentos entre seu grupo franceses e índios hostis. O comando da bandeira seria repassado a Simão Nunes, que realizaria a segunda viagem ao Ceará, na companhia de sua família, tendo Martim Soares Moreno como um de seus ajudantes. Outro fato a registrar neste período refere-se à vinda de dois jesuítas (1607), com a missão de evangelizar os habitantes nativos”. (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 39).

E mesmo que tenham sido iniciativas frustradas, revelam o anseio de explorar o território cearense, pois em 1611, Martins Soares Moreno empreende uma outra expedição em terras alencarinas. E nesse período, destacam-se a construção do Forte de São Sebastião, na Barra do Ceará, a fundação do forte Schoonenborch que passa a ser denominado Forte Nossa Senhora da Assunção, após ocupação dos portugueses depois do “afastamento definitivo dos holandeses” (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 40).

No aspecto econômico, cabe mencionar que o Ceará não era um território atrativo para a metrópole, pois não tinha as riquezas naturais procuradas pelos exploradores. Nessa perspectiva, “a colonização do Ceará se dá, a princípio, através da expansão da pecuária e, numa segunda fase, da lavoura de algodão” (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 40). A pecuária entrou na fase de declínio no final do século XVIII, dando espaço para o aumento da produção de algodão, no século XIX, pois antes era “praticada em pequena escala pelos habitantes nativos, passa a ser cultivada em propriedades de médio e grande portes, sobretudo a partir da revolução industrial”. A elevação da produção de algodão foi motivada pela Guerra da Secessão nos Estados Unidos e a partir de então o consumo do mercado externo requer

¹⁷ Será utilizada essa designação para denominar a capitania cedida a Antônio Cardoso de Barros, provedor-mor do Brasil, em meados do século XVI. Mesmo com grafias diferentes, refere-se “na maior parte das vezes, a região no entorno do rio que possui o mesmo nome, localizado aproximadamente no centro do litoral cearense” (ROLIM, 2012, p. 1).

uma demanda em maior escala para atender as necessidades do comércio internacional (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 40 - 41).

Quanto às atividades educacionais relativas ao âmbito profissional no Estado do Ceará, Vieira e Farias (2002), alertam que essas atividades refletem o legado jesuítico referente ao ensino profissional voltado às atividades de tecer, coser e tear. A Educação no século XVIII, estava dividida em aprendizagem voltada para primeiras letras, afazeres domésticos e profissionalização, sendo de 1759 a implantação da primeira escola da capitania cearense com a aprovação do governo português (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 60 - 61). Conforme Andrade (2006), em meados do século XVIII, foram criadas escolas com o consentimento do governo português em algumas vilas do território cearense, porém a instrução pública no Ceará só foi legitimada no século XIX através da Lei Geral Imperial de Ensino, em 1827, aliada à Lei Provincial, de 1833, ratificando a criação de escolas de primeiras letras de ensino monitorial no território cearense.

Para Vieira e Farias (2002), o ano de 1844 é emblemático para a educação cearense em função da criação do Liceu. A partir da fundação do Liceu, as escolas “ganham identidade, passando a ser nomeadas não pelos seus mestres, mas por um nome próprio”. Essa escola, configura-se enquanto instituição educacional voltada para acolher “os filhos da elite cearense”, representando, portanto, um “modelo de escola da erudição, da ordem e da disciplina” (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 110). Além do Liceu, destacaram-se conforme Astigarraga (2006, p. 113), no século XIX, as experiências escolares do Colégio dos Educandos, em 1856, na Capital da Província; e a Colônia Cristina, em 1880, no município de Redenção. Inicialmente, voltadas para abrigar os órfãos e desvalidos da sorte que viviam em situação de vulnerabilidade social, depois voltadas ao ensino profissional. Em 1863, o Colégio dos Educandos passou a oferecer oficinas de funilaria, alfaiataria, marcenaria e sapataria; e na colônia Cristina; as oficinas de costura, fabricação de renda e meias eram destinadas ao público feminino e as oficinas de tornearia, sapataria, carpintaria e ferraria eram voltadas para o público masculino. Além dessas instituições voltadas para a formação profissional, destacaram-se outras instituições como “a Fênix Caixeiral (1891), voltada para o aperfeiçoamento profissional dos caixeiros; a Escola do Comércio do Ceará” que passou a funcionar efetivamente no início do século XX, porém teve seu processo iniciado em 1889, de acordo com Vieira e Farias (2002, p. 144).

No Século XIX, no final da Monarquia, conforme Vieira e Farias (2002), o panorama da educação cearense era representado por 205 escolas públicas primárias; 31 escolas

privadas de instrução primária; e escolas de instrução secundária abrangendo o Liceu, 1 escola da rede privada de ensino, 1 escola normal e o Seminário Menor.

No Ceará, a primeira década do século XX é marcada pela dominação Acciolina. Com a chegada do período republicano, uma nova ordem se instaura e dessa forma os ideais do período imperial são enterrados. Com a primeira constituição republicana de 1891 uma trajetória de elevação do poder e independência dos Estados é representada a partir do exercício pelo “controle da máquina administrativa, dominada por grupos oligárquicos”. Em 1896, Nogueira Accioly, assume o poder representando um período político marcado pela “dominação autoritária, nepótica, despótica, corrupta e monolítica, que se estenderia até 1914” (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 128 - 129).

Na segunda metade do século XIX, evidenciam-se instituições educacionais “com identidade própria” como o Colégio Pedro II, localizado no Rio de Janeiro, tornando-se referência para a criação de instituições similares em território nacional, a exemplo do colégio Liceu do Ceará e da Escola Normal. Nessa perspectiva, a primeira república é marcada por um período de manutenção de escolas privadas e públicas, mas também pelo surgimento de escolas militares e instituições de âmbito profissional como a escola Fênix Caixeiral (1891) destinada a profissionalização de caixeiros; a Escola de Comércio do Ceará, fundada, suprimida e recriada durante o Império, em 1889, mas efetivamente em funcionamento no ano de 1913; e a criação da Escola de Aprendizes Artífices, em 1910, de acordo com Vieira e Farias (2002, p. 138 e 144). Devido a diversidade de experiências de educação profissional no Estado do Ceará, o foco será a Escola de Aprendizes Artífices e a sua transformação no decorrer do século XX e na primeira década do século XXI.

No início do século XX, ocorreu a inauguração da Escola de Aprendizes Artífices, no Estado do Ceará. De acordo com Sidou (1979 *apud* SANTOS, 2017), a referida escola foi implantada em 1910, no dia 24 de maio; e assim como as outras escolas previstas no Decreto nº 7.566, de 1909, a infraestrutura dessa instituição escolar era precária e os recursos financeiros insuficientes:

O Decreto no 7.566, de 23 de setembro de 1909, respaldado na publicação da Lei no 1.606, de 29 de dezembro de 1906, emanado pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha, logo no seu primeiro artigo, determina a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional, primário e gratuito, em todas as capitais dos Estados da Federação. (SANTOS, 2017, p. 20).

Conforme determinado no Decreto nº 7566, as escolas de aprendizes artífices deveriam funcionar adaptando-se à estrutura de edifícios pertencentes à União ou cedidos

pelos governos locais. Essas escolas tinham como objetivo a “formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários ao estado em que funcionasse a escola, observando as especialidades da indústria local” (CUNHA, 2005, p. 56). No Estado do Ceará, a Escola de Aprendizizes Artífices passou a funcionar em edifícios públicos emprestados, pois não havia uma infraestrutura específica para essa escola. Conforme Nobre (2001), a Escola de Aprendizizes Artífices¹⁸ possibilitava aos jovens cearenses vindos do interior do Estado uma alternativa de aprender um ofício e considerando o cenário de extrema pobreza em que viviam, a emigração tornou-se a alternativa mais viável.

Antes de adentrar no contexto das décadas de 1930 e 1940, é importante mencionar o saldo da Reforma Lourenço Filho, a partir da Lei nº 1.953, de 1922. Justiniano de Serpa (1920-1923), presidente do Ceará, trouxe como proposta de campanha política a Reforma da Instrução Pública e para liderar esse processo Manoel Bergström Lourenço Filho¹⁹ chega ao Ceará. Esse processo torna o educador paulista, uma referência na memória educacional cearense, porém Vieira e Farias (2002) atentam que apesar da reforma ter representado um marco na história da educação cearense, a novidade reformista vai perdendo os ares de modernidade e voltando ao tradicionalismo, pois:

A reforma da Instrução Pública Cearense não surgiu como um movimento oriundo dos professores por viverem as carências do sistema educacional e, portanto, baseada na consciência de conhecimentos de causa. Também não se constituiu um fenômeno vindo de prévios princípios doutrinários políticos que conduzisse a uma reforma, na qual existisse relação real entre as medidas adotadas e as circunstâncias histórico-ideológicas que constituíssem a ambiência social da época, nem tão pouco foi produto de um processo de expansão em remodelação que justificasse uma mudança. (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 159).

Dessa forma, o final da Primeira República anuncia no cenário educacional nacional e local, pequenos sinais de transformação, pois conforme Vieira e Farias (2002, p. 162), “ainda que a educação, como um todo permanecesse muito a nível de discurso, elementos de sua efetivação e sistematização começam a tecer lentamente alguns sinais de mudança”. Nesse período, a Era Getulista no Ceará é marcada pela dinâmica do poder autoritário dando força para a consolidação das oligarquias no território cearense; e com a nomeação de

¹⁸ As oficinas iniciais foram de tipografia, sapataria, marcenaria, carpintaria, serralheria e ferraria. Disponível em: <https://ifce.edu.br/memorial/memorial-do-ifce>. Acesso em: 11 nov. 2021.

¹⁹ Jovem educador paulista que chegou ao Ceará em 1922 a pedido de Justiniano de Serpa, Presidente do Ceará (1920-1923), para efetivar a reforma cearense de instrução pública, de acordo com Vieira e Farias (2002, p. 154 - 155).

interventores para gerir o Estado, os abusos políticos e administrativos deram a tônica desse período interventorial (1930-1935).

Sob o signo da centralização, a primeira fase do Estado Getulista no Ceará revela uma agitação política e sociocultural intensa, desencadeando um clima de renovação do movimento estudantil com a criação do Centro Estadual Cearense (CEC), em 1931; instalação do Museu do Estudante, em 1934; implantação da Academia Centrista de Letras, em 1943. Porém, esse movimento vai cedendo espaço para o silenciamento de vozes, pois diante do avanço do autoritarismo a atuação cultural e política fica estremecida nesse período de intensa repressão. De acordo com Vieira e Farias (2002, p. 182), o dinamismo do Centro Estadual Cearense merece destaque pois “foi responsável por fundar e manter várias escolas primárias noturnas, cuja prioridade era atender os filhos dos operários”. Além dessa iniciativa do CEC, a partir do Decreto nº 1.495 de 1935, foram fundadas as escolas proletárias noturnas, voltadas para crianças que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino primário em função da realização de atividades laborais. Para esse público o ensino era direcionado para questões práticas, no entanto Vieira e Farias (2002, p. 192), alertam que essa experiência educacional se configura enquanto uma “escola compensatória” e não representa uma abordagem inovadora no campo educacional, mas traz à tona o problema social referente ao trabalho infantil.

A segunda fase do estado Getulista, caracteriza-se assim como a primeira fase, pautada no autoritarismo e fiscalização. Nesse período, as delegacias regionais de ensino são implementadas a partir do Decreto-Lei nº 247, de 25 de maio de 1938, sendo de competência dos delegados regionais “as tarefas de inspeção e orientação técnico-pedagógica junto às escolas sob sua jurisdição”. Nessa fase, Vieira e Farias (2002) alertam para a propagação de elementos cívicos e patrióticos como premissas para a formação social dos estudantes.

Destaca-se nessa fase, a instalação da Escola de Aprendizes Artífices no prédio da extinta Escola de Aprendizes Marinheiros, em 1932, no bairro Jacarecanga, conforme Sidou (1979 *apud* SANTOS, 2017). A referida escola permaneceu no estabelecimento de ensino naval por sete anos consecutivos. Em 1937, devido à reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública em conformidade com a Lei nº 378, de 13 de janeiro, decretada pelo presidente Getúlio Vargas; as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a ser denominadas Liceus, conforme especificado no artigo 37:

A Escola Normal de Artes e Offícios Wenceslão Braz e as Escolas de Aprendizes Artífices, mantidas pela União, serão transformadas em Lyceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e grãos. Paragrapho unico. Novos Lyceus

serão instituídos, para propagação ensino profissional, dos vários ramos e grãos, por todo o território do Paiz. (BRASIL, 1937).

No Ceará, os anos de 1937 a 1945, são marcados pelo autoritarismo do interventor do Estado Novo, Menezes Pimentel. E como resultado da intensa repressão, vozes da resistência vão se avolumando e ganhando uma acústica cada vez mais vibrante tanto no cenário nacional quanto local. Com o fim da Era Vargas, os partidos políticos eram considerados a novidade do processo de redemocratização. Nessa perspectiva, em 1947, a União Democrática Nacional (UDN), partido político de oposição à ditadura generalista, venceu o Partido Social Democrático (PSD), partido vinculado ao interventor estadual Menezes Pimentel. Assume então o juiz de Direito Faustino de Albuquerque, sendo derrotado em 1950 por Raul Barbosa, candidato do PSD (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 216).

Considerando um cenário de reestruturação política e econômica a nível nacional e local, em 1939, devido à reformulação da rede federal em função da necessidade de modernização para atender as demandas dos setores produtivos, o governo brasileiro adotou medidas mais direcionadas à formação de mão de obra qualificada visando uma possibilidade de abrangência ou fundação de empresas do setor industrial. Em 1940, Sidou (1979, p. 126 *apud* SANTOS, 2017, p. 57) destaca que ocorreu outra transformação na denominação da Escola de Aprendizes Artífices, passando a designação de Liceu Industrial de Fortaleza, em 1941, a partir de um despacho do Ministro Capanema, em 28 de agosto. Dessa forma, na primeira metade do século XX, desde a fundação da Escola de Aprendizes Artífices, muitas foram as mudanças de sede e denominação, demarcando um período de transformações na identidade da rede federal:

instalada, inicialmente no prédio antes ocupado pela Escola de Aprendizes Marinheiros, situado na atual Avenida Alberto Nepomuceno [...]; [...] a Escola de Aprendizes Artífices transferia-se no ano de 1914, para o imóvel ao qual se aquartelava a Milícia Estadual, desta utilizando parte do edifício, à Praça Nogueira Acioly, hoje denominada José de Alencar[...]; [...] em 1932, com a extinção da Escola de Aprendizes Marinheiros [...] a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará sediou-se no edifício que ocupara aquele estabelecimento de ensino naval, situado no bairro de Jacarecanga, tendo ali permanecido por sete anos, até instalar-se no prédio onde funcionara por longos anos, o Liceu do Ceará, na Praça dos Voluntários [...]; Uma nova mutação veio a operar-se, em 1940, quando foi o estabelecimento transferido para a sede da Beneficente da Rede de Viação Cearense, à rua 24 de maio, no 230; [...] em 1952, a Escola Industrial de Fortaleza foi posta a funcionar no prédio construído especialmente para abrigá-la, sito na Avenida 13 de Maio, nº 2081 (SIDOU, 1979, p. 113 *apud* SANTOS, 2017, p. 97).

Na década de 1940, o contexto da Segunda Mundial obrigou o Brasil a efetivar investimento na indústria de base. Como resultado desse cenário, o foco voltou-se para a

Educação Profissional, pois “tornava-se mister voltar as atenções dos investimentos educacionais para a educação profissional”, de acordo com Sidou (1979 *apud* SANTOS, 2017). Dessa forma, as instituições da rede federal passaram por um processo de modernização e adequação espacial com uma estrutura física direcionada aos “fins a que se destinavam”.

Dos anos de 1930 a 1950, o avanço da industrialização no Ceará estava comprometido em decorrência das ações políticas pautadas no coronelismo e das atividades econômicas centradas no setor primário. Nos anos 40, é relevante mencionar a inauguração da Escola Profissional da cidade de Fortaleza, em 1942. Os primórdios dessa escola, que representou o “alicerce do Senai no Ceará, estão vinculados à Rede de Viação Cearense e o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de São Paulo, conforme Braun (2010, p. 70). O engenheiro Antonio Urbano de Almeida, foi convidado para atuar como dirigente do SENAI – CE, em 1943, ficando responsável por duas Delegacias Regionais²⁰. De acordo com Braun (2010, p. 70 - 71), na primeira Escola de Aprendizagem de Fortaleza, foram ofertados os seguintes cursos: carpinteiro, desenho técnico, torneiro mecânico e ajustador mecânico. Dessa forma, o SENAI – CE dava início a sua contribuição como “instituição formadora de educação profissional, para atender com mão de obra qualificada a incipiente indústria que existia no Ceará”. Posteriormente, vinculado ao sistema S, o SENAI integra um conglomerado de qualificação profissional, ofertante de cursos técnicos de nível médio e de formação inicial e continuada. Além do Sistema S, uma extensa rede de escolas técnicas da rede privada atuou na Educação Profissional, no Estado do Ceará.

No contexto político cearense do início da década de 50, o governador Paulo Sarasate (1955-1958) representou o retorno da UDN ao poder no Estado do Ceará. E no período eleitoral seguinte, o cenário político revela que:

nas eleições de 1958 vence a coligação PSD-PTB, tendo à frente Parsifal Barroso. Seu concorrente é Virgílio Távora, cuja força política se consolida nas eleições de 1962, quando a UDN mais uma vez é vitoriosa. Outro líder importante do período é Carlos Jereissati, senador pelo PTB, que se afirma como representante do nacional-desenvolvimentismo, como o estímulo do governo federal. Com Távora, o Ceará irá trilhar um caminho de modernização conservadora, situação que ganha contornos próprios a partir da mudança política desencadeada com a emergência do Regime Militar (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 218).

²⁰ De acordo com Braun (2010, p. 70), o engenheiro Antônio Urbano de Almeida recebeu o convite para ser diretor do SENAI – Ceará, em 1943 e ficou responsável por atuar como delegado de duas regiões. Sendo a 1ª Delegacia Regional do Ceará vinculada aos Estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará; e a 9ª Delegacia Regional do Ceará abrangendo os Estados do Pará e do Amazonas.

O governo de Virgílio Távora (1963-1966) iniciado no regime militar tem como diferencial o perfil político de Távora que se mostra como forte liderança política e exímio administrador. E assim como Juscelino Kubitschek, propõe um plano de Metas para o Estado do Ceará²¹, possibilitando assim, a realização de obras de referência e incentivo a implementação de projetos industriais no Estado do Ceará (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 220). Nesse sentido, o cenário local é marcado pela transformação da base econômica que antes era voltada prioritariamente para as atividades agrícolas para configurar-se numa produção direcionada aos setores da indústria, do comércio e da geração de renda, segundo Farias (2018). Diante desse cenário, constituiu-se uma nova perspectiva no panorama educacional no governo Virgílio Távora, destacando-se o processo de modernização do Estado com a fundação do Distrito Industrial, em Maracanaú; a construção de linhas de transmissão elétrica e pavimentação de rodovias. Conforme Farias (2018), esse contexto de modernização corroborou para que o Ceará se transformasse num Estado atrativo para o setor industrial.

E articulado ao contexto econômico da época, a Escola Industrial de Fortaleza, ganhou a denominação de Autarquia Federal, em 1950, passando a formar profissionais técnicos de nível médio. Quanto à organização curricular, os cursos ofertados pela Escola Industrial de Fortaleza, devem conforme especificado no artigo 6º da Lei nº 3.552, de 1959 “adaptar-se às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica, articulando com a indústria e atendendo às exigências do mercado de trabalho da região a que serve a escola” (BRASIL, 1959).

Considerando o contexto de urbanização no Estado do Ceará, era exigido da classe trabalhadora qualificação para adentrar no mercado de trabalho. Nesse sentido, a rede federal de ensino vivencia intensas transformações para atender as determinações mercadológicas, passando a denominação de Escola Industrial Federal do Ceará, através da Lei nº 4.759, em 20 de agosto de 1965. E conforme especificado no artigo 1º, “As universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado” (BRASIL, 1965).

Em 1968, ocorreu uma nova alteração a partir da Portaria Ministerial nº 331/1968 modificando a denominação de Escola Industrial do Ceará para Escola Técnica Federal do

²¹ O PLAMEG 1 contempla medidas políticas, administrativas e fiscais a serem praticadas pelo Estado (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 220).

Ceará (ETFCE) com oferta de cursos técnicos de nível médio nas áreas de Turismo, Mecânica, Telecomunicações e Química Industrial, de acordo com Braun (2015, p. 145).

No contexto nacional e local, as Escolas Técnicas tiveram a “oportunidade de demonstrar a sua capacidade na formação dos trabalhadores de nível médio, sobretudo durante a vigência da Lei 5.692/1971 que estabeleceu a obrigatoriedade da habilitação profissional no então ensino do 2º Grau”, conforme Sousa *et al.* (2006). Mesmo num cenário de dificuldades, considerando o período político e os desafios da profissionalização compulsória, a Escola Técnica Federal do Ceará:

procurava oferecer uma educação de qualidade, utilizando a infraestrutura das suas instalações, o compromisso do seu quadro docente e sua reconhecida experiência na preparação para o trabalho, apesar das dificuldades e limitações, como se verifica na descrição das ações do relatório de 1976, em que reafirma o “empenho em compensar a limitação quantitativa das vagas com o aprimoramento da qualidade do ensino” (BRAUN, 2015, p. 120).

Em 1976, destacou-se a parceria da Escola Técnica Federal do Ceará com o colégio Liceu do Ceará. O convênio da ETFCE com a Secretaria da Educação do Ceará garantia o funcionamento de cursos profissionalizantes no Liceu firmando parceria entre as instituições de ensino. De acordo com Braun (2015, p.156), foram ofertados os cursos de Telecomunicações, Química, Mecânica, Estradas, Edificações e Eletromecânica. A referida parceria atende ao disposto no artigo 3º da Lei nº 5.692/1971:

Art. 3º Sem prejuízo de outras soluções que venham a ser adotadas, os sistemas de ensino estimularão, no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos integrados, por uma base comum e, na mesma localidade:

- a) a reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas;
- b) a entrosagem e a intercomplementariedade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiências de outros;
- c) a organização de centros interescolares que reunam serviços e disciplinas ou áreas de estudo comuns a vários estabelecimentos (BRASIL, 1971).

Além da vinculação entre as instituições, aproveita-se conforme especificado na Lei nº 5.692/1971, a “capacidade ociosa de uns para suprir as deficiências de outros”. E nessa perspectiva, foram criadas 16 turmas, “em regime de intercomplementariedade, de modo seriado anual” no colégio Estadual Liceu do Ceará (BRAUN, 2015, p. 156). Relevante mencionar que durante o período de validade da Lei nº 5.602/71, foi fundado o Centro Interescolar de 2º Grau Governador Adauto Bezerra, em 04 de março de 1976. A referida instituição foi nomeada em homenagem ao governador do Estado do Ceará, o coronel Adauto

Bezerra (1975-1978). A princípio a escola oferecia apenas os cursos técnicos profissionalizantes²², porém com o advento da Lei nº 7.044/82, a instituição continuou com a demanda dos cursos profissionalizantes e iniciou a oferta do 2º grau sem a habilitação profissional específica, conforme estabelecido no artigo 4º § 2º “à preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 1982).

Vieira e Farias (2002), destacam que poucas instituições escolares no Ceará se adequaram à legislação de 1971:

Como consequência, após concluir o 2º grau, a maioria dos alunos não se sentiu apto a candidatar-se a ocupações no mercado de trabalho para os quais formalmente teriam sido habilitados. Depois de dez anos, a reforma é alterada pela Lei nº 7.044/82, que praticamente elimina a obrigatoriedade da oferta de “habilitações profissionais pelas escolas”. (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 276).

Dessa forma, cabe mencionar que o regime militar no Estado do Ceará foi marcado por um longo período de controle dos coronéis, “embora nem todos os governantes tenham tido essa origem”. Dentre os governadores que lideraram o Estado do Ceará, nesta fase, militares e civis, alternam o poder:

O primeiro deles é Virgílio Távora, que exerceu dois mandatos no período (25/03/1963 - 15/03/1967) e (15/03/1979 - 15/03/1982). São também de origem castrense: Aduino Bezerra (15/03/1975 a 15/03/1978) e César Cals de Oliveira Filho (15/03/1971 a 15/03/1975). O segundo e o último governadores do período são civis: Plácido Castelo (15/03/1967 a 15/03/1971) e Luiz Gonzaga Fonseca Mota (15/03/1983 a 1987). (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 265).

O regime militar termina no Estado do Ceará sem a sucessão política de lideranças como Virgílio Távora e César Cals que “faleceram sem deixar sucessores políticos à altura”. No final dos anos 80, uma nova liderança chega ao poder protagonizando uma nova era política no Ceará, sob a liderança de Tasso Jereissati, vinculado a empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC), de acordo com Vieira e Farias (2002).

No decorrer das décadas de 1960 a 1980, a Escola Técnica Federal do Ceará, trilhava um percurso educacional, implementando uma marca de “escola-modelo padrão de

²² Entre os cursos destacaram-se os de: Básica em Eletricidade Parecer nº 4493/75 – C.F.E; Técnico em Contabilidade Parecer nº 45/72 – C.F.E; Básica em Administração Parecer nº 4491/75 – C.F.E; Básica em Crédito e Finanças Parecer nº 3496/75 – C.F.E; Técnico de Enfermagem integrado ao Ensino Médio (EMI) e Técnico de Enfermagem subsequente que funcionou até o ano de 2012 para alunos concluintes do Ensino Médio. Disponível em: <https://www.adautobezerrafortaleza.com/nossa-escola>. Acesso em: 17 out. 2021.

ensino técnico”. Nessa perspectiva, o foco da formação estava voltado para o aumento da produtividade, logo “suruiu uma nova forma de educação, diferente daquela preparação de artífices, com o intuito de preparar trabalhadores de forma técnica, para que atuassem em áreas específicas.” Nesse sentido, os trabalhadores iriam adquirir técnicas dos diversos setores produtivos, contribuindo assim para um cenário de preparação específica para a qualificação de mão de obra, oferecendo “cursos técnicos com carga horária de longa duração”, “cursos de formação técnica, com carga horária reduzida para qualificação dos treinandos e melhoria do desempenho profissional, chamados de especiais”, conforme Braun (2015, p. 130).

O período de 1985 a 2000, perpassa pela gestão de quatro governadores no Estado do Ceará: Gonzaga Mota (1983-1987); Tasso Jereissati (1987-1991), Ciro Gomes (1991 – 1994) e dois mandatos seguidos de Tasso Jereissati (1995 – 1998; 1999 – 2002). O governo de Gonzaga Mota é marcado pela ruptura do acordo com os coronéis e a tentativa de vinculação com outras lideranças políticas. No ano de 1994, o cenário econômico era desolador, o Estado do Ceará estava em vias de falência, mergulhado em pesadas dívidas e com uma gigantesca crise social, acarretando o “atraso no pagamento do funcionalismo público desembocando em movimentos grevistas, o gonzaguismo representou uma era de intensa corrupção e empreguismo”, segundo Vieira e Farias (2002, p. 322).

Quanto ao primeiro governo de Tasso Jereissati, a aliança com o jovem empresariado representa mudança de ares no poder, trazendo à tona uma nova dinâmica para a administração pública. E devido à fragilidade da situação econômica e social no Estado do Ceará, o governo Jereissati tem um grande desafio de organizar a situação caótica deflagrada pela gestão Gonzaga Mota. O caminho escolhido pela nova liderança política desencadeia uma descontinuidade da tradição dos “antigos donos do poder”, além de rupturas com partidos políticos, com a imprensa e com a Federação de Favelas e Bairros. Dessa forma, o governo vai sendo reconhecido pela “pouca disposição para o diálogo”, pela “racionalidade técnica” objetivando ações voltadas para “o desenvolvimento de programas sociais e a erradicação da pobreza”. E mesmo num cenário de rupturas com lideranças e partidos políticos, Tasso Jereissati estrutura uma articulação política em favor de seu sucessor Ciro Ferreira Gomes, “antigo líder do governo na Assembleia Legislativa e, então, prefeito de Fortaleza” (VIEIRA; FARIAS, 2002, p. 324 - 325).

Com o apoio de Tasso Jereissati, uma “nova” liderança assume o poder. O governo Ciro Gomes (1991 – 1994) é marcado por polêmicas, demonstração de abertura ao diálogo em comparação a primeira gestão Jereissati e administração centralizadora. Durante a gestão Ciro

Gomes, ganha destaque a criação do "Pacto de Cooperação Empresários/Governo"²³; a obra de transposição das águas do Rio Jaguaribe para o açude Pacajus"; a premiação do Unicef em decorrência da diminuição dos números relativos à mortalidade infantil. Nesse período governamental, Ciro Gomes “desenvolve uma política industrial ousada de estímulo à instalação de empresas no Estado. Entra assim, na acirrada disputa fiscal com outros Estados que têm objetivos semelhantes de atração de investimentos”. Ciro Gomes não chega a concluir o seu mandato como governador do Ceará, pois assumiu a função de ministro da fazenda de Itamar Franco. Mesmo tendo assumido a função por poucos meses, sua passagem é marcada por “efeitos negativos sobre a indústria nacional”, de acordo com Vieira e Farias (2002, p. 325 - 326).

Com o discurso de renovação, Tasso Jereissati e Ciro Gomes, mesmo com perfil político diferente, representam um embate entre o novo e o velho. A questão é que “novas” perspectivas de atuação se revestem de “velhas” formas de pactuação e gerenciamento administrativo. Tasso Jereissati retorna ao poder em 1994 e permanece como governador do Ceará por dois mandatos seguidos, “encerrando”, portanto, a “Era Jereissati” em 2002. Nesse período de liderança tassista, o Ceará tornou-se um estado atrativo para o setor industrial em decorrência da mão de obra barata e benefícios logísticos, de acordo com Farias (2018).

Pautada num campo semântico relativo à modernidade, a campanha de Tasso Jereissati tem como mote a mudança, novas perspectivas de atuação no Estado do Ceará, porém a manutenção desse processo de transformação tem um custo elevado para a classe trabalhadora que permanece sendo explorada para atender as necessidades das classes dominantes. Nesse sentido, Xerez (2013, p. 78) alerta que o governo pactuado com propostas de mudanças não garantiu o rompimento com a “Modernidade conservadora” cuja categoria explica o desenvolvimento econômico nos governos militares, denominado por “milagre econômico”. Esse fenômeno de modernização, no entanto, que objetivava aumento de produtividade com potencialização de tecnologias, se mantém atrelado ao subdesenvolvimento da antiga sociedade pré-industrial.

O discurso e a atuação da gestão Jereissati estão alinhados ao contexto de políticas neoliberais que se efetivaram no contexto brasileiro no governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 90; e em âmbito internacional a partir dos modelos europeu e americano, respectivamente sob a liderança de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, na década de 1970.

²³ O Pacto de Cooperação foi efetivado na gestão de Ciro Gomes (1991-1994). Configura-se enquanto acordo entre empresários e governo estadual, objetivando principalmente a colaboração em projetos, elevação da produção setorial e atração de investimentos, de acordo com Parente (2000, p. 110).

E nesse contexto de articulação com o delineamento político e econômico nacional e internacional, o Ceará segue na perspectiva de “mudanças” com uma proposta política de atrair “investimentos de grupos econômicos e empresas que aqui se instalaram, fascinadas pelos benefícios fiscais concedidos”, conforme Xerez (2013, p. 80).

Considerando esse contexto, é relevante mencionar a influência dos organismos internacionais na definição de pautas educacionais, no decorrer dos anos 1990. A nível local, cabe evidenciar a aderência do “governo das Mudanças” com as agências de fomento e nesse sentido a Educação Profissional ganha destaque para atender os interesses mercadológicos. Nessa lógica, foi inaugurado o instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), em 1995, com atendimento inicial à demanda por “qualificação profissional de nível básico nos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)”, de acordo com Xerez (2013, p. 86).

O Plano de Governo da segunda gestão Jereissati (1995-1998) é dividido em quatro eixos, designados: “I) fundamentos; II) princípios e práticas; III) programação e IV) gestão pública; conforme Xerez (2013, p. 86 - 91). os eixos mencionados estão relacionados aos seguintes temas: “aspectos políticos, função social do Estado, aspectos sociais e avanço da ciência e tecnologia”. Devido às especificidades deste trabalho, serão evidenciados o item d) Articulação externa para atrair recursos do exterior atrelado ao eixo II) Princípios e Práticas; e o item III) Programação com orientações relativas à política educacional, educação de qualidade, Educação para todos e todos pela educação e estruturação curricular, relacionado às ações que envolvem a ciência e tecnologia, como a origem do CENTEC e a fundação da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE). O foco nesses dois eixos, contribuiu para a evidenciar que as ações direcionadas à Educação Profissional estão alinhadas aos interesses dos organismos multilaterais e nesse sentido, Xerez (2013) alerta que a proposta política desenvolvida pela SECITECE está baseada nos “princípios da qualidade, avaliação e controle, desenvolvimento tecnológico, informatização e mecanismos de adequação, articulados com o modelo de produção flexibilizada que passou a ser assimilado pelo governo a partir da década de 1990” (Xerez, 2013, p. 91 - 92).

De acordo com Santos (2017), na década de 1990, as Escolas Técnicas Federais passaram por uma nova mudança a partir do Decreto sem número de 22 de março de 1999, sendo denominados Centros Federais de Educação Tecnológica, atendendo a Lei nº. 8.948, de 08 de dezembro de 1994, conforme especificado no Art. 3º:

As atuais Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1983, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, nos termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de

1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982”. (BRASIL, 1994).

Dessa forma, uma nova configuração instaura-se na Rede Federal. No Ceará, foram criadas duas Unidades Descentralizadas (UNEDs) nas cidades de Juazeiro do Norte e do Cedro. Além dessas unidades, destacaram-se a criação do Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica (CPQT) e o projeto Escola 24 horas.

O CPQT foi inaugurado em 1998, no prédio da antiga delegacia regional do Ministério da Educação, situado no bairro Aldeota. Tendo como atribuição, de acordo com Santos (2017, p. 25) “coordenar cursos de extensão, pagos e gratuitos, oferecidos à comunidade em geral”. Quanto às questões administrativas, vale ressaltar que o referido Centro de Pesquisa:

administra dinheiro público, e recursos recebidos das mensalidades dos cursos não-públicos. Uma outra fonte de receita do CPQT é proveniente de projetos diversos, encaminhados por professores ao setor produtivo e à sociedade em geral. Esse Centro ainda é responsável pelo encaminhamento dado aos recursos contraídos de fundos governamentais como, por exemplo, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). (SANTOS, 2017, p. 25 - 26).

Quanto ao projeto Escola 24 Horas, o objetivo era oferecer “formação profissional de nível básico e técnico, enfocando aspectos da cidadania”, conforme Santos (2017, p. 26). O projeto foi criado em 1999 com a implementação de um quarto turno destinado à realização de atividades educacionais tendo como propósito “a profissionalização de trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho”. O projeto Escola 24 Horas, “contava com a parceria das seguintes entidades: Fundação Demócrito Rocha; Central Única dos Trabalhadores do Ceará (CUT/CE); Associação dos Jovens Empresários do Ceará (AJE/CE); Cooperativa dos Eletricitários do Ceará (COOPELETRIC); Fortalnet – provedor de Internet local” (SANTOS, 2017, p. 26 e 27). Relevante mencionar que o Banco do Nordeste (BNB) e o Governo Federal eram os financiadores do projeto. Em 2002, devido à falta de recursos, as atividades do projeto foram finalizadas; tendo certificado 116 alunos distribuídos nos cursos de Eletricista Predial, Bombeiro Hidráulico, Instalações Elétricas e Mecânico de Autos (SANTOS, 2017, p. 29).

Em 2002, termina o terceiro mandato de Tasso Jereissati (1998-2002) e os bastidores para a sucessão demonstram uma perspectiva de permanência de propostas políticas do “governo das mudanças” para o “governo da Cidadania”. Nesse sentido, o apoio de Tasso Jereissati na campanha governamental de Lúcio Alcântara foi imprescindível para a vitória do

Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para o mandato 2003-2006. Dando continuidade à gestão Jereissati, no plano de governo de Lúcio Alcântara denominado Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social, evidenciou-se a efetivação do “sistema estadual de ciência e tecnologia” concebendo uma proposta de alinhamento aos interesses do mercado quando explicita que “as ações voltadas para capacidade de inovação das empresas deverão orientar-se, principalmente, para fortalecer a relação do setor industrial com o sistema estadual de fomento à pesquisa; mobilizar a comunidade tecnológica, no intuito de implementar projeto industrial com interesse na área de inovação tecnológica”, de acordo com Alves (2018, p. 90). Dessa forma, o projeto de modernização permanece atrelado à qualificação profissional para atender o imediatismo das demandas dos setores econômicos. Sendo assim, a formação oferecida aos trabalhadores estava voltada para o desenvolvimento do Estado, logo, no plano de governo (2003) evidenciaram-se iniciativas como estímulo à ampliação dos centros de ensino privado, expansão da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes por meio do CENTEC e CVTs.

No governo Lúcio Alcântara (2003-2006) foi implantada a Gestão por Resultados (GpR). Inspirada no modelo canadense, a GpR está focada na “redução de custos para a sociedade e no compromisso do Estado com a satisfação dos cidadãos” aliada a utilização “intensa de procedimentos de avaliação e monitoramento”. A Secretaria da Educação do Ceará foi pioneira na implementação desse modelo de gestão, portanto foi necessária uma adequação tanto na rede pública de ensino quanto “nos órgãos central e intermediários”. E nesse processo de execução, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaee) tem uma importância imprescindível, pois possibilitou que:

algumas iniciativas como a divulgação pedagógica de resultados da avaliação realizada pelo Spaee para municípios e escolas, com o estabelecimento de metas para o desempenho escolar e a criação de um modelo de premiação de escolas, medidas tomadas e disseminadas durante este período e fortalecidas pela administração subsequente. (VIEIRA; PLANK; VIDAL, 2019, p. 11).

Importante mencionar que a gestão de Lúcio Alcântara não representou uma ruptura com o “governo das mudanças”, pois sua equipe de governo estava vinculada a Tasso Jereissati, portanto, a herança política da “Era Jereissati”, configurou-se na manutenção das:

mesmas políticas econômicas de sustentabilidade ao grande capital através de incentivos fiscais para atração de investimentos industriais e turísticos, bem como buscou realizar projetos estruturantes, a exemplo do Canal da Integração, vinculado à construção da Siderúrgica Cearense e ao complexo Portuário do Pecém (FARIAS, 2018, p. 546)

Os desgastes políticos durante o mandato de Lúcio Alcântara anunciaram a consolidação de uma nova liderança política no governo do Ceará para o mandato 2006 – 2010. A ascensão de Cid Gomes, representou, conforme Farias (2018, p. 549), a manutenção da marca administrativa do governo Jereissati, portanto vinculado à “construção de grandes obras de infraestrutura e apoio à industrialização” como receita para o progresso do Estado do Ceará.

Destaca-se nesse período, a reinauguração da Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho (EAOTPS)²⁴, em 2006:

oferecendo cursos e capacitando jovens e adultos de Fortaleza. Sua área de atuação dentro da conservação e restauração do patrimônio material e imaterial, nos ofícios das marcas da cultura nordestina como a xilogravura, o bordado, dentre outros, a escola traz em suas propostas e ações a compreensão da própria historicidade cultural da cidade, e da relação do indivíduo com ela (cidade), pois a compreensão das tradições, contemporaneidade, memória, história e os conhecimentos técnicos dão um suporte necessário para uma educação patrimonial e de cidadania. Além de acesso à cultura, arte e o despertar ou aprimoramento de um serviço e trabalho (OLIVEIRA, 2019, p. 87).

A EAOTPS direcionou seu atendimento preferencialmente aos estudantes oriundos das escolas da rede pública de ensino e/ou em situação de fragilidade socioeconômica. Conforme verificado no *site* da instituição²⁵, a EAOTP configura-se enquanto instituição de referência em conservação e restauração patrimonial com oferta de cursos e oficinas temáticas.

Quanto à rede federal de educação profissional, outras alterações ocorreram na primeira década dos anos 2000. Em 2004, os CEFETs passaram a oferecer cursos de graduação e pós-graduação na área tecnológica. Nessa perspectiva, as transformações ocorridas a partir dos Decretos nº 5.224 e nº 5.225/2004, resultantes do Projeto de Lei nº 2.165/2003, alteraram o ensino profissional brasileiro. Dessa forma, os CEFETs são reconhecidos “como instituições de nível superior”. A Lei nº 1.1882/2008, legítima a nova configuração da rede federal de educação profissional, pois devido a ampliação dos objetivos

²⁴ Inaugurada em 2002, A Escola de Artes e Ofícios Thomaz Sobrinho ofertava cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC ou qualificação profissional em nível básico. Devido a necessidades de adaptações estruturais, a casa de restauro passou quatro anos sem oferecer ações e cursos (OLIVEIRA, 2019, p. 88).

²⁵ A EAOTPS vem ampliando a oferta de seu programa de formação através da cursos de conservação e restauro, oficinas e minicursos livres de gravura e artesanato, consolidando-se como escola referência em capacitação na área de restauração e conservação do patrimônio cultural material. Disponível em: <http://eao.org.br/a-escola/>. Acesso em: 26 nov. 2021

institucionais, conforme especificado no artigo 2º, os CEFETs passam a denominação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo, portanto, consideradas:

instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008a).

Em 2007, com a implantação do Programa Brasil Profissionalizado (PBP), as redes estaduais e a rede federal foram impactadas pela proposta de incentivo ao Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Enquanto na rede federal, o incentivo “se dá pela exigência de que os Institutos Federais ofereçam pelo menos 50% de suas vagas aos cursos integrados”, no sistema estadual, o PBP, objetivava “a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integrado”, de acordo com Ramos (2014, p. 79). A partir desse incentivo, as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) são implantadas no Estado do Ceará.

A rede de escolas públicas de Educação Profissional no Estado do Ceará está vinculada à promessa de campanha do governo Cid Gomes (2007-2010). E conforme Monte (2019, p. 13), o conglomerado político Ferreira Gomes representou a principal força política do Ceará que a partir de uma enorme teia de alianças político-partidárias, “produziu um dos arranjos mais poderosos do Nordeste na atualidade”. Atendendo a um dos focos da campanha política, na gestão Cid Gomes o projeto das Escolas Estaduais de Educação Profissional foi criado e executado, a princípio como CEJOVEM e depois consolidando uma rede pública de Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará. No próximo subcapítulo, as especificidades das EEEP's serão delineadas e agrupadas por eixos relacionados ao pedagógico, administrativo e financeiro.

4.2 Escolas Estaduais de Educação Profissional: as especificidades de uma rede educacional

Este subcapítulo versa sobre a caracterização da rede pública estadual de Escolas de Educação Profissional do Ceará. Devido às especificidades da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas EEEP's normatizada pela Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, cabe mencionar as experiências que influenciaram no modelo de gestão dessas escolas da rede pública estadual de ensino do Ceará, assim como os processos

relacionados aos eixos pedagógico, administrativo e financeiro. O detalhamento dos processos relativos às EEEPs foi registrado no próximo capítulo que versa sobre a trajetória das Escolas Estaduais de Educação Profissional, considerando o período de 2007 a 2021.

4.2.1 O Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental de Pernambuco e o Desenho da Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas EEEPs

A experiência de Pernambuco influenciou o desenho da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implantada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará. A essa experiência está vinculado o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)²⁶ que foi fundado em 2003, por Marco Antônio Magalhães²⁷, tendo como objetivo a recuperação das instalações do antigo Ginásio Pernambucano e um projeto de “retomada da educação de qualidade em Pernambuco”²⁸. Para atender a essa finalidade, o ICE elaborou um Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO)²⁹ direcionado ao atendimento das demandas das juventudes.

O Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO) foi normatizado pela Lei nº 12.588, de 21 de maio de 2004, atrelado também à Unidade de Cooperação do Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental que Conforme Morais (2013, p. 101), caracterizava-se como “órgão da Secretaria Estadual de Educação, responsável pelo planejamento e implantação dos centros experimentais com os objetivos de enfrentar os desafios do Ensino Médio”. De acordo Magalhães (2008 *apud* MORAIS 2013), o ginásio pernambucano inaugurou a oferta de Ensino Médio em Tempo Integral a partir de 2004, sendo as unidades denominadas Centros de Ensino Experimental (CEE). A parceria público-privada legitimada através da Secretaria da Educação de Pernambuco e do ICE, representava o modelo de gerenciamento das

²⁶ Instituição privada sem fins lucrativos que objetiva “produzir soluções educacionais inovadoras e replicáveis em conteúdo, método e gestão”. (MAGALHÃES, 2008, p. 10).

²⁷ Engenheiro Elétrico formado pela Universidade Federal de Pernambuco com Pós-Graduação em Telecomunicações em Eindhoven (Holanda). Fundou em 2003, o ICE – Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – onde permanece como Presidente. Saiba mais em: <https://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/#nossa-historia>. Acesso em: 06 dez. 2021

²⁸ Conforme verificado no *site* do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/#nossa-historia>. Acesso em: 06 dez. 2021.

²⁹ O Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental – PROCENTRO tem como eixos estruturantes: “CAUSA” do ensino público gratuito de qualidade; “MARCA” da corresponsabilidade; “ACEITE” do desafio de novas institucionalidades. (MAGALHÃES, 2008, p. 10).

atividades executadas nos CEEs, portanto “a corresponsabilidade era elemento central do empreendimento, uma vez que, segundo a lógica estabelecida, era ela o fator de estabilidade que garantiria a sustentação da rede de ensino médio que se iniciava” (MORAIS, 2013, p. 116).

Importante enfatizar que desde meados dos anos de 1990, o Ensino Médio passou por alterações. Especificamente na Educação Profissional, Batista *et al.* (2016, p. 17) alertam que a partir do Decreto nº 2.154/2004, uma nova configuração foi dada ao Ensino Médio com a possibilidade de integração à Educação Profissional vinculada às formas de articulação já existentes, conforme especificado no parágrafo 1º do artigo 4º do referido Decreto:

§1º-A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I-integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II-concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III-subseqüente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004).

E diante de um cenário favorável à ampliação do ensino técnico e de tempo integral, Batista *et al.* (2016, p. 17) indicam que a oferta de Ensino Médio passa por um processo de diversificação de oferta, logo “começam a proliferar no país modelos e arranjos de oferta de ensino médio, inclusive a implantação de uma rede de escolas de tempo integral.” Segundo Moraes (2013), no documento legal do PROCENTRO não há menção aos objetivos específicos relativos ao conceito de Ensino Médio ou Educação Integral, no entanto em seu artigo 1º, item I, ficou evidenciado um processo de controle das atividades exercidas nos Centros de Ensino Experimental (CEE), ou seja, dentre os objetivos ressaltaram-se as atividades de “planejar, gerir, coordenar e controlar as atividades do programa de desenvolvimento do CEE”. Nessa perspectiva, ganhou evidência o pressuposto de que o Estado necessita do apoio da iniciativa privada, pois sozinho não poderia “ofertar um ensino médio de qualidade” (MORAIS, 2013, p. 105). Dessa forma, ganha projeção no cenário

nacional e local, o movimento Todos pela Educação, legitimando as parcerias público-privadas sob a égide do Banco Mundial. Considerando esse alinhamento conceitual aos organismos multilaterais, foi implementado em 2004 em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), o primeiro Centro Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP) atendendo a uma demanda voltada especificamente para o Ensino Médio.

Concebidas enquanto centros de experimentação, “centro de difusão de inovações da rede”, as unidades de ensino seriam reproduzidas nas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM), após um período de análise da experiência. Conforme Morais (2013, p. 61), a replicação estava prevista após cinco anos do decreto de criação do PROCENTRO, tendo as EREMs o mesmo arcabouço pedagógico e gerencial dos CEEs. Ao ICE, estava atrelada a definição de abertura de novos centros experimentais, além de decisões relativas ao quadro docente, gestão, composição da equipe pedagógica e escolha de parcerias educacionais (MAGALHÃES 2008 *apud* MORAIS 2013). Nesse sentido, a essência dessa parceria público-privada estava ancorada nos pressupostos pedagógicos e manuais operacionais elaborados pelo Instituto de Corresponsabilidade Educacional. E nesse material estavam incorporados:

Os procedimentos que, de forma geral, consistiam em introduzir os parâmetros de uma organização privada no interior da educação pública. Entre 2004 e 2008, treze manuais foram produzidos pelo ICE que apresentavam, entre outros elementos, o modelo de gestão, o sistema de avaliação e bonificação, os guias de aprendizagem, os princípios do protagonismo juvenil e dicas e informações para professores, gestores e estudantes. (MORAIS, 2013, p. 63).

Compreendendo o escopo educacional a partir do ideário empresarial, a Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) foi escolhida como modelo gerencial para estruturar o Plano de Ação das Escolas. Baseada no ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act), utilizado em vários sistemas de organização pública e privada, o objetivo era mensurar e gerar resultados que possibilitassem um círculo virtuoso relativo a Planejar (P), Executar (D), Checar (C), Agir (A). Nesse sentido, a TESE, baseada na tecnologia de gestão desenvolvida pelo grupo Odebrecht, era constituída por:

três princípios orientadores: educação de qualidade - negócio da escola; Ciclo virtuoso; e comunicação, confiança e parceria. O primeiro princípio refere-se ao trabalho contínuo e com vistas a satisfazer o —cliente (comunidade) e o investidor social (o Estado e a Organização Privada); o segundo refere-se às melhores relações, em termos de satisfação com os resultados entre comunidade, gestor e investidor social que satisfeito, reinveste; o terceiro princípio indica que o gestor, liderança

fundamental, deve ter a comunicação como foco, delegando de forma planejada e promovendo a educação pelo trabalho como —formação contínua dos integrantes da equipe em suas tecnologias específicas e na arte de compartilhar o conhecimento (MAGALHÃES, 2008, p. 10, *apud* MORAIS, 2013, p. 110).

Morais (2013) atenta que a construção do Plano de Ação da Escola deveria estar pautada na TESE e atender as dimensões propostas no Relatório de Jacques Delors. Dessa forma, o trabalho educativo estava orientado a partir dos quatro pilares³⁰ da Educação: Aprender a Ser, Aprender a Conviver, Aprender a Fazer, Aprender a Aprender. E nessa perspectiva, a organização curricular estava pautada no conceito de integralidade fazendo emergir da ação educativa um conceito mais abrangente envolvendo não apenas os estudantes, mas docentes e integrantes da gestão escolar. Nesse sentido, a integralidade advém de uma proposta multifacetada, logo:

deve ser buscada além da dicotomia entre as várias “dimensões” do ser humano, tais como: a afetiva, a cultural e a social. A integralidade da ação educativa se reflete: nas quatro dimensões propostas no Relatório Jacques Delors: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer, aprender a aprender; na implementação de uma escola de tempo integral para professores e alunos; na integração de conteúdos acadêmicos, profissionalizantes e práticas educativas (MAGALHÃES, 2008, p. 47 - 48, *apud* MORAIS, 2013, p. 112).

Nessa perspectiva, os princípios pedagógicos fundamentais da proposta pedagógica do PROCENTRO são a integralidade da ação educativa e o protagonismo juvenil. Sendo o primeiro, relacionado aos quatro pilares do relatório Jacques Delors (1996), à educação em tempo integral a partir da ampliação da carga horária no ambiente escolar e a perspectiva de integração de conteúdos acadêmicos³¹, profissionalizantes³² e preparação para a vida³³. Quanto ao segundo princípio pedagógico fundamental, o comprometimento está focado na preparação dos jovens para o “domínio da escrita, leitura, matemática, raciocínio lógico,

³⁰ Considerando cada dimensão com a seguinte finalidade: Aprender a conhecer: para conhecer supõe, antes de tudo, aprender a aprender, refere-se à aquisição dos “instrumentos do conhecimento” exercitando a atenção, a memória e o pensamento; Aprender a fazer: está mais estreitamente ligada à questão da formação profissional, como ensinar o aluno a pôr em prática os seus conhecimentos; Aprender a conviver: a escola deve desenvolver uma atitude de empatia que será útil para os comportamentos sociais ao longo da vida; Aprender a ser: a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, “espírito e corpo, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade”. (MORAIS, 2013, p. 111).

³¹ Efetivada a partir de Curso de nivelamento do conhecimento em virtude da deficiência de aprendizagem no Ensino Fundamental (4 anos de defasagem) configura-se como uma proposta de aprendizagem em profundidade teórica e prática de todos os conteúdos do Ensino Médio, de modo a maximizar as chances de acesso a universidades de primeira linha. (MAGALHÃES, 2008, p. 50).

³² Relativa à Orientação profissional e provimento de cursos profissionalizantes com certificação, alinhados às demandas da região onde o Centro está inserido (MAGALHÃES, 2008, p. 50).

³³ Ações voltadas para a elaboração do Plano de Vida, do Protagonismo juvenil e Empreendedorismo, Construção de Valores e apoio psicossocial e pedagógico. (MAGALHÃES, 2008, p. 50).

apropriação dos conhecimentos produzidos pela humanidade, compreensão da realidade na qual está inserido” para contribuir no processo de tomada de decisão, possibilitando um “posicionamento diante de situações relevantes” (HENRY, 2011, p. 88). Dessa forma, “a proposta educacional baseia-se em conceitos básicos e em princípios pedagógicos que vão sendo materializados e adaptados de acordo com a experiência e a cultura de cada Centro” (MAGALHÃES, 2008, p. 44).

Considerando a perspectiva da corresponsabilidade, o ICE estabeleceu parcerias fundamentais para a consolidação da proposta pedagógica do PROCENTRO. Conforme Magalhães (2008, p. 89 - 90), o ICE “é o instituidor da ideia e o responsável pela articulação de outros parceiros que contribuem, não apenas financeiramente, mas também nas atividades-fim do PROCENTRO”. Além da Avina³⁴, outros parceiros como o Instituto Fernando Braudel destacaram-se com atividades relativas à leitura; a Academia para o Desenvolvimento da Educação (ADE) com ações relativas à orientação profissional; o Instituto Aliança para o Adolescente com oferta de atividades relativas à tecnologia da informação; o Júnior Achievement com ações voltadas para o empreendedorismo e economia de mercado; o Senac com ações relacionadas à certificação e informática básica; a Embrapa com atividades de estágio e cursos profissionalizantes; o Centro de Estudos de Sistemas Avançados do Recife-Cesar atendendo a demanda de formação e capacitação de jovens programadores (MAGALHÃES, 2008, p. 52).

Quanto à estrutura, os CEEs contavam com “no máximo quinze salas de aula, uma biblioteca e laboratórios de ciências e de línguas estrangeiras”, cabendo à iniciativa privada assegurar equipamentos e investimentos na infraestrutura dos Centros; e ao Estado, o empréstimo de prédios e o pagamento dos profissionais da Educação. Esse padrão institucional foi seguido até 2008 quando o PROCENTRO ganhou *status* de política estadual³⁵. Nesse ínterim, já havia ocorrido uma ampliação da oferta, sendo inaugurados “33 Centros de Ensino Experimental em Recife, na região metropolitana e no interior do estado”, segundo Morais (2013, p. 62).

A partir da nova política de Ensino Médio, o Programa de Educação Integral (PEI) estava vinculado à ampliação da Educação Profissional e da Educação Integral, considerando

³⁴ Fundação criada em 1994 pelo empresário suíço Stephan Schmidheiny que visa colaborar com o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://www.avina.net/pt/nossa-historia/>. Acesso em: 07 dez. 2021.

³⁵ A criação do Programa de Educação Integral (PEI), insere os CEEs numa política pública educacional por meio da Lei Complementar nº 125/08. Desarticulado do ICE, os Centros de Ensino Experimental passaram por uma reformulação e “passaram a ter características específicas em relação ao formato da antiga parceria”. (ARAÚJO, 2020, p. 88).

as particularidades dos aglomerados territoriais para atendimento das demandas dos setores produtivos, conforme atenta Araújo (2020). Nesse processo inicial da Política de Educação Integral em Pernambuco, “os trinta e três CEEs inaugurados até 2008 foram transformados em EREMs e somados a mais dezoito escolas recém-inauguradas” pelo governo Eduardo Campos. Em 2019³⁶, integraram o PEI, 368 EREMs e 44 Escolas Técnicas Estaduais, segundo Araújo (2020, p. 25).

4.2.2 O Modelo de Gestão das Escolas Estaduais de Educação Profissional

Considerando que as EEEPs foram influenciadas pela experiência de Pernambuco, o modelo de gestão adotado para essas unidades escolares foi a Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE). Conforme verificado no Manual Operacional da TESE³⁷, as premissas da Tecnologia Empresarial Odebrechet (TEO) foram adaptadas para se adequar às necessidades educacionais dos Centros de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano.

No manual da TESE, constam como princípios fundamentais que a “educação de qualidade deve ser o negócio da escola e “deve gerar resultados”. Nesse sentido, a comunidade escolar deve estar comprometida com os objetivos e metas estabelecidos, logo a comunicação é uma etapa imprescindível nessa negociação, legitimando dois princípios fundamentais: o ciclo virtuoso³⁸ do Centro de Ensino em Tempo Integral e a comunicação e parceria. O primeiro está relacionado aos eixos comunidade, gestão e investimento social; e o segundo, tem como foco a pedagogia da presença³⁹, educação pelo trabalho⁴⁰ e a delegação planejada⁴¹.

Como conceitos fundamentais, foram evidenciados no Manual Operacional da Tese (p. 11) cinco tópicos relativos à descentralização, delegação planejada, ciclo PDCA, níveis de resultado e responsabilidade social. A descentralização está estruturada na tríade Disciplina,

³⁶ Não foram encontrados registros mais atualizados no site da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Disponível em <http://www.educacao.pe.gov.br>. Acessos em: 07 dez. 2021 e 30 dez. 2022.

³⁷ Não há menção à data de publicação na ficha catalográfica referente ao Manual Operacional da TESE.

³⁸ O ciclo tem início com a comunidade (Cliente), depois segue para uma parceria entre líderes e liderados, em seguida o gestor estimula o investidor social e a partir dessa etapa ocorre o investimento que será transformado em serviço de qualidade promovendo uma relação de parceria e confiança entre comunidade escolar e parceiros externos; retornando assim o investimento, considerando os resultados apresentados. (MANUAL OPERACIONAL DA TESE, p. 9).

³⁹ Nesse sentido, “o gestor é um educador que dedica ao seu liderado/educando, tempo, presença, experiência e exemplo”. (MANUAL OPERACIONAL DA TESE, p. 10).

⁴⁰ Considerando “a formação contínua dos integrantes da equipe em suas tecnologias específicas e na arte de compartilhar o conhecimento”. (MANUAL OPERACIONAL DA TESE, p. 10).

⁴¹ Conceito relativo “à formação de novos líderes e educação em serviço”. (MANUAL OPERACIONAL DA TESE, p. 10).

Respeito e Confiança, pois as decisões devem ser tomadas a partir do processo de responsabilização. A delegação planejada está vinculada ao processo de confiança entre líderes e liderados a partir da execução de atividades simples, ou seja, "à medida que o gestor vai delegando, vai formando a pessoa", tornando-o "apto a assumir tarefas mais complexas" (Manual Operacional da TESE, p. 11). Quanto ao ciclo PDCA configura-se enquanto método de gestão ancorado no planejamento, na execução, na avaliação e na ação. Sendo o planejamento concebido enquanto etapa imprescindível para o atingimento de metas e objetivos propostos; a execução relativa à educação em serviço pondo em prática as ações planejadas; a avaliação/verificação voltada para o acompanhamento do processo e produção de relatórios; e a ação na perspectiva de correção de rotas e elaboração de planos de ação direcionados à melhoria da qualidade, da eficiência e da eficácia (MANUAL OPERACIONAL DA TESE, p. 12).

Os níveis de resultado estão atrelados ao ciclo de vida da organização, logo a sobrevivência, o crescimento e a sustentabilidade estão imbricados para garantir a efetividade dos resultados alcançados. Dessa forma, cada nível tem um papel fundamental, sendo a sobrevivência primordial para a continuidade da empresa. Logo, requer resultados gerados no percurso operacional atingindo o Centro de Resultados composto pela produtividade⁴², liquidez⁴³ e imagem⁴⁴. Quanto ao nível de crescimento está agregado aos indicadores de eficácia que está para além dos números, pois o objetivo é "treinar jovens de talento para se tornarem novos e bons empresários – sempre com foco em fazer acontecer a política da organização por meio da estratégia empresarial" (MANUAL OPERACIONAL DA TESE, p. 13).

A sustentabilidade está relacionada aos 3 Es do mundo empresarial, ou seja, a eficiência, a eficácia e a efetividade. Nessa perspectiva, está vinculado a um conceito mais amplo que envolve não apenas os resultados, mas uma cadeia processual relacionada aos "aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana". Sendo assim, a contribuição desse modelo de gestão perpassa pela formação de novos líderes e

⁴² Consiste na vinculação "entre os serviços produzidos e os recursos utilizados para a produção". (MANUAL OPERACIONAL DA TESE, p. 13).

⁴³ Conceito econômico que consiste na "maior ou menor facilidade com que um bem pode ser convertido em dinheiro". (MANUAL OPERACIONAL DA TESE, p. 13).

⁴⁴ Conforme a escola vai produzindo bons resultados diante da comunidade escolar, a construção da imagem da instituição fica vinculada ao atingimento de metas a partir dos indicadores acadêmicos. (MANUAL OPERACIONAL DA TESE, p. 13).

desenvolvimento multicenarial⁴⁵ da comunidade escolar e seu entorno. Já a Responsabilidade social é o cerne da questão, pois sua efetivação, segundo especificado no Manual Operacional da TESE (p. 14) está direcionado à “consciência de que governos sozinhos não conseguem equacionar questões crônicas e estruturais”, logo necessitam da iniciativa privada para auxiliar nos processos de gerenciamento e aprimoramento dos resultados planejados. Nessa perspectiva, os CEEs exercem uma função social, pois:

formam um patrimônio moral representado por uma geração de jovens com valores éticos; criam oportunidades para o estudante desenvolver outras habilidades além das básicas; contribuem para o desenvolvimento social e econômico da comunidade por intermédio do jovem autônomo como indivíduo, solidário como cidadão e competente como profissional. (MANUAL OPERACIONAL DA TESE, p. 15).

E para atingir esse propósito, o plano de ação⁴⁶ é essencial, pois representa “a bússola que norteará a equipe na busca dos resultados comuns sob a liderança do gestor, cuja responsabilidade é coordenar as diversas atividades, integrar os resultados e educar pelo próprio exemplo”, de acordo com o Manual Operacional da Tese (p.15). Nesse sentido, todos devem estar envolvidos nesse processo de elaboração, considerando que a correção de rotas e tomada de decisão são definições ambientada na corresponsabilidade. Dentre os itens fundamentais que compõem o plano de ação, destacam-se as premissas:

Protagonismo Juvenil – o jovem como partícipe em todas as ações da escola (problemas e soluções) e construtor do seu Projeto de Vida. Formação Continuada – educador em processo de aperfeiçoamento profissional e comprometido com seu autodesenvolvimento. Atitude Empresarial – Centro voltado para o alcance dos objetivos e resultados pactuados, utilizando de forma competente as ferramentas de gestão, sobretudo a Pedagogia da Presença e a Educação pelo Trabalho. Corresponsabilidade – Parceiros públicos e privados comprometidos com a melhoria da qualidade do Ensino Médio. Replicabilidade – Viabilidade da proposta possibilitando a sua reprodução na rede pública estadual. (MANUAL OPERACIONAL DA TESE, p. 21).

A partir das premissas verifica-se que a identidade dessa proposta de gestão está pautada numa perspectiva empresarial. A Educação é algo muito mais complexo do que o funcionamento de uma empresa, portanto, outros fatores devem ser considerados nesse processo. E conforme Silvério e Albuquerque (2012, p. 12, *apud* MELO, 2015, p. 43), essa

⁴⁵ “Contribuição para o desenvolvimento social, econômico, tecnológico, empresarial e cultural”. (MANUAL OPERACIONAL DA TESE, p. 14).

⁴⁶ Conforme verificado no Manual Operacional da Tese (p. 18), os CEEs seguem um mesmo padrão para a elaboração do plano de ação. São doze itens fundamentais que compõem o plano de ação: introdução, valores, visão de futuro, missão, premissas, objetivos, prioridades, resultados esperados, indicadores, estratégias, macroestrutura, papéis e responsabilidades.

perspectiva de gestão baseada na produtividade, nos resultados e atingimentos de metas nem sempre são favoráveis “num ambiente conflituoso e complexo como o da escola pública que lida com outros parâmetros cognitivos”. Nesse sentido, o registro é importante para refletir acerca dos processos e possibilitar uma leitura crítica da realidade, porém podem se converter apenas em mecanismos de controle quando utilizados de forma pontual sem considerar as múltiplas determinações históricas e sociais que estão envolvidas nesse processo.

Conhecer as bases que estruturam o modelo de gestão das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará configura-se como relevante para compreender a matriz estruturante de um modelo de gestão alicerçado no ditame empresarial. Nesse sentido, os sujeitos são levados a compreender a escola enquanto negócio; logo os planos de ação devem ser elaborados considerando o seguinte questionamento: “qual é o meu negócio?” e a partir de então os sujeitos vão colaborando na feitura deste plano de ação, considerando a escola enquanto empresa geradora de lucro relativo ao resultado obtido pelos estudantes.

Em resumo, a TESE, orienta as ações numa perspectiva relativa à tríade: postura, adequação à realidade e educação pelo trabalho. Dessa forma, envolve “mais consciência que método; mais ajuste que transplante ou cópia de modelo; mais prática que teoria”. E conforme verificado no Manual Operacional da TESE (p. 8), a desconstrução é a palavra mobilizadora que contribuiu na compreensão de conceitos fundamentais para “aceitar e praticar seus postulados”. Nessa perspectiva, a educação de qualidade compreendida como o negócio da escola é responsável por gerar resultados satisfatórios que irão fazer da instituição uma referência não apenas na comunidade onde está inserida, mas também no entorno. Atraindo a partir dos resultados obtidos, o reconhecimento e satisfação dos envolvidos no processo, em especial, os investidores sociais.

Sendo reconhecida como a ferramenta de gestão utilizada nas EEEPs, o delineamento da TESE e suas principais características são fundamentais para a compreensão da implementação da proposta pedagógica na rede cearense de Escolas Estaduais de Educação Profissional. E mesmo não sendo o foco deste trabalho, é importante refletir de que forma um ideário empresarial pode contribuir para mudanças efetivas no cenário educacional? O planejamento, a execução, a avaliação/verificação, a ação; estão inseridas no contexto escolar, assim como manuais e cadernos pedagógicos podem contribuir como registro e acompanhamento de processos, porém não irão imprimir a complexidade de uma teia de relações que são inerentes ao processo educacional. Nessa perspectiva, o interesse em instituições que seguem esse modelo de gestão está voltado para as necessidades do mercado de trabalho pois requer um profissional cada vez mais flexível, adaptável, disposto a buscar

soluções diante da precária condição social e econômica do Brasil. A transposição de um campo semântico composto por palavras da cadeia empresarial para o universo educacional, não solucionarão questões que envolvem a estrutura de um sistema que aprisiona, cerceia, limita e paralisa a classe trabalhadora diante dos padrões que são impostos. Nesse sentido, a escola gerenciada a partir dos pressupostos empresariais tende a alinhar-se com as exigências do mercado em detrimento de uma formação voltada para a emancipação social de jovens e adultos.

Conforme verificado no Relatório de Gestão (2014a, p. 24), a proposta pedagógica implementada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional segue na perspectiva da formação integral. Nesse sentido, a Secretaria da Educação do Ceará ao optar por essa formação na rede pública cearense de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional ratifica a proposição decorrente do Decreto nº 5.154/2004 que evidencia uma formação que objetiva suplantiar a histórica divisão entre formação geral e formação profissional. Logo, a intenção é oferecer à juventude cearense o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, de forma que os estudantes possam se desenvolver tanto nos aspectos teóricos quanto práticos. Nessa perspectiva, não há uma relação hierárquica entre os conteúdos, pois todos são importantes e devem estar vinculados numa relação sinérgica que “agregue suas diferentes dimensões constituintes com vistas à formação omnilateral dos sujeitos. O trabalho, a ciência e a cultura compõem as dimensões aqui referidas” (CEARÁ, 2014a, p. 25).

Ciavatta (2014), atenta que a formação integral remonta a educação socialista que “pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (CIAVATTA, 2014, p. 197). Partindo desse ideário de uma formação multidimensional, a proposta de uma formação integrada foi pensada para uma sociedade socialista, logo a relação trabalho e educação ganha um significado diverso nas sociedades capitalistas.

Essas observações preliminares são importantes para auxiliar na compreensão de que não é uma simples transferência de tecnologia educacional de um sistema socialista para um sistema capitalista que resolverá problemas de ordem estrutural, pois deve ser considerado que no Brasil, as:

condições de vida são adversas, as relações de trabalho são dominadas pelo poder hegemônico do capital, a educação não está universalizada em acesso e em qualidade para toda a população; a ideologização crescente da educação subsumida ao consumo e ao mercado de trabalho torna ambíguo o conceito de qualidade da educação, e é incipiente a participação da população na reivindicação de um sistema educacional público, gratuito e de qualidade para todos (CIAVATTA, 2014, p. 197).

Nessa perspectiva, a formação integrada transcende a uma mera vinculação entre Educação profissional e Ensino Médio, pois objetiva trazer para o contexto educacional uma luta histórica travada nos anos 1980. Sendo assim, a formação integrada está no contexto de uma luta pela superação da divisão “entre formação para o trabalho manual e trabalho intelectual, e em defesa da democracia e da escola pública” (CIAVATTA, 2014, p. 197).

E ao propor uma formação integrada nas EEEPs, a Secretaria da Educação do Ceará, considerando os pressupostos legais do Decreto 5.154/2004, compreende que essa perspectiva formativa irá contribuir para:

O diálogo entre os saberes que compõem o currículo, a vinculação destes com a prática e o respeito a todas as dimensões, que compreende a vida humana, contribuem para a formação dos estudantes de modo a prepará-los para a vida, para o exercício de sua atividade técnica e para a busca da continuidade de seus estudos rumo a uma formação em nível superior. (CEARÁ, 2014a, p. 30).

Reconhecendo a formação integral como um movimento de “compreensão do real como a totalidade”, nos Referenciais para as EEEPs (2013a, p. 16), fica explícita a necessidade de integrar os conhecimentos científicos e práticos “na intenção de construir novos conhecimentos que deem conta da superação das dificuldades apresentadas na vida cotidiana e no exercício da profissão”. Agregado à perspectiva da integração curricular há o importante fundamento relativo ao trabalho como princípio educativo⁴⁷ que permeia a matriz curricular das EEEPs. E nessa perspectiva, reconhece-se que:

os projetos pedagógicos de cada época expressam as necessidades educativas determinadas pelas formas de organizar a produção e a vida social. As demandas do mundo do trabalho hoje não mais se centram na mera capacidade de “fazer”, pois demandam a intelectualização das competências, o raciocínio lógico formal, o domínio das formas de comunicação, enfim, a capacidade e a disposição de aprender permanentemente (CEARÁ, 2014a, p. 35).

Nesse sentido, a proposta pedagógica das EEEPs está concretizada na matriz curricular que é dividida em três áreas: Formação Geral, Formação Profissional e Parte Diversificada, totalizando ao final do Ensino Médio integrado à Educação Profissional

⁴⁷ Ramos (2008) alerta que a essência do trabalho como princípio educativo não pode ser reduzida às necessidades do mercado. Nessa perspectiva, a preparação dos jovens no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, deve ser regida pelo trabalho como princípio educativo considerando que “o trabalho, nos sentidos ontológico e histórico, é princípio e organiza a base unitária do ensino médio por ser condição para se superar um ensino enciclopédico que não permite aos estudantes estabelecer relações concretas entre a ciência que aprende e a realidade em que vive”. (RAMOS, 2008, p. 4).

5.400h. A Formação Geral é referente aos treze componentes curriculares do Ensino Médio⁴⁸, contabilizando 2.620h; a segunda área é relativa à Formação Profissional⁴⁹ integra componentes curriculares de cada curso técnico atendendo a carga horária mínima variando entre 800h, 1000h e 1200h, conforme especificado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos⁵⁰ divulgado pelo SETEC/MEC; a Parte Diversificada é composta por componentes curriculares que vislumbram “acrescentar à formação dos alunos o estudo de temas, que contribuam para o seu melhor desempenho como cidadão tanto no campo pessoal como profissional” (CEARÁ, 2014a, p.38). A carga horária referente à Parte Diversificada do Currículo depende das especificidades de cada curso técnico integrado ao Ensino Médio. Relevante mencionar que a matriz curricular das EEEPs⁵¹, considerando as particularidades da Parte Diversificada foi sendo alterada no decorrer da trajetória dessa rede de escolas. Sendo, essencialmente, composta pelos componentes curriculares denominados Mundo do Trabalho, Horário de Estudo, Projeto de Vida, Formação para Cidadania; Temáticas, Práticas e Vivências (TPV), conforme especificado no Relatório de Gestão (2014a, p.38).

No componente curricular denominado Mundo do Trabalho, as aulas ocorrem a partir da perspectiva das relações desencadeadas no ambiente profissional, tendo “como princípio básico a educação integral com o foco no jovem como ator, coautor, interlocutor e agente”. Para ministrar esse conteúdo, o professor da Base Nacional Comum recebe formação pelo Instituto Aliança⁵² (CEARÁ, 2013a, p.21).

No Horário de Estudo, o jovem é estimulado a estudar, exercendo a sua autonomia e auxiliando os colegas no processo de aprendizagem. A partir da metodologia da

⁴⁸ Língua Portuguesa, Artes, Inglês, Espanhol, Educação Física, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Matemática, Biologia, Física e Química (CEARÁ, 2014a, p. 35).

⁴⁹ A carga horária de aulas teóricas é acrescida a carga horária mínima relativa ao estágio supervisionado, que é de 50% para os cursos da área de saúde, e de 25% para os demais cursos, conforme a Resolução Nº 413/2006, Art. 20, parágrafos 1º e 2º, do Conselho Estadual de Educação (CEARÁ, 2014a, p.49).

⁵⁰ Esse documento é relevante na orientação acerca das especificidades dos cursos de educação profissional técnica de nível médio. Em 2020, foi lançada a quarta edição do CNCT, normatizado pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020. O referido documento está organizado em treze eixos tecnológicos, contemplando o perfil profissional de conclusão, a carga horária mínima do curso, a legislação profissional, itinerários formativos, campo de atuação, ocupações CBO associadas, infraestrutura mínima, nomenclaturas anteriores (BRASIL, 2020a).

⁵¹ No decorrer deste trabalho serão registradas as alterações ocorridas na denominação de alguns componentes da Parte Diversificada.

⁵² Conforme verificado no *site* institucional, o IA foi fundado em janeiro de 2002, o referido instituto é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e tem como missão “educar pessoas, organizações e comunidades para o desenvolvimento humano sustentável”. O surgimento do IA está atrelado aos “significativos resultados alcançados por um programa de desenvolvimento regional implementado pela aliança estratégica estabelecida entre a Fundação Kellogg, Instituto Ayrton Senna, Fundação Odebrecht e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social”. Disponível em: http://www.institutoalianca.org.br/nossa_historia.html. Acesso em: 11dez. 2021.

Aprendizagem Cooperativa⁵³, os estudantes formam grupos de estudo de acordo com a necessidade da turma. Nesse processo, o professor atua como mediador, observando e acompanhando o desenvolvimento individual e coletivo dos estudantes.

No Projeto de Vida, o estudante tem a oportunidade de construir e refletir acerca da sua vida profissional e acadêmica. Para que esse processo ocorra de forma efetiva, a proposta metodológica utilizada é baseada na “dialogicidade, na relação de permanente troca de aprendizados entre educador-aluno, na contextualização dos temas no cotidiano dos alunos e na vivência prática dos aprendizados” (CEARÁ, 2013a, p. 20). E como características fundamentais desta proposta, evidencia-se o foco no jovem e no desenvolvimento do seu potencial, fortalecendo a formação enquanto cidadão a partir do desenvolvimento de uma formação crítica relativa à vida social e profissional, além do investimento na formação profissional. Para ministrar as aulas de Projeto de Vida, o professor da Base Nacional Comum deve passar por uma formação oferecida pela Secretaria da Educação do Ceará em parceria com o Instituto Aliança (CEARÁ, 2013a).

O componente curricular Formação para Cidadania integra uma proposta já consolidada no Estado do Ceará denominada Projeto Professor Diretor de Turma⁵⁴, implementada em 2008 nas EEEPs. A partir dos pressupostos de Jacques Delors, a perspectiva formativa dos jovens é direcionada para a educar a razão e a emoção, contribuindo assim para o desenvolvimento pessoal, cognitivo e social dos estudantes, conforme verificado nos Referenciais para as EEEPs (2013a). O professor da Base Nacional Comum responsável pela turma deve ter perfil de “um bom líder, ativo, responsável, prudente e comprometido com a educação”. Além da disciplina Formação para Cidadania, ministrada uma vez por semana, o docente tem a oportunidade de acompanhar os alunos e realizar reuniões com os responsáveis por eles, caso seja necessário, durante um período reservado na sua carga horária⁵⁵ (CEARÁ, 2013a, p. 23).

⁵³ As células de Aprendizagem Cooperativa, “baseiam-se numa interdependência positiva entre seus membros”, onde os estudantes são estimulados a colaborar e a receber ajuda dos participantes do grupo de estudo gerando um movimento constante de compartilhamento de liderança. (CEARÁ, 2013a, p. 19). Mais informações sobre a Aprendizagem Cooperativa, disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912011000100003. Acesso em: 24 nov. 2021.

⁵⁴ O PPDT foi inserido nas EEEPs em 2008 para minimizar os grandes desafios identificados no Ensino Médio: a infrequência, a baixa aprendizagem e o abandono escolar. Apostando, portanto, no atendimento individualizado para maior “monitoramento da aprendizagem, da frequência e do conhecimento das condições socioculturais de cada aluno, para melhor conhecê-lo e apoiá-lo de forma individualizada, rompendo com a massificação das ações”. (COSTA, 2014, p. 31).

⁵⁵ Conforme indicado na Chamada Pública de Adesão ao PPDT (2010), o professor Diretor de Turma tem 4 horas de dedicação ao projeto. Sendo 1h destinada ao componente curricular Formação para Cidadania e as outras horas reservadas para elaboração do Dossiê da Turma; atendimento aos pais ou responsáveis pelos

Para um acompanhamento mais efetivo, o docente produz o Dossiê da Turma e através dele realiza um acompanhamento mais detalhado que permite consolidar a caracterização da turma. Nesse processo, o docente atua como mediador com a finalidade de mitigar “conflitos e imprevistos comuns à dinâmica escolar. Tem ainda como uma de suas principais funções, presidir as reuniões de Conselho de Turma: diagnósticas e bimestrais”. Cabendo aos momentos dedicados à Formação para Cidadania, temáticas relacionadas às dimensões: escolar, humana, cultural, social, ambiental e política (CEARÁ, 2013a, p. 23).

Relevante mencionar que o Projeto Diretor de Turma tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento socioemocional dos estudantes, sendo considerado um projeto relevante no processo de gestão escolar. Nesse sentido, o Professor Diretor de Turma, dependendo da organização da sua carga horária pode ficar responsável por 1 ou mais turmas, acarretando sobrecarga laboral; além de lidar diretamente com situações diversas que ocorrem na trajetória escolar dos estudantes abrangendo questões emocionais e cognitivas. Dessa forma, cabe refletir acerca da função do educador inserido nesse projeto, do acompanhamento efetivo dos estudantes sem o peso da responsabilização por resultados, mas percebendo-se como integrante de uma teia de relações que integram a dinâmica escolar, contrariando a lógica fragmentária.

Em Temáticas, Práticas e Vivências (TPV)⁵⁶, as ações formativas estão voltadas para o “desenvolvimento de competências empreendedoras, que contribuem para o planejamento e criação de negócios sustentáveis e com foco em oportunidades identificadas no mercado”. Nesse sentido, a formação em Empreendedorismo direcionada aos estudantes do Ensino Médio é ministrada pelos professores da Base Nacional Comum. Para essa formação, a Secretaria da Educação estabeleceu uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (CEARÁ, 2013a, p. 22).

Além dos componentes curriculares já citados na parte diversificada, também estão vinculados às atividades complementares, o Projeto Interdisciplinar, a Língua Estrangeira Aplicada (LEA) e o Inglês Técnico. O primeiro está direcionado ao incentivo à pesquisa, pois em horários específicos, os estudantes desenvolvem projetos, reforçam a aprendizagem e realizam atividades relacionadas à recuperação paralela e progressão parcial. Língua Estrangeira Aplicada é um componente curricular específico para os estudantes dos cursos do

estudantes; e Estudos Orientados. Disponível: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2010/01/diretordeturma.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2021.

⁵⁶ A partir de 2013, passou a ser denominado Empreendedorismo, conforme verificado no Relatório de Gestão (2014a, p. 20).

eixo tecnológico “Turismo, Hospitalidade e Lazer”. A intenção é capacitar melhor os jovens que irão trabalhar no segmento do turismo, possibilitando maior habilidade de fala e escrita da Língua Inglesa⁵⁷ para auxiliar no atendimento à demanda de turistas que visitam o estado do Ceará. Quanto ao Inglês Técnico é um componente curricular específico para os estudantes dos cursos técnicos em Informática e em Redes de Computadores. Devido às especificidades desses cursos, os estudantes necessitam compreender “os termos técnicos mais comuns inerentes a esses cursos”, logo o inglês instrumental possibilitará maior contato com a Língua Inglesa, dando ao estudante a possibilidade de aprofundar os seus estudos. O referido componente curricular é ministrado pelo docente da Base Nacional Comum responsável pela disciplina de Inglês.

É importante evidenciar que os componentes curriculares das atividades complementares contribuem para uma:

comunicação entre a formação geral e a formação profissional, na medida em que tratam de temáticas que são transversais ao currículo proposto. Para além da transversalidade, as temáticas trabalhadas nesse eixo do currículo visam fortalecer a formação integral do aluno, que deve ir além da formação profissional e propedêutica (CEARÁ, 2013a, p.18 - 19).

Nesse sentido, auxiliam no processo de integração da proposta pedagógica das EEEPs através de temáticas relativas ao protagonismo estudantil através da construção do projeto de vida dos estudantes e da prospecção de experiências relativas ao empreendedorismo e ao mundo do trabalho, conforme especificado nos Referenciais para as EEEPs (2013a).

Na perspectiva de integração ao mundo do trabalho, a proposta curricular da rede de Escolas Públicas Profissionais do Estado do Ceará, prevê a realização do Estágio Curricular obrigatório. Esse componente curricular tem uma importância fundamental no desenvolvimento de aptidões relativas ao mundo do trabalho. Caracteriza-se como uma atividade obrigatória supervisionada que ocorre em todos os cursos técnicos das EEEPs e integra uma parte essencial da formação profissional, pois possibilita o desenvolvimento de competências específicas relativas ao campo profissional de atuação do estudante. Além de questões relativas ao universo profissional, objetiva também uma formação cidadã para lidar com situações cotidianas imbricadas ou não as atividades laborais (CEARÁ, 2017b).

⁵⁷ Além da Língua inglesa, “a intenção é ofertar o ensino de outros idiomas, como italiano, francês, espanhol, e outros, de acordo com a demanda turística do Estado”. (CEARÁ, 2013a, p. 24).

O Estágio Curricular Obrigatório⁵⁸ é normatizado pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Na referida legislação fica evidente em seu artigo 1º, o conceito de Estágio e a sua finalidade:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

A realização do Estágio Supervisionado Obrigatório⁵⁹ ocorre na 3ª série do Ensino Médio quando os estudantes adentram no campo de estágio, especificamente a partir do segundo semestre. O estudante recebe uma bolsa-estágio⁶⁰, dentre outros benefícios; sendo esse investimento amparado pelo Governo do Estado do Ceará, portanto:

[...]não há ônus para as empresas e instituições que concedem estágio, ou seja, todo o investimento é do Governo do Estado: bolsa-estágio, garantia de auxílio-transporte, contratação de seguro contra acidentes pessoais e equipamentos de proteção individual, de modo a criar condições de estágio extremamente favoráveis aos jovens que podem, com o investimento de ½ salário-mínimo de bolsa-estágio, aplicar em seu crescimento pessoal e profissional (CEARÁ, 2013a, p. 35).

O orientador de estágio, docente de uma determinada área temática da base técnica, fica responsável pelo acompanhamento do estudante durante esse processo, sendo a Seduc/CE em parceria com a Coordenadoria de Educação Profissional e as escolas, as responsáveis pelas várias etapas inerentes à realização do estágio.

No decorrer dos três anos do Ensino Médio, são realizadas visitas técnicas e simulações de práticas realizadas nos laboratórios das escolas, espaços esses, preparados para a vivência. Essas práticas possibilitam o aperfeiçoamento do ingresso do estudante em campo de estágio, pois cada estagiário deverá demonstrar as competências e habilidades adquiridas no decorrer das atividades realizadas durante o Ensino Médio Integrado à Educação

⁵⁸ A carga horária total do estágio corresponde a 400h e 600h horas para os cursos do eixo Ambiente e Saúde e 300 horas para os cursos dos demais eixos, antecedida de momentos de aprendizagens práticas, desenvolvidas como atividades complementares relacionadas à prática profissional. (CEARÁ, 2017b, p. 40).

⁵⁹ Conforme a resolução CNE/CEB nº 1 de 21 de janeiro de 2004, somente poderão realizar estágio curricular os estudantes que tiverem, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos completos na data de início do estágio. (CEARÁ, 2017b, p. 12)

⁶⁰ O Governo do Estado do Ceará através da Secretaria da Educação do Ceará disponibiliza uma Bolsa Estágio a com o objetivo de financiar “as atividades pertinentes ao desenvolvimento acadêmico do aluno em campo bem como a aquisição de itens necessários ao bom proveito do estágio e o seu futuro acesso ao mundo do trabalho”. As ações referentes à Bolsa Estágio estão vinculadas ao Decreto Estadual nº 30.933, de 29 de junho de 2012 e Decreto Estadual nº 32.075, de 31 de outubro de 2016. (CEARÁ, 2017b, p. 38).

Profissional. A Seduc CE como agente de integração pública, garante 100% de inserção em campo de estágio, ressaltando que o mapeamento e captação das vagas são de responsabilidade direta das EEEPs; e realiza formação inicial em gestão, junto às escolas cujos estudantes cumprirão Estágio Curricular Obrigatório. Para além dessa formação, ocorre um fórum mensal de orientações sobre estágio aos orientadores/professores, coordenadores e gestores, fortalecendo assim uma sistemática de gestão do Plano de Estágio⁶¹ de cada curso e de cada escola (CEARÁ, 2013a).

Através dessas ações, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar atividades profissionais relacionadas ao seu campo de atuação e desenvolver aptidões que irão contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. As atividades relativas ao estágio são monitoradas no Sistema Informatizado de Captação de Estágio (SICE)⁶². Através desse sistema é possível realizar a emissão de documentos específicos para a realização do estágio como o Termo de Compromisso do Estágio (TCE) e o Termo de Realização do Estágio (TER), além do monitoramento pedagógico, jurídico e financeiro do Programa de Estágio nas EEEPs.

Para obtenção do diploma do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, o estudante deve ser aprovado nas disciplinas que compõem o currículo integrado. E como componente curricular obrigatório, o discente deve realizar as atividades inerentes ao Estágio⁶³, considerando as especificidades da carga horária⁶⁴ estabelecida na legislação. A avaliação do estudante é consolidada num guia de avaliação que indicará as competências técnicas e as práticas desenvolvidas durante o estágio, com caráter de obtenção de aprovação ou reprovação. O estagiário deverá exercitar e/ou desenvolver no campo de estágio, as competências essenciais ao exercício da profissão na categoria de técnico de nível médio. Suas atividades práticas serão observadas/coletadas nas situações do campo de estágio, de

⁶¹Configura-se como um “instrumental autoexplicativo, necessário para nortear a proposta de trabalho do orientador de estágio”. É, portanto, a proposta individual de trabalho deste profissional, composta pelos seguintes tópicos: resumo, justificativa, procedimentos metodológicos, contribuições esperadas, cronograma de desenvolvimento. (CEARÁ, 2017b).

⁶² O referido sistema “funciona como um banco de dados das empresas/órgãos/instituições parceiras e estrutura-se com o objetivo de gerir a sistemática de captação de estudantes da Educação Profissional e Projeto e-Jovem por parte das concedentes de estágio”. (CEARÁ, 2013a, p. 37)

⁶³ Conforme indicado no Guia do Estágio (2017) os prazos para a conclusão dos estágios, considerando o Decreto nº 32.075/2016: “até 6 (seis) meses consecutivos (iniciando na semana de preparação para o estágio) para os cursos com carga horária total de 400 (quatrocentas) horas. Até 8 (oito) meses consecutivos (a contar do início do estágio em campo) para os cursos com carga horária total de 600 (seiscentas) horas. (CEARÁ, 2017b, p. 11).

⁶⁴ De acordo com a Lei do Estágio nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e Decretos Estaduais, a “carga horária mínima semanal de 30h (6 horas diárias) ou ainda de 40h (8 horas diárias além de, no mínimo, 1 hora e no máximo 2 horas de intervalo) em período de férias escolares ou término da Base Nacional comum. (CEARÁ, 2017b, p. 11).

acordo com o perfil exigido em cada curso. Quanto a carga horária do Estágio nas EEEPs, ficou evidenciado na Legislação Federal e nos Decretos Estaduais que a “carga horária máxima semanal⁶⁵ é de 30h (6 horas diárias) ou ainda 40 horas (8 horas diárias além de, no mínimo, 1 hora e no máximo 2 horas de intervalo) em período de férias escolares ou término da Base Nacional Comum” (CEARÁ, 2017 b, p. 12).

Ainda sobre a perspectiva avaliativa da prática de estágio⁶⁶, as três notas requeridas para a aprovação ou reprovação do estudante, envolverá:

apuração de frequência e avaliação das competências técnicas, práticas e atitudinais, observadas/coletadas nas situações do campo de estágio. Será aprovado o estudante que cumprir 100% da carga horária em campo de estágio e, ao final, alcançar média mínima igual a 6.0 (seis) como resultado da soma das três notas das avaliações de estágio realizadas com 50% e 100% da carga horária cumprida e a nota do Projeto/Relatório contempladas no Espaço do Orientador e explicitadas no Manual do Itinerário Formativo Avaliação e Acompanhamento do Estágio no SICE. (CEARÁ, 2017b, p. 6).

Conforme Melo (2015), além do aprimoramento de atividades voltadas para a atuação profissional, a vivência do estágio deve “aprimorar o aprendizado das competências técnicas inerentes a cada atividade profissional, pautada no desenvolvimento dos estudantes para a vida cidadã, e para a inserção no mundo do trabalho” (MELO, 2015, p. 52). Dessa forma, compreender a proposta pedagógica das EEEPs requer considerar que o currículo proposto parte da perspectiva da integração curricular, logo, as bases geral, diversificada e técnica devem estar imbricadas ao desenvolvimento de temáticas relativas ao desenvolvimento da criticidade e emancipação social de jovens e adultos que irão adentrar no mundo do trabalho. Mesmo não sendo o foco deste trabalho, mas cabe refletir acerca da proposta formativa oferecida aos professores em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando desde as tentativas do MEC através da SETEC e as ações formativas promovidas a nível de Seduc CE e Escola. Como ocorre essa formação? Quais professores são beneficiados? Qual a periodicidade desses processos formativos e a previsão de formação de turmas? Qual o impacto da formação oferecida nas EEEPs? Para a efetivação dessa complexa proposta pedagógica é imprescindível formação para os professores e núcleo gestor da escola, e além dos processos formativos “aposta-se no fortalecimento do planejamento com os

⁶⁵ Diferenciando-se a carga horária do curso de Enfermagem porque o orientador de estágio, “possui, atualmente 20h de contrato semanal”. (CEARÁ, 2017b, p. 12).

⁶⁶ Saiba mais em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/documentos/Guia_do_Estagio_2017.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021.

professores que trabalham com as diversas áreas, ou seja, um planejamento conjunto que possibilite o diálogo entre as áreas” (MELO, 2015, p. 49).

4.2.3 Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar

Conforme especificado no Guia de Rotinas Pedagógicas das EEEPs (2014), o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar são instrumentos de gestão essenciais para o direcionamento de ações no ambiente escolar. Devem ser compreendidos enquanto documentos de referência e elaborados de forma que possam indicar para a comunidade escolar as concepções, princípios e funcionalidade da instituição. Nesse sentido, o Regimento Escolar e o PPP estão imbricados, pois o regimento escolar “é um documento de referência para o funcionamento da escola, pois é nele que se materializa o PPP na forma de registros e procedimentos” (CEARÁ, 2014 b, p. 57).

Dessa forma, Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico necessitam ser construídos a partir de uma vinculação muito clara com os objetivos e a filosofia da escola, sendo necessárias várias etapas no seu processo de elaboração, dentre elas, destacam-se a análise cenarial da escola e o envolvimento da comunidade escolar no processo de elaboração, validação, publicação e atualização desses documentos que representam a essência da escola.

Como dois instrumentos de gestão que legitimam ações no espaço escolar, o PPP representa a identidade da escola através de definições estratégicas direcionadas para o processo de ensino e aprendizagem, enquanto o Regimento Escolar orienta as ações vinculadas a todos os segmentos escolares, de acordo com o Guia de Rotinas Pedagógicas das EEEPs (2014).

4.2.4 Plano de Curso e Elaboração de Material Didático

Antes de adentrar o processo de elaboração dos planos de curso e material didático das EEEPs, é relevante salientar o processo inicial de produção das matrizes curriculares. Melo (2015, p. 53), atenta que a nível institucional há uma dinâmica de elaboração de proposta pedagógica, matrizes e planos de cursos que integram a equipe do currículo (Seduc CE), consultores técnicos e docentes de diversas áreas.

E para essa elaboração, uma equipe foi formada por profissionais de várias áreas temáticas, priorizando:

em geral, aqueles lotados nas escolas da capital ou de municípios mais próximos da Secretaria de Educação, por uma questão de logística. Mais especificamente, os consultores e representações de professores técnicos de cada curso elaboram a distribuição dos conteúdos técnicos, dentro dos limites de carga horária de cada curso – 800h, 1.000h ou 1.200h, de acordo com o perfil profissional que se espera formar. (MELO, 2015, p. 53).

De acordo com Melo (2015), a dinâmica de elaboração de matrizes e planos de curso passou a seguir outra lógica, pois sem a contratação de consultores técnicos desde 2012, essa produção ficou sendo realizada com a contribuição de professores coordenadores da base técnica considerados referência em sua área de atuação e bolsistas contratados para atuar no acompanhamento pedagógico desse processo. Considerando o contexto de expansão da rede de EEEPs, Melo (2015, p. 53) alerta para o quantitativo reduzido de professores envolvidos nesse processo de atualização de matrizes, impactando na representatividade de um extenso grupo de professores que atuam nessas instituições. Cabe evidenciar que devido ao quantitativo expressivo de cursos técnicos, tendo atingido em 2021 uma oferta de 52 cursos técnicos na rede de EEEPs, muitos cursos ainda permanecem com material desatualizado, necessitando, portanto, de uma ação de priorização no processo de revisão/elaboração de material didático para os cursos técnicos⁶⁷.

Conforme especificado no Guia de Rotinas das EEEPs (2014), o plano de curso é o documento orientador de cada curso técnico, além de ser imprescindível para a regularização institucional junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE). O referido documento, deve abranger itens relativos a justificativa e objetivos do curso; requisitos de acesso; perfil profissional de conclusão; organização curricular; critérios de aproveitamento de conhecimento e experiências anteriores; critérios de avaliação; instalações e equipamentos; pessoal docente e técnico-administrativo; certificados e diplomas, conforme a resolução CEE nº 413/2006, Art. 5º, §1º.

Quanto aos materiais didáticos, cabe enfatizar que os livros da Base Nacional Comum são adquiridos pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) a partir do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM)⁶⁸. As apostilas que são utilizadas nas disciplinas da base técnica são disponibilizadas no *site* da Educação Profissional e cada escola fica responsável pela reprodução do material com apoio da

⁶⁷ No decorrer do capítulo acerca da trajetória das EEEPs (2007 a 2021) serão evidenciados, os Eixos Tecnológicos cujos cursos técnicos passaram por processos de atualização.

⁶⁸ Iniciado em 2004, o referido programa objetiva a distribuição de livros didáticos para os alunos do Ensino Médio público em todo o território nacional. A Resolução nº 38 do FNDE, que criou o programa, define o atendimento, de forma progressiva, aos alunos das três séries do Ensino Médio de todo o Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/13608-programa-nacional-do-livro-didatico-para-o-ensino-medio-pnlem>. Acesso em: 15 nov. 2021.

Seduc/CE. Em caso de cursos técnicos não contemplados com o material didático em formato de apostila, o docente da disciplina fica responsável pela elaboração do material didático. Em alguns componentes curriculares da Parte Diversificada, o Instituto Aliança⁶⁹ e o Sebrae⁷⁰ ficam responsáveis pela elaboração do material estruturado.

Para Língua Estrangeira Aplicada (LEA)⁷¹, componente curricular específico dos cursos técnicos de Hospedagem, Eventos e Guia de Turismo, são distribuídos através da Secretaria da Educação do Ceará, livros consumíveis para os alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional das EEEPs.

4.2.5 Infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional

As Escolas Estaduais de Educação Profissional a princípio foram estruturadas em escolas de tempo parcial da rede pública estadual de ensino. Devido às especificidades de implantação dessa política educacional, escolas foram adaptadas para atender a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Nesse sentido, cabe enfatizar que o espaço pedagógico da Educação Profissional e Tecnológica tem as suas especificidades, pois uma proposta complexa como a integração curricular requer espaços pedagógicos que acompanhem uma dinâmica alusiva a essa integração. Dessa forma, Thiesen (2011) alerta que a educação está pautada, portanto, “num movimento de transição, quando velhos conceitos coexistem com iniciativas que desafiam um modelo mais tradicional, mas que ainda não encontram sustentação suficiente para uma transformação mais efetiva da realidade” (THIESEN, 2011, p. 251).

Nessa perspectiva, vivenciar de forma efetiva essa integração recai numa preocupação com os espaços pedagógicos disponibilizados nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, pois estão agregados à uma proposta pedagógica de integração do Ensino Médio à Educação Profissional. Ciavatta (2005), indica que a escola em seu projeto de integração curricular e nas instâncias a nível federal e estadual não podem desconsiderar as particularidades dessa oferta, portanto além da preocupação com necessidades básicas para a

⁶⁹ Material dos componentes curriculares Projeto de Vida (1ª, 2ª e 3ª séries das EEEPs) e Mundo do Trabalho (1ª e 2ª séries das EEEPs). Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 26 dez. 2021.

⁷⁰ Material do componente curricular Empreendedorismo direcionado aos estudantes da 1ª série das EEEPs. Para mais informações sobre o Programa Despertar realizado em parceria com o Sebrae: <https://cer.sebrae.com.br/blog/empreendedorismo-para-o-ensino-medio-conheca-o-programa-despertar/>. Acesso em: 26 dez. 2021

⁷¹ Na 1ª série do Ensino Médio, os alunos recebem um exemplar do livro Clue 1 - Communicative Learning and Understanding of English; na 2ª série Clue 2 – Communicative Learning and Understanding of English e na 3ª série, o livro Job File.

manutenção dos alunos na escola, as instituições de Educação Profissional Integrada ao Nível Médio devem considerar “a existência de instalações que ofereçam laboratórios, bibliotecas, ateliês, espaços de lazer, oficinas onde possam aprender a teoria e a prática das disciplinas e dos projetos em curso” (CIAVATTA, 2005, p. 16).

Considerando esse contexto, cabe enfatizar que existem três tipos de estrutural predial nas EEEPs. Estrutura física de escolas de tempo parcial com projetos arquitetônicos variados foram adaptados, assim como os Liceus com projetos específicos de delineamento predial e as escolas padrão MEC⁷² com uma estrutura física direcionada às necessidades das EEEPs.

Belmino (2020, p. 118 - 119), alerta que as EEEPs adaptadas de antigas plantas arquitetônicas de escolas de tempo parcial, seguem o seguinte padrão: “por vezes no formato H na posição horizontal, com um primeiro bloco de administração e laboratórios, e um segundo bloco de salas de aula, interligadas por um pátio interno onde é servida a alimentação⁷³”. Enquanto as adaptações em estrutura prediais dos Liceus, possuem “dois pavimentos no formato quadrado, sendo o centro vazio com área de jardim e convivência” (BELMINO, 2020, p. 118). Essas duas estruturas prediais abrigam um formato mais antigo e, portanto, oferecem um ambiente com limitações arquitetônicas para uma escola de tempo parcial e ainda mais para uma instituição com as especificidades da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. Nesse sentido, Belmino (2020) alerta que nas escolas adaptadas as principais limitações estão relacionadas a inadequações na estrutura elétrica e na rede hidráulica; e também na “ausência de auditório; laboratórios insuficientes e/ou adaptados para abrigar simultaneamente componentes curriculares como Biologia, Física e Química” (BELMINO, 2020, p. 19).

As escolas designadas Liceus, mesmo com uma estrutura menos precária quando comparada às escolas mais antigas, foram construídas e inauguradas na gestão dos governadores Tasso Jereissati (1998-2002) e Lúcio Alcântara (2003-2006); e mesmo com dois pavimentos, salas de aula climatizadas⁷⁴ e laboratórios da Base Nacional Comum adaptados

⁷² No produto educacional *Website Linha do Tempo das EEEPs* consta a estrutura predial das Escolas Estaduais de Educação Profissional Padrão MEC. Disponível em: <https://www.linhadotempoeep.com.br/linha-do-tempo>. Acesso em: 28 dez. 2022.

⁷³ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atende os discentes das escolas da rede pública estadual de ensino do Ceará. O referido programa é normatizado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e foi atualizado pelas Leis nº 12.982, de 28 de maio de 2014, e 12.695, de 25 de julho de 2012. Nas EEEPs, os alunos têm acesso a três refeições diárias, sendo dois lanches e um almoço, conforme especificado no Relatório de Gestão (2014a).

⁷⁴ Salas de aula que inicialmente não eram climatizadas, passando por processo de adaptação/climatização, conforme Belmino (2020, p. 119).

para os cursos técnicos ainda apresentam inadequações estruturais nos ambientes dedicados ao refeitório e auditório, conforme Belmino (2020, p. 119).

De acordo com Lima (2014, p. 63), o Ceará teve uma contribuição importante no desenvolvimento do projeto arquitetônico das EEEPs denominada padrão MEC, não ficando restrita apenas a aceitação dos termos estabelecidos, mas atuando de forma ativa “em alguns aspectos para a definição de pontos importantes como o modelo de prédio a ser financiado pelo MEC para a implantação da educação profissional.”

Nas EEEPs denominadas padrão MEC, a estrutura predial abriga uma construção arquitetada especificamente para as particularidades desse tipo de escola:

possui um auditório, biblioteca com dois pavimentos, 12 salas de aula no primeiro andar, área administrativa (secretaria, coordenação, direção, sala de professores), dois laboratórios de informática, um laboratório de biologia, um de química, um de física, um de matemática, um refeitório, um ginásio esportivo, dois vestiários e salas especiais para abrigar os laboratórios ditos técnicos. (BELMINO, 2020, p. 120).

De acordo com informação coletada no *site* da Educação Profissional, as escolas que seguem o padrão MEC, possuem 5,5 mil metros quadrados e foram estruturadas para atender um quantitativo máximo de 540 discentes.

Conforme consta no sítio eletrônico das EEEPs⁷⁵, as escolas que foram adaptadas seguiram na perspectiva de atender “às exigências de organização e estrutura da educação profissional, possibilitando que as atividades sejam desenvolvidas integralmente”. A escola de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio devido às suas especificidades, tem aspectos estruturais que devem ser considerados para a efetivação da sua proposta pedagógica. E devido a existência de três padrões diferenciados na rede pública estadual de EEEPs, questões essenciais dessa integração curricular podem ficar comprometidas devido à falta de estrutura em algumas unidades escolares. Nesse sentido, cabe refletir acerca dos espaços pedagógicos específicos para a efetivação da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na rede pública estadual cearense de ensino, pois não são apenas aspectos estruturais, mas espaços pedagógicos para a formação humana de estudantes e atuação de docentes com uma carga horária de permanência nesse ambiente escolar das 7h às 17h. Mesmo com um número exponencial de escolas⁷⁶ denominadas padrão MEC, integram a

⁷⁵https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=142. Acesso em: 13 dez. 2021.

⁷⁶ Conforme informações fornecidas pela Secretaria da Educação do Ceará, das 123 EEEPs em funcionamento, em 2021, um quantitativo de 39 escolas é caracterizado como adaptada e 84 escolas como Padrão MEC. No *site* da

mesma rede, escolas com condições estruturais que requerem uma melhor adequação para a oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, conforme atenta Belmino (2020).

4.2.6 Seleção de Alunos(as) das EEEPs

Para ingressar na rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional, os estudantes passam por um processo seletivo que é caracterizado pela análise de documentos, dentre eles, o histórico escolar com as notas dos componentes curriculares cursadas do 6º ao 9º ano. Após a verificação da documentação solicitada na portaria de matrícula lançada anualmente pela Secretaria da Educação do Ceará:

Ocupam as vagas os estudantes que obtiverem as maiores médias, ficando os demais na lista de espera, caso haja desistência ao longo do primeiro semestre do primeiro ano. A partir do segundo semestre do 1º ano os estudantes da lista de espera não mais poderão se matricular, mesmo que surjam vagas. Isso acontece porque é a partir do segundo semestre que se iniciam as disciplinas técnicas. (MELO, 2015, p. 42).

Para o início desse processo tem-se a publicação da portaria de matrícula que regulamenta os critérios para o ingresso dos estudantes nas EEEPs. Além de informações relativas à idade dos estudantes, à conclusão do 9º ano, evidencia-se também a quantidade de alunos por turma que “serão compostas por no mínimo 40 (quarenta) e no máximo 45 (quarenta e cinco) alunos, respeitando a capacidade física da EEEP. Nas escolas padrão MEC, as turmas serão compostas por 45 (quarenta e cinco) alunos” (CEARÁ, 2013a, p. 39).

Desde 2009, na portaria de matrícula, as especificidades das EEEPs constam como anexo único. Na referida portaria consta no item 4, como ocorreu o processo classificatório para ingressar na 1ª série do Ensino Médio nas EEEPs:

4.1. Para o processo classificatório será considerada a maior média aritmética das notas relativas aos componentes curriculares cursados no 9º ano e que constam da documentação apresentada que trata o item 2.3.1.

4.2. A classificação será em ordem decrescente obedecendo ao número de vagas existentes nas respectivas escolas e de acordo com o curso pretendido. (CEARÁ, 2009a p. 9).

Em 2008, o processo de ingresso dos estudantes ocorreu de forma diferenciada, devido a situações específicas do processo de implantação das EEEPs que serão evidenciados em uma subcapítulo específico a esse período. Dessa forma, excetuando o ano de 2008, os estudantes passaram por um processo de análise de documentação que inclui a verificação do histórico escolar. Quanto aos critérios de desempate são consideradas a maior média de Língua Portuguesa, a maior média de matemática, proximidade da EEEP e maior idade do estudante, conforme especificado no item 5:

5.1. Será classificado para ocupar a vaga disponibilizada, o estudante que, por ordem de prioridade: a) Obter maior média na disciplina Língua Portuguesa; b) Obter maior média na disciplina Matemática; c) Comprovar maior proximidade entre a sua residência e a EEEP.

5.2. Mantida a situação de empate, será priorizado o estudante que comprovadamente tiver a maior idade. (CEARÁ, 2009a, p. 9)

Conforme consta na Portaria de Matrícula nº 848/2009, podem ingressar nas EEEPs, estudantes oriundos das redes pública e privada de ensino, conforme especificado no item 1 referente à destinação de vagas:

1.2. Das vagas destinadas à composição das turmas de 1º ano do Ensino Médio, 80%, ou seja, (5.440) vagas, serão destinadas a estudantes oriundos da rede pública de ensino e 20%, ou seja, (1.360) vagas serão destinadas a estudantes oriundos da rede particular de ensino (CEARÁ, 2009a, p. 8).

No decorrer da trajetória de implementação da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas EEEPs, algumas alterações foram inseridas na portaria de matrícula, porém a análise do histórico escolar dos estudantes foi mantida no processo classificatório, conforme pode ser identificado no item 4 da Portaria de Matrícula nº 0726/2021, denominado classificação:

4.1 Para a classificação das/os estudantes que farão jus à vaga na EEEP, será considerada a maior média aritmética das notas relativas aos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, cursados nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ou EJA anos finais do ensino fundamental), constantes na documentação apresentada, conforme o subitem 2.3 deste Anexo.

4.2 A classificação será em ordem decrescente, obedecendo ao número de vagas existentes nas respectivas EEEP e de acordo com o curso pretendido.

4.3 Para as(os) estudantes que apresentarem histórico ou declaração como aluna(o) classificada(o) nos anos letivos de 2020 e de 2021, amparadas(os), respectivamente, pelos Pareceres nº 299/2020 e nº 386/2021⁷⁷; não constando no documento

⁷⁷ São pareceres emitidos pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) relativos à finalização do ano letivo e os registros escolares no Ceará, considerando as especificidades das orientações relativas ao período da pandemia

apresentado as médias referentes ao 8º e/ou 9º anos, para efeitos de classificação, serão consideradas apenas as médias apresentadas. (CEARÁ, 2021a, p. 32)

Quanto aos critérios de desempate, são listados seguindo ordem de prioridade, o estudante com maior idade, em seguida, a maior nota em Língua Portuguesa e o último critério de desempate, a maior nota em Matemática, conforme consta no item 5 da Portaria de Matrícula 2021:

5.1 Havendo empate, serão utilizados os critérios abaixo listados, para fins de classificação, na seguinte ordem: a. comprovadamente, maior idade; b. maior média na disciplina de Língua Portuguesa.

5.2 Mantida a situação de empate, será priorizado a/o estudante que tiver maior média na disciplina de Matemática (CEARÁ, 2021a, p. 32).

A partir da portaria de matrícula elaborada pela Seduc CE, as EEEPs organizam os editais de matrícula consolidando todas as informações referentes a esse processo. Na portaria de matrícula 2021, constam especificidades relativas à destinação de vagas considerando a proximidade da residência do estudante em relação ao endereço da escola, conforme especificado no item 1 referente à composição das turmas:

1.5 Das vagas destinadas à composição das turmas de 1ª série do ensino médio integrado à educação profissional, 80% serão para estudantes oriundas/os da rede pública de ensino; e 20% serão destinadas a estudantes oriundas/os de escolas particulares, conforme a Portaria nº 105/2009-GAB, de 27/02/2009, considerando, ainda, as seguintes definições: a. dos 80% das vagas destinadas às/aos estudantes da rede pública, 30% destas serão para estudantes que comprovarem residência no território em que se situa a EEEP, quando for o caso; b. dos 20% das vagas destinadas às/aos estudantes da rede privada de escolas particulares, 30% destas serão para estudantes que comprovarem residência no território em que se situa a EEEP, quando for o caso. 1.6 Cada EEEP definirá, no edital de inscrição, conforme o modelo a ser encaminhado pela coordenadoria responsável, até 2 (dois) bairros imediatamente adjacentes à unidade escolar, que comporão o território mencionado nas alíneas a e b do item 1.5. (CEARÁ, 2021a, p. 32).

Ao ingressar nas EEEPs os estudantes passam por um processo de adaptação, pois devido às especificidades dessa rede de escola como jornada em tempo integral e a oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, alguns estudantes têm dificuldades no processo de adequação a essa rotina de estudo. O primeiro ano do estudante nas EEEPs é determinante para a conclusão do Ensino Médio, pois representa um período de muitos desafios enfrentados pelos discentes e pelas famílias. Dessa forma, a possibilidade de

desistência no decorrer do percurso é uma possibilidade, mesmo que se busquem alternativas diversificadas para a permanência dos estudantes:

No caso de haver desistência de estudantes ao longo do percurso formativo as vagas ficam ociosas, já que este é fechado e não oferece possibilidade de permuta ao longo do seu desenvolvimento. Isso pode representar um risco de evasão dos estudantes, caso eles não se identifiquem com o curso escolhido, já que é impossível haver a troca quando se inicia a parte técnica. (MELO, 2015, p. 42).

O período de permanência diária dos discentes na EEEPs, caso não tenha uma metodologia diferenciada e uma seleção adequada dos conteúdos, pode tornar a rotina de estudos exaustiva para os estudantes. Nesse sentido, é relevante mencionar que a “extensa carga horária, que contempla a formação geral, formação técnica e parte diversificada, não necessariamente indica um currículo integrado, podendo tratar-se talvez de uma sobreposição de currículos”, conforme Melo (2015, p. 73).

Nesse sentido, é relevante possibilitar que a comunidade escolar compreenda que a proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional não se configura apenas como permanência dos estudantes na escola em dois turnos e oportunidades no mercado de trabalho, pois a proposta pedagógica das EEEPs abrange uma formação multidimensional de preparação para a formação humana dos estudantes. Devido à complexidade dessa proposta, a formação para professores e gestores que atuam nas EEEPs é uma demanda essencial para atender os pressupostos teóricos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

E considerando esse contexto de inserção dos estudantes em uma nova realidade educacional, as EEEPs são motivadas a realizar a Oficina dos Sonhos como forma de acolher os estudantes para uma nova fase de estudos:

Essas oficinas são coordenadas pelos estudantes veteranos, durante dois dias. Nesses momentos são realizadas diversas dinâmicas de ambientação com os novos colegas de escola, bem como a elaboração do projeto de vida dos novos estudantes. Essas ações visam fortalecer o Protagonismo Juvenil. O formato detalhado de como acontecerá a Oficina dos Sonhos será organizado por cada escola que, com criatividade, organizará esse momento juntamente com os estudantes veteranos. (CEARÁ, 2014b, p. 48).

Ações de acolhimento aos estudantes nas EEEPs são essenciais para que o aluno passe pelo processo de adaptação de forma mais leve e compreendendo os desafios de uma escola de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Diante de tantas demandas, o discente da EEEP tem uma trajetória repleta de desafios, pois a partir da 3ª série do Ensino Médio passa pela experiência do Estágio Curricular Obrigatório. Especificamente, nesta série, os

estudantes acumulam diversas atividades, dentre elas: o estágio, a aprovação escolar e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Nesse sentido, a acolhida desses discentes é tão relevante para sua permanência na EEEP, sendo relevante um olhar mais refinado para a rotina pedagógica desses alunos.

Quanto ao fardamento nas EEEPs, o Estado se responsabiliza pela distribuição de uma blusa com a identificação da escola, uma camiseta para educação física e um calção. No entanto, Belmino (2020), destaca que existem dois formatos para complementação do fardamento nas EEEPs, sendo a primeira opção relativa ao “tênis preto e calça jeans azul; e a segunda opção; “tênis preto e calça padrão da escola (cor e modelo escolhidos pela instituição). Em ambos os casos, de complementação de fardamento, a família é responsável pela aquisição” (BELMINO, 2020, p. 114).

4.2.7 Seleção de Professores(as) das EEEPs

Nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, atuam professores efetivos e temporários nos componentes curriculares da Base Nacional Comum; e docentes contratados via CENTEC⁷⁸, para atuar na Formação Profissional. A princípio, para ingressar nas EEEPs, os professores efetivos precisavam passar por um processo seletivo simplificado composto por análise curricular e entrevista, porém devido às alterações na portaria de lotação dos professores no ano de 2018, esse processo começou a acontecer em outro formato, conforme será especificado no próximo capítulo.

Os Professores Contratados por Tempo Determinado (CPTD)⁷⁹ também passam por processo seletivo composto pela análise curricular e entrevista. Essa seleção simplificada é obrigatória, sendo realizada pela própria escola liderada pelo gestor escolar e a sua equipe pedagógica, conforme Melo (2015).

Após a admissão no processo seletivo, os docentes passam por um Seminário, uma formação sobre a proposta pedagógica das EEEPs e em seguida, assinam o termo de adesão legitimando estar ciente da proposta de trabalho a ser desenvolvida nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, segundo Melo (2015).

⁷⁸ Instituição contratada pela SEDUC via contrato de gestão para realizar o processo seletivo dos professores da base técnica. (MELO, 2015, p. 40).

⁷⁹ Professores contratados a partir da Lei Complementar nº 22, de 24 de julho de 2000. A referida legislação “dispõe sobre a contratação de docentes, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nas Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará”. (MELO, 2015, p. 39).

Os professores da formação profissional são contratados pelo Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC) através de um processo seletivo com duas fases, sendo a primeira referente à prova objetiva considerando as especificidades do curso técnico selecionado pelo candidato e a segunda, relativa aos conhecimentos de didática, de acordo com Melo (2015).

Nesse sentido, cabe refletir acerca da situação funcional dos docentes que atuam nas EEEPs, em especial, os professores contratados por tempo determinado. Em pesquisa sobre a “A flexibilização das relações de trabalho docente no ensino médio integrado à educação profissional do Ceará: uma análise sob a ótica de professores(as) temporários(as)”, Cavalcanti (2019), enfatiza que a falta de estabilidade dos professores temporários repercute no seu processo de permanência na escola, pois considerando que:

grande parte dos docentes na Rede Pública Estadual e a maioria nas Escolas Estaduais de Educação Profissional não tem qualquer tipo de estabilidade funcional ou seguridade social, segundo a legislação que rege seu vínculo de trabalho com o Estado, estando sujeitos à “conveniência” do núcleo gestor em relação ao seu trabalho e sendo absolutamente relativo e não específico dentro da legislação existente o que seria ou não conveniente à sua permanência na unidade escolar e, conseqüentemente, à manutenção do seu emprego, ou seja, sua condição de sobrevivência material. (CAVALCANTI, 2019, p. 75).

Quanto aos professores da base técnica, Monteiro e Pessoa Júnior (2019, p. 74) destacam que a “formação para se tornar professor em uma EEEP é relativizada, não sendo, em alguns casos, necessário sequer um curso superior de graduação”. Cabe refletir, portanto, sobre a formação continuada desses docentes tanto da formação geral quanto da formação profissional, considerando o desafio de compreender e implementar uma complexa proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública estadual de Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará. Nessa perspectiva, a formação continuada dos docentes da EPT deve estar pautada numa ação educativa a partir de uma reflexão “sobre o mundo do trabalho, da cultura desse trabalho, das correlações de força existentes, dos saberes construídos a partir do trabalho e das relações sociais que se estabelecem na produção” (MOURA, 2014, p.99). Formações pontuais não irão contribuir no processo formativo desses docentes, cabendo, portanto, ações permanentes para os profissionais que atuam na Educação Profissional e Tecnológica. Sem essa perspectiva formativa, a proposta pedagógica das EEEPs não alcançará os pressupostos teóricos vinculados à integração curricular do Ensino Médio à Educação Profissional.

4.2.8 Seleção de Diretores(as) das EEEPs

A proposta de seleção de diretores(as) das Escolas Estaduais de Educação Profissional é diferente dos demais processos seletivos para diretores(as) de outras instituições de ensino da rede pública estadual do Ceará. Lima (2014) destaca que a seleção de diretores(as) ocorre sem considerar “a etapa de eleição existente para a escola regular, dando lugar a uma avaliação comportamental, seguida de uma formação” (LIMA, 2014, p. 68).

Conforme especificado no Edital nº 015/2014 – GAB-SEDUC CE⁸⁰, de 03 de junho de 2014, o processo de Seleção para Composição de Recursos Humanos de Diretores(as) para as EEEPs⁸¹, realizado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) em parceria com a Secretaria da Educação do Ceará foi composto por duas etapas, sendo a primeira referente a uma prova objetiva com questões relativas à Língua Portuguesa, Educação Profissional, Gestão Pública e Gestão da Educação, Leitura e Interpretação de Dados Educacionais, contabilizando 50 questões. A segunda etapa, realizada pela Secretaria da Educação do Ceará, foi composta por três fases, conforme o item 7.7 do Edital nº 015/2014: curso de fundamentação, avaliação comportamental e entrevista. De acordo com Melo (2015), o Curso de Fundamentação denominado “Novos Paradigmas para a gestão Escolar” tem a finalidade de “apresentar ao candidato as linhas que orientam a proposta de gestão e de políticas educacionais do atual governo e prepará-lo para a participação nas provas situacionais da segunda etapa” (MELO, 2015, p. 38). Quanto à avaliação comportamental, conforme especificado no item 7.7.2 do Edital nº 015/2014, consiste na participação do candidato em provas situacionais com 4 horas de duração. Conforme Melo (2015), “a avaliação comportamental realizada por um grupo de psicólogos contratados pela Secretaria de Educação do Ceará, visa observar o comportamento dos candidatos frente às situações para estes colocados” (MELO, 2015, p. 38). E a entrevista tem por objetivo efetivar o processo a partir de observações citadas na avaliação comportamental, segundo especificado no Edital nº 015/2014.

Conforme Melo (2015, p. 38), com a finalização desse processo seletivo “forma-se um banco de candidatos aptos a assumirem o cargo de gestão”. A referida seleção pública teve validade de 2 anos, podendo ser prorrogado por igual período, subordinado às definições

⁸⁰ Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/EditalSelecaoDiretores15.2014.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2022.

⁸¹ Em 2008, 2010, 2011 e 2012 ocorreram processos seletivos similares ao de 2014. No próximo capítulo referente à trajetória das EEEPs (2007-2021), os processos seletivos serão detalhados.

da Administração Pública Estadual. A validade do(s) Banco(s) de Diretores(as) das EEEPs foram expirando e os processos seletivos começaram a acontecer de forma simplificada através de edital com etapas de avaliação curricular e entrevistas, a princípio realizada na Secretaria de Educação sob a liderança da Coordenadoria de Educação Profissional e em seguida nas Credes e Sefor. Os Diretores Escolares das EEEPs que não estão vinculados ao Banco de Diretores(as), assumiram a função de Diretores(as) Interinos(as), ou seja, ocupando provisoriamente função ou cargo público.

Percebe-se que nesse processo não há a participação da comunidade escolar, ou seja, não ocorre a eleição direta para Direção Escolar. Nesse sentido, cabe refletir acerca da intencionalidade desse processo, pois mesmo integrando a rede pública estadual de ensino do Ceará, as EEEPs diferenciam-se em vários aspectos, evidenciando-se assim, os processos seletivos para adentrar nessas instituições direcionado aos três segmentos: estudantes, gestores⁸² e professores. Nessa perspectiva, Paro (2003, p. 36, *apud* RODRIGUES, 2016, p. 8) atenta para o fato de que a eleição possibilita a inserção da comunidade escolar nas decisões ambientadas no espaço institucional mesmo que esse processo “não signifique uma completa democratização da escola, já que a eleição do dirigente é apenas uma das medidas necessárias”, mas anuncia uma trajetória de participação da comunidade escolar nesse percurso democrático.

4.2.9 Funcionamento das EEEPs e Sistemas de Monitoramento

O Conselho Estadual de Educação (CEE) é responsável pela regulamentação do funcionamento das Escolas Estaduais de Educação Profissional, portanto o processo de credenciamento, credenciamento, reconhecimento e renovação do reconhecimento de cursos técnicos é efetivada no CEE.

Conforme especificado no Guia de Rotinas das Escolas Estaduais de Educação Profissional (2014b), o credenciamento do curso corresponde a declaração de competência para a EEEP oferecer cursos de Educação Profissional. O reconhecimento do curso consiste na declaração pública da “legalidade dos cursos ministrados pela instituição de ensino

⁸² Conforme detalhado no *site* da Educação Profissional, o núcleo gestor das EEEPs é composto pelo Diretor Escolar, 03 Coordenadores Escolares, Secretário Escolar e Assessor Financeiro. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=144. Acesso em: 05 jan. 2022.

credenciada, atribuindo-lhe o pleno exercício de sua autonomia e assegurando a validade nacional dos certificados/diplomas que expedir” (CEARÁ, 2014b, p. 7).

Sem a realização desse processo junto ao CEE fica inviável o funcionamento de uma Escola Estadual de Educação Profissional. Além do credenciamento e renovação dos cursos, cabe enfatizar os sistemas de monitoramento utilizados nas EEEPs: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), Sistema Integrado de Monitoramento e Execução de Controle e Finanças (SIMEC), Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), Sistema Informatizado de Captação de Estágios (SICE), Sistema de Informatização e Simplificação de Processos da Educação Profissional (SISPROF).

No SISTEC, as instituições de ensino das redes pública e privada com oferta de cursos técnicos registram os dados para o monitoramento a nível federal de informações referentes à educação profissional e tecnológica no Brasil. Através desse sistema, é possível legitimar “a validade nacional dos diplomas de nível técnico emitidos pelas unidades de ensino”, conforme especificado no Guia de Rotinas das EEEPs (2014b, p.10).

As ações monitoradas via SIMEC são relativas ao gerenciamento financeiro de propostas *online*, pois nesse portal operacional e de gestão do Ministério da Educação, o objetivo é fortalecer a assistência técnica e financeira na área da educação. Dentre as várias informações registradas no sistema, destaca-se o plano político pedagógico (PPP) de cada instituição vinculada às ações efetivadas no decorrer do ano letivo. A atualização do sistema fica a cargo da Coordenadoria de Educação Profissional, conforme indicado no Guia de Rotinas Pedagógicas EEEPs (2014b).

SIGE é o sistema utilizado pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará para realizar o acompanhamento das informações registradas pelas escolas da rede pública estadual de ensino do Ceará. No referido sistema, as unidades escolares têm a possibilidade de compartilhar e obter informações da Seduc CE, da Coordenadoria Regional da Educação (Crede) e da Superintendências das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor). Os dados inseridos no SIGE devem estar atualizados porque os dados acadêmicos são transferidos para o Educacenso⁸³.

O SICE é o sistema de gerenciamento de captação de vagas de estágio para os estudantes da Escolas Estaduais de Educação Profissional. Os eixos jurídico, financeiro e

⁸³ Educacenso possibilita uma fotografia do sistema educacional brasileiro através de uma “ferramenta que permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacenso-sp-1181106924>. Acesso em: 05 jan. 2021.

pedagógico integram a organização do sistema e através dele podem ser emitidos relatórios, Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e o Termo de Realização do Estágio (TRE).

O SISPROF é o sistema utilizado pelo Conselho Estadual de Educação para monitoramento dos dados das escolas que ofertam Educação Profissional no Estado do Ceará. No referido sistema, as escolas têm a possibilidade de enviar processos e documentos, o que gera uma certa agilidade no retorno às demandas das instituições. (CEARÁ, 2014b, p. 9).

Além dos sistemas de monitoramento já citados, há também uma sistemática de acompanhamento pedagógico às EEEPs que inicialmente era realizada pela Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola (CDESC), em seguida pela Coordenadoria de Educação Profissional, e posteriormente passou a ser efetivada pela equipe da Superintendência Escolar nas Credes e Sefor em parceria com a Seduc/COEDP. O detalhamento acerca desse acompanhamento será registrado num subcapítulo específico, considerando cada período das EEEPs.

4.2.10 Recursos Financeiros

Os recursos financeiros destinados às escolas possuem um direcionamento específico. As fontes desses recursos estão relacionadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Escola (FUNDEB) e recursos suplementares. A admissão de recursos de fontes diversas nas escolas foi possibilitada através do processo de descentralização da educação, incentivado pela Constituição Federal de 1988. Dentre os recursos direcionados às Escolas Estaduais de Educação Profissional, destacam-se o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Programa Brasil Profissionalizado (PBP), oriundos do governo federal e o Plano Plurianual (PPA), recurso de origem estadual, conforme especificado no Guia de Rotinas das EEEPs (2014b, p. 36 a 38).

Nessa perspectiva, cabe mencionar que o investimento inicial em obras e instalações elétricas nas EEEPs, conforme especificado no Relatório de Gestão (2014a, p. 57) foi de R\$2.734.025,15 (Dois milhões, setecentos e trinta e quatro mil, vinte e cinco reais e quinze centavos) referente ao ano de 2008. No referido relatório constam informações acerca do investimento nas EEEPs até o ano de 2014⁸⁴. Em relação aos outros períodos, os valores

⁸⁴ Esses valores podem ser visualizados no *site* da Educação Profissional. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=175&Itemid=342. Acesso em: 05 jan. 2022.

referentes ao aporte financeiro⁸⁵ podem ser verificados no *site* da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), porém como não há um detalhamento contendo todas as informações de valores injetados nessa rede de escolas, abrangendo obras; material permanente; contratação de professores da área técnica; Bolsa Estágio; material de consumo; fardamento; alimentação e outros investimento; as informações apresentadas no relatório de monitoramento da SEPLAG limitam-se aos valores programados e executados.

Quanto ao PDDE, tem por objetivo contribuir de forma complementar com auxílio financeiro às escolas nos aspectos pedagógicos e físicos, colaborando assim na melhoria do desempenho escolar dos estudantes. Enquanto o Programa Brasil Profissionalizado, está mais voltado para as especificidades do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com ênfase na “educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais” (CEARÁ, 2014b, p. 39). Para a prestação de auxílio financeiro aos Estados, o programa está atrelado a um processo de “seleção e aprovação de propostas, formalizadas pela celebração de convênio ou execução direta, na forma da legislação aplicável”. E o Plano Plurianual estabelece as orientações, finalidades e metas da administração pública para serem efetivadas num período de 4 anos. Após a validação do PPA é publicada a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO que tem como objetivo principal a construção das Leis Orçamentárias Anuais - LOA, vinculando o PPA e as Leis Orçamentárias Anuais (CEARÁ, 2014b, p. 38).

Especificamente no Ceará, destaca-se o Sistema de Monitoramento de Ações Prioritárias (MAPP) para o acompanhamento mais efetivo dos investimentos a nível estadual, conforme especificado no Guia de Rotinas das EEEPs (2014b, p. 38).

O próximo capítulo versa sobre os principais acontecimentos relativos à implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará, abrangendo desde 2007 até 2021.

⁸⁵ Os valores de aporte ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional referente ao período 2015 – 2019 com base nos dados da SEPLAG, podem ser verificados na dissertação denominada “Política de Formação Pedagógica do Professor Técnico: o caso das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará” (MONTEIRO, p. 60). Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=94673>. Acesso em: 06 jan. 2022. Os valores programados e executados (2020 e 2021) referente ao Programa 441 – Educação Profissional Articulada ao Ensino Médio, estão disponíveis nos relatórios de monitoramento do PPA (2020, p. 422) – Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2021/04/Relatorio-Monitoramento-PPA-Jan-Dez-2020_CONCLUIDO-v-Final.pdf, e do PPA (2021, p. 249) – Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/06/Relatorio-do-Monitoramento-do-PPA-Jan-Dez-2021.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2022

5 A TRAJETÓRIA DAS EEEPS (2007-2021): DO PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO AO PROGRAMA CEARÁ EDUCA MAIS

Este capítulo versa sobre a trajetória das Escolas Estaduais de Educação Profissional, desde a adesão ao Programa Brasil Profissionalizado, em 2007, até a Lei nº 17.572, referente ao programa Ceará Educa Mais, sancionada em 2021. O referido capítulo apresenta quatro subcapítulos, sendo o primeiro denominado Governo Cid Gomes (2007-2010) e o Processo de Implantação das EEEPs; o segundo, Governo Cid Gomes (2011-2014) e a Expansão das EEEPs; o terceiro, Governo Camilo Santana (2015-2018) e o Processo de consolidação das EEEPs; e o quarto subcapítulo, intitulada Governo Camilo Santana (2019-2022) e as Novas Perspectivas para as EEEPs.

Para a realização deste estudo foi analisado o contexto histórico, econômico e político referente ao período de 2007 a 2021, considerando como obra de referência a **História do Ceará** (2018), do professor Airton de Farias; os Planos Plurianuais e Mensagens à Assembleia Legislativa, os materiais elaborados pela Secretaria da Educação do Ceará referente à política de Ensino Médio Integrado à Educação profissional, os documentos normativos; além de teses, dissertações, artigos; e pesquisas em *sites* institucionais e matérias veiculadas na mídia local.

Pretende-se com esta pesquisa, evidenciar o percurso das Escolas Estaduais de Educação Profissional, apresentando os principais acontecimentos históricos e normativos relativos a ampla rede de escolas estaduais com oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará, abrangendo o período de 2007 a 2021.

5.1 Governo Cid Gomes (2007-2010) e o Processo de Implantação das EEEPs

Com vitória no primeiro turno, Cid Ferreira Gomes⁸⁶ filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), assume o seu primeiro mandato (2007-2010) como governador do Estado do Ceará. E conforme Carvalho (2008), o apoio velado de Tasso Jereissati ao grupo Ferreira

⁸⁶ Cid Ferreira Gomes nasceu em Sobral, no dia 27 de abril de 1963. É engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde iniciou as atividades políticas no Centro Acadêmico do curso. Em 1990, foi eleito deputado estadual e reeleito em 1994. No ano seguinte, foi escolhido para presidir a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Em 1996 elegeu-se prefeito de Sobral, sendo reeleito em 2000. Foi governador do Ceará por duas vezes, nos períodos de 2007/2010 e 2011/2014. Em 2015, assumiu o Ministério da Educação a convite da então presidenta Dilma Rousseff. Em 2018 foi eleito Senador Federal. Disponível em: <https://cidgomes.com.br/biografia/>. Acesso em 06 jan. 2022.

Gomes “se presentifica na ausência de qualquer crítica aos “governos das mudanças”. Dessa forma, a transição de um governo para outro, ocorre na sistemática proposta por Tasso Jereissati, não havendo “esforços para demolir o passado” (CARVALHO, 2008, p. 36).

O projeto político da candidatura de Cid Gomes estava voltado para o crescimento do Estado do Ceará, garantindo assim a manutenção de uma modernização conservadora, pois conforme Farias (2018, p. 543), “persiste a crença de que construção de grandes obras de infraestrutura e apoio à industrialização, são os caminhos ideais para o desenvolvimento local”. Nesse sentido cabe recorrer ao plano de governo da coligação “Ceará vota para crescer”, cujas promessas estão ancoradas “no apoio do governo Lula, na estreita cooperação com os municípios e na participação de todos os cearenses, para realizar uma administração que produzirá o Grande Salto histórico que o Ceará merece” (CEARÁ, 2006, p. 5).

De acordo com Moreira (2017), ficou evidente no plano de governo da coligação “Ceará vota para crescer”, uma perspectiva descentralizadora, característica do ideário neoliberal, “no qual desresponsabiliza o Estado de suas obrigações, entretanto, resguarda sua íntima relação com a classe dominante, inclusive, subsidiando a reprodução do capital e seu desenvolvimento” (MOREIRA, 2017, p. 52).

Para a realização de grandes obras, além do capital estrangeiro era necessário um bom relacionamento com o governo federal. E devido às alianças políticas, o grupo Ferreira Gomes mantinha a política de estreitamento de laços com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nessa perspectiva, foram possíveis realização de obras de grande impacto para o Estado do Ceará, trazendo reconhecimento local e nacional:

Entre as obras, destacar-se-iam o Eixão das Águas (ampliação do canal da Integração do governo anterior, abastecendo a Região Metropolitana de Fortaleza, e indústrias do Porto do Pecém), a construção dos aeroportos em Aracati e Jericoacoara, a entrada em operação da linha sul do Metrofor e o início da leste do mesmo, e os esforços para consolidar o chamado Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), instalado em uma área de 4.271 hectares. (FARIAS, 2018, p. 549).

O jogo político direcionado para a ideia de crescimento no Estado do Ceará, de desenvolvimento e de obras de relevância na construção do legado política do grupo Ferreira Gomes, foi rebatido pelos grupos “mais à esquerda, questionando se apenas o incremento industrial e turístico será capaz de mudar radicalmente a situação de pobreza do grosso da população”, de acordo com Farias (2018, p. 551).

E dando continuidade ao projeto de desenvolvimento do Estado do Ceará, o governo Cid Gomes que conforme Farias (2018) ainda atendendo a perspectiva de uma modernização conservadora, centrou seus esforços para a qualificação de mão de obra, pois diante de um

cenário de pleno progresso, principalmente nos setores do turismo e da indústria, havia a necessidade de trabalhadores qualificados para atender a demanda de um mercado em expansão. Nesse sentido, “buscou instalar centros formadores de técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior em Fortaleza e interior do estado”, de acordo com Farias (2018, p. 550).

No âmbito nacional, no segundo mandato do governo de Luis Inácio Lula da Silva (2007-2010), é lançado o plano de metas denominado “Compromisso Todos pela Educação”, instituído pelo Decreto nº 6.094/2007, de 24 de abril de 2007 com a finalidade de conseguir uma mobilização social em torno da melhoria da educação, recebendo da União colaboração técnico-financeira para a execução das ações do plano. Destaca-se também nesse período, o Programa Brasil Profissionalizado, legitimado pelo Decreto nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007, cujo objetivo está vinculado à expansão da oferta do Ensino Médio integrado à Educação Profissional, através de auxílio técnico-financeiro aos Estados, considerando o processo de elaboração de projeto para o recebimento de recursos federais.

Além desses planos e programas direcionados à melhoria da educação, destacou-se também a Lei nº 11. 892, de 29 de dezembro de 2008 que legitimou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. De acordo com Lima (2014), esse processo contribuiu para a consolidação da:

Reforma da educação profissional (técnica e tecnológica) quando promoveu a convergência de medidas que visavam à materialização do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)⁸⁷, tratado como a ação educacional mais importante do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)⁸⁸. Destas medidas,

⁸⁷ O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) instituído pelo Decreto Lei nº 6.094 de 24 de abril de 2007 foi um conjunto de programas, cujo objetivo era melhorar a educação no Brasil, em todas as suas etapas. O PDE foi divulgado em conjunto com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, na gestão do Ministro da Educação Fernando Haddad (PT) e estabelecia um prazo de quinze anos para ser concluído, porém foi descontinuado antes desse prazo. Apesar disso, muitos dos programas e iniciativas criados por ele se mantiveram, como o TV Escola e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo), relativo à Educação Básica, e o Sistema Nacional da Educação Superior (Sinaes), no Ensino Superior. O PDE estava estruturado em cinco eixos principais: Educação Básica; Educação Superior; Educação Profissional, Alfabetização e Diversidade. Especificamente, na Educação Profissional, as verbas de custeio e de pessoal da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica foram recuperadas, houve ampliação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ; ocorreu alteração na Lei do Estágio; assim como a integração da Educação de Jovens e Adultos (EJA) dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio à Educação Profissional pelo Proeja e Projovem.
Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/>. Acesso em: 06 jan. 2022.

⁸⁸ Lançado em 2007, durante o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) englobou “um conjunto de medidas destinadas a desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal, promovendo o crescimento acelerado do país com diminuição das desigualdades de renda e entre regiões, preservando, entretanto, o equilíbrio fiscal e monetário e reduzindo a dívida e a vulnerabilidade externa”. Disponível em:

podem ser destacados: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. (LIMA, 2014, p. 32).

Nesse contexto de expansão industrial no Estado do Ceará e no investimento financeiro à nível federal na educação, evidenciam-se as Escolas Estaduais de Educação Profissional. Atendendo a uma promessa de campanha política de Cid Gomes vinculado ao plano de governo da coligação “Ceará vota para crescer” que tem como uma das ações para a educação, o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará. Antes de adentrar no contexto do referido plano, cabe enfatizar a importância do Programa Brasil Profissionalizado para a efetivação da política de Ensino Médio integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará.

5.1.1 As Escolas Estaduais de Educação Profissional (2007-2010)

Neste segmento apresentam-se os principais acontecimentos referentes à política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, desde a adesão ao Programa Brasil Profissionalizado, em 2007, até a implantação da Coordenadoria de Educação Profissional no âmbito da Secretaria da Educação do Ceará; além de outros acontecimentos históricos e marcos normativos referentes ao período de 2007 a 2010.

5.1.1.1 (Ano 2007) - Adesão ao Programa Brasil Profissionalizado

Assim como no contexto nacional, os indicadores do Ensino Médio no Estado do Ceará apresentavam “baixos índices educacionais em consequência das políticas excludentes desenvolvidas em décadas anteriores”, segundo Leite e Andrade (2021). E no recorte do plano de governo de Cid Gomes, tem-se que na área educacional, os índices são preocupantes, pois:

Na educação infantil, apenas 19% da população, na faixa etária até três anos de idade, tem acesso à creche. No ensino básico, o baixo nível de aprendizagem dos alunos tem sido evidenciado pelos resultados do SAEB, Prova Brasil, ENEM e PISA. Da mesma forma, foi comprovado, de acordo com o Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, que 75, 7% dos

alunos da 4ª série não sabem ler ou lêem precariamente, e menos de 1% tem desempenho adequado entre a 4ª e a 8ª séries. Além disso, conforme o último censo do IBGE, o Ceará ainda tem 21,8% de analfabetos na população de 15 anos ou mais, ocupando o sexto pior lugar no Brasil em taxa de analfabetismo. (CEARÁ, 2007, p. 6).

Considerando esse cenário, o governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação, aderiu ao Programa Brasil Profissionalizado, em 2007. O projeto das ETECs já evidenciado na campanha política de Cid Gomes ganha evidência com a adesão ao referido programa que dispara uma política de Educação Profissional nos estados da federação brasileira, oferecendo financiamento e orientação técnico-pedagógica para a ampliação da oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. E para garantir esses recursos, os estados devem assinar o acordo Todos pela Educação.

Conforme especificado no Decreto nº 6.302/2007 que instituiu o Programa Brasil Profissionalizado, os principais objetivos do programa estão atrelados à reestruturação do Ensino Médio, abrangendo uma “formação geral, científica e cultural com a formação dos educandos”, considerando também a ampliação na rede pública de oferta do Ensino Médio Integrado à educação profissional nos âmbitos federal, estadual e municipal (BRASIL, 2007b).

Sendo destaque entre os estados, o Ceará agilizou o processo de articulação para aquisição de recursos e ampliação de oferta de vagas, conforme Leite e Andrade (2021). Dessa forma, ao atingir as exigências técnicas, o estado do Ceará encaminhou-se para a fase de aporte financeiro:

Uma vez atendidos os requisitos técnicos dos projetos em conformidade com o § 1º, incisos I ao III do artigo 3º da Lei nº 9.394/1996 e do Decreto nº 6.302/2007, o Ceará avançou para a assinatura do convênio inicial em 2008, o aporte de recursos financeiros do Ministério da Educação (MEC) conveniado com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinados à formação e recursos pedagógicos foi na ordem de R\$ 8.519.643,17 e, para infraestrutura, de R\$ 115.721.923,75, totalizando o montante de R\$ 124.241.566,92. (LEITE; ANDRADE, 2021, p. 31 - 32).

Para atender esse propósito, era necessário um planejamento em âmbito estadual, logo em 2008, ocorreu a elaboração de um plano específico para atender as demandas da Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Ceará.

5.1.1.2 (Ano 2008.1) - Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará

Diante do diagnóstico dos indicadores da rede educacional cearense, em especial referente ao Ensino Médio; e as diretrizes do plano de governo de Cid Gomes, foram direcionados esforços para a elaboração de um Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica (PIEPT) no Estado do Ceará articulando as demandas da Educação Básica ao mundo do trabalho.

Publicado em março de 2008, o PIEPT (2008-2010), apresentou oito tópicos em sua composição estrutural: apresentação, contextualização, marco conceitual, pressupostos para a Política Integrada de Educação Profissional Tecnológica, Diretrizes e Ações, Metas, Sistema de Gestão, Acompanhamento e Avaliação da EPT e Anexos.

Devido à diversidade de ações relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica inseridas no PIEPT, serão ressaltadas apenas as questões relacionadas ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em função das especificidades desse trabalho.

As instituições envolvidas na elaboração do plano são reconhecidas na área de atuação da Educação Profissional e Tecnológica, nas redes pública e privada, sendo elas: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE Secretaria da Educação Básica do Estado – SEDUC, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, Secretaria do Desenvolvimento Agrário – DAS, Secretaria do Turismo – SETUR, Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa – FUNCAP, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SDE, Conselho de Educação do Ceará – CEC, Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET-CE, Escola Agrotécnica Federal do Iguatu, Escola Agrotécnica Federal do Crato, Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará – NUTEC, Escola de Saúde Pública do Ceará – ESP, Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, Centro de Treinamento e Desenvolvimento – CETREDE, Centro de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, Associação dos Prefeitos do Ceará – APRECE, Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Ceará – ETICE, ASSESPRO, Sistema Nacional de Emprego – SINE, Instituto do Desenvolvimento do Trabalho – IDT, Secretaria do Trabalho e Ação Social

– STDS, Secretaria do Turismo – SETUR, INSTITUTO ATLÂNTICO, Câmara Federal – Conselho de Altos Estudos (CEARÁ, 2008a, p.7)

Relevante citar as instituições envolvidas para evidenciar a dimensão desse plano que agrega os interesses tanto de instituições públicas quanto privadas, logo no PIEPT, fica explícito que:

conclamamos as diversas instituições que atuam no setor educacional a elaborar as bases de um plano integrado de educação profissional e tecnológica que privilegie o nivelamento de informações, a partir da integração das ações dos diversos órgãos envolvidos, sejam eles das esferas federal, estadual ou municipal, ONGs ou ainda do setor privado, caso do Sistema S. (CEARÁ, 2008a, p. 5).

Conforme verificado no PIEPT, a congregação dessas instituições para a elaboração desse plano foi essencial, devido às análises realizadas pelo Conselho de Altos Estudos da Câmara Federal que identificou discrepância quanto à formação de profissionais de nível técnico e de nível superior:

há uma grande defasagem de formação de profissionais de nível técnico, pois, no Brasil, forma-se apenas um técnico para cada profissional de nível superior. Nos países desenvolvidos, essa situação é inversa (CEARÁ, 2008a, p. 15).

Nesse sentido, no PIEPT ficou expressa a necessidade de ampliação da oferta de Ensino Técnico de Nível Médio no Ceará, alinhada às demandas do mercado regional, representando dessa forma, uma colaboração essencial para “consolidação e sustentação das políticas de desenvolvimento, em especial para a interiorização dessas ações nas regiões que apresentam potencial para desenvolvimento de atividades econômicas estratégicas para o Estado” (CEARÁ, 2008a, p. 15).

E dessa forma, a oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará é vista como um desafio a ser superado, pois no eixo temático I, denominado **O Papel da Educação Profissional e Tecnológica no Desenvolvimento Estadual e nas Políticas de Inclusão Social**, a expansão da oferta de EPT no estado do Ceará deve priorizar a “Educação Técnica Integrada ao Ensino Médio” e “Ampliar a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas áreas rural e urbana (CEARÁ, 2008a, p. 23).

No PIEPT, dentre as metas, destaca-se a criação de “25 Centros Educacionais da Juventude – CEJOVEM/SEDUC em 2008, 10 em 2009 e 15 em 2010, totalizando 50 em 2010”. Esses centros constituem-se enquanto projeto para implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará. Quanto à oferta para o ano de 2008, estavam previstas “11.779 matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio articuladas ao Ensino Médio; em 2009, 21.789; em 2010 35.919” (CEARÁ, 2008a, p. 27).

Em relação à disponibilização de bolsas, foram previstos auxílio para estudantes de baixa renda no intuito de auxiliar na permanência dos estudos. E no item capacitação, foram selecionadas algumas ações direcionadas para formação de professores, práticas laboratoriais para estudantes da rede estadual de ensino do Ceará, incentivo a sistemática de articulação escola-empresa, mudança de matrícula para o Ensino Médio Inovador a Educação Profissional e Tecnológica:

100% dos professores envolvidos com o Ensino Médio integrado; 2.100 professores das escolas públicas do Estado do Ceará em 2008, 2.200 em 2009 e 2.300 em 2.010; 42.000 horas de práticas laboratoriais para os alunos das escolas públicas do Estado do Ceará em 2008, 48.000 horas em 2009 e 52.000 horas em 2.010, fomento ao sistema de integração; escola-empresa nas instituições estaduais que ofertam EPT; Transformação de 6.840 matrículas do *Curso Normal* em matrículas de Ensino Médio integrado à educação profissional (CEARÁ, 2008a, p. 28).

Nesse plano ficaram evidenciadas as diretrizes, os objetivos e as metas para a Educação Profissional no Ceará. Depois da publicação deste plano em março de 2008, foram desencadeadas ações mais específicas para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública estadual de ensino, pois:

O início da oferta de matrícula dessa modalidade no Ceará ocorreu cinco meses após a divulgação do Plano Integrado e oito meses depois de instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Brasil Profissionalizado, através do Decreto 6.302, de dezembro de 2007. O principal objetivo do Programa é a “modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional” em todo o País. Para alavancar o atendimento da modalidade de Educação Profissional Integrada, o Governo do Ceará conta com recursos federais do Programa Brasil Profissionalizado (SABINO, 2015, p. 78).

Relevante mencionar a publicação da Lei nº 14.190, de 30 de julho de 2008 referente à criação do Programa Aprender Pra Valer acerca do desenvolvimento de “ações estratégicas complementares para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos do ensino médio e sua articulação com a educação profissional e tecnológica”. Dentre as ações estratégicas, destacam-se: o Programa da Superintendência Escolar voltado ao acompanhamento das ações pedagógicas; Projeto Primeiro, Aprender relacionado ao desenvolvimento de “competências avançadas de leitura e de raciocínio lógico-matemático”; Professor Aprendiz relativa à formação, elaboração de material didático-pedagógico e incentivo à produção científica; Avaliação Censitária do Ensino Médio referente à “ampliação do SPAECE”; Pré-Vest, ação voltada para o ingresso no ensino dos estudantes da rede pública estadual de ensino do Ceará

na universidade; e na oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional através das Escolas Estaduais de Educação Profissional (CEARÁ, 2008c).

O início da oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública estadual de ensino do Ceará, teve início com a criação dos Centros Educacionais da Juventude, no segundo semestre de 2008.

5.1.1.3 (Ano 2008.2) - Centros Educacionais para a Juventude (CEJOVEM)

Antes de adentrar no contexto da implantação das EEEPs, cabe mencionar a discussão acerca da responsabilidade pelo desenvolvimento da política educacional de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em âmbito estadual. De um lado, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECITE) em parceria com o CENTEC e de outro a Secretaria da Educação do Ceará⁸⁹. Diante desse impasse, a Seduc CE ficou responsável pelo desenvolvimento dessa política educacional em função da vinculação ao Ensino Médio. Nesse sentido, o governo do Estado do Ceará, possibilitou à Seduc, protagonismo para “desenvolver uma das principais políticas do governo Cid Gomes, por compreender que essa proposta de profissionalização, estava vinculada ao ensino médio, portanto, deveria ficar a cargo do Estado”, de acordo com Nascimento (2016, p. 118).

Nascimento (2016) também alerta que a opção do governo do Estado pelo Ensino Médio Integrado à Educação Profissional estava atrelada ao financiamento do governo federal incluindo “aporte para a construção de escolas”, “portanto, a decisão pela integração ocorreu pautada também na disponibilidade de verbas do tesouro nacional” (NASCIMENTO, 2016, p. 116).

Inicialmente, denominadas de Centros Educacionais para a Juventude (CEJOVEM), as EEEPs iniciaram as suas atividades no segundo semestre do ano letivo de 2008. Os referidos centros tinham como finalidade “promover a articulação do currículo do ensino médio com a formação para o mundo do trabalho, proposta amplamente incentivada pelo âmbito federal”, conforme Lima (2014, p. 36). Para atuar nessas escolas com vacância no cargo comissionado para Direção Escolar foi realizada uma seleção pública para composição do banco de gestores escolares das escolas da rede pública estadual do Ceará a partir do Edital

⁸⁹ Inicialmente denominada Inspeção Geral da Instrução Pública, através do Decreto 1.375, de 15 de setembro de 1916. Em dezembro de 1945, o Decreto Lei nº 1.440 institui a Secretaria de Educação e Saúde do Estado do Ceará e seus serviços. Em 1961, passou a ser denominada Secretaria de Educação e Cultura. Somente em 1996 a Secretaria teve seu nome alterado para Secretaria de Educação Básica de acordo com a Lei nº 12.613, de 07 de agosto de 1996. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/institucional/>. Acesso em 20 dez. 2021.

nº 002, de 31 de outubro de 2008. O referido certame foi constituído por provas escritas e exames de títulos realizados pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/Minas Gerais), conforme detalhado no Relatório de Gestão (2014a).

Quanto ao processo de lotação de professores, cabe mencionar a publicação da Portaria nº 0125/2008, de 23 de dezembro de 2008 que estabeleceu os critérios para a lotação dos professores da Base Nacional Comum nas EEEPs. A realização do processo de lotação dos docentes efetivos ou contratados por tempo determinado nas EEEPs, considerou as etapas de análise de currículo e entrevista.

E devido às peculiaridades dessa oferta para a formação da primeira turma das EEEPs, os estudantes não passaram por processo seletivo. Conforme Melo (2015, p. 39), foi um processo complexo porque os estudantes já estavam matriculados na escola de tempo parcial, sendo necessário, portanto, “um trabalho de conquista desses estudantes para que estes migrassem para as EEEPs”. Por se tratar de uma proposta pedagógica nova, os pais e os alunos apresentavam muitas dúvidas quanto ao formato do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Nesse sentido, os gestores tiveram uma participação fundamental na formação das primeiras turmas, pois:

visitavam as escolas de ensino regular, expunham a proposta aos estudantes e convidava-os para experimentar o modelo de ensino médio integrado à educação profissional, numa escola de tempo integral. E assim foram formadas as primeiras turmas das 25 escolas implantadas em 2008. (MELO, 2015, p. 40).

Compreender esse processo de implantação é fundamental para analisar os dados da primeira turma formada na perspectiva do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública do Ceará. Apesar de não haver trabalhos mais específicos acerca dessa análise, ela pode revelar um cenário de dificuldades e possíveis correções de rota no decorrer dessa política educacional. Por se tratar de uma implantação, muitos ajustes ainda estavam sendo efetivados e algumas fragilidades podem ser evidenciadas, dentre elas o período de formação de turmas no segundo semestre; a compreensão da complexa proposta pedagógica do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, a estrutura das escolas para atender as especificidades do EMI, a formação de professores e gestores e o processo de migração desses estudantes da escola de tempo parcial para a EEEP.

De acordo com Melo (2015), as 25 primeiras Escolas Estaduais de Educação Profissional foram criadas em 2008 em consonância com a Lei Estadual nº 14.273/2008, conforme especificado no artigo 1º:

Fica o Poder Executivo autorizado a criar mediante Decreto, na estrutura organizacional na Secretaria da Educação - SEDUC, Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, sendo-lhes asseguradas as condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta de ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho (CEARÁ, 2008b).

No artigo 3º há informações específicas acerca do processo seletivo para atuar nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, indicando que é um processo diferenciado das escolas de tempo parcial ao citar a Lei nº 13.513/2004 e o Decreto nº 29.451/2008:

A constituição das equipes docentes e o provimento dos cargos em comissão das Escolas Estaduais de Educação Profissional serão feitos mediante seleção pública, que, além de exames de conhecimentos e comprovação de experiência, constará de avaliações situacionais de competências específicas, sendo sua regulamentação estabelecida por Decreto, não estando sujeitas ao que estabelece a Lei nº 13.513, de 19 de julho de 2004, e o Decreto nº 29.451, de 24 de setembro de 2008. (CEARÁ, 2008b).

O artigo 5º faz referência a criação da Gratificação de Desempenho (GD) para os docentes e cargos comissionados com atuação nas Escolas Estaduais de Educação Profissional. Para ter direito a essa gratificação, os ocupantes desses cargos, devem atender às especificidades da GD:

§1º A Gratificação de Desempenho será concedida em decorrência da avaliação dos resultados alcançados por ocupantes de cargos comissionados e professores, tomando-se por base indicadores objetivos previamente definidos em regulamento, podendo alcançar até 70% (setenta por cento) do valor da representação correspondente ao cargo em comissão de símbolo DNS-3. (CEARÁ, 2008b).

A Gratificação de Dedicção Exclusiva (GDE) é direcionada aos diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional em função do regime de tempo de trabalho, sendo, portanto, explicitado no artigo 6º que:

Fica instituída a Gratificação de Dedicção Exclusiva - GDE, devida ao titular do cargo de Direção e Assessoramento Superior, de provimento em comissão, de Diretor de Escola Estadual de Educação Profissional, da rede da Secretaria da Educação, no mesmo valor da gratificação de representação correspondente ao cargo de Direção e Assessoramento Superior, de provimento em comissão, como compensação pelo regime especial de trabalho em dedicação exclusiva (CEARÁ, 2008b).

Contemplando 4.181 estudantes com oferta de quatro cursos técnicos integrados ao Ensino Médio⁹⁰, as 25 primeiras EEEPs beneficiavam 20 municípios cearenses: Fortaleza, Maracanaú, Pacatuba, Iguatu, Cedro, Sobral, Pacajus, Quixadá, Tauá, Barbalha, São Benedito, Redenção, Jaguaribe, Senador Pompeu, Crato, Itapipoca, Santa Quitéria, Tabuleiro do Norte, Crateús e Brejo Santo, de acordo com Melo (2015, p. 26).

O desafio de iniciar uma política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional requer preparação da equipe gestora. Nesse sentido, em 2008 os gestores das EEEPs participaram da formação referente aos pressupostos da Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), oferecida pela Seduc CE em parceria com o ICE (CEARÁ, 2014a, p. 129). Nesse ano, não foi mencionado no Relatório de Gestão (2008-2014) formação direcionada às Bases Conceituais do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Nessa perspectiva, cabe refletir acerca dos processos formativos que estavam sendo direcionados aos gestores já que nesse momento inicial, esse grupo recebeu apenas formação acerca da TESE. Para os professores das EEEPs não foi mencionado no Relatório de Gestão (2008 – 2014), processos formativos para esses profissionais, no ano de 2008.

Em relação a escolha e definição das estruturas prediais e municípios beneficiados⁹¹ pela política educacional do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública estadual de ensino do Ceará, esse processo foi realizado considerando a implementação de “uma escola”⁹² por Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede) e uma escola em cada regional da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor)”. Nesse sentido, seriam 26 escolas, pois são 20 Credes e 3 Sefor⁹³; sob a jurisdição da Secretaria da Educação do Ceará. No entanto, na Crede 4 (Camocim) não foi possível a instalação de uma EEEP devido a imprevistos de ordem estrutural, então ficaram definidas as

⁹⁰ Conforme indicado no Relatório de Gestão (2014a), na demanda inicial foram ofertados os cursos técnicos de Enfermagem, Guia de Turismo, Segurança do Trabalho e Informática.

⁹¹ Conforme Colares (2015), o critério inicial para implantar uma EEEP em um município estava vinculado ao quantitativo populacional de 50 mil habitantes, porém com o crescimento dessa rede de escolas e a perspectiva de atender outros municípios cearenses que não estavam relacionados a esse critério, a Seduc CE estabeleceu a sistemática de consórcio entre municípios. Sendo assim, a escola “é implantada em um determinado município e atende a população jovem de no máximo mais dois municípios, com pequenas distâncias entre si, onde o deslocamento dos alunos pode ser suprido pelo sistema de transporte do próprio município” (COLARES, 2015, p. 27 - 28).

⁹² De acordo com o Relatório de Gestão (2014a), a escolha das escolas estaduais adaptadas para EEEP foi realizada, com base nos seguintes critérios: “escolas situadas em áreas de vulnerabilidade social; escolas que apresentavam indicadores educacionais abaixo do esperado e com infraestrutura necessitando de revitalização e escolas com baixa matrícula”. (CEARÁ, 2014a, p. 28).

⁹³ A superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor) abrange escolas da 1ª a 6ª Regiões; sendo a Sefor 1 relacionada a escolas vinculadas à 1ª e 3ª regiões; a Sefor 2 abrangendo a 2ª e 6ª regiões; e a Sefor 3 vinculada à 3ª e 5ª regiões. Saiba mais em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2019/01/02/superintendencias-das-escolas-estaduais-de-fortaleza-sefor/>. Acesso em: 07 jan. 2022.

25 primeiras escolas da rede pública estadual de Ensino Médio integrado à Educação Profissional no Ceará (LIMA, 2014, p. 66).

Quanto à escolha dos primeiros cursos técnicos, Lima (2014) destaca em entrevista concedida por Idilvan Alencar, secretário executivo e adjunto da Seduc CE no período de 2007 a 2014 e titular entre 2016 e 2018; que apesar do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos do MEC contribuírem nesse processo, a dinâmica da escolha de cursos técnicos nas EEEPs seguiu outra lógica porque a “priori, foram escolhidos de acordo com a facilidade em elaborar um currículo e implantar, devido o tempo restrito entre a formulação da política e sua implantação” (LIMA, 2014, p. 96).

Nessa perspectiva, os quatro cursos técnicos oferecidos nas EEEPs, teve como orientação o contexto econômico, considerando o desenvolvimento local nas áreas de Turismo e Construção, além da análise cenarial realizada pela Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE) relativa à “necessidade de formação técnica em informática para atuação profissional qualificada em quaisquer áreas de profissionalização”. Também contribuiu nesse processo inicial de implantação do curso de Enfermagem, a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), devido à expertise em programa de formação técnica em Enfermagem (CEARÁ, 2014a, p. 39).

Depois esse processo de seleção de cursos passou por ajustes, considerando os arranjos produtivos locais vinculados aos projetos estratégicos do Governo Estadual e oportunizando novos segmentos de mercado nos municípios cearenses. A oferta de cursos é outra temática que merece reflexão e um estudo aprofundado para verificar as demandas de saturação do mercado, a lotação de professores da formação profissional, as condições financeiras e de estrutura predial para a instalação de laboratórios técnicos, as possibilidades para realização do estágio e a necessidade de substituição por outros cursos técnicos, considerando as especificidades de cada curso no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC.

Relevante mencionar que desde 2008, a matriz curricular das EEEPs apresentava a proposta de integração da formação geral, da formação profissional e dos conteúdos voltados para a formação para cidadania referente à parte diversificada do currículo. Destacando-se nessa área, o Projeto Professor Diretor de Turma, sendo implementado nas 25 primeiras Escolas Estaduais de Educação Profissional numa perspectiva de experiência piloto no âmbito do ensino médio na rede pública educacional cearense. Everton (2019), destaca que as discussões acerca da permanência do estudante no Ensino Médio no período de implantação das EEEPs, geraram reflexões acerca da evasão, do abandono e do fluxo escolar. Nesse

sentido, o Projeto Diretor de Turma, “suruiu como elemento humanizador deste processo, contribuindo para o engajamento dos jovens que ingressaram nas escolas de ensino médio integral e integrado à educação profissional” (EVERTON, 2019, p. 109).

Em termos de estrutura organizacional da Seduc CE, o acompanhamento institucional das ações relativas à Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio estava vinculado à Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação (CDESC). Nesse momento inicial, a Secretaria da Educação passava por um processo de reestruturação para abrigar a Coordenadoria de Educação Profissional que seria criada efetivamente em 2010, porém as células de monitoramento e acompanhamento das EEEPs foram criadas em 2009, conforme Melo (2015, p. 33).

No final do ano de 2008, foi divulgada a Lei de criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional, oficializando o compromisso do Governo do Estado do Ceará com a proposta pedagógica do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública cearense de ensino.

Na tabela 1, apresenta-se o resumo dos dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2008.

Tabela 1 - Síntese EEEPs (2008)

Escolas em funcionamento	Cursos técnicos ofertados	Municípios contemplados	Estudantes Matriculados
25	04	20	4.118

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 34)⁹⁴.

5.1.1.4 – (Ano 2009) - Legitimação da Rede Pública Estadual de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará

A lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, efetiva a criação das EEEPs no Estado do Ceará, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado. Com a legislação estadual, os Centros Educacionais para a Juventude passaram a designação de Escolas Estaduais de Educação Profissional, legitimando a oferta de ensino médio integrado à educação nas escolas da rede pública estadual do Ceará. Relevante mencionar que em 2009, foi publicado o Decreto nº 29.704, de 08 abril que instituiu alterações no Programa de Estágio em órgãos e entidades da administração pública. Devido a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação

⁹⁴ As informações inseridas na tabela 1 foram coletadas exclusivamente do Relatório de Gestão (2008 a 2014).

Profissional, os estudantes das EEEPs encaminhavam-se para a experiência do Estágio Curricular Obrigatório. Nesse sentido, foram necessárias alterações no Programa de Estágio no âmbito estadual para atender as determinações da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 referente ao Estágio em âmbito federal.

Em 2009, ocorreu o lançamento da Portaria nº 105/2009, de 27 de fevereiro de 2009 que autorizou a estudantes que tenham concluído o Ensino Fundamental na rede privada de ensino a realizarem matrícula nas EEEPs que apresentarem vagas disponíveis. Nesse ato normativo, ficou estabelecido que a partir de 2010, 20% (vinte por cento) das vagas nas Escolas Estaduais de Educação Profissional seriam direcionadas aos estudantes da rede particular de ensino.

Neste ano, mais 26 EEEPs foram criadas, abrangendo uma demanda de 19 municípios cearenses com oferta de mais nove cursos técnicos. Os municípios contemplados em 2009, foram: Ubajara, Reriutaba, Canindé, Cascavel, Horizonte, Aracati, Russas, Boa Viagem, Acopiara, Campos Sales, Juazeiro do Norte, Mauriti, Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Itapajé, São Gonçalo do Amarante, Acaraú, Camocim. A seleção dos cursos técnicos nesses municípios, foram ofertados conforme a análise cenarial dos arranjos produtivos locais de cada região beneficiada com uma EEEP. Nesse sentido, os nove cursos ofertados em 2009, foram: Agroindústria, Aquicultura, Comércio, Edificações, Estética, Finanças, Massoterapia, Meio Ambiente e Produção de Moda, conforme evidenciado no Relatório de Gestão (2014a, p. 36).

Com a implantação de novas escolas na rede de EEEPs, a formação referente aos pressupostos da Tecnologia Empresarial Socioeducacional foi sendo realizada com os novos gestores, conforme especificado no Relatório de Gestão (2014a). Além dessa formação, em 2009, a Seduc CE em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) ofertou o curso de Especialização em Gestão e Avaliação da Educação Pública e conforme evidenciado no Relatório de Gestão (2014 a), 44 gestores das EEEPs concluíram esse curso⁹⁵. Também foi ofertado em 2009, “o curso de Aperfeiçoamento – A Política da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio para 80 gestores participantes do processo seletivo para a EEEP em 2008” (CEARÁ, 2014a, p. 129). Relevante mencionar que em 2009, não há registros no

⁹⁵ Ofertada em modalidade semipresencial, totalizando uma carga horária de 522h. “Das 3.194 vagas ofertadas para a SEDUC, 1.813 gestores concluíram sendo 44 das EEEP. A instituição parceira responsável pelo curso foi a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF/Centro de Avaliação e Políticas da Educação – CAEd” (CEARÁ, 2014a, p. 129).

Relatório de Gestão (2008-2014) referentes à oferta de processos formativos para os professores que atuam na rede de EEEPs.

Em termos de estrutura organizacional, não havia ainda a Coordenadoria de Educação Profissional, mas foram criadas as células para suporte, acompanhamento e monitoramento das ações relativas às EEEPs. De acordo com Melo (2015, p. 33), as células estavam agregadas à Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola (CDESC), correspondendo “aos setores em que estão divididos a Coordenadoria de Educação Profissional⁹⁶”.

A efetivação das referidas células, foi legitimada através do Decreto nº 29.705, de 08 de abril de 2009, foram denominadas:

Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico – Cedet; Célula de Estágios – Ceest e Célula de Gestão de Materiais – Cegem. Vinculadas, na ocasião, à Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola, estas Células encaminharam as ações relacionadas ao desenvolvimento da educação profissional no Ceará sob a coordenação geral do gabinete da SEDUC. (CEARÁ, 2014a, p. 40).

A Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico abrange as questões pedagógicas relacionadas às EEEPs, incorporando ações relativas ao currículo e medições junto ao Conselho Escolar de Educação (CEE):

para o credenciamento das EEEPs e aprovação de funcionamento dos cursos técnicos ofertados nas mesmas; elaboração de orientações pedagógicas; elaboração de matrizes curriculares e planos de curso; articulação para formação dos superintendentes, gestores, coordenadores e professores das EEEPs; articulação com as demais coordenadorias da SEDUC para a elaboração e publicação de Portarias que orientam o processo de matrícula dos alunos, bem como a lotação dos professores; dentre outras questões. (MELO, 2015, p. 34).

Na Célula de Estágio, as atribuições estão relacionadas à prática do Estágio Curricular Obrigatório, considerando as especificidades da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Nesse sentido, cabe a CEEST:

garantir 100% da inserção dos alunos em campo de estágio; realizar formação com os responsáveis pelo estágio em cada EEEP; orientar sobre a prática do estágio;

⁹⁶ Mesmo sem a criação da Coordenadoria de Educação Profissional no âmbito da Secretaria da Educação do Ceará, a coordenação das ações relativas à Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio estavam sob a liderança da professora Thereza Maria de Castro Paes Barreto, mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (2002), Diretora do Colégio de Aplicação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (1996/2003), Gestora do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (2003/2008), Coordenadora da Educação Profissional da Secretaria de Educação do Ceará (2009/2010). Atualmente desenvolve atividades de consultoria técnica na concepção, planejamento e implantação do Modelo de Escolas em Tempo Integral concebido pelo ICE junto às Secretarias de Educação estaduais e municipais. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6290531963237552>. Acesso em 10 jan. 2022.

monitorar o estágio em cada escola por meio do Sistema Informatizado de Captação de Estágios – SICE; e toda a parte burocrática que envolve o estágio, como: o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), Termo de Realização do Estágio (TER), acompanhamento jurídico, financeiro e pedagógico do estágio; dentre outros. (MELO, 2015, p. 34).

As atribuições da Célula de Gestão de Materiais estão relacionadas ao provento de recursos financeiros para a realização de atividades nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, portanto sua função é:

providenciar os recursos necessários para o funcionamento das EEEPs, tais como: equipamentos, mobiliários, laboratórios, insumos, material didático, uniformes e alimentação dos alunos, logística para a realização dos eventos promovidos pela COEDP. (Formações, encontros, reuniões etc.), dentre outros (MELO, 2015, p. 34).

No ano de 2009, 15 EEEPs aderiram ao projeto Com.DomínioDigital⁹⁷ sob a liderança do Instituto Aliança (IA), responsável pelo desenvolvimento e implantação do projeto nas Escolas Estaduais de Educação Profissional:

Os conteúdos do Projeto Com.DomínioDigital foram favoravelmente aceitos pelas escolas onde estava sendo desenvolvido, provocando um movimento espontâneo de sua apropriação nas então disciplinas do currículo diversificado das EEEP, a saber, TESE e nas atividades complementares de preparação para o estágio (CEARÁ, 2014 a p.41).

Conforme especificado no *site* do Instituto Aliança, o referido programa está direcionado para qualificação profissional dos jovens, oportunizando a elaboração de projetos profissionais e pessoais com a finalidade de integração ao mundo do trabalho. O Instituto Aliança é parceiro da Seduc desde 2008 e o Com.DomínioDigital é considerada a primeira experiência do IA nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, conforme evidenciado no Relatório de Gestão (2014a).

Em setembro de 2009, ocorreu o Festival de Protagonismo Juvenil. Considerado uma ação de grande escala na rede pública estadual de ensino, envolveu não apenas estudantes das EEEPs, mas representantes do grêmio estudantil de outras instituições, com o objetivo de possibilitar momentos de discussão e reflexão relativas ao protagonismo político:

⁹⁷ Teve início em 2004, como um dos projetos integrantes da Rede 21. Em função dos resultados obtidos no projeto piloto, no Ceará, o programa ganhou expansão nacional e internacional; e gerou mais cinco tecnologias educacionais, dentre elas os componentes curriculares denominados Projeto de Vida e Mundo do Trabalho desenvolvido nas EEEPs. Disponível em: http://www.institutoalianca.org.br/projeto_cdd.html. Acesso em: 11 jan. 2022.

Além deste eixo temático, os jovens participantes reuniram-se para uma imersão conceitual em protagonismo acadêmico, protagonismo pessoal, protagonismo social, protagonismo profissional e para intercâmbio com experiências de protagonismo juvenil desenvolvidas por movimentos e instituições externas à SEDUC (CEARÁ, 2014a, p. 40).

Com a criação de novas EEEPs, totalizando em 2009, 51 escolas, a demanda de matrícula foi ampliada totalizando 7.625 estudantes matriculados na 1ª série do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. E conforme evidenciado no Relatório de Gestão (2014a), comparado ao ano de 2008, foi observado um “aumento significativo na oferta da educação profissional no Ceará seja no tocante ao número de escolas, cursos e municípios ofertantes, materializando os propósitos do Governo Estadual” (CEARÁ, 2014a, p.39). Em 2009, ocorreu o lançamento do Edital nº 13/2009 para contratação dos professores da Base Técnica das Escolas Estaduais de Educação Profissional. Os professores da área profissional são contratados pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC) em parceria com a Secretaria da Educação do Ceará (Seduc CE). O processo seletivo, estabeleceu três etapas com a realização de provas objetiva, didática e de títulos. Dependendo da demanda dos cursos ofertados nas EEEPs, outros editais são abertos e em alguns casos, ocorrem processos de contratação simplificados através de análise curricular.

Destacou-se em 2009, a publicação da Portaria de Matrícula nº848/2009, de 29 de dezembro de 2009 que estabeleceu os critérios do processo seletivo para o ingresso das(os) estudantes nas Estaduais de Educação Profissional do Ceará na 1ª série do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Também ocorreu a divulgação da Portaria de Lotação nº 847/2009, de 30 de dezembro de 2009 que normatizou os critérios para a lotação dos professores da Base Nacional Comum nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, indicando que professores efetivos ou temporários, habilitados em nível superior com experiência mínima de 2 anos de docência podem atuar nas EEEPs em regime de 40h semanais, mediante análise de currículo e entrevista.

A tabela 2 apresenta o resumo dos dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2009.

Tabela 2 – Síntese EEEPs (2009)

Escolas em funcionamento (Cumulativo)	Cursos técnicos ofertados (Cumulativo)	Municípios contemplados (Cumulativo)	Estudantes Matriculados (Cumulativo)
51	13	39	11.279

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 41)⁹⁸.

5.1.1.5 (Ano 2010) - Coordenadoria de Educação Profissional no âmbito da Secretaria da Educação do Ceará

Desde de 2008, a Secretaria da Educação vem realizando ações para um acompanhamento mais efetivo das Escolas Estaduais de Educação Profissional e alguns desses processos vão sendo concluídos no decorrer desse período de implantação das EEEPs, como o lançamento da primeira Portaria de Matrícula nº 848/2009, divulgada em 30 de dezembro de 2009, com as orientações específicas constantes no anexo único da referida portaria e as discussões acerca do projeto pedagógico das EEEPs culminando com a primeira versão dos Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional, conforme evidenciado no Relatório de Gestão (2014a). Nesse processo é relevante mencionar que em 2010, também ocorreu a publicação do Parecer nº 113/2010, de 01 de março de 2010 que credenciou as Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará que iniciaram as suas atividades abrangendo o período de 2008 a 2010.

Para o ingresso dos alunos nas Escolas Estaduais de Educação Profissional em 2010, nas turmas da 1ª série do Ensino Médio, a Portaria nº 848/2009, estabeleceu como critério para o processo seletivo, a análise da documentação solicitada incluindo o histórico escolar do 9º ano do Ensino Fundamental, constando a média anual dos componentes curriculares cursados. Para critérios de classificação, foi considerada a maior média aritmética dos componentes curriculares do 9º ano.

Na referida portaria ainda não é feita menção a idade dos alunos para a prática de Estágio. Devido ao período de ajustes e implementação da política educacional de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas escolas da rede pública estadual de ensino do Ceará, algumas especificidades foram inseridas posteriormente nos documentos elaborados pela Seduc CE. Conforme especificado na Portaria de matrícula nº 848/2009, as vagas foram distribuídas para os estudantes das redes pública e privada, sendo 80% das vagas destinadas a

⁹⁸ As informações inseridas na tabela 2 foram coletadas exclusivamente do Relatório de Gestão (2008 a 2014).

estudantes da rede pública de ensino e 20% das vagas direcionadas aos estudantes da rede particular de ensino.

Quanto aos instrumentos de gestão das EEEPs, a primeira versão dos **Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional**, contribuiu para a elaboração do Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico (PPP). E nesse percurso, também foram elaborados os planos de curso que assim como o regimento escolar e o PPP, configuram-se como documentos essenciais para os trâmites junto ao Conselho Estadual de Educação como o credenciamento das EEEPs e o reconhecimento dos cursos. Quanto ao Projeto Político Pedagógico, cabe destacar que:

Neste ano, o PPP entregue ao Conselho Estadual de Educação foi representativo para todas as EEEP até então implantadas. Após este trâmite, a SEDUC encaminhou os “Referenciais para as Escolas de Educação Profissional” para todas as EEEP, possibilitando às suas comunidades escolares adaptarem o PPP, que havia sido enviado ao Conselho Estadual de Educação, à realidade local. O mesmo procedimento foi realizado com o Regimento Escolar. Destaca-se, assim, a compreensão de que a construção pedagógica, orientando-se por princípios estratégicos comuns, necessariamente, deve ser contextualizada, significativa e participativa, proporcionando o efetivo engajamento da comunidade escolar no desenho de seu projeto. (CEARÁ, 2014a, p. 45).

Com mais oito escolas implementadas e cinco novos cursos técnicos, a rede de EEEPs do Ceará estava ficando cada vez mais robusta, contabilizando 59 instituições, sendo as escolas implementadas em 2010 nos municípios de Fortaleza, Amontada, Paraipaba e Mombaça. Os novos cursos ofertados foram: Administração, Hospedagem, Contabilidade, Modelagem do Vestuário e Secretariado, conforme especificado no Relatório de Gestão (2014 a, p. 43). Relevante mencionar que especificamente nas escolas implantadas em 2010, não foram ofertados os cursos de Hospedagem e Modelagem dos Vestuário, devido a análise de demanda territorial, considerando a interface com os setores produtivos. Nesse sentido, o curso de Hospedagem foi direcionado para as EEEPs dos municípios de Fortaleza, Caucaia, Canindé, Camocim e Juazeiro do Norte; e o curso de Modelagem do Vestuário foi direcionado para uma EEEP localizada no município de Fortaleza (CEARÁ, 2014a, p.45).

Devido à implantação de novas escolas na rede de EEEPs, a formação referente aos pressupostos da Tecnologia Empresarial Socioeducacional foi sendo realizada com os novos gestores, conforme especificado no Relatório de Gestão (2014a). Também foi ofertado em 2009, “o curso de Aperfeiçoamento – A Política da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio para 80 gestores participantes do processo seletivo para a EEEP em 2008” (CEARÁ, 2014a, p. 129). Não foram encontrados registros de formação para os professores

que atuam nas EEEPs, durante o ano de 2010, sendo verificado que desde 2008 os docentes lotados nessas escolas não foram inseridos em processos formativos. Nessa perspectiva, cabe refletir acerca da implementação da proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional considerando que apenas os gestores receberam a formação e que mesmo numa formação realizada pela gestão escolar direcionada aos professores, deve-se considerar que essa proposta pedagógica requer um processo formativo mais aprofundado para os docentes. Cabe mencionar que em 2010, destacou-se a oferta do Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública⁹⁹, “na modalidade semipresencial, tendo como parceira responsável a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF/Centro de Avaliação e Políticas da Educação – CAEd” (CEARÁ, 2014a, p. 129).

A experiência do Com.DominioDigital¹⁰⁰ em parceria com o Instituto Aliança foi ampliada para mais 10 Escolas Estaduais de Educação Profissional, totalizando 25 escolas beneficiadas com o projeto de qualificação profissional e inserção dos jovens no mundo do trabalho, de acordo com o Relatório de Gestão (2014a, p. 46).

Com a alteração na estrutura organizacional da Secretaria da Educação do Ceará¹⁰¹ através do Decreto nº 30.282, de 04 de agosto de 2010, efetivou-se a criação da Coordenadoria de Educação Profissional¹⁰² composta por três células: Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico (CEDET), Célula de Estágios (CEEST) e Célula de Gestão de Materiais (CEGEM), conforme Melo (2015, p. 33).

O movimento institucional a partir da criação da COEDP, proporcionou um acompanhamento mais efetivo das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará, pois:

⁹⁹ Com carga horária de 520h, o referido mestrado nas cinco primeiras edições referente ao período 2010 a 2014, foi direcionado aos “Gestores de Escolas, CREDES e SEDUC” e “das 44 vagas ofertadas para a Secretaria, 15 foram assumidas por gestores das EEEPs” (CEARÁ, 2014 a, p. 129). Relevante mencionar que foram reservadas vagas para Seduc CE no período de 2017 a 2019, totalizando 35 vagas por ano; porém não foram encontrados registros da quantidade de gestores das EEEPs concluentes desse processo. Saiba mais em: <http://mestrado.caedufjf.net/editais/processo-seletivo-discente/processo-seletivo-discente-2015/#>. Acesso em: 10 jan. 2022.

¹⁰⁰ As atividades do Com.DominioDigital foram extintas nas EEEPs no ano de 2011, conforme indicado no Relatório de gestão (2014a).

¹⁰¹ Tem como missão Garantir educação básica com equidade e foco no sucesso do aluno e como visão ser uma organização eficaz que valoriza o desenvolvimento de pessoas, tendo como prioridade garantir o atendimento educacional de todas as crianças e jovens de 04 a 18 anos, a melhoria dos resultados de aprendizagem em todos os níveis de ensino e a efetiva articulação do ensino médio à educação profissional e ao mundo do trabalho. Os valores são: qualidade, transparência, ética, equidade, eficiência e participação, conforme especificado no artigo 3º do Decreto nº 33376 – Regulamento Seduc CE, DOE de 02 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/identidade-organizacional-2/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

¹⁰² A professora Thereza Maria de Castro Paes Barreto estava ocupando oficialmente a função de Coordenadora da Coordenadoria de Educação Profissional, conforme verificado no sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE-Escola). Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

A criação dessa Coordenadoria fortaleceu a instituição da política de educação profissional no âmbito do Estado, possibilitando o acompanhamento, no decorrer dos anos, por uma equipe com funções e responsabilidades específicas, potencializando seu incremento com certo nível de qualidade. (MELO, 2015, p. 33).

A partir desse acompanhamento mais efetivo foi possível o direcionamento de esforços para a implantação da atividade de Estágio Curricular Obrigatório para os alunos das primeiras turmas das EEEP, iniciadas em 2008¹⁰³, “excetuando os cursos inseridos no Eixo Tecnológico de Ambiente e Saúde com estágio de 600 horas, todos os demais eixos apresentam cursos com estágio de 400 horas” (CEARÁ, 2014 a, p. 46).

Conforme evidenciado no Relatório de Gestão (2014a), no ano de 2010, as atividades relacionadas ao estágio ganharam destaque em decorrência da necessidade de captação de vagas, de garantir as condições apropriadas para realização e financiamento do estágio, além do alinhamento com os setores produtivos e os objetivos estratégicos do Governo do Estado do Ceará para a formação de técnicos de nível médio. Para auxiliar nesse processo, foi criado o Sistema Informatizado de Captação de Estágios (SICE) que possibilitou o acompanhamento de demandas administrativas, pedagógicas e jurídicas relativas ao Estágio Curricular Obrigatório.

Relevante mencionar que o apoio financeiro dado ao estagiário¹⁰⁴ vai muito além de uma contribuição pecuniária, pois configura-se como uma ação mais abrangente que demanda:

apoio financeiro através da bolsa estágio, seguro contra acidentes pessoais, auxílio transporte, equipamento de proteção individual e orientação pedagógica, através da contratação de professores orientadores, que são profissionais com formação na área a ser desenvolvido o estágio quando firmado em instrumento jurídico. (CEARÁ, 2014a, p. 48).

Em 2010, foram investidos R\$5.102.250,00 (Cinco milhões, cento e dois mil, duzentos e cinquenta reais), beneficiando mais de 3.000 estudantes cearenses, abrangendo o ciclo 2008-2010 (CEARÁ, 2014a, p.48).

Em novembro de 2010, foi publicado o Edital nº 015¹⁰⁵ que legitimou a seleção pública para composição de Banco de Diretores para as Escolas Estaduais de Educação

¹⁰³ No ciclo 2008 – 2010, as EEEPs totalizaram 3.301 estudantes concludentes da primeira turma de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública cearense de ensino, de acordo com o Relatório de Gestão (2014, p. 49).

¹⁰⁴ Em 2010, 3.334 alunos demandaram o cumprimento do estágio curricular, sendo 47% no Curso de Informática e 33% em Enfermagem. (CEARÁ, 2014a, p. 47).

Profissional do Ceará, sendo constituída por duas etapas. A primeira etapa realizada sob a responsabilidade da Universidade Federal do Ceará é referente a uma prova objetiva englobando as áreas de Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Educação Profissional, TESE e Gestão Escolar. A segunda etapa, foi estruturada em três fases, abrangendo o Curso de Fundamentação, Avaliação Comportamental e Entrevista. A referida etapa ocorreu sob a responsabilidade da Secretaria da Educação do Ceará.

Nesse ano, ocorreu a divulgação da Portaria de Lotação nº 882/2010, de 23 de dezembro de 2010 que regulamentou o processo de lotação dos professores efetivos ou contratados por tempo determinado nas EEEPs. A referida portaria normatizou que para ser lotado nessas instituições, os docentes devem integrar o Banco composto a partir de uma seleção pública para esse fim.

Na tabela 3, os dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2010.

Tabela 3 – Síntese EEEPs (2010)

Escolas em funcionamento (Cumulativo)	Cursos técnicos ofertados (Cumulativo)	Municípios contemplados (Cumulativo)	Estudantes Matriculados 1ª, 2ª e 3ª série (Cumulativo)
59	18	42	17.342

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 49)¹⁰⁶.

O próximo subcapítulo versa acerca da expansão da rede pública de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no Ceará (2011-2014), trazendo o recorte histórico e político relativos a esse período, bem como as ações de destaque relativas à política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs.

5.2 Governo Cid Gomes (2011-2014) e a Expansão das EEEPs

A reeleição de Cid Gomes ocorreu de forma tranquila devido à boa avaliação nas pesquisas e a manutenção da política de “grandes obras”. Dessa forma, ficou conhecido como “um governante competente e bom administrador”, conforme Farias (2018, p. 551).

¹⁰⁵ Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2010/11/edital_diretor_n_15.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

¹⁰⁶ As informações inseridas na tabela 3 foram coletadas exclusivamente do Relatório de Gestão (2008 a 2014).

Em 2011, iniciou o segundo mandato do governador do Ceará, Cid Ferreira Gomes, filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) da coligação “Por um Ceará melhor para todos”. Dando continuidade ao projeto de modernização conservadora, “a burguesia cearense continuava cada vez mais forte e influente”, contribuindo para sustentar os “interesses econômicos de grupos empresariais que orientam o sistema político no Ceará”, na gestão Cid Gomes (Farias, 2018, p. 549).

No discurso de posse, proferido em janeiro de 2011, na Assembleia Legislativa do Ceará, Cid Gomes evidenciou para a educação um cenário positivo, repleto de obras e ações de grande impacto para a população cearense, como:

fortalecer a colaboração com os municípios, acelerar o processo de universalização do acesso à pré-escola e construir 240 Centros de Educação Infantil. Construiremos 100 escolas de Ensino Médio e concluiremos a implantação de escolas estaduais de Educação Profissional nos municípios com mais de 25 mil habitantes. Valorizando os profissionais da educação, iremos qualificar a carreira do magistério e reestruturar a dos servidores técnico-administrativos. (CEARÁ, 2011a, p. 48)¹⁰⁷.

Reafirmando o compromisso nas áreas da Saúde, Educação e Segurança; e evidenciando o crescimento econômico do Ceará, Cid Gomes afirma em seu discurso de posse que não vai apenas dar continuidade a uma gestão exitosa, mas superar os feitos do primeiro mandato como governador do Ceará, pois a promessa de campanha estava pautada num “Ceará melhor para todos”. Dessa forma, as diretrizes do Plano de Governo (2011-2014) seguem a seguinte tríade estrutural: Sociedade Justa e Solidária, Economia para uma Vida Melhor; Governo Participativo, Ético e Competente. Devido ao objetivo deste trabalho, serão enfatizadas as perspectivas para a Educação Profissional.

Nesse sentido, nas diretrizes do Plano de Governo consta que para a Educação Profissional o objetivo é ampliação da rede estadual de EEEPs e das possibilidades de inserção no mercado de trabalho:

O programa de expansão da educação profissional em curso no Ceará é o maior do Brasil, e capacitará o estado a prover para milhares de jovens: a formação necessária aos grandes empreendimentos que aqui se instalam. Os esforços para implantar em parceria com o Governo Federal e o empresariado, projeto estratégicos como a refinaria; a siderúrgica, a ZPE¹⁰⁸; a ferrovia transnordestina; a integração do São Francisco, torna-se-iam menos relevantes, se nestes não fossem aproveitados o potencial criativo e as habilidades da população, e de modo especial, da juventude

¹⁰⁷ Disponível em: <https://www.sct.ce.gov.br/2011/01/11/cid-gomes-destaca-realizacoes-e-metas-para-cti-e-educacao-superior-e-profissional/>. Acesso: em 12 jan. 2022.

¹⁰⁸ Zona de Processamento de Exportação do Ceará, uma empresa do Complexo do Pecém. Saiba mais, em: <https://www.complexodopecem.com.br/category/zpe-ceara/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

cearense”. (Diretrizes para o Plano de Governo da Coligação Por um Ceará Melhor para Todos, 2010, p. 11)¹⁰⁹.

Percebe-se que há um alinhamento entre os projetos estratégicos do governo do Estado do Ceará e as ações de expansão da rede pública estadual de educação profissional do Ceará. Nesse sentido, Farias (2018, p. 550), alerta que “dentro ainda da estratégia de modernização conservadora cearense, o governo Cid deu atenção especial à qualificação da mão de obra”, pois para atender a uma demanda crescente dos setores produtivos era necessária a preparação da juventude cearense para auxiliar nesse grande desafio.

Seguindo no itinerário de grandes obras, no governo Cid Gomes ganhou relevância obras como a construção de hospitais nas regiões de Juazeiro do Norte e Sobral; aeroportos facilitando a rota turística para as praias de Jericoacoara e Canoa Quebrada; o colossal Centro de Eventos do Ceará e a construção do Aquário. Uma grande parte dessas obras está voltada para o fortalecimento do setor de Turismo; sendo o Aquário, “alvo de muitas críticas e polêmicas”, devido ao valor exorbitante de 260 milhões para a construção dessa obra, de acordo com Farias (2018, p. 551).

A segunda gestão de Cid Gomes (2011-2014) passou por problemas nas áreas de Segurança e Educação que desembocaram num cenário de greves. Em 2011, Polícia Militar e Bombeiros entraram em greve gerando caos e medo na população cearense, devido ao período estratégico de réveillon e férias, pois o movimento grevista aconteceu no período de 29 de dezembro a 03 de janeiro de 2012. Depois de um período intenso de protesto da categoria diante do movimento de recusa do governo do Estado do Ceará em aceitar as reivindicações, “o governador viu-se obrigado a negociar com os grevistas que encerraram a greve na madrugada do dia 04 de janeiro”. Sendo considerada a grande derrota política de Cid Gomes, a greve da Polícia Militar desgastou a imagem política do governador do Ceará culminando numa batalha pública entre os Ferreira e o Capitão Wagner¹¹⁰, conforme Farias (2018, p. 561).

Na Educação, em agosto de 2011, os professores cearenses da rede pública estadual cearense lutavam pelo cumprimento da Lei do Piso 11. 738¹¹¹ e diante da recusa dos governadores estaduais, os docentes entraram em greve por mais de dois meses. Também não foram amistosas, as relações do governo Cid Gomes com os docentes da Universidade Vale do Acaraú (UVA), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Regional do

¹⁰⁹ Documento na íntegra: <https://pt.calameo.com/read/000418457c500f26f6a25>. Acesso em: 12 jan. 2022.

¹¹⁰ Foi eleito vereador de Fortaleza, em 2012 e Deputado Estadual em 2014, denotando a credibilidade e aceitação que conquistou junto a sua categoria e parte da sociedade (RODRIGUES 2013 *apud* FARIAS 2018).

¹¹¹ Decretada em 2008, a referida Lei objetivava recuperar o valor dos salários pagos no Magistério Nacional (FARIAS, 2018, p. 556).

Cariri (URCA); sendo a gestão de Cid Gomes permeada por vários movimentos grevistas dos professores da Educação Superior nos anos de 2007, 2011, 2013 e 2014. Cid Gomes finalizou a sua segunda gestão ainda com os professores das universidades estaduais em greve, conforme Farias (2018, p. 558).

Os movimentos grevistas ganharam destaque na mídia nacional e contribuíram para a deterioração da imagem política dos Ferreira Gomes. A greve dos professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará desencadeou um cenário de violência contra os educadores diante do confronto entre o Batalhão de Choque da Polícia Militar e os professores, culminando em agressão, prisão e uso de spray de pimenta nos manifestantes. Na greve da Polícia Militar, a população ficou amedrontada com a falta de segurança e diante das notícias de “saques, arrastões e assaltos” em vários bairros da cidade de Fortaleza, a população ficou em pânico, de acordo com Farias (2018, p. 561).

Reconhecida pelo seu potencial turístico, Fortaleza foi selecionada como subsede da XX Copa do Mundo de Futebol de 2014. A escolha não estava apenas restrita às questões relativas ao Turismo, mas também por intermediação política, pois tanto Cid Gomes tinha o reconhecimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto à prefeita de Fortaleza Luizianne Lins era filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). O cenário parecia próspero, pois com a realização da copa em solo cearense muitas obras foram prometidas, porém houve muitos atrasos na entrega das obras, críticas, remoção de famílias para atender aos propósitos de obras para a realização do mundial, protestos e manifestações. Mesmo diante de um contexto ambivalente, os números da Copa do Mundo 2014, revelaram que ‘segundo as autoridades, um total de 363 mil turistas teriam visitado o Ceará, durante a Copa, movimentando R\$ 1,6 bilhão’, conforme Farias (2018, p. 572).

No âmbito nacional, o governo Dilma (2011-2014), enfrentava uma crise que eclodiu com os movimentos populares em todo o Brasil, no emblemático ano de 2013¹¹². A partir das manifestações de junho de 2013, inicialmente com temáticas relativas ao aumento das tarifas do transporte público, foi delineando uma trajetória marcada pelo surgimento de novos movimentos sociais de direita e extrema direita. O governo Federal recebia críticas ferrenhas e denúncias de corrupção direcionada aos Partidos dos Trabalhadores, sendo reforçadas pela

¹¹² Conforme Queiroz (2018), iniciou uma alteração no cenário político, “por um lado, motivado pela pressão inflacionária e pelo fraco resultado do Produto Interno Bruto, e, por outro lado, por um elemento inesperado nesse cálculo político”. As manifestações de junho de 2013, motivadas pelo aumento nas tarifas dos transportes públicos em algumas cidades brasileiras que depois integraram outras reivindicações, demonstrando uma perspectiva de polarização diversa das pautas iniciais. (QUEIROZ, 2018, p. 146).

cobertura da mídia acerca da Operação Lava Jato e a crescente ameaça da situação financeira do Brasil a partir das agências de classificação de risco econômico (QUEIROZ, 2018).

Especificamente para Educação Profissional, no governo Dilma, houve o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), normatizado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. O objetivo desse programa é a expansão da oferta de matrícula de curso de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como parceiros as instituições federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais; as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem e; as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devidamente habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível médio, no âmbito da iniciativa Bolsa-Formação¹¹³, conforme especificado no *site* do Ministério da Educação.

Mesmo num contexto de grave crise nacional, o segundo mandato de Cid Gomes é finalizado com o reconhecimento da evolução na economia¹¹⁴ do Ceará e pela manutenção da dinâmica neoliberal através de parcerias público-privada que culminaram com a realização de obras que impulsionaram o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, segundo Sousa e Carvalho (2016, p.32).

5.2.1 As Escolas Estaduais de Educação Profissional (2011-2014)

Neste segmento são apresentados os principais acontecimentos referentes à política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas EEEPs, desde a implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional consideradas padrão MEC/CE, em 2011, até a elaboração de materiais de referência acerca da dessa política educacional implementada nas EEEPs; além de outros acontecimentos históricos e marcos normativos referentes ao período de 2011 a 2014.

¹¹³ A partir da Bolsa Formação, a Setec/MEC apoia financeiramente as instituições vinculadas às diversas redes de ensino do país na oferta de vagas gratuitas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e cursos FIC ou qualificação profissional, custeando a abertura de vagas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/bolsa-formacao>. Acesso em: 12 jan. 2022.

¹¹⁴ Farias (2018), alerta que Cid Gomes recebeu o governo do Estado, com “arrecadação do Ceará situada em R\$ 66, 69 bilhões em 2006 para R\$ 105, 74 bilhões em 2013”. E atenta para que a “economia do Ceará evoluiu de 1,89% de participação na economia nacional, em 2007, para 2, 21% em 2013”. (FARIAS, 2018 p. 551).

5.2.1.1 (Ano 2011) - Escolas Estaduais de Educação Profissional Padrão MEC/CE

A Secretaria da Educação do Ceará teve uma participação ativa no planejamento do projeto arquitetônico das EEEPs, portanto o modelo ficou conhecido como padrão MEC/Ceará devido às contribuições dadas no decorrer do processo de desenvolvimento e implantação desse projeto, de acordo com Lima (2014).

Com uma estrutura diferenciada das escolas de tempo parcial mais antigas e dos Liceus, a EEEP padrão MEC tem uma estrutura física específica que já foi detalhada na seção anterior. Nesse tipo de escola, é possível acolher 540 alunos, sendo 45 estudantes por turma. E conforme indicado no Relatório de Gestão (2014a, p. 51), a “escola padrão MEC oferece infraestrutura adequada para o processo de ensino-aprendizagem integrado, do ensino médio ao técnico, e em tempo integral, potencializando a qualidade da formação profissional e cidadã dos jovens cearenses”.

E para atender ao propósito de ampliação da oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará, mais 18 escolas foram criadas em 2011, consideradas padrão MEC, nos municípios de: Caucaia, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú, Guaraciaba do Norte, Ipu, Tianguá, Hidrolândia, Beberibe, Jaguaruana, Morada Nova, Pereiro, Quixeramobim, Tamboril, Pedra Branca, Várzea Alegre, Juazeiro do Norte. Para atender a essa demanda, foram oferecidos 25 cursos técnicos: Agrimensura, Agricultura (Floricultura), Agronegócio, Agropecuária, Carpintaria, Cerâmica, Desenho da Construção Civil, Design de Interiores, Eletrotécnica, Eventos, Fruticultura, Logística, Manutenção Automotiva, Mecânica, Mineração, Nutrição e Dietética, Paisagismo, Petróleo e Gás, Química, Redes de Computadores, Regência, Secretaria Escolar, Tecelagem, Transações Imobiliárias, Vestuário. (CEARÁ, 2014a, p. 52).

Em 2011, a formação sobre a TESE não foi dada em parceria com o ICE, ficando “sob a responsabilidade da própria SEDUC, que com o apoio dos gestores das EEEP, formou um banco de multiplicadores com a missão de preparar os novos gestores e equipes escolares” (CEARÁ, 2014a, p. 129). Além dessa formação, foi ofertado o Curso de Especialização de Gestores da Rede Pública Estadual de Educação Profissional, com carga horária de 390h, em parceria com o Instituto Federal do Paraná - IFPR, realizado a partir do convênio celebrado entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) e a Secretaria da Educação do Ceará. Em 2011, também foi oportunizado aos gestores e técnicos da COEDP, Credes e Sefor, o curso de extensão, com 12h de carga horária na modalidade presencial denominado Myers Briggs Test Identificacion (MBTI), em parceria com a consultoria Teia

Brasil. O referido curso tinha como objetivo “identificar características e preferências pessoais em apoio às atividades profissionais no campo da gestão de pessoa”. Também foi realizado, o e curso de extensão em parceria com a TEIA Brasil, denominado “Programa de Formação em Liderança – A Essência da Gestão, Novos Paradigmas para o Exercício do Poder e da Autoridade”, totalizando uma carga horária de 192h. Foi direcionado aos gestores das EEEPs e aos orientadores de célula na Coordenadoria de Educação Profissional (CEARÁ, 2014a, p. 129).

Devido à ampliação da rede de EEEPs no Estado do Ceará, a função do Coordenador de Curso¹¹⁵ foi instituída nas escolas. Esse profissional tem papel primordial no decorrer do desenvolvimento do curso, portanto:

A exigência de que o coordenador de curso deve ser um profissional graduado na área específica ou afim do curso, preferencialmente com habilitação em curso de licenciatura ou em programa de formação pedagógica, levou a COEDP a instituir uma carga horária de um professor de cada curso para assumir a função de coordenador. (CEARÁ, 2014a, p. 52).

Devido ao processo de implantação, muitas ações estavam sendo ajustadas no percurso de acordo com a necessidade mais imediata, portanto percebe-se nesse período que documentos orientadores acerca da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará ainda não tinham sido lançados pela Coordenadoria de Educação Profissional¹¹⁶, apesar de haver uma primeira versão dos Referenciais para as EEEPs para nortear os documentos de gestão das escolas.

Relevante mencionar que em 2011, ocorreu a publicação do Edital nº 003, de 20 de abril de 2011¹¹⁷ que regulamentou o processo seletivo para composição do Banco de Coordenadores das Coordenadorias Regionais de Educação do Ceará (Crede). Essa seleção pública possibilitou a(ao) candidata(o) selecionada(o) assumir cargos em comissão nas EEEPs. O referido certame foi realizado pela Secretaria da Educação do Ceará em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), sendo composto por duas etapas: a primeira constituída por uma prova objetiva; e a segunda etapa relativa ao Curso de Fundamentação, Avaliação Comportamental e Entrevista.

¹¹⁵ Atende a uma exigência do CEE para o credenciamento de uma escola e o reconhecimento do curso técnico, de acordo a Resolução nº 413/2006, artigo 5º (CEARÁ, 2014a, p. 52).

¹¹⁶ Conforme informações coletadas no SIGE Escola, a Coordenadoria de Educação Profissional passou a ser coordenada por Andrea Araújo Rocha Nibon, em 2011. A referida coordenadora ocupou o cargo por três anos consecutivos. Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

¹¹⁷ Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2011/04/Edital_2.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

Quanto ao estágio¹¹⁸, devido ao quantitativo expressivo de estudantes nas EEEPs, as articulações junto aos setores produtivos foram ampliadas para garantir a inserção dos estudantes no campo de estágio. Cabe evidenciar que em 2011 ocorreu a primeira experiência do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)¹¹⁹ numa escola da rede pública estadual do Ceará. Diferente da proposta pedagógica das EEEPs¹²⁰, ao aderir ao Pronatec, a escola oferta cursos técnicos aos estudantes sem a perspectiva de integração curricular. Dessa forma, na experiência piloto:

O fluxo programático consistiu em nivelamento de competências leitora e matemática dos alunos, tendo o SESI como instituição formadora concomitantemente à educação técnica em Produção Industrial. O nivelamento acontecia na Escola Estadual de Ensino Médio Moema Távora, em contraturno, duas vezes por semana, com quatro horas de aulas semanais. Como efetividade da experiência-piloto desenvolvida, foram formados 27 técnicos (CEARÁ, 2014a, p. 57).

A partir dessa experiência, a Secretaria da Educação do Ceará em parceria com SENAC, SENAI, SENAT, SENAR e IFCE, passa a ofertar cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Formação Inicial e Continuada (FIC), conforme indicado no *site* da Secretaria da Educação do Ceará¹²¹.

A tabela 4 apresenta o resumo dos dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2011.

Tabela 4 – Síntese EEEPs (2011)

Escolas em funcionamento (Cumulativo)	Cursos técnicos ofertados (Cumulativo)	Municípios contemplados (Cumulativo)	Estudantes Matriculados 1ª, 2ª e 3ª série (Cumulativo)
77	43	57	23.753

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 58)¹²².

¹¹⁸ Em 2011, 6.131 alunos demandaram o cumprimento de estágio curricular, implicando em um incremento de 84% em relação ao ano anterior, conforme especificado no Relatório de Gestão (2014 a, p. 58).

¹¹⁹ O Programa foi criado em 2011, por meio da Lei nº 12.513. O Pronatec objetiva “ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira”. A oferta de cursos do Pronatec está voltada tem como público prioritário: “os estudantes do Ensino Médio da rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos; os trabalhadores; os beneficiários dos programas federais de transferência de renda e; os estudantes que tenham cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 12 jan. 2022.

¹²⁰ Devido ao foco no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, as ações referentes ao Pronatec na Secretaria da Educação do Ceará não serão mencionadas no decorrer deste estudo.

¹²¹ Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2011/11/17/pronatec-ifce-2011-seduc-divulga-relacao-dos-alunos-da-rede-estadual-do-interior-aprovados-para-o-curso/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

¹²² As informações inseridas na tabela 4 foram coletadas exclusivamente do Relatório de Gestão (2008 a 2014).

5.2.1.2 (Ano 2012) - Programa de Estágio para Estudantes e Egressos(as) da Rede de Ensino do Ceará

O Estado do Ceará recebeu mais 15 escolas Estaduais de Educação Profissional nos municípios de Aquiraz, Paracuru, Pentecoste, Trairi, Granja, Massapê, Santana do Acaraú, Sobral, Ipueiras, Nova Russas, Parambu, Icó, Lavras da Mangabeira, Aurora, Milagres. Também passou a ofertar oito novos cursos: Áudio e Vídeo, Automação, Industrial, Eletromecânica, Fabricação Mecânica, Instrução de Libras, Portos, Saúde e Ambiente Bucal, Tradução e Interpretação de Libras (CEARÁ, 2014a, p. 60).

Relevante mencionar que em 2012 ocorreu a publicação da Portaria de Lotação nº 003/2012, de 09 de janeiro de 2012 que inseriu a orientação de que a adesão da(o) docente à filosofia de gestão denominada Tecnologia Socioeducacional (TESE) antecede o processo de lotação dos professores efetivos ou contratados por tempo determinado. Essa filosofia de gestão, baseada na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) consiste no gerenciamento empresarial enquanto ferramenta de gestão escolar.

Importante destacar que nesse ano aconteceu a revisão curricular dos cursos técnicos implementados na rede pública estadual de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Ceará. Essa ação foi necessária considerando as especificidades do cotidiano escolar e aliada à perspectiva da integração curricular, também se consolidou no contexto escolar a necessidade de um perfil profissional padronizado dos estudantes diplomados nas EEEPs, abrangendo as especificidades dos diversos cursos ofertados nessas escolas. Participaram desse processo, uma equipe de consultores e técnicos da COEDP. Para a realização dessa ação pedagógica, a elaboração das matrizes curriculares teve como elementos orientadores: o perfil do profissional técnico necessário ao desenvolvimento do Ceará; o desenvolvimento humano, profissional e cidadão dos estudantes; o fortalecimento da institucionalização do ensino profissional na Secretaria da Educação do Ceará. E na perspectiva de possibilitar a integração curricular, esse processo de construção das matrizes, considerou a “dimensão da prática, da experiência e da relação educador e educando, tanto em sala de aula, como no exercício do estágio curricular, apontando que tal dimensão é fundamental para garantir a materialidade de um desenho curricular integrado” (CEARÁ, 2014a, p. 60).

Para a realização desse trabalho que teve início em 2012 com continuidade até o ano de 2014, foi necessário um esforço coletivo com a contribuição de “escolas que ofertam os cursos em revisão, coordenadores do curso, gestores e equipe da COEDP no sentido de efetivar os três dispositivos de integração propostos”; sendo estes dispositivos relativos à

“integração do currículo ao contexto sociocultural e econômico do Ceará; Integração da formação técnica com o saber da base comum do Ensino Médio; Elaboração de objetivos de aprendizagem por disciplina em função do objetivo do curso e perfil do egresso”. E para a efetivação desse processo de elaboração das matrizes curriculares das EEEPs:

A SEDUC, para o primeiro dispositivo de integração de revisão curricular, convida professores técnicos do curso que, em parceria com a equipe da Secretaria, faz uma proposta de objetivo, perfil e matriz do curso a partir da sua justificativa. Esta proposta é validada em reunião com os demais profissionais técnicos de outras escolas que ofertam o curso. O segundo dispositivo de integração é feito na própria escola com a identificação das disciplinas contributivas e revisão das mesmas quando há necessidade. E por fim, segue o trabalho interdisciplinar para desenho dos objetivos de aprendizagem das disciplinas técnicas. (CEARÁ, 2014a, p. 63).

E a partir da colaboração de gestores escolares, docentes, técnicos educacionais; a COEDP elaborou um Guia Pedagógico relativo aos cursos técnicos ofertados nas EEEPs, cuja perspectiva estava pautada na superação da histórica dualidade entre formação profissional e formação propedêutica, conforme especificado no Relatório de Gestão (2014a, p. 63).

Relevante mencionar que em 2012, o SICE sofreu alterações significativas. O referido sistema é utilizado para gerenciar a sistemática de captação de vagas das concedentes de estágio para os estudantes das EEEPs e do projeto E-Jovem¹²³. Conforme verificado no *site* da Educação Profissional¹²⁴, o SICE possibilitou melhorias no circuito comunicacional das EEEPs com os setores produtivos e contribuiu para a composição de um banco com informações específicas acerca das concedentes de estágio.

Quanto às formações para gestores e professores, em 2012, o convênio entre Seduc CE e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC possibilitou o curso de Especialização em Turismo e Hospitalidade, ofertado em parceria com o Instituto Federal do Ceará, tendo atendido 48 professores da base técnica. Direcionado aos gestores das EEEPs, ocorreu o curso de Especialização de Gestores das Escolas Estaduais de Educação Profissional, em parceria com o Centro Paulo Sousa (CPS) e o e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). A referida formação para os gestores das EEEPs também foi possível em função do convênio

¹²³ Teve por finalidade “oferecer formação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com ênfase no protagonismo juvenil, aos educandos do Ensino Fundamental e Médio e egressos da rede pública estadual”. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2012/08/23/projeto-e-jovem/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

¹²⁴ Mesmo tendo sido lançado em 2014, muitas informações foram inseridas no *site* apenas em 2015. https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=59&Itemid=164. Acesso em: 11 jan. 2022.

celebrado entre SETEC/MEC e Secretaria da Educação do Ceará, segundo Oliveira (2016, p. 84). Nesse ano também foi realizada a 2ª edição do curso de extensão MBTI em Liderança para os gestores escolares e orientadores de Célula na COEDP, em parceria com a Consultoria Teia Brasil (CEARÁ, 2014a, p. 130).

Em 2012, ocorreu o processo de transição referente à substituição dos componentes curriculares TESE e Preparação para o Estágio (PPE) para Projeto de Vida e Mundo do Trabalho, respectivamente. Para auxiliar na compreensão dos objetivos pedagógicos desses componentes curriculares, ocorreu o I Simpósio do Ensino Médio Integrado do Estado do Ceará, em 2012. O referido evento tinha como finalidade a partilha de atividades científicas desenvolvidas por estudantes, gestores e professores assim como a integração entre o Programa de Educação de Células Cooperativas (PRECE), Programa Com.DominioDigital e Projeto E-Jovem, conforme indicado no Relatório de Gestão (2014a, p. 64).

Quanto aos atos normativos expedidos pelo CEE, destacou-se a publicação do Parecer nº 709/2011, de 04 de janeiro de 2012 que credenciou as Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará até 31 de dezembro de 2014, tendo também reconhecido e renovado o reconhecimento dos cursos técnicos até 31 de dezembro de 2013.

Com a ampliação da rede de escolas públicas estaduais de Educação Profissional, mais 2.494 matrículas foram disponibilizadas e para a realização do estágio curricular, 1643 concedentes de estágio ofertaram vagas. Relevante mencionar que em 2012, foi publicado o Decreto nº 30.933, de 29 de junho de 2012 que estabeleceu o Programa de Estágio para estudantes e egressas(os) da rede de ensino do Ceará. No referido ato normativo, foram estabelecidas diretrizes para o Programa de Estágio considerando as especificidades da rede pública estadual de ensino do Ceará.

Também cabe destacar que em 2012, ocorreu a publicação da Lei nº 15.181, de 28 de junho de 2012 que alterou a Lei de nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008 referente a criação das EEEPs. As alterações estão relacionadas aos artigos 2º e 3º acerca das especificidades do ingresso da equipe docente e no provimento dos cargos em comissão do Núcleo Gestor das EEEPs. Nesse sentido, evidenciou-se a publicação do Edital nº 012¹²⁵, de 20 de julho de 2012 que regulamentou o processo seletivo para composição do Banco de Diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará. Esse certame realizado pela Secretaria da Educação do Ceará em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) é

¹²⁵ Disponível em: <https://docplayer.com.br/35475466-Edital-no-012-2012-gab-seduc-ce-de-20-de-julho-de-2012.html>. Acesso em: 11 jan. 2022.

composto por duas etapas, sendo a primeira constituída por uma prova objetiva; e a segunda etapa composta pelo Curso de Fundamentação, Avaliação Comportamental e Entrevistas.

Quanto aos Programas¹²⁶ e Projetos¹²⁷ desenvolvidos nas EEEPs, destacou-se em 2012, o início da parceria da Seduc CE com o Instituto Fernand Braudel de Economia para a realização do Projeto Círculo de Leitura¹²⁸ que “objetiva contribuir com a formação de leitores reflexivos através de leituras e discussões em grupo” (CEARÁ, 2014a, p. 154 - 155).

Em 2012, ocorreu a divulgação da Portaria de Lotação nº 1091/2012, de 21 de dezembro de 2012 que inseriu os termos da Lei nº 15.181, de 28 de junho de 2012 acerca da lotação dos professores nas EEEPs. Vinculando a esse processo de ingresso do corpo docente das áreas da Base Nacional Comum e Diversificada nessas escolas, a aprovação em seleção pública simplificada podendo participar do processo as(os) docentes efetivos em estágio probatório ou não, professores contratados por tempo determinado nos termos da Lei complementar nº 22, de 24 de julho de 2000 que dispõe sobre a contratação de docentes por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na rede pública estadual de ensino do Ceará.

A tabela 5 demonstra o resumo dos dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2012.

Tabela 5 – Síntese EEEPs (2012)

Escolas em funcionamento (Cumulativo)	Cursos técnicos ofertados (Cumulativo)	Municípios contemplados (Cumulativo)	Estudantes Matriculados 1ª, 2ª e 3ª série (Cumulativo)
92	51	71	29.958

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 71)¹²⁹.

¹²⁶ O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania foi “idealizado pela Associação Nacional de Magistrados Trabalhistas (ANAMATRA) e executado em cada estado pela Associação dos Magistrados do Trabalho de cada região (AMATRA), sob a coordenação de um Juiz do Trabalho” (CEARÁ, 2014a, p. 162). O referido programa teve início em 2011 apenas nas EEEPs do município de Fortaleza, tendo sido encontrados registros de realização do programa até o ano de 2014.

¹²⁷ O Projeto Junior Achievement teve início em 2009 sendo realizado até 2014 nas EEEPs em algumas escolas de Fortaleza e região metropolitana. O foco do projeto estava voltado para o desenvolvimento de atividades empresariais, sendo também conhecido como Projeto de Formação de Miniempresa, conforme indicado no Relatório de Gestão (2014 a, p. 157 - 158). Já o projeto denominado “Escolas: uma parceria para o futuro” teve início em 2011 nas EEEPs. O referido projeto, permaneceu com oferta ativa em 2021 em duas EEEPs no município de Fortaleza com oferta do “ensino de alemão como língua estrangeira para os alunos interessados através do Goethe-Institut”. (CEARÁ, 2014a, p. 161).

¹²⁸ Devido aos critérios definidos para os tópicos referentes à trajetória das EEEPs 2007 a 2021, serão mencionados apenas os programas e projetos com abrangência nessa rede de escolas. Sendo importante evidenciar que o Projeto Círculo de Leitura atende EEEPs e outras escolas da rede pública estadual de ensino do Ceará, desde 2012.

¹²⁹ As informações inseridas na tabela 5 foram coletadas exclusivamente do Relatório de Gestão (2008 a 2014).

5.2.1.3 (Ano 2013) – Normatização da Gratificação de Desempenho das EEEPs

Em 2013, a rede pública estadual de Escolas Profissionais do Ceará contabilizava 97 instituições escolares com oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Neste ano, mais cinco escolas padrão MEC foram implantadas nos municípios de Fortaleza, Viçosa do Ceará, Araripe, Crato e Jardim. E devido ao quantitativo de cursos implementados nas EEEPs, o esforço foi direcionado para “consolidação dos que já se encontravam em desenvolvimento”, logo não foram oferecidos novos cursos nas EEEPs (CEARÁ, 2014a, p. 71). Considerando esse processo de expansão da rede de escolas públicas de Educação Profissional no Estado do Ceará, a Coordenadoria de Educação Profissional sugeriu uma alteração na sistemática de acompanhamento das EEEPs. Nessa perspectiva, a COEDP solicitou que as EEEPs fossem acompanhadas por um Superintendente Escolar¹³⁰, conforme evidenciado no Relatório de Gestão (2014a, p. 73).

Com a inserção desse profissional na equipe pedagógica das Credes e Sefor, foi oferecida uma formação acerca dos processos das EEEPs, devido às particularidades dessa rede de escolas. Dessa forma, a Coordenadoria de Educação Profissional ficou responsável pela formação desses profissionais que atuarão no acompanhamento das demandas das EEEPs. Sendo assim, a COEDP “desenhou um programa de formação para os 25 superintendentes escolares que acompanhavam as EEEP, que teve início em setembro de 2013 e se estendeu até agosto de 2014. A proposta é que esta formação tenha continuidade em 2015”. O objetivo da formação foi corroborar com o diálogo e a efetiva aproximação entre os gestores das EEEPs e os superintendentes escolares das Credes e Sefor, de acordo com o Relatório de Gestão (2014a, p. 73).

Quanto aos processos de revisão curricular¹³¹ dos cursos técnicos, foram concluídos em 2013, o redesenho dos cursos de Manutenção Automotiva e Vestuário. Nesse período, também foram iniciados o redesenho de outros cursos técnicos assim como a elaboração do guia pedagógico dos cursos. Ainda na perspectiva de elaboração de material pedagógico, destacou-se nesse ano, a produção da primeira edição do **Guia do Estágio**, cuja finalidade é “a padronização dos procedimentos operacionais, tornando-os acessíveis a todos aqueles

¹³⁰ Criada em 2008, “com a missão de acompanhar e apoiar a gestão das unidades escolares”, a Superintendência Escolar visa fomentar um “movimento de reflexão e ação em torno de três eixos principais: indicadores, processos escolares e instrumentos de gestão”. (CEARÁ, 2014a, p. 73).

Saiba mais em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/09/livro_superintendencia.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

¹³¹ Considerando a extensa oferta de cursos nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, esse processo teve continuidade em 2014.

vinculados às diversas etapas de sua realização: Gestores, Coordenadores, Secretários, Professores e Orientadores de Estágio¹³²”. Além do Guia de Estágio, outros documentos estavam em processo de elaboração como “Manual do Itinerário Formativo e Avaliação e Acompanhamento do Estágio para cada curso em desenvolvimento”. Esse processo de elaboração contou com a contribuição de professores da base técnica e foi coordenado pela Célula de Estágio, subordinada à Coordenadoria de Educação Profissional (CEARÁ, 2014a, p. 74).

Em 2013, destacou-se também o processo de reestruturação dos componentes curriculares, Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) e Temáticas, Prática e Vivências (TPV) que passaram a ser denominados, respectivamente, Projeto de Vida, com ações em parceria com o Instituto Aliança; e Empreendedorismo, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Relevante mencionar que a publicação do Decreto 31.163, de 11 de março de 2013 legitimou o processo referente à Gratificação de Desempenho aos ocupantes de cargos comissionados e docentes das EEEPs. A referida gratificação está vinculada aos seguintes indicadores:

inserção dos alunos da 3ª série do Ensino Médio no Programa de Estágio; percentual mínimo de 85% das(os) discentes da EEEP aprovados no ano letivo; percentual mínimo de 85% de participação das(os) estudantes da EEEP no Sistema Permanente da Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) referente ao ano letivo; média de proficiência geral, aferida pelo SPAECE, superior à média estadual. (CEARÁ, 2013b).

Quanto aos atos normativos expedidos pelo CEE, evidenciou-se a publicação do Parecer nº 1877/2013, de 29 de outubro de 2013, que prorrogou o reconhecimento dos cursos listados no Parecer nº 709/2011, ampliando o prazo de reconhecimento até 31 de dezembro de 2014. E a divulgação do Parecer nº 1878/2013, de 29 de outubro de 2013 que credenciou as EEEPs com atividades acadêmicas iniciadas nos períodos de 2012 e 2013. Em relação ao reconhecimento dos cursos técnicos das Escolas Estaduais de Educação Profissional com atividades iniciadas em 2011, 2012 e 2013 o Parecer nº 1879/2013, de 29 de outubro de 2013, reconheceu esses cursos técnicos até 31 de dezembro de 2016.

¹³² São profissionais diplomados de cada área específica, contratados por meio de seleção pública realizada pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC). Dentre suas atribuições estão “a realização de visitas às concedentes de estágio e mediação junto aos alunos, além de resolução de demandas referentes ao campo de estágio”. (CEARÁ, 2014a, p. 77). Saiba mais em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=162. Acesso em 13 jan. 2022.

Em 2013, ocorreu a criação do Sistema de Informatização e Simplificação de Processos da Educação Profissional (SISPROF), gerenciado pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará. O referido sistema tem a finalidade de monitorar os dados das instituições que ofertam a Educação Profissional no Estado do Ceará (CEARÁ, 2014b).

Destaca-se em 2013, a publicação da segunda edição dos **Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional**. O referido documento é composto por oito tópicos referentes à oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino do Ceará: Marco Legal da Educação Profissional, A Escola Estadual de Educação Profissional, A Proposta de Integração Curricular, Organização Curricular do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, Avaliação da Aprendizagem, Estágio Supervisionado, Orientações para a Organização da Rotina Escolar, Referências.

Quanto às formações direcionadas aos gestores das EEEPS em 2013, destacaram-se a continuidade da oferta da formação na TESE, ministrada pela Seduc CE/COEDP em parceria com os gestores escolares que foram formados em edições anteriores; o curso de extensão Myers Briggs Test Identification (MBTI), realizado pela Seduc CE/COEDP em parceria com a consultoria Teia Brasil, a Especialização em Gestão Escolar “ sob a responsabilidade da Universidade Federal do Ceará (UFC), através do Instituto UFC Virtual, em parceria com a SEDUC, União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e MEC”; o Mestrado Profissional em Administração (MPA)¹³³ realizado em parceria com SETEC/MEC. Para esse mestrado, a Seduc CE efetivou convênio com a Universidade Federal da Bahia, sendo ofertadas 5 vagas para gestores escolares (CEARÁ, 2014a, p. 131).

Para os professores das EEEPs foi ofertado em 2013, o curso de Aperfeiçoamento em Docência em Educação Profissional nos Níveis Básico e Técnico em parceria com o Instituto Federal do Ceará – (IFCE). A Seduc CE conveniou com a SETEC/MEC essa formação na modalidade presencial com oferta de 10 turmas com 50 vagas com carga horária de até 590h, referente aos anos de 2013 e 2014 (CEARÁ, 2014a, p. 135).

Destacou-se também nesse ano, a publicação da Portaria de Lotação nº 1114/2013, de 16 de dezembro de 2013 com a inserção do quadro referente ao quantitativo de professores dos componentes curriculares da Base Nacional Comum considerando o número de turmas em funcionamento nas EEEPs e as orientações acerca dos critérios de lotação dos professores nas atividades complementares; no Laboratório Didático de Ciências assim como a

¹³³ Realizada na modalidade semipresencial, o MPA tem carga horária total de 520h, tendo como público os “Gestores das Instituições Públicas, Privadas e Não Governamentais”. Das 05 vagas conveniadas pela Seduc CE, 03 foram ocupadas por gestores das EEEPs. (CEARÁ, 2014a, p. 131).

informação de que a função de Professor Coordenador de Área - PCA não se aplica na lotação dos professores da Base Nacional Comum das EEEPs.

Conforme indicado no Relatório de Gestão (2014a, p. 76), 9.109 alunos necessitaram realizar o estágio curricular, em 2013. Nesse período também ocorreu a mudança de eixo tecnológico do curso Segurança do Trabalho que antes estava agregado ao eixo Ambiente e Saúde e passou a integrar o eixo Segurança, de acordo com as orientações do Ministério da Educação.

Em 2013, aconteceu o II Simpósio Estadual de Educação Profissional, tendo como temática Áreas e Dimensões de Competências da Gestão Escolar. O referido evento¹³⁴ ocorreu em dezembro, integrado às comemorações referentes à implantação da centésima Escola de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Escola Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau, localizada no município do Crato, na região do Cariri. Conforme indicado no *site* da Secretaria da Educação do Ceará, a centésima EEEP ofertou os cursos técnicos de Estética, Manutenção Automotiva, Informática e Produção de Áudio e Vídeo. Para essa escola, o investimento¹³⁵ foi de 10,6 milhões, abrangendo recursos oriundos dos governos estadual e federal (CEARÁ, 2014a).

Com a perspectiva de expansão da rede de Escolas Públicas Estaduais de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, mais 2.494 vagas na 1ª série foram oferecidas para os estudantes cearenses.

Na tabela 6, consta o resumo dos dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2013.

¹³⁴ Participaram da solenidade o vice-governador, Domingos Filho; secretário da Casa Civil Arialdo Pinho; o secretário chefe de gabinete do governador Danilo Serpa; o secretário das Cidades, Carlo Ferrentini; o secretário Executivo de Educação, Idilvan Alencar; o presidente da Assembleia Legislativa, José Albuquerque; os deputados estaduais Sineval Roque, Camilo Santana, Mauro Filho e Ely Aguiar, além dos prefeitos de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Assaré Nova Olinda, Araripe, Farias Brito e Iguatu. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2013/12/18/governador-cid-gomes-realiza-feito-historico-e-inaugura-100-eeep/>.

Acesso em: 12 jan. 2022.

¹³⁵ A secretária de Educação, Izolda Cela, relatou que esse é o maior volume de investimentos em educação. “Além da construção de escolas, esse Governo já realizou três concursos para professor, investiu na sua qualificação e ainda destina investimentos para a área profissionalizante”. Evidenciou também que a intenção do Governo do Estado é inaugurar até o final de 2014, 140 Escolas de Educação Profissional, atendendo 100% da população cearense. Izolda Cela exerceu o cargo de Secretária Estadual de Educação de 2007 a abril de 2014. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2013/12/18/governador-cid-gomes-realiza-feito-historico-e-inaugura-100-eeep/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

Tabela 6 – Síntese EEEPs (2013)

Escolas em funcionamento (Cumulativo)	Cursos técnicos ofertados (Cumulativo)	Municípios contemplados (Cumulativo)	Estudantes Matriculados 1ª, 2ª e 3ª série (Cumulativo)
97	51	74	35.522

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 85)¹³⁶.

5.2.1.4 (Ano 2014) – Lançamento de Documentos Orientadores das EEEPs

A meta do governo do Estado do Ceará era de 140 Escolas Estaduais de Educação Profissional até o final do ano de 2014¹³⁷, porém nesse ano foram inauguradas mais nove EEEPs nos municípios de Fortaleza, Pacatuba, Pacujá, Cariré, Iguatu, Jucás, Independência, Novo Oriente e Nova Olinda; totalizando 106 escolas na rede pública estadual de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Foram implantados mais três cursos técnicos: Móveis, Biotecnologia e Gestão Cultural; sendo o curso de Móveis iniciado em substituição ao curso de Carpintaria, objetivando melhor adequação ao mercado de trabalho, conforme disposto no Relatório de Gestão (2014a, p. 87).

Na trajetória das EEEPs, a mudança ou encerramento de curso vai acontecendo gradualmente, de forma pulverizada nos municípios que abrangem as EEEPs, considerando análise dos arranjos produtivos locais, questões estruturais e pedagógicas. E nesse sentido, mais uma alteração ocorreu nos cursos de Mineração e Cerâmica, o primeiro foi transferido de escolas do município de Sobral para Fortaleza em função de questões estruturais e o segundo, foi encerrada a oferta em decorrência de dificuldade no processo de lotação de professores da base técnica (CEARÁ, 2014a, p. 87).

O processo de redesenho dos cursos técnicos teve continuidade em 2014 devido ao grande quantitativo de oferta de cursos técnicos na rede pública estadual de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. Dessa forma, foram revisados em 2014, 20 cursos técnicos¹³⁸; necessitando ainda 30 cursos passarem pelo processo de conclusão de revisão. E devido à expansão das EEEPs, documentos orientadores foram lançados em 2014 para

¹³⁶ As informações inseridas na tabela 6 foram coletadas exclusivamente do Relatório de Gestão (2008 a 2014).

¹¹⁰ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/região/escolas-profissionalizantes-custamate-r-490-milhoes-ano-1.795175>. Acesso em: 13 jan. 2022.

¹³⁸ Hospedagem, Guia de Turismo, Portos, Saúde Bucal, Áudio e Vídeo, Gestão da Produção Cultural, Administração, Segurança do Trabalho, Comércio, Edificações, Logística, Modelagem do Vestuário, Eventos, Massoterapia, Biotecnologia, Meio Ambiente, Estética, Fabricação Mecânica, Móveis e Finanças. (CEARÁ, 2014a, p. 87).

auxiliar no acompanhamento dessas instituições escolares, dentre eles, o Guia de Rotinas das EEEPs, o Manual do SICE, Manual do Itinerário Formativo, Avaliação e Acompanhamento do Estágio e o Relatório de Gestão (2008-2014), conforme indicado no Relatório de Gestão (2014a, p. 89).

O **Guia de Rotinas das Escolas Estaduais de Educação Profissional** agrega os seguintes tópicos: Gestão Administrativa, Gestão Financeira, Gestão Pedagógica, Superintendência Escolar, Sugestão para a Rotina Escolar, Legislação Básica. Os dois documentos são fundamentais para auxiliar na compreensão dos processos que permeiam as Escolas Estaduais de Educação Profissional. Nessa perspectiva, o Guia de Rotinas das Escolas Estaduais de Educação Profissional:

Representa o esforço da Secretaria da Educação - SEDUC, através da Coordenadoria de Educação Profissional – COEDP, de oferecer subsídios e orientações para o desenvolvimento das ações inerentes às Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP. Pode-se dizer que este documento complementa os Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional, cujo propósito é expressar as orientações da SEDUC para a oferta do ensino médio integrado à educação profissional. (CEARÁ, 2014a, p. 3).

Além desses documentos, foi lançada a primeira edição do **Manual do Sistema Informatizado de Captação de Estágio** com informações específica acerca da sistemática de acompanhamento do Estágio Curricular Obrigatório e o **Manual do Itinerário Formativo, Avaliação e Acompanhamento do Estágio**, elaborado considerando as especificidades de cada curso técnico. A demanda para cumprimento do estágio em 2014, gerou um montante de 3.278 concedentes de estágio ofertando vagas para os estudantes das Escolas Estaduais de Educação Profissional (CEARÁ, 2014a, p. 90).

Também em 2014, foi publicado o **Relatório de Gestão: “O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará – 2008 a 2014”**¹³⁹. Esse relatório é constituído por dez tópicos e condensa as informações relativas aos diversos processos relacionados à Educação Profissional na rede pública de ensino cearense, portanto não integra apenas informações acerca das EEEPs. Muitas das informações contidas nos documentos elaborados foram inseridas no *site* da Educação Profissional que teve seu processo de elaboração iniciado em 2014.

¹³⁹ Documento disponível em:

https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/relatorio_de_gestao_2008_2014/relatorio_de_gestao_2008_a_2014.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

Em junho de 2014, foi publicado o Edital nº 015 referente à seleção para composição de Banco de Recursos Humanos de Diretores para as EEEPs. O certame foi realizado em duas etapas, sendo a primeira composta por uma prova objetiva sob a responsabilidade do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd/UFJF, da Universidade de Juiz de Fora. A segunda etapa, composta por três fases, abrangendo o Curso de Fundamentação, Avaliação Comportamental e Entrevista, ocorreu sob a responsabilidade da Secretaria da Educação do Ceará.

Integrante de uma rede de ensino robusta, totalizando 16.247 matrículas para a 1ª série do Ensino Médio em 2014, as Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará destacaram-se como uma rede de escolas de reconhecimento estadual e nacional.

A seguir, a tabela 7 com o resumo dos dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2014.

Tabela 7 – Síntese EEEPs (2014)

Escolas em funcionamento (Cumulativo)	Cursos técnicos ofertados (Cumulativo)	Municípios contemplados (Cumulativo)	Estudantes Matriculados 1ª, 2ª e 3ª série (Cumulativo)
106	53	112	40.979

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 102)¹⁴⁰.

No próximo subcapítulo, apresentam-se os principais acontecimentos relacionados às Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, considerando o período de 2015 a 2018. Dessa forma, serão considerados os acontecimentos históricos e políticos relativos à primeira gestão de Camilo Sobreira Santana (2015-2018) como governador do Estado do Ceará e as implicações para a política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará.

5.3 Governo Camilo Santana (2015-2018) e o Processo de Consolidação das EEEPs

Camilo Sobreira de Santana¹⁴¹, foi eleito governador do Estado do Ceará pelo Partido dos Trabalhadores (PT) vinculado à coligação “Por um Ceará melhor para todos”. A eleição

¹⁴⁰ As informações inseridas na tabela 7 foram coletadas exclusivamente do Relatório de Gestão (2008 a 2014).

¹⁴¹ Nascido no Crato, em 1968, engenheiro-agrônomo, filho de Eudoro Santana, ex-secretário da agricultura de Tasso e tradicional militante de esquerda. Foi presidente do Centro Acadêmico (CA) de Agronomia e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Duas vezes candidato a

de Camilo Santana aconteceu no segundo turno com uma disputa tensa com Eunício de Oliveira. Com 53,35% dos votos válidos Camilo Santana é eleito o governador do Ceará e um cenário diferenciado dos oito últimos anos da gestão Cid Gomes, começava a ser delineado, de acordo com Farias (2018, p. 578).

Nessa perspectiva, os Ferreira Gomes ainda representavam uma grande força política no Ceará, porém não detinham mais hegemonia política em terras alencarinas possibilitando ao governador Camilo Santana utilizar as mesmas estratégias políticas de Cid Gomes para compor um “governo de coalizão”, ou seja, seguir a tradição de governadores cearenses de “formarem seus próprios grupos políticos, cooptando correligionários de outras correntes e até adversários”, conforme Farias (2018, p. 578).

As propostas para o plano de governo denominado os 7 Cearás¹⁴² para a primeira gestão de Camilo Santana (2015-2018) é composto por sete Eixos Governamentais de atuação intersetorial: Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará Sustentável, Ceará Pacífico, Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará do Conhecimento e Ceará Saudável (CEARÁ, 2014d).

No sexto eixo denominado Ceará do Conhecimento, as promessas de campanha validadas por Camilo Santana e Izolda Cela, demonstraram a continuidade da expansão da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará e dentre os compromissos assumido com a educação cearense, estão:

Levar progressivamente a Escola de Tempo Integral e Profissionalizante para toda a rede estadual; - Criar o Programa Bolsa Universitário: todos os estudantes de baixa renda da escola pública que conseguirem 560 pontos no ENEM e entrarem numa universidade, vão receber a bolsa durante 6 meses. A bolsa vai ser paga a partir do primeiro dia de aula; Fortalecer o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) em todas as regiões do estado; Criar cursos de formação profissional nos municípios; Criar Centros de Línguas Estrangeiras em todo o estado, para que os estudantes da escola pública possam aprofundar seus conhecimentos em outros idiomas, como inglês e espanhol; Realizar parcerias com a iniciativa privada para oferecer estágio profissional remunerado aos alunos do último semestre das faculdades estaduais; Estabelecer parceria com o Governo Federal para criar a Universidade Federal da Região Norte; Ampliar o E-Jovem, passando de 6 mil para 30 mil vagas/ano, e oferecer novos cursos, como turismo, comércio e serviços; Garantir a valorização e a qualificação permanente dos professores da rede estadual (CEARÁ, 2014d, p. 129 - 130).

prefeito de Barbalha. Com a aproximação de parte da esquerda local com os Ferreira Gomes, Camilo Santana estreitou laços com Cid Gomes. Tendo sido em 2010, o Deputado Estadual mais votado do Ceará e Secretário das Cidades na segunda gestão de Cid Gomes. (FARIAS, 2018, p. 576).

¹⁴² Importante salientar que este documento foi de fundamental importância para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) referente ao período 2016-2019. O PPA é considerado o principal instrumento legal de planejamento de médio prazo e, em sua última versão, teve sua estrutura dividida em três dimensões: estratégica, tática e operacional. Saiba mais em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/2014-Os7Cearas.pdf>. Acesso em 13 jan. 2022.

Em 2015, a rede de EEEPs contabiliza mais de 100 unidades escolares no Estado do Ceará, consolidando uma oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional para mais de 40 mil estudantes cearenses. E demonstrando dar continuidade a ampliação dessa rede de escolas, o governador Camilo Santana anuncia durante a Leitura da Mensagem Governamental que marca o início da sua primeira gestão para o mandato 2015-2018¹⁴³, a importância de manter o Estado do Ceará em ritmo de crescimento. Nesse sentido, destacou a evolução econômica do Estado na gestão anterior, também ressaltou as conquistas na área da Saúde com referência à construção de hospitais e policlínicas; e na Educação, o destaque estava voltado para a construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional e no quantitativo expressivo de alunos atendidos na rede de EEEPs do Ceará. E vinculado ao lema do governo federal relativo à “Pátria Educadora”, Camilo Santana promete:

o aumento de vagas nas escolas profissionalizantes de tempo integral será perseguido obstinadamente, assim como as parcerias com os Municípios em torno do Programa de Alfabetização na Idade Certa¹⁴⁴. A educação e o trabalho são os únicos caminhos para superarmos as raízes de nossa desigualdade, favorecendo a mobilidade social e criando as condições primárias de segurança, civilidade e paz (CEARÁ, 2015a, p. 39).

A gestão de Camilo Santana iniciou com um grande desafio na área da Educação, a greve dos professores da rede pública estadual de ensino¹⁴⁵ e o movimento denominado Primavera Secundarista¹⁴⁶ que tiveram início em meados de abril de 2016 após o anúncio de medidas restritivas para a Educação no Ceará:

O Governo do Estado do Ceará anunciou na grande mídia, para o ano de 2016, metas de contingenciamento de 20% para o financiamento destinado à pasta da Secretaria da Educação. Ademais, foi lançada a Portaria de nº 1.169/2015 acerca da lotação dos professores da rede pública estadual para o ano de 2016 que impactou drasticamente na oferta da educação básica. Após tais medidas, em abril foi deflagrado movimento grevista por parte dos professores da rede estadual motivado

¹⁴³ Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/2015/02/03/camilo-apresenta-mensagem-governamental-a-assembleia-veja-o-discurso-na-integra/> - Acesso em: 13 jan. 2022.

¹⁴⁴ Política de cooperação entre estado e municípios promovida pelo governo do Ceará em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e instituições da sociedade civil, com apoio do governo federal, cujo objetivo é “alfabetizar todos os alunos das redes públicas de ensino do Estado até os 7 anos de idade”. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/o-programa-alfabetizacao-na-idade-certa-paic-no-ceara,623dc085-ee73-441c-b016-e6f948934919>. Acesso em: 14 jan. 2022.

¹⁴⁵ No dia 25 de abril de 2016 teve início a greve de professores da rede estadual do Ceará. Ao todo, foram **107** dias reivindicando o reajuste salarial de 12,57%. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/2020/07/29/ocupacao-das-escolas-estaduais-em-2016--o-que-mudou-de-la-pra-ca.html>. Acesso em: 14 jan. 2022.

¹⁴⁶ Conforme Queiroz (2018), foi inspirado num movimento que estava acontecendo em âmbito nacional, nos anos de 2015 e de 2016. “Nesse período, estudantes secundaristas das redes públicas estaduais protagonizaram importantes reivindicações para, além de prestar solidariedade às reivindicações docentes, demandar o cumprimento do direito à educação pública de qualidade”. Teve como inspiração a Revolta dos Pinguins, “movimento onde os estudantes estabeleceram nova metodologia de funcionamento das escolas ao ocuparem cada espaço de educação formal em 2006, no Chile, em defesa do caráter público e gratuito”. (MACEDO *et al.*, 2018, p. 17).

principalmente pelo descumprimento da data base de reajuste salarial destes servidores, da demissão de 4.000 professores temporários e da extinção da função pedagógica de professor coordenador de área (PCA). (MACEDO *et al.*, 2018, p. 19).

Conforme indicado no Relatório sobre as Ocupações das Escolas Públicas no Grande Bom Jardim (2018), foram mais de 60 escolas ocupadas pelos estudantes cearenses. Dentre as reivindicações dos secundaristas, estavam “a melhoria da merenda escolar, a reforma da infraestrutura dos prédios escolares, a democratização da gestão escolar e a inclusão de temáticas de gênero e o combate à discriminação nos currículos escolares” (MACEDO *et al.*, 2018, p. 20). Influenciados pelo movimento da primavera secundarista, no mês de novembro de 2016, ocorreram “34 ocupações na Universidade Federal do Ceará e 2 ocupações no Instituto Federal do Ceará, em Fortaleza, com ampla participação secundarista - que socializavam experiências e ajudavam na condução do processo”. (MACEDO *et al.*, 2018, p. 85).

No segundo semestre de 2016, as ocupações foram encerradas após negociação com representantes do movimento estudantil. No decorrer das ocupações, ocorreram medidas consideradas abusivas como intervenção policial e citação de 320 estudantes em procedimentos policiais. Por falta de elementos para responsabilização individual dos jovens acerca da notícia-crime de danos ao patrimônio público, o processo foi arquivado, de acordo com matéria publicada no Jornal O Povo (2020)¹⁴⁷.

Finalizado o processo de ocupação nas escolas, foi legitimado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)¹⁴⁸ com elementos referentes à reivindicação dos estudantes, como participação na gestão democrática da escola, contribuição na merenda escolar, garantia de equipamentos nos laboratórios de Informática, melhoria na infraestrutura das escolas da rede pública estadual de ensino do Ceará, conforme veiculado em matéria publicada no Jornal O Povo (2020).

Na conjuntura nacional, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, reconduzida ao segundo mandato (2015-2018), foi efetivado em 2016. Conforme Queiroz (2018), esse processo de impedimento não teve início no segundo mandato de Dilma Rousseff, mas tem suas raízes no primeiro mandato da presidenta, resultando “numa crise da política

¹⁴⁷ Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/2020/07/29/ocupacao-das-escolas-estaduais-em-2016--o-que-mudou-de-la-para-ca.html>. Acesso em: 24 jan. 2022.

¹⁴⁸ Assinou o TAC como Secretário da Educação, Antônio Idilvan de Lima Alencar, natural da cidade de Crato (CE), graduado em Engenharia Civil, mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Foi secretário-executivo e adjunto da Educação do Ceará de 2007 a 2014 e titular entre 2016 e 2018. Disponível em: <https://www.anuariodoceara.com.br/perfis/idilvan-alencar/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

neodesenvolvimentista e que foi provocada, fundamentalmente, pela ofensiva restauradora do campo político neoliberal ortodoxo” (QUEIROZ, 2018, p. 138). Nesse contexto de crise política, Michel Temer assume a presidência do Brasil e em 2017, sanciona a Lei nº 13.415/2017¹⁴⁹. A referida legislação está vinculada “as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documentos estes que, articuladamente, traçam novos rumos ao ensino médio e à educação profissional” (MOURA; BENACHIO, 2021, p. 165). Esse arcabouço normativo referente ao Novo Ensino Médio evidencia uma formação pautada nos interesses dos setores produtivos, pois de acordo com Moura e Benachio (2021, p. 185), “a reforma apresenta-se camuflada no discurso de melhoria da qualidade do ensino médio para todos, mas na realidade situa-se em um contexto de precarização da educação pública”.

Mesmo diante de um contexto de crise econômica e enfrentando muitos desafios durante a sua primeira gestão, Camilo Santana deu continuidade à política de crescimento econômico da gestão Cid Gomes com a efetivação de obras de grande impacto. Conforme ressaltado pelo chefe do executivo em reunião sobre as projeções para o governo 2019-2022¹⁵⁰, os esforços continuarão sendo direcionados para uma perspectiva de desenvolvimento da saúde financeira e fiscal do Ceará. Em seu governo destacaram-se na área econômica, os hubs voltados para área portuária, tecnológica e aérea, possibilitando um avanço no turismo e na economia cearense, além da construção do aeroporto de Jericoacoara. Agregados a essas importantes ações, estão a realização de concursos públicos, o desenvolvimento das obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), a construção de presídios e contratação de novos policiais; a implementação do Bilhete Único Metropolitano, a expansão do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu); construção, duplicação e restauração de rodovias estaduais, a finalização do primeiro trecho das obras do Cinturão das Águas, ampliação das Escolas em Tempo Integral no Estado do Ceará e criação dos Centros Cearenses de Idiomas (CCIs).

¹⁴⁹ A partir dessa reforma, o Ensino Médio passou a ser estruturado em duas partes: “uma fixa, definida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, e outra flexível, formada por cinco itinerários formativos sendo estes constituídos por Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional, conforme Moura e Benachio (2021, p. 175).

¹⁵⁰ <https://www.ceara.gov.br/2018/12/26/governador-destaca-desafios-superados-no-primeiro-mandato/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

5.3.1 As Escolas Estaduais de Educação Profissional (2015-2018)

Neste segmento são apresentados os principais acontecimentos referentes à política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, desde a publicação do *site* da Educação Profissional, em 2015, até a consolidação das EEEPs abrangendo os 10 anos de implementação da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública estadual de Educação Profissional do Ceará, em 2018; além de outros acontecimentos históricos e marcos normativos referentes ao período de 2015 a 2018.

5.3.1.1 (Ano 2015) – Publicação do Site da Educação Profissional

Devido ao quantitativo expressivo de cursos técnicos na rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional e em decorrência do redesenho curricular dos cursos técnicos; em 2015 não foram ofertados cursos novos nas EEEPs, conforme verificado em planilha disponibilizadas pela Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP), permanecendo a oferta de 53 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

Quanto ao quantitativo de escolas novas nos municípios cearenses, foram implementadas mais seis escolas na rede pública estadual de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nos municípios de Fortaleza, Uruburetama, Marco, Granja, Aracoiaba, Assaré. Em 2015, foi dada continuidade ao processo de revisão curricular dos cursos técnicos com a atualização dos planos dos cursos de Eventos, Fabricação Mecânica, Finanças, Fruticultura, Gestão Cultural, Massoterapia, Modelagem do Vestuário, Nutrição e Dietética, Segurança do Trabalho e Transações Imobiliárias, conforme verificado em planilha de acompanhamento da atualização dos planos de cursos disponibilizada pela Coordenadoria de Educação Profissional.

Destaca-se nesse ano, os estudos para a oferta do curso de Multimídia em parceria com o Instituto Tecnológico e Vocacional Avançado (ITEVA). A partir do projeto MidiaCom, o curso técnico integrado ao Ensino Médio em Multimídia foi ofertado em três Escolas Estaduais de Educação Profissional como projeto piloto. O referido projeto integra uma iniciativa social do ITEVA que desde 2004 proporciona formação gratuita para jovens na área de Tecnologias de Informação e Comunicação; e possibilita qualificação em diversas áreas. O Instituto ITEVA fica localizado em Aquiraz e devido a questões de deslocamento, o número

de jovens beneficiados com os cursos oferecidos pelo instituto ficou restrito, conforme Beneduce (2015, p. 7).

Mesmo tendo sido lançado em 2014, muitas publicações relativas ao *site* da Educação Profissional¹⁵¹ só foram publicizadas em 2015. O sítio eletrônico é composto por 12 tópicos com informações relativas às Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará. Em Educação Profissional, são publicizadas os processos de criação das EEEPs, os projetos, os programas e o investimento na rede pública cearense de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio; em COEDP¹⁵², são apresentadas a sistemática de acompanhamento das EEEPs e as competências da Coordenadoria de Educação Profissional; em Cursos são apresentadas a matriz curricular, o catálogo e a oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio; em Escolas é apresentada a estrutura, o processo de matrícula, seleção de profissionais e as rotinas pedagógicas; em Estágio¹⁵³ são inseridas informações acerca dos indicadores, acompanhamento, investimento e materiais de apoio referentes ao Estágio Curricular Obrigatório; em Indicadores são inseridos o quantitativo de alunos matriculados, as escolas inauguradas, os municípios beneficiados, assim como o percentual de alunos diplomados por ciclo formativo e o percentual de alunos no ensino superior; em Parcerias são apresentadas as indústrias, empresas, sindicatos e associações que auxiliam no processo de preparação dos jovens para o mundo do trabalho; em Publicações foram inseridos o Manual da TESE, Relatório de Gestão, Planos de Curso, material didático referente ao componentes curriculares LEA, PV e MT; em Legislação foram citadas as leis, pareceres, decretos e diretrizes relacionados ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; em Contato foi disponibilizado um campo para envio de mensagem e os telefones da Coordenadoria de Educação Profissional; e em Ouvidoria, apresenta um link direto para a Ouvidoria do Ceará para registro de elogios, críticas, denúncias e reclamações referentes aos serviços prestados pelo Governo do Estado do Ceará.

Conforme indicado no Relatório de Gestão (2014a), com o *site* da Educação Profissional, as informações pertinentes a essa rede de escolas ficaram à disposição da comunidade, representando “o compromisso assumido pelo governo do Estado de prestar contas à sociedade sobre as ações e investimentos de caráter público. A COEDP compreende

¹⁵¹ Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

¹⁵² Em 2015, a Coordenadoria de Educação Profissional estava sob a coordenação da professora Marta Emília Vieira da Silva. A referida servidora ocupou o cargo até maio de 2016, conforme informações coletadas no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE – Escola). Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

¹⁵³ Em 2015, foram registradas no Sistema Informatizado de Captação de Estágio, 4.811 concedentes. Disponível em: <https://sice.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 13 jan. 2022.

que a democratização da informação é uma ferramenta de cidadania” (CEARÁ, 2014a, p. 100).

Quanto às formações para os professores, foram oferecidas em 2015, formação nos componentes curriculares Projeto de Vida e Mundo do Trabalho em parceria com o Instituto Aliança, e Empreendedorismo, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará, de acordo com informações registradas na Coordenadoria de Educação Profissional. Para os gestores escolares, as formações oferecidas pela Seduc CE tiveram como parceiros principais os Institutos¹⁵⁴ Natura, Unibanco e Aliança. Relevante mencionar que as formações tanto para professores quanto para gestores não estavam relacionadas aos pressupostos teóricos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, revelando que a essência da proposta pedagógica das EEEPs não estava sendo priorizada nos momentos formativos oferecido pela Seduc CE/COEDP (SANTOS, 2015, p. 86).

Em 2015 foi realizado o 1º Encontro de Diretores, Coordenadores Escolares, Superintendentes das Escolas Estaduais de Educação Profissional e Orientadores da Célula de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (CEDEA), ocorrido no período de 30/11 e 01/12/2015; 03/12 e 04/12/2015; 10/12 e 11/12/2015. Esse encontro teve como objetivo alinhar informações acerca da lotação de professores e compartilhar práticas exitosas no âmbito do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Relevante mencionar a publicação da Lei nº 15.928, de 29 de dezembro de 2015 que modificou o artigo 3º da Lei nº 14.273 - GAB de 19 de dezembro de 2008 orientando que o processo de lotação de professoras(es) nas áreas da Base Nacional Comum e Parte Diversificada das EEEPs estava vinculado a aprovação em seleção simplificada conforme critérios estabelecidos em Edital, sendo realizado pela Seduc CE através da Coordenadoria Regional da Educação (Credes) e da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza(Sefor) ou pelas EEEPs. No referido processo seletivo, poderão participar docentes efetivos com estágio probatório concluído ou não; e contratados docentes por tempo determinado. Neste ano, também ocorreu a Publicação da Portaria de Lotação nº 1169/2015, de 30 de dezembro de 2015 sem a inserção do quadro com o quantitativo de professores dos componentes curriculares da Base Nacional Comum, sendo considerada a orientação de que o quantitativo e a distribuição dos docentes nas disciplinas da Base Nacional Comum e Parte

¹⁵⁴ Conforme verificado no *site* da Secretaria da Educação do Ceará, esses parceiros realizaram ações formativas diversas voltadas para professores e gestores da rede pública estadual de ensino do Ceará, abrangendo o período de 2015 a 2021. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/formações>. Acesso em: 14 jan. 2022.

Diversificada do currículo ocorrerá de acordo com a demanda dos cursos e turmas em funcionamento em cada EEEP.

Com mais de 17.000 estudantes matriculados na 1ª série do Ensino Médio, a rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional beneficiou muitos jovens cearenses. No que se refere às concedentes de estágio, 4.644 empresas foram cadastradas no Sistema Integrado de Captação de Estágio (SICE)¹⁵⁵.

Na tabela 8, consta o resumo dos dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2015.

Tabela 8 – Síntese EEEPs (2015)¹⁵⁶

Escolas em funcionamento (Cumulativo)	Cursos técnicos ofertados (Cumulativo)	Municípios contemplados (Cumulativo)	Estudantes Matriculados 1ª, 2ª e 3ª série (Cumulativo)
111	52	88	44.069

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 102).

5.3.1.2 (Ano 2016) – Alterações no Programa de Estágio das EEEPs

Em 2016, duas Escolas Estaduais de Educação Profissional foram inauguradas nos municípios de Caridade e Barro, contabilizando na rede de Ensino Médio Integrado à Educação profissional na rede pública de ensino cearense, 115 Instituições escolares implantadas, conforme verificado no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE Escola)¹⁵⁷.

O curso técnico em Multimídia foi implantado como projeto piloto em três Escolas Estaduais de Educação Profissional¹⁵⁸, nos municípios de Aquiraz e Fortaleza. Conforme Beneduce (2015, p. 8), ajustes serão realizados no decorrer da implantação com uma perspectiva de “maior escala para 2017”.

¹⁵⁵ Disponível em: <https://sice.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 14 jan. 2022.

¹⁵⁶ As informações referentes às escolas em funcionamento, curso técnicos, municípios contemplados foram verificados no site da Educação Profissional e o quantitativo de alunos matriculados foram solicitados através do Sistema de Dados da Secretaria da Educação do Ceará. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=103; e <https://atendimentodados.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

¹⁵⁷ Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

¹⁵⁸ Escola Estadual de Educação Profissional Alda Façanha, Escola Estadual de Educação Profissional Jaime Alencar de Oliveira e Escola Estadual de Educação Profissional Comendador Miguel Gurgel, segundo Beneduce (2015, p. 8).

Quanto à revisão curricular dos cursos técnicos, foi efetivada a revisão dos planos dos cursos técnicos de Administração, Agricultura, Aquicultura, Eletromecânica, Meio Ambiente, Multimídia, Portos, Secretariado e Secretaria Escolar, conforme verificado em planilha de acompanhamento pedagógico dos planos de curso disponibilizada pela COEDP.

Quanto às formações, destacou-se em 2016, a Primeira Formação realizada em parceria com o Instituto Aliança referente ao processo de transferência de metodologia dos componentes curriculares da Parte Diversificada denominados Projeto de Vida e Mundo do Trabalho para os Coordenadores Escolares das EEEPs.

Também em 2016, ocorreu a publicação do Parecer nº 1109/2016, de 21 de novembro de 2016, que credenciou as Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará e renovou o reconhecimento dos cursos Técnicos de Nível Médio integrados à Educação Profissional prorrogando a validade até 31 de dezembro de 2019.

O Guia do Estágio foi atualizado e inserido no *site* da Educação Profissional com o objetivo de socializar as informações referentes ao Estágio Curricular Obrigatório nas EEEPs. O referido documento é composto por quatro tópicos: eixo pedagógico, eixo jurídico, eixo financeiro e referências. Desde o lançamento do Guia do Estágio em 2013 não havia sido feita a atualização em informações pertinentes aos eixos financeiro e pedagógico. Nesse sentido, a Coordenadoria de Educação Profissional através da equipe da Célula de Estágio:

Elaborou o GUIA DO ESTÁGIO, objetivando padronizar procedimentos e torná-los acessíveis a todos aqueles vinculados às diversas etapas de sua realização: Gestores, Coordenadores, Secretários, Professores e Orientadores de Estágio, orientando passo a passo a responsabilidade de cada um em ações que acontecem no ambiente escolar, nas sedes das instituições concedentes e no ambiente virtual através da alimentação das informações no Sistema Informatizado de Captação de Estágios – SICE. (CEARÁ, 2016a, p. 6).

No mesmo ano, também foi atualizado o Guia do Usuário do SICE. Devido à ampliação da oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública de ensino do Ceará, outros módulos foram inseridos no sistema para auxiliar no acompanhamento e monitoramento dos processos referentes ao Estágio Curricular Obrigatório. O referido sistema, foi criado com a finalidade:

de gerir a sistemática de captação de estudantes da Educação Profissional e projeto e-Jovem por parte das concedentes de estágio. Através dele, é possível emitir o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), Termo de Realização do Estágio (TRE) e fazer o acompanhamento jurídico, financeiro, pedagógico e avaliação dos processos de estágio da COEDP. (CEARÁ, 2016a, p. 6).

Em 2016, foi lançado no *site* da Secretaria da Educação do Ceará, o primeiro boletim do Sistema de Egressos¹⁵⁹. No referido documento, foi especificado que a criação do sistema se justifica pelo fato de que “as estratégias e ações para facilitar a transição dos egressos da educação profissional para o mercado de trabalho configura-se um grande desafio no estado do Ceará”. Nesse sentido, o esforço para a implementação desse sistema estava voltado para inserir “informações específicas e fidedignas para que profissionais e empregadores possam aprimorar suas escolhas no processo de inserção dos egressos da educação pública no mercado de trabalho, além de servir como instrumento de planejamento de políticas públicas”. No primeiro boletim do Sistema de Egressos, está indicado o processo de construção e possibilidades de utilização do sistema assim como uma “apresentação detalhada da página inicial que foi desenvolvida para o aluno” e das áreas específicas, com as seguintes opções: Área do Aluno, Seduc e Escolas, Transparência e Mercado de Trabalho” (CEARÁ, 2016a, p. 1).

O primeiro boletim do Sistema de Egressos, divulgado em 2016, no *site* da Secretaria da Educação do Ceará, teve como objetivo “tornar pública a idealização de um espaço pensado, inicialmente, para os egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) do Estado do Ceará”, para em seguida, abranger informações referentes a outras escolas da rede pública estadual de ensino (CEARÁ, 2017a, p. 2).

Outro destaque do ano de 2016, foi o Decreto nº 32.075 de 31 de outubro que alterou o Decreto nº 30.933 de 29 de junho de 2012. A alteração no decreto é relativa ao valor relativo ao deslocamento dos estudantes e outras ações com o intuito de aprimorar os procedimentos relacionados ao Estágio (CEARÁ, 2016d). Em decorrência da publicação do Decreto nº 32.075/2016, o Guia do Estágio passou por mais uma atualização no ano de 2017.

Relevante mencionar que em 2016, foi publicada a Lei nº 16.025, de 30 de maio de 2016 que institui o “Plano Estadual de Educação – PEE (2016-2024)”¹⁶⁰ (CEARÁ, 2016e). Conforme especificado no artigo 2º da referida LEI, o PEE “configura-se como instrumento balizador e norteador das políticas públicas relacionadas à educação no Estado do Ceará” (CEARÁ, 2016e).

¹⁵⁹ Disponível em:

https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2016/06/boletim_um_sistema_egresso2906_4.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

¹⁶⁰ Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20160601/do20160601p01.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

Nesse ano, foram ofertadas mais 17.637 vagas na rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, conforme verificado no SIGE – Escola e 5.384 concedentes cadastradas no Sistema Integrado de Captação de Estágio (SICE)¹⁶¹.

Na tabela 9, o resumo dos dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2016.

Tabela 9 – Síntese EEEPs (2016)¹⁶²

Escolas em funcionamento (Cumulativo)	Cursos técnicos ofertados (Cumulativo)	Municípios contemplados (Cumulativo)	Estudantes Matriculados 1ª, 2ª e 3ª série (Cumulativo)
115	53	90	48.089

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 102).

5.3.1.3 (Ano 2017) – Sistema de Egressos e Encontro de Práticas do Programa de Estágio das EEEPs

Em 2017, foi implantada apenas uma escola na rede de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública cearense de ensino. A referida Escola Estadual de Educação Profissional localiza-se no município de Palmácia e ofereceu 200 vagas para a comunidade do maciço de Baturité nas turmas da 1ª série do Ensino Médio. Conforme especificado no *site* do Governo do Ceará¹⁶³, a nova escola foi criada para atender três regiões do maciço de Baturité, funcionando, portanto, em regime de consórcio. O investimento financeiro foi de 14 milhões, considerando os recursos dos Governos Federal e Estadual.

Nesse ano não foram ofertados cursos novos, pois nas EEEPs já eram oferecidos mais de cinquenta cursos e alguns deles ainda estavam em processo de revisão curricular. Conforme informações coletadas em planilhas de acompanhamento das ações da COEDP, em 2017, o plano do curso de Produção de Moda passou pelo processo de atualização.

Em 2017 foi lançado o segundo boletim referente ao Sistema de Egressos da Secretaria da Educação do Ceará. O referido documento foi construído com o objetivo de

¹⁶¹ Disponível em: <https://sice.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2022.

¹⁶² As informações referentes às escolas em funcionamento, curso técnicos, municípios contemplados foram verificados no Sistema Integrado de Gestão Escola (SIGE – Escola) e o quantitativo de alunos matriculados foram solicitados através do Sistema de Dados da Secretaria da Educação do Ceará. Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>; <https://atendimentodados.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

¹⁶³ <https://www.ceara.gov.br/2017/11/08/macico-de-baturite-ganha-terceira-escola-de-educacao-profissional/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

nortear não apenas os usuários, mas a sociedade civil acerca dos indicadores inseridos no sistema. Conforme evidenciado no segundo boletim do Sistema de Egressos da Secretaria da Educação do Ceará (2017), o sistema “disponibilizará informações úteis e relevantes aos empregadores e informes sobre ofertas de emprego que atenda o interesse dos alunos além de poder servir também como instrumento norteador para as políticas públicas do Estado” (CEARÁ, 2017a, p. 3). O Sistema de Egressos foi apresentado aos coordenadores das EEEPs no I Encontro de Práticas de Gestão do Estágio. No referido evento foram discutidas temáticas relacionadas à atualização dos instrumentais teóricos, além de oficinas temáticas sobre o Sistema de Captação de Estágio (SICE).

Devido ao Decreto nº 32.075, de 31 de outubro de 2016 que altera o Decreto nº 30.933 de 2012 relativo ao estágio para alunos e egressos do ensino médio na rede pública estadual com foco na qualificação profissional e formação técnica, foi lançada uma nova versão do Guia do Estágio abrangendo mudanças relativas aos eixos pedagógico, financeiro e jurídico. As principais alterações estão concentradas nos eixos pedagógico e financeiro, em especial, ao valor da Bolsa Estágio¹⁶⁴ que em 2012 era de R\$ 311,00 (trezentos e onze reais) e passou a 369,46 (trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos), em 2016, referente a cada 100h estagiada (CEARÁ, 2016d).

Quanto às formações, aconteceu em novembro de 2017, uma oficina sobre o projeto de Avaliação em larga escala da Educação Profissional com os gestores e professores das Escolas Estaduais de Educação Profissional e técnicos da Secretaria da Educação do Ceará lotados na Coordenadoria de Educação Profissional¹⁶⁵. A oficina foi realizada em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) e teve por objetivos: garantir a participação de professores e gestores das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará e da Secretaria de Educação na construção do processo de avaliação em larga escala para cursos técnicos; apresentar o projeto de avaliação em larga escala da Educação Profissional no Estado do Ceará para cursos técnicos; discutir as propostas de Matrizes de Referência para a Educação Profissional; apresentar sugestões e validar as Matrizes de referência, conforme verificado na pauta de realização do evento verificada na Coordenadoria de Educação Profissional. Nesse ano,

¹⁶⁴ “O valor da bolsa de estágio será reajustado pelo mesmo índice de revisão geral da remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Ceará” (CEARÁ, 2012 e 2016a). Conforme informações fornecidas pela Seduc CE, em setembro de 2022, o valor da bolsa de estágio era de R \$429,24 por 100h estagiadas.

¹⁶⁵ A coordenadoria de Educação Profissional ficou sob a coordenação da professora Jussara de Luna Batista, de fevereiro de 2016 a dezembro de 2018, conforme verificado no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE – Escola). Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

também foi realizada a Segunda Formação em parceria com o Instituto Aliança referente ao processo de transferência de metodologia dos componentes curriculares Projeto de Vida e Mundo do Trabalho para os Coordenadores Escolares das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, conforme verificado no *site* da Educação Profissional¹⁶⁶.

Relevante evidenciar que no final do ano de 2017, foi lançado o Caderno de Matrizes Curriculares das EEEPs referente ao ano de 2018 com informações sobre alteração na carga horária do componente curricular Projeto de Vida, passando de 240h para 180h; inserção do componente curricular Oficina de Redação na Parte Diversificada do currículo das EEEPs com carga horária de 60h; divisão dos componentes curriculares Projetos Interdisciplinares em Projetos Interdisciplinares I e II; alteração na nomenclatura do Estágio Curricular (Complementação) para Preparação e Avaliação de Estágio com 100h de carga horária para todos os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, impactando na carga horária total no campo de estágio que passa a ser de 300h com exceção dos cursos do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde e do curso técnico Meio Ambiente (CEARÁ, 2017c, p. 3).

Outro evento de destaque foi o Seminário de Avaliação e Integração da Educação Profissional com a participação de diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional, coordenadores de Crede/Sefor e técnicos da Secretaria da Educação do Ceará. Dentre os pontos da pauta, estavam as reflexões sobre avaliação no contexto da Educação Profissional, discussão acerca das Matrizes de Referência para a Educação Profissional, a política permanente de formação de professores e a Transferência de metodologia dos conteúdos Projeto de Vida e Mundo do Trabalho.

Com a publicação da Portaria de matrícula nº 1371/2017, de 18 de dezembro de 2017 foram inseridas especificidades para a disponibilização de vagas na 1ª série do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas EEEPs, considerando que do percentual de 80% das vagas destinadas para as(os) estudantes da Rede Pública de Ensino do Ceará, 30% destas foram direcionadas a estudantes que comprovarem residência no bairro em que se situa a instituição de ensino; e no caso da Rede Privada de Ensino, dos 20% das vagas destinadas aos estudantes da rede particular, 30% foram direcionadas as(aos) discentes que comprovaram domicílio no bairro em que se localiza a escola (CEARÁ, 2017d).

Em 2017, foram ofertadas mais de 17.637 vagas na rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, conforme verificado no SIGE – Escola e 6.002 concedentes

¹⁶⁶ <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

cadastradas no Sistema Integrado de Captação de Estágio (SICE)¹⁶⁷.

Na tabela 10, consta o resumo dos dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2017.

Tabela 10 – Síntese EEEP (2017)¹⁶⁸

Escolas em funcionamento (Cumulativo)	Cursos técnicos ofertados (Cumulativo)	Municípios contemplados (Cumulativo)	Estudantes Matriculados 1ª, 2ª e 3ª série (Cumulativo)
116	53	91	49.894

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 102).

5.3.1.4 (Ano 2018) – 10 anos de implementação da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas EEEPs

Em 2018, três Escolas Estaduais de Educação Profissional foram inauguradas nos municípios de Itarema e Baturité; e cinco EEEPs passaram pelo processo de substituição de prédios nos municípios de Acaraú, Reriutaba, Redenção, Tabuleiro do Norte e Senador Pompeu.

Quanto à atualização dos planos de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, em 2018 foi lançada a chamada pública para seleção de professores para atuarem na atualização dos planos de curso e material didático de 20 cursos técnicos dos seguintes eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Turismo, Hospitalidade e Lazer. Conforme indicado no caderno de matrizes referente ao ano 2018 elaborado pela Célula de Desenvolvimento Curricular e do Ensino Técnico, apenas cinco cursos técnicos integrados ao ensino médio tiveram alterações na matriz curricular relativa à formação profissional: Agroindústria, Enfermagem, Informática, Mecânica, Vestuário (CEARÁ, 2018d, p. 2).

Destacou-se nesse ano, a transferência de metodologia referente aos componentes curriculares Projeto de Vida e Mundo do Trabalho. Desde 2012, esses componentes eram

¹⁶⁷ Disponível em: <https://sice.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2022.

¹⁶⁸ As informações referentes às escolas em funcionamento, cursos técnicos, municípios contemplados foram verificados no Sistema Integrado de Gestão Escola (SIGE – Escola) e o quantitativo de alunos matriculados foram solicitados através do Sistema de Dados da Secretaria da Educação do Ceará. Disponível em: <https://sige.seduc.ce.gov.br/>; <https://atendimentodados.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

acompanhados pelo Instituto Aliança em parceria com a Seduc CE, porém com a finalização processo de transferência de metodologia em 2018, através da terceira formação direcionada aos coordenadores pedagógicos das EEEPs, o acompanhamento pedagógico e as formações passaram a ser realizadas pela Secretaria da Educação do Ceará em parceria com os coordenadores pedagógicos e professores das Escolas Estaduais de Educação Profissional que passaram pelo processo formativo oferecido pelo Instituto Aliança.

Outra ação de relevância foi a realização do SPAECE¹⁶⁹ Técnico. O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará foi implementado em 1992, porém a sistemática de avaliação voltada para os cursos técnicos foi realizada pela primeira vez em 2018 a partir do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR), tendo como financiador o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. A consultora contratada foi a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF / Centro de Políticas e Avaliação da Educação – CAEd. Foram avaliados 20 cursos técnicos dos eixos tecnológicos de Ambiente e Saúde, Estética, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança, Turismo, Hospitalidade e Lazer. O SPAECE Técnico foi realizado em 103 EEEPs, nos dias 04, 05 e 06 de dezembro, conforme material publicizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)¹⁷⁰. O CAEd/UFJF também ficou responsável pelo desenho da política de formação permanente voltada para gestores, professores e coordenadores das Escolas Estaduais de Educação Profissional, sendo a formação de gestores a partir dos eixos Gestão Democrática, Gestão dos Processos, Gestão de Pessoas, Educação Inclusiva e a Formação de Professores abrangendo temáticas relativas ao Planejamento, Gestão de Sala de Aula, Inovação na Escola e Avaliação.

Em 2018, o Jovem de Futuro (JF)¹⁷¹ denominado 3ª geração, agrega as Escolas Estaduais de Educação Profissional. Conforme indicado no *site* da Secretaria da Educação do

¹⁶⁹ Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica, implementado desde 1992, “caracteriza-se como avaliação externa em larga escala que avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática”. A referida avaliação é realizada de forma censitária, abrangendo as escolas estaduais e municipais, tendo como orientação Matrizes de Referência alinhadas com as do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/spaace/>. Acesso em 17 jan. 2022.

¹⁷⁰ http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Testes_da_avalicao_de_desempenho_dos_estudantes_de_cursos_tecnicos_SEDUC.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

¹⁷¹ O Projeto Jovem de Futuro, concebido e testado pelo Instituto Unibanco (IU) em 2008, foi inserido no Ceará no ano de 2011. “A parceria Seduc e Instituto Unibanco foi celebrada em 30 de maio de 2012, por meio do

Ceará¹⁷², a finalidade do JF é contribuir com a gestão escolar numa perspectiva de abrangência interpretativa da análise cenarial do ambiente escolar e as suas possibilidades de intervenção objetivando melhorias nos resultados acadêmicos. O circuito de gestão do JF é constituído por estágios que envolvem planejamento, execução, monitoramento e avaliação de resultados e correção de rotas. Assim como na Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) inspira-se no ciclo PDCA. Nessa fase, o Jovem de Futuro está voltado para oferta de suporte técnico para o desenvolvimento do plano de ação da escola visando melhorias nos resultados de aprendizagem.

Em homenagem aos 10 anos das Escolas Estaduais de Educação Profissional, aconteceram eventos comemorativos no período de 20 a 23 de março, sendo dois dias dedicados ao Seminário “10 anos das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará: Repensando o Ensino Técnico Profissional para os Desafios do Futuro”, nos dias 20 e 21 de março. Os dias 22 e 23 de março foram dedicados à inauguração da 119ª EEEP no município de Baturité e momentos de integração com os alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional.

O Seminário aconteceu no Centro de Eventos do Ceará e contou com a presença do governador do Ceará, Camilo Santana, da vice-governadora Izolda Cela, do Secretário da Educação do Ceará, Idilvan Alencar, de gestores escolares, técnicos da Seduc/Crede/Sefor e representantes de instituições parceiras da Secretaria da Educação do Ceará. No dia 20 de março, aconteceu no turno da manhã, o painel temático “Educação e Trabalho: As competências e habilidades necessárias ao profissional técnico para o século XXI”, com a apresentação da professora da Universidade Estadual do Ceará Francisca Rejane Bezerra Andrade; do especialista em educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), João Marcelo Borges; e do economista da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), Guilherme Muchale. E no turno da tarde, a temática foi a “Educação Profissional no contexto da Reforma do Ensino Médio”, com a palestra do especialista do Centro Paula Souza, Almério de Araújo; da diretora de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC – MEC), Fernanda Marsaro e do Secretário de Educação do Estado da Paraíba, Aléssio

Convênio nº 001/2012, publicado no D.O.E de nº 32071 em 06 de janeiro de 2012, tendo por objeto a implantação e o desenvolvimento pela Seduc, com auxílio do Instituto”. A assessoria técnica do Instituto Unibanco está vinculada ao processo de: definição de metas por unidade escolar; sistemática de acompanhamento de rotina; sistemática de monitoramento e avaliação; reuniões de boas práticas; comitês de governança; comitês operacionais; preparação de reuniões de boas práticas, de trabalho, de gestão integrada. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/jovem-de-futuro/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

¹⁷² <https://www.seduc.ce.gov.br/jovem-de-futuro/>. Acesso em: 18 de jan. 2022.

Trindade, conforme evidenciado no *site* do Governo do Ceará¹⁷³.

No dia 21 de março, as temáticas estavam voltadas para as boas práticas de gestão para resultados e os desafios para a Educação Profissional. Dentre os palestrantes, Maria Adenil Vieira, diretora do Instituto Aliança; Marcelo Feres, consultor do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB); professor Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo, coordenador geral do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF); e Maria José Feres, professora do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), conforme verificado no *site* do Governo do Ceará.

Em 2018, ocorreu o lançamento do portal Conexão Trabalho¹⁷⁴ que teve o processo de elaboração iniciado em 2016 com a proposta de um sistema de Egressos da Secretaria da Educação do Ceará, inicialmente voltado para os alunos das EEEPs. O referido sistema foi denominado Conexão Trabalho e conforme indicado no Relatório do Desempenho Semestral elaborado pelo IPECE (2018)¹⁷⁵, no segundo semestre de 2018 após encontros com diretores e coordenadores das EEEPs nos dias 13 e 14 de junho, o Portal Conexão Trabalho foi apresentado para as empresas concedentes e passou por melhorias no decorrer deste ano.

Em 2018, ocorreu a publicação da Lei nº 16.600, de 05 de julho de 2018, que alterou a Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, referente à criação das EEEPs na rede pública de ensino estadual do Ceará. A modificação está relacionada ao acréscimo do artigo 3º A, determinando que Diretores aprovados em seleções anteriores estarão habilitados para integrar novo banco de gestores escolares, caso adquiram certificação, na forma e prazo de validade a ser legitimado em decreto (CEARÁ, 2019f).

Relevante mencionar que a Portaria de Lotação nº 1451 de 04 de janeiro 2018 foi especificado “pela primeira vez, a possibilidade de que o professor efetivo tivesse preferência no processo de seleção para o trabalho nas EEEP, o que está de acordo com Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará”, conforme Cavalcanti e Andrade (2021, p.97).

Também nesse ano cabe destacar a publicação do Parecer nº 0938/2018, de 05 de dezembro de 2018, que credenciou e reconheceu as instituições e os cursos das EEEPs

¹⁷³ <https://www.ceara.gov.br/2018/03/16/ceara-comemora-10-anos-das-escolas-estaduais-de-educacao-profissional/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

¹⁷⁴ <https://conexaotrabalhoceara.seduc.ce.gov.br/transparencia>. Acesso em: 16 jan. 2022

¹⁷⁵ http://www2.ipece.ce.gov.br/pfor/relatorio/RELATORIO_DO_DESEMPENHO_SEMESTRAL_DO_PROJETO_PforR_300618.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

implantados em 2018; e prorrogou o credenciamento das instituições escolares de Ensino Médio integrado à Educação profissional do Ceará e renovou o reconhecimento dos cursos técnicos constantes do Parecer CEE nº 806/2014, mantendo a vigência do credenciamento das EEEPs e do reconhecimento dos cursos até 31 de dezembro de 2019, conforme especificado no Parecer CEE nº 1109/2016.

Quanto à Lotação dos professores nas EEEPs, a Portaria de Lotação nº 1391, de 26 de dezembro de 2018 inseriu orientações específicas acerca da carga horária semanal dos professores da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada nas EEEPs, evidenciando as especificidades da lotação no componente curricular Projetos Complementares, além da carga horária destinada aos professores do Laboratório Educacional de Informática (LEI) e do Laboratório Educacional de Ciências (LEC). (CEARÁ, 2018c).

Em 2018, foram ofertadas mais 18.177 vagas na rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, conforme verificado no SIGE – Escola e 6.438 concedentes cadastradas no Sistema Integrado de Captação de Estágio (SICE).

Na tabela 11, o resumo dos dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2018.

Tabela 11 – Síntese EEEP (2018)¹⁷⁶

Escolas em funcionamento (Cumulativo)	Cursos técnicos ofertados (Cumulativo)	Municípios contemplados (Cumulativo)	Estudantes Matriculados 1ª, 2ª e 3ª série (Cumulativo)
119	52	95	52.571

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 102).

O próximo subcapítulo versa sobre a política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública cearense de ensino na segunda gestão de Camilo Santana (2019 – 2022) e os principais acontecimentos relativos às EEEPs nesse período.

¹⁷⁶ As informações referentes às escolas em funcionamento, cursos técnicos, municípios contemplados foram verificados no Sistema Integrado de Gestão Escola (SIGE – Escola) e o quantitativo de alunos matriculados foram solicitados através do Sistema de Dados da Secretaria da Educação do Ceará. Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>; <https://atendimentodados.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

5.4 Governo Camilo Santana (2019-2022¹⁷⁷) e as Novas Perspectivas para as EEEPs

A população cearense reconduziu Camilo Sobreira Santana para o segundo mandato como governador do Estado do Ceará (2019-2022). Filiado ao Partido dos Trabalhadores, Camilo Santana, governador reeleito representando a coligação “Por um Ceará cada vez mais forte”, teve uma votação expressiva, no primeiro turno com “3.457.556 de votos, o que corresponde a 79,94% do total. O seu “principal oponente”, General Theophilo (PSDB), obteve apenas 488.438 votos”, de acordo com Lins (2020, p. 67).

Apesar da ampla vantagem de votos levando a vitória de Camilo Santana logo no primeiro turno, a crise instaurada em sua primeira gestão, principalmente na Segurança Pública no Ceará, ainda era um grande desafio para o governador reeleito. Em seu discurso de posse¹⁷⁸, Camilo Santana ressaltou que mesmo com muito investimento em contratação de profissionais e aquisição de equipamentos, os índices ainda precisavam melhorar, estando ainda bem distante das metas do governo estadual. Para a área da saúde, o governador reeleito evidenciou os feitos da primeira gestão (2015-2018), destacando os investimentos realizados na rede pública de saúde do Ceará e as ações de melhoria para o atendimento dos cidadãos cearenses, além de citar a ampliação da rede pública de saúde no Ceará através de novos hospitais, de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), de policlínicas e de estruturas existentes que receberam melhorias tanto em atendimento quanto infraestrutura. Na Educação, Camilo Santana ressaltou os índices educacionais relativos ao Ensino Fundamental e Ensino Médio¹⁷⁹, a ampliação das Escolas de Tempo Integral e o quantitativo expressivo de alunos aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio em 2017. Prometeu para essa gestão, continuar priorizando a educação através da valorização dos estudantes e dos educadores e seguir avançando na proposta das Escolas de Tempo Integral. Também destacou os desafios impostos pela crise hídrica no Ceará e as ações que impediram um colapso no fornecimento de água para os municípios cearenses e o direcionamento de esforços e investimentos na cultura, no esporte e no turismo.

¹⁷⁷ Relevante mencionar que o período de 2019 – 2022 é uma referência ao segundo mandato de Camilo Santana, mas a análise está restrita ao período de 2019-2021, devido às especificidades desta pesquisa.

¹⁷⁸Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/01/01/governador-camilo-santana-toma-posse-e-anuncia-secretariado-para-segundo-mandato>. Acesso em: 18 jan. 2022.

¹⁷⁹ Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), das 100 melhores escolas públicas de Ensino Fundamental do Brasil, 82 são do Ceará, e 99,5% dos municípios atingiram a meta do Ministério da Educação. No Ensino Médio, o Ceará saiu da 12ª posição em 2015, para o 4º lugar, conforme indicado na mensagem do governador Camilo Santana à Assembleia Legislativa do Ceará na abertura do ano legislativo de 2019.

Na mensagem do governador Camilo Santana à Assembleia Legislativa do Ceará na abertura do ano legislativo de 2019¹⁸⁰, o governador reeleito evidenciou que o Ceará vem se consolidando no cenário nacional “como o Estado com maior solidez fiscal do Brasil” e além desse feito os investimentos públicos foram evoluindo desde 2015 a 2018, encerrando a primeira gestão “com mais de 15% da Receita Corrente Líquida”, significando, portanto mais investimento em “construção de mais escolas, estradas, obras hídricas, equipamentos de saúde e segurança, tão necessários para a população”. Além dos resultados acadêmicos da Educação pública cearense e os investimentos nas escolas públicas, Camilo Santana também ressaltou a importância do Centro Cearense de Idiomas, indicando que “para melhor qualificar nossos jovens para o mercado de trabalho”, essas unidades foram criadas em seis municípios cearenses “com atendimento de quase 10 mil alunos da rede pública estadual matriculados no Ensino Médio” (CEARÁ, 2019a).

Considerando um cenário de desenvolvimento do Turismo no Ceará impulsionado pelo Hub Aéreo no Aeroporto Internacional Pinto Martins, a demanda por profissionais que saibam falar outros idiomas, tornou-se uma necessidade, sendo:

nesse contexto de desenvolvimento da economia turística e investimento de qualificação de futura mão de obra qualificada, que o Governo do Ceará propõe a criação dos CCI, mediante a Lei estadual N.º 16.455/2017. Essa lei está constituída por 13 artigos, os quais versam sobre a autorização da criação dos CCI por meio de decreto (Decreto nº 32.534/2018), além das diretrizes e organização dos cursos de línguas ofertados e vinculados à Seduc/CE, constituição da equipe de docentes, gestores e cargos comissionados. (PEREIRA, 2019, p. 178).

Conforme verificado no *site* da Secretaria da Educação¹⁸¹, os cursos oferecidos nos Centros Cearenses de Idiomas são divididos em seis módulos semestrais, totalizando 360 horas, com duração de 3 anos. Os cursos são direcionados para estudantes e professores do Ensino Médio da rede pública estadual de ensino, tendo como objetivo “expandir e tornar viável possibilidades de efetiva atuação nos mais diversos campos, culturas e espaços sociais”.

Em 2019, foi lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo do Ceará, denominado Ceará 2050. Com esse plano há um deslocamento do planejamento focado numa gestão para uma perspectiva de planejamento permanente para os próximos 31 anos,

¹⁸⁰Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/02/Mensagem-%C3%A0-Assembleia-Legislativa-2019.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

¹⁸¹ Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/centros-cearenses-de-idiomas-ccis/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

constituindo-se como uma plataforma¹⁸² para o desenvolvimento do Estado em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC).

Conforme evidenciado no Plano de Integração Ceará 2050 e PPA (2020-2023), a plataforma Ceará 2050 está sob o gerenciamento da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Configurando-se enquanto iniciativa do governo do Estado do Ceará a partir de uma visão de futuro direcionada para “29 objetivos estratégicos, cerca de 100 indicadores e suas metas para 2025, 2030, 2040 e 2050, bem como um portfólio de quase 300 ações estratégicas estruturadas em 20 programas prioritários com foco na projeção de cumprimento destas metas” (CEARÁ, 2020a, p. 6). A construção da plataforma está vinculada ao Plano Plurianual¹⁸³ (2020-2023), portanto:

a elaboração do PPA 2020-2023 está estruturada em três bases: estratégica, tática e operacional. Teve como diretrizes estratégicas as seguintes iniciativas de desenvolvimento: Plataforma Ceará 2050, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agendas Estratégicas Setoriais (AES) e o Plano de Governo (7 Ceará) e seguiu uma lógica setorial ou intersetorial voltada para resultados, alinhando-se ao Modelo de Gestão para Resultados (GpR) do estado. (CEARÁ, 2020a, p. 21).

Para o desenvolvimento desse plano foram consideradas as dimensões estruturantes do PPA (2016-2019)¹⁸⁴, alinhadas ao plano de governo (2015-2018) “Os 7 Ceará”; vinculando os “resultados e os objetivos estratégicos do Plano Ceará 2050”. Dentre os 20 programas referentes ao Plano Ceará 2050, a Secretaria da Educação está relacionada como uma das instituições executoras em seis programas: Economia e inovação em saúde, Educação Empreendedora, Educação Transformadora, Futuro no Esporte, Indústria 4.0, Infância Transformadora. Especificamente para a Educação Profissional estão relacionados os programas Educação Empreendedora, Educação Transformadora, Indústria 4.0 e Economia e Inovação em Saúde, cabendo a Secretaria da Educação do Estado do Ceará:

¹⁸² A Plataforma Estratégica de Desenvolvimento de Longo Prazo – Ceará 2050 foi criada com a finalidade de “traçar estratégias para acelerar o crescimento econômico estadual nas próximas três décadas e atender, de forma mais eficiente, às expectativas da sociedade pela oferta de serviços essenciais como saúde, educação, abastecimento de água, segurança pública e geração de emprego e renda”. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/ceara-2050/plataforma-de-desenvolvimento-ceara-2050/>. Acesso em 18 jan. 2022.

¹⁸³ Previsto no art. 165 da Constituição Federal, o Plano Plurianual (PPA) “é um instrumento que manifesta as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública, destinado a organizar e viabilizar políticas públicas do governo para um período de quatro anos”. (CEARÁ, 2020a, p. 20).

¹⁸⁴ <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/ppa-2016-2019-2/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

a sua capacidade de fortalecer o regime de colaboração, com foco na alfabetização na idade certa e na melhoria da aprendizagem dos alunos até o 5º ano; a garantia do acesso e a melhoria dos indicadores de permanência, fluxo e desempenho dos alunos no Ensino Médio; a responsabilidade por diversificar a oferta do Ensino Médio, articulando-o com a educação profissional, com o mundo do trabalho e com o ensino superior; a promoção do protagonismo e empreendedorismo estudantil como premissa da ação educativa; a valorização dos profissionais da educação, assegurando a melhoria das condições de trabalho e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional; a busca por modelos de gestão focados na autonomia escolar e nos resultados de aprendizagem e na responsabilidade em manter a escola como espaço de inclusão, de respeito à diversidade e da promoção da cultura da paz. (CEARÁ, 2020a, p. 15).

Na mensagem do governador Camilo Santana à Assembleia Legislativa do Ceará na abertura do ano legislativo de 2020¹⁸⁵, Camilo Santana ressaltou o crescimento do PIB, considerando a participação do Estado do Ceará no cenário nacional; a criação da plataforma Ceará Veloz cujo objetivo estava focado no crescimento econômico do Ceará; a modernização do complexo industrial e portuário do Pecém; conclusão de obras relativas à mobilidade urbana como construção de novas estradas, restauração de Rodovias Estaduais; a criação de empregos diretos e indiretos na área de Turismo consolidando o Estado do Ceará como uma ponto de conexão para o turismo internacional na região nordeste; ações específicas para garantir o abastecimento de água para a capital e o interior; a criação do Mapa Eólico Solar do Estado do Ceará, em parceria com a FIEC e o Sebrae; ampliação das bases de policiamento do Batalhão de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (BPRAIO) e inauguração de novos equipamentos de segurança na capital e no interior do Estado do Ceará; além de ações direcionadas à cultura e segurança Nutricional e alimentar.

Especificamente para Educação Básica, o governador Camilo Santana exaltou os resultados acadêmicos dos estudantes da rede pública estadual de ensino, a expansão das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e dos CCIs; além da inauguração de Escolas Estaduais de Educação Profissional e de oferta de cursos de qualificação profissional para jovens e adultos. Nesse sentido, o programa Ceará Veloz¹⁸⁶, foi criado numa perspectiva de investimento em capital humano, logo o governador Camilo Santana evidenciou que era necessário aumentar “os investimentos em educação, pesquisa, universidades e escolas profissionalizantes, porque os setores público e privado precisam de pessoas com capacidades e habilidades desenvolvidas” (CEARÁ, 2020b, p. 3).

¹⁸⁵ <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/02/Mensagem-%C3%A0-Assembleia-Legislativa-2020.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

¹⁸⁶ Sobre a Plataforma Ceará Veloz: <https://www.adece.ce.gov.br/2019/11/26/plataforma-lancada-pelo-governo-do-ceara-vai-alavancar-crescimento-economico-e-reduzir-desigualdades/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

Na mensagem do governador Camilo Santana à Assembleia Legislativa do Ceará na abertura do ano legislativo de 2021¹⁸⁷, os destaques do ano de 2020 foram realizados considerando o contexto da pandemia da Covid - 19¹⁸⁸. O governador evidenciou que o processo de definições sempre esteve pautado nos dados científicos e nessa perspectiva foram elaborados decretos, planos estratégicos de enfrentamento à pandemia do coronavírus e aprovação de investimentos para mitigar os efeitos da pandemia no Estado do Ceará. Na área da Saúde houve a expansão da rede hospitalar, abertura de novos leitos exclusivos para pacientes com Covid-19 e compra expressiva de equipamentos e insumos específicos para o combate à pandemia. Na área econômica, o Estado do Ceará ficou “acima da média nacional e do Nordeste no balanço do produto interno bruto”. Quanto à geração de emprego, “79% a mais de empregos celetistas em 2020 do que no ano anterior”, “90 mil novas empresas abertas em 2020” e “18.546 novos postos, oitavo melhor saldo do Brasil”. No Turismo, destacou-se a criação do roteiro turístico Rota Cariri e a urbanização do mirante da Taíba e da Orla da Praia de Arpoeiras (CEARÁ, 2021c, p. 13).

Na Educação, foram evidenciados os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos finais do Ensino Fundamental; para os anos iniciais do Ensino Fundamental; “o Ceará tem 79 das 100 melhores escolas públicas do Brasil para esta faixa etária”; no Spaece, os resultados acadêmicos dos estudantes cearenses com atingimento da meta no nível desejado em 184 cidades do Ceará, no IDEB para o Ensino Médio, “21 escolas entre as 100 melhores do Brasil” (CEARÁ, 2021c, p. 14). Além dos indicadores educacionais foi mencionado que 278 unidades da rede pública estadual de ensino funcionam em tempo integral, considerando o quantitativo das EEEPs em funcionamento e das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.¹⁸⁹ Quanto ao Ensino Superior, evidenciou-se o programa Cientista Chefe¹⁹⁰ com equipes agregadas às Secretarias Estaduais focadas no

¹⁸⁷ <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2021/03/Mensagem-a-Assembleia-Legislativa-2021.pdf>. Acesso em: 19 de jan. 2022.

¹⁸⁸ Doença causada pelo SARS-CoV-2 que ficou conhecida como COVID-19 e atingiu índices extremos de contaminação em escala global. Disponível em: <https://coronavirus.ceara.gov.br/project/governo-do-ceara-apresenta-atualizacao-de-plano-estadual-de-contingencia-para-respostas-as-emergencias-em-saude-publica-no-contexto-da-covid-19/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

¹⁸⁹ Lei nº 16.287, de 20 de julho de 2017, instituiu a política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/09/lei_16.287.pdf. Acesso em 20 jan. 2022.

¹⁹⁰ A Lei nº 17.378, 4 de janeiro de 2021, instituiu o Programa Cientista Chefe. No artigo 1º da referida legislação fica instituído, no âmbito da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Funcap, o Programa Cientista Chefe, que tem como objetivo “articular a pesquisa científica desenvolvida nas Instituições de Ensino Superior (IES) com sede no Estado com as demandas da gestão pública, em benefício da sociedade, mediante mecanismos que permitam a atuação de cientistas diretamente em órgãos da administração

desenvolvimento de projetos e tomadas de decisão; e a concessão de bolsas para mestres, doutores e pós-doutores como incentivo à permanência de pesquisadores em território cearense. Na Segurança Pública, os destaques estão relacionados aos concursos públicos e os investimentos realizados para contribuir com as corporações (CEARÁ, 2021c, p. 16).

Considerando o contexto da pandemia da Covid-19, na mensagem do governador Camilo Santana à Assembleia Legislativa do Ceará na abertura do ano legislativo de 2021 fica evidente que o cenário pandêmico agravou a área econômica em escala global e por mais que o Ceará estivesse em uma situação fiscal estável, “muitos problemas econômicos surgiram ou se agravaram”, representando um contexto devastador sobre a economia além da situação desesperadora diante do número estarrecedor de mortes causada pelo coronavírus (CEARÁ, 2021c, p. 18).

Especificamente na Educação, ressaltaram-se as dificuldades de adaptação para a o Ensino Remoto Emergencial no contexto da pandemia da Covid-19. E conforme, Camilo Santana, na apresentação da obra **Educação em Tempos de Pandemia**, a pandemia da Covid-19 trouxe uma “série de desafios e nos obrigou a tomar medidas restritivas para garantirmos a segurança dos cearenses” (CEARÁ, 2021d, p. 7). E com a suspensão das aulas presenciais foi necessário um movimento de reflexão acerca das estratégias de ensino e a urgência imposta pelo contexto pandêmico. Considerando esse cenário de desafios para a Educação cearense, foram proporcionados pelo governo do Estado do Ceará “acesso à internet para todos os estudantes, com a compra de 347 mil chips de internet de 20GB”, além de tablets, equipamentos de transmissão para todas as escolas da rede pública estadual de ensino do Ceará e CCIs; e aquisição de notebooks para os docentes (CEARÁ, 2021c, p. 16). Essas ações governamentais transformarem-se em política pública, em 2021, através do programa Ceará Educa Mais¹⁹¹. Mesmo com suporte do governo do Estado do Ceará e da Secretaria da Educação, foram muitas as dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar, dentre elas “a condição de exclusão digital de muitas famílias; os contextos familiares de luto e desemprego; a insegurança de alguns ao lidar com a experiência de ter os filhos com os afazeres escolares dentro de casa”, conforme evidenciado pela vice-governadora Izolda Cella na apresentação da

pública”, não necessitando, portanto afastar esses profissionais das suas atividades acadêmicas. Nessa perspectiva ocorre a aproximação desejada entre a pesquisa científica desenvolvida nas IES com as necessidades da administração pública. Disponível em:

<https://www.funcape.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/52/2021/05/LEI-ESTADUAL-17378-2020-PROGRAMA-CIENTISTA-CHEFE.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

¹⁹¹ O programa consiste em 25 iniciativas com o objetivo de “elevar o desempenho acadêmico e aprimorar as competências socioemocionais dos estudantes para proporcionar a melhoria da aprendizagem na rede pública estadual de ensino”. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2021/07/22/aprendizagem-dos-estudantes-sera-fortalecida-com-programa-ceara-educa-mais/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

obra Educação em Tempos de Pandemia (CEARÁ, 2021d, p. 7); além dos desafios enfrentados pelos docentes e gestores escolares que não estavam preparados para o Ensino Remoto Emergencial. Foi um processo de construção muito doloroso porque o cenário de fragilidade física e emocional imposto pela pandemia obrigou mudanças de rota e adaptação a um contexto exaustivo para os professores. Mais do que reconhecer e aplaudir essa categoria é necessária uma valorização na carreira não apenas financeiramente, mas com oferta efetiva de formação continuada e mais oportunidades de ascensão profissional com a ampliação de vagas para cursos de Mestrado e Doutorado em parceria com a Seduc CE para os docentes da rede pública estadual de ensino do Ceará.

No contexto nacional, a eleição de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), representou a guinada conservadora no poder. Com a coligação “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, vinculada ao Partido Social Liberal (PSL) e pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Jair Bolsonaro, prometeu em sua campanha política um Brasil Livre com um “governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros” (PSL, 2018, p. 2).

Na apresentação das metas referentes aos primeiros cem dias de governo de Jair Bolsonaro, para a Educação consta o lançamento do programa “Alfabetização Acima de Tudo”, que conforme indicado do *site* do Governo Federal¹⁹² caracterizou-se enquanto “programa com métodos científicos para redução do analfabetismo”. Além desse programa, destacaram-se outros programas e projetos como o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares¹⁹³, Educação Domiciliar¹⁹⁴ e o Programa Novos Caminhos.

Especificamente para Educação Profissional, o Programa Novos Caminhos, lançado em 2019 está ancorado em três eixos de atuação: Gestão e Resultados; Inovação e Empreendedorismo; Articulação e Fortalecimento. O referido programa tem como finalidade articular as demandas dos setores produtivos vinculada ao planejamento da oferta de cursos nas instituições de ensino. E devido ao contexto da pandemia da Covid-19, os novos cursos ofertados são apresentados nos formatos Educação a Distância (EaD) atendendo o

¹⁹²<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/01/governo-lanca-plano-com-35-metas-para-os-primeiros-100-dias>. Acesso em: 21 jan. 2022.

¹⁹³ Parceria do MEC com o Ministério da Defesa que “apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares”. Disponível em: <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/18-o-programa>. Acesso em: 21 jan. 2022.

¹⁹⁴ Nessa perspectiva, o processo de aprendizagem ocorre fora do ambiente escolar, sendo realizado por pais ou tutores responsáveis. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/educacao-domiciliar>. Acesso em: 22 jan. 2022.

direcionamento para a qualificação da classe trabalhadora em cursos aligeirados com promessa de inserção no mercado de trabalho, de acordo com Zago (2020).

Alinhada com a perspectiva de submissão aos setores produtivos, foi publicado em 2021, o documento referente às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, normatizado pela Resolução CNE/CP nº1/2021. O referido documento vinculado à Lei nº 13.415/2017 (Novo Ensino Médio), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) integram o arcabouço documental da Reforma do Ensino Médio que conforme Moura e Benachio (2021, p. 165) sobrepoem às necessidades do mercado em detrimento de uma “formação humana integral do estudante, que integre os princípios do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura com vistas ao seu desenvolvimento pleno e a sua inserção autônoma na sociedade”.

Num contexto de mudanças frequentes de ministros, principalmente da Educação; minimização dos efeitos da pandemia da Covid-19; crise econômica e sanitária; o governo Jair Bolsonaro adota a necropolítica¹⁹⁵ como estratégia de governo impondo o extermínio aqueles que ameaçam o seu projeto de poder. Nessa perspectiva, Castilho e Lemos (2021), alertam que as ações do governo atentam contra a classe trabalhadora com a redução orçamentária das políticas sociais, a contrarreforma da previdência social, além de “sucessivos cortes nas universidades e na cultura, e, portanto, no descrédito com relação à ciência e à cultura, como campos de elevação da consciência” (CASTILHO; LEMOS, 2021, p. 36).

5.4.1 As Escolas Estaduais de Educação Profissional (2019-2021)

Neste segmento são apresentados os principais acontecimentos referentes à política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, desde a alteração na estrutura organizacional da Coordenadoria de Educação Profissional, em 2019, até a Lei nº 17.572, sancionada em 2021 referente ao Programa Ceará

¹⁹⁵ Termo cunhado pelo filósofo e cientista social camaronês Achille Mbembe no ensaio denominado Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Nessa obra, Achille Mbembe evidencia a apropriação da morte enquanto estratégia de gestão adotada pelo poder político que “não se limita apenas em indicar medidas sobre como a vida deve ser gerida, mas também apontar como devemos morrer e quem deve morrer”. (BONTEMPO, 2020, p. 559).

Educa Mais; além de outros acontecimentos históricos e marcos normativos referentes ao período de 2019 a 2021.

5.4.1.1 (Ano 2019) – Alteração na Estrutura Organizacional da Coordenadoria de Educação Profissional

Em 2019, três novas escolas foram inauguradas na rede pública estadual de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará nos municípios de Forquilha, Ocara e Caririaçu, conforme verificado em planilha disponibilizada pela Coordenadoria de Educação Profissional.

No caderno de matrizes das EEEPs referente ao ano 2019, consta que não foram ofertados cursos novos, mantendo o quantitativo de 52 cursos técnicos integrados ao ensino médio. No referido caderno também há menção aos cursos que passaram por um processo de atualização na matriz curricular direcionada à formação profissional. Ao todo, seis cursos dos eixos tecnológicos: Recursos Naturais; Produção Cultural e Design; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Gestão e Negócios; Produção Industrial, tiveram alterações na matriz curricular (CEARÁ, 2019c).

O Decreto de Estrutura da Secretaria da Educação do Ceará¹⁹⁶ nº 33.048, de 30 de abril de 2019 alterou a estrutura organizacional da Seduc CE. Especificamente na Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP)¹⁹⁷, houve uma mudança quanto à quantidade e denominação das Células (CEARÁ, 2019g). A partir da nova estrutura da Seduc CE instituída pelo Decreto nº 33.048/2019, a COEDP passar a ser composta pela Célula de Desenvolvimento Curricular e do Ensino Técnico (CEDET) e pela Célula de Promoção e Acompanhamento de Estágio (CEPAE). Os processos relacionados à Célula de Gestão de Materiais (CEGEM) que integrava à Coordenadoria de Educação Profissional passam a ser acompanhados pelas Coordenadorias de Gestão da Rede Escolar (COESC) e pela Coordenadoria de Gestão de Aquisições e Almoxarifado (COGEA).

Considerando as especificidades do Decreto nº 33.949/2019, a gerência superior da Secretaria da Educação do Ceará passou a ser composta por quatro secretários executivos. Na

¹⁹⁶ Desde 01/01/2019, a professora Eliana Nunes Estrela está à frente da Secretaria da Educação do Ceará, assumindo a função de Secretaria da Educação do Ceará. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/institucional/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

¹⁹⁷ Desde 2019, a Coordenadoria de Educação Profissional está sob a coordenação do professor Rodolfo Sena da Penha, conforme verificado no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE Escola). Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Secretaria Executiva de Ensino Médio e Profissional assumiu a gestão, o professor Rogers Vasconcelos Mendes¹⁹⁸ (CEARÁ, 2019h).

Em 2019, ocorreu a realização de Avaliação Diagnóstica dos alunos da 3ª série do Ensino Médio da rede pública estadual de ensino do Ceará através do Sistema *Online* de Avaliação, Suporte e Acompanhamento Educacional (SISEDU)¹⁹⁹. O referido sistema foi desenvolvido em 2018, tendo sua primeira aplicação restrita aos municípios cearenses, porém em 2019, a segunda aplicação foi direcionada aos alunos da 3ª série do Ensino Médio das escolas públicas estaduais do Ceará. Gerenciado pela Secretaria de Educação do Ceará, o SISEDU é uma plataforma *online* que objetiva “melhorar a avaliação e o acompanhamento da aprendizagem do aluno e fornecer ao professor um rol de soluções didáticas que possibilitem incursões em sua sala de aula para tentar reverter insucessos apresentados nos resultados da avaliação”, de acordo com Penha *et al.* (2019, p. 4).

Em 2019, iniciou uma nova fase de acompanhamento pedagógico e formação dos professores dos componentes curriculares da parte diversificada das EEEPs: Projeto de Vida e Mundo do Trabalho. Com a finalização do processo de transferência de tecnologia do Instituto Aliança direcionada ao núcleo de formadores da Secretaria da Educação do Ceará, as formações passaram a ser realizadas pelos coordenadores pedagógicos das EEEPs em parceria com os técnicos pedagógicos da Secretaria da Educação do Ceará. No segundo semestre de 2019, aconteceram formações para os professores das Escolas Estaduais de Educação Profissional que ministraram aulas nos componentes curriculares Projeto de Vida e Mundo do Trabalho. Também ocorreram formações para o componente curricular Empreendedorismo oferecida pelo Sebrae em parceria com a Seduc CE.

De acordo com as ações prioritárias referentes ao programa 020 – Ensino Integrado à Educação Profissional, foi detalhado na mensagem do governador do Ceará Camilo Santana à Assembleia Legislativa na abertura do ano legislativo de 2020²⁰⁰, foram realizadas formações continuadas para profissionais da educação profissional, totalizando 272 profissionais entre professores, gestores escolares e superintendentes escolares. Essa ação formativa aconteceu em formato de seminário, palestras, cursos em formato EaD e oficinas, agregando Seminário para 122 diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional; formação com 117 Coordenadores de Estágio, 10 técnicos e 23 Superintendentes Escolares acerca da prática de

¹⁹⁸ Ocupou o cargo de Secretário Executivo do Ensino Médio e Profissional de janeiro de 2019 a fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2021/02/26/comunicado/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

¹⁹⁹ Saiba mais em: <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/2020/02/03/sisesu/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

²⁰⁰ Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/02/Mensagem-%C3%A0-Assembleia-Legislativa-2020.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

estágio dos estudantes das EEEPs; e curso em EaD com foco nas práticas de estágio voltado para 113 profissionais da educação profissional abrangendo docentes, coordenadores e orientadores de estágio (CEARÁ, 2020b).

Outro destaque em 2019 foi a publicação do Parecer nº 0707, de 03 de dezembro de 2019 que credenciou as instituições e reconheceu os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio ofertados nas EEEPs implantadas em 2019; além de recredenciar, reconhecer e renovar o reconhecimento dos cursos ofertados em 122 Escolas Estaduais de Educação Profissional até 31 de dezembro de 2021 (CEARÁ, 2019d).

Também em 2019, a publicação da Portaria de Matrícula nº 1493, de 19 de dezembro de 2019 legitimou a alteração do termo bairro para território ao indicar a disponibilização de vagas para os estudantes da 1ª série do Ensino Médio integrado à Educação Profissional, considerando que do percentual de 80% das vagas destinadas as(aos) alunas(os) da Rede Pública de Ensino do Ceará, 30% destas foram direcionadas a estudantes que comprovarem residência no território em que se situa a instituição de ensino; e no caso da Rede Privada de Ensino, dos 20% das vagas destinadas a estudantes da rede particular, 30% foram direcionadas as(aos) discentes que evidenciarem domicílio no território em que se localiza a escola (CEARÁ, 2019e).

Quanto à concessão de bolsa estágio, seguro pecuniário, deslocamentos e equipamento de proteção individual, 17.500 estudantes das Escolas Estaduais de Educação Profissional foram beneficiados, considerando a abrangência dos 52 cursos técnicos ofertados na rede pública estadual de ensino médio integrado à educação profissional no Ceará, de acordo com a mensagem do governador Camilo Santana à Assembleia Legislativa na abertura do ano letivo 2020 (CEARÁ, 2020b, p. 16).

Em 2019, foram ofertadas mais 18.717 vagas na rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, conforme verificado no SIGE – Escola e 6526 concedentes cadastradas no Sistema Integrado de Captação de Estágio (SICE)²⁰¹.

Na tabela 12, consta o resumo dos dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2019.

²⁰¹ Disponível em: <https://sice.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2022.

Tabela 12 – Síntese EEEP (2019)²⁰²

Escolas em funcionamento (Cumulativo)	Cursos técnicos ofertados (Cumulativo)	Municípios contemplados (Cumulativo)	Estudantes Matriculados 1ª, 2ª e 3ª série (Cumulativo)
122	52	98	54.035

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 102).

5.4.1.2 (Ano 2020) – Ensino Remoto Emergencial (Pandemia Covid-19)

Em 2020, foi inaugurada apenas uma Escola Estadual de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio na rede pública cearense de ensino. De acordo com informações verificadas no *site* da Secretaria da Educação do Ceará²⁰³, devido à pandemia da Covid -19, a inauguração aconteceu em formato virtual. O governador do Ceará, Camilo Santana, ressaltou que foram investidos 15 milhões para entregar a 123ª EEEP²⁰⁴ para os estudantes de Alto Santo, Iracema e Potiretama.

Quanto aos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio nas EEEPs, não foi verificada alteração na oferta, totalizando 52 cursos técnicos na rede pública cearense de educação profissional integrada ao ensino médio do Ceará, conforme verificado no caderno de matrizes referente ao ano 2020 (CEARÁ, 2020c).

O contexto da pandemia da Covid -19 impôs uma nova dinâmica de funcionamento às instituições escolares em âmbito global. Especificamente na rede pública estadual de ensino do Ceará, assim que foi decretada a suspensão das aulas como medida de prevenção ao novo coronavírus a partir do Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020²⁰⁵, a Secretaria da Educação do Ceará e o Sindicato dos Trabalhadores da Educação lançaram no dia 28 de março de 2020, “um conjunto de diretrizes para subsidiar o processo de ensino a distância/domiciliar a ser organizado pelas unidades de ensino da rede pública estadual do

²⁰² As informações referentes às escolas em funcionamento, cursos técnicos, municípios contemplados foram verificados no Sistema Integrado de Gestão Escola (SIGE – Escola) e o quantitativo de alunos matriculados foram solicitados através do Sistema de Dados da Secretaria da Educação do Ceará. Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>; <https://atendimentodados.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

²⁰³ <https://www.seduc.ce.gov.br/2020/12/30/ceara-chega-a-122-escolas-estaduais-de-educacao-profissional-com-inauguracao-em-alto-santo/>. Acesso em 27 jan. 2022.

²⁰⁴ Inaugurada em dezembro de 2020, a referida escola não é considerada no quantitativo cumulativo de escolas em funcionamento em 2020. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2020/12/30/ceara-chega-a-122-escolas-estaduais-de-educacao-profissional-com-inauguracao-em-alto-santo>. Acesso em: 27 jan. 2022.

²⁰⁵ <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20200316/do20200316p01.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2022.

Ceará”, conforme indicado no *site* da Secretaria da Educação do Ceará²⁰⁶. Ancorada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), nas diretrizes ficou evidente que no contexto do Ensino Remoto Emergencial²⁰⁷, as estratégias de ensino relacionadas ao Plano de Atividades Domiciliares²⁰⁸, deveriam utilizar além do livro didático e do cronograma de atividades propostas, os suportes tecnológicos como plataformas virtuais e o serviço *Google Classroom*. Considerando as especificidades das Escolas Estaduais de Educação Profissional, nas Diretrizes consta que as atividades avaliativas que forem realizadas considerando a prática, devem ser realizadas após o retorno às aulas presenciais.

Em 28 de março de 2020, devido à emergência em saúde pública provocada pela pandemia do novo coronavírus, o novo Decreto nº 33.530/2020²⁰⁹ prorrogou as medidas adotadas no Decreto nº 30.519, de 19 de março de 2019 que dispõe acerca de mudanças posteriores com foco no enfrentamento ao avanço do novo coronavírus em território cearense. Devido à prorrogação das aulas em formato remoto, o Conselho Estadual de Educação (CEE) do Ceará, divulgou a Resolução nº 481 de 27 de março de 2020²¹⁰ com orientações acerca do regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema de Ensino do Estado do Ceará, considerando o processo de reestruturação e cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção ao coronavírus (COVID-19) no Estado do Ceará.

Com o Decreto nº 33.532²¹¹, de 30 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas adotadas pelo Estado do Ceará para contenção do avanço do coronavírus em território cearense, as aulas em escolas, cursos, faculdades, universidades de qualquer natureza, pública ou privada ficaram suspensas por mais 30 dias, considerando o contexto de emergência em saúde no Estado do Ceará. E considerando a situação de calamidade pública, o Decreto

²⁰⁶ <https://www.seduc.ce.gov.br/2020/03/28/seduc-e-apeoc-divulgam-diretrizes-para-escolas-durante-periodo-de-suspensao-de-aulas-presenciais/>. Acesso em: 27 jan. 2022

²⁰⁷ Conforme indicado nas Diretrizes para o período de suspensão das atividades educacionais presenciais em função da situação de contenção da infecção humana pelo novo coronavírus no âmbito dos estabelecimentos de ensino da rede estadual do Ceará (2020), o Ensino Remoto Emergencial está “tratando da experiência de ensinar a distância, com o suporte de tecnologias ou não, tanto para disponibilização de conteúdo quanto para acompanhamento das/os estudantes e de suas atividades desenvolvidas”. (CEARÁ, 2020d, p. 3).

²⁰⁸ De acordo com as Diretrizes para o período de suspensão das atividades educacionais presenciais por conta da situação de contenção da infecção humana pelo novo coronavírus no âmbito dos estabelecimentos de ensino da rede estadual do Ceará (2020), o PAD é composto por cinco diretrizes que direcionam as atividades pedagógicas nas instituições da rede pública estadual de ensino do Ceará, orientando acerca da “identificação da carga horária referente ao período de suspensão das aulas presenciais ; definição de atividades tendo como referência o livro didático e outros materiais selecionados pelos docentes; entrega das atividades propostas por meio digital ou de forma física, após a retomada das aulas; organização das atividades do PAD; utilização de suporte tecnológicos para integração professor e aluno” (CEARÁ, 2020d, p. 4).

²⁰⁹ Decreto nº 33.530/2020 https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/03/decreto_28_marco.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

²¹⁰ https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/03/resolucao_cee.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

²¹¹ <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/03/do20200330p01.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

nº33.574 de 05 de maio de 2020²¹², instituiu as regras para o isolamento social rígido como medida de enfrentamento à Covid-19 e o Decreto nº 33.575 de 05 de maio de 2020²¹³, prorrogou as medidas restritivas de combate ao avanço da Covid-19 em âmbito estadual que conforme indicado no artigo 3º prorroga por “mais 30 (trinta) dias, o prazo de suspensão das aulas presenciais em estabelecimentos de ensino, públicos e privados, e demais atividades ou eventos previstos no art. 3º, do Decreto n.º 33.510, de 16 de março de 2020” (CEARÁ, 2020e).

Diante desse contexto de isolamento social rígido, as escolas da rede pública estadual de ensino mantiveram o Ensino Remoto Emergencial e utilização de plataformas virtuais e do *Google Classroom*, considerando as orientações das Diretrizes para o período de suspensão das atividades educacionais presenciais em função da situação de contenção da infecção humana pelo novo coronavírus no âmbito dos estabelecimentos de ensino da rede estadual do Ceará. O lançamento da nota técnica nº 4²¹⁴ pela Seduc CE, especificamente no item 2 evidenciaram-se as orientações específicas para as EEEPs, como priorização no retorno presencial dos conteúdos da base técnica que não foram abordados durante o período remoto por apresentarem uma perspectiva prática e conclusão das disciplinas da base técnica como critério para o início do Estágio Curricular Obrigatório.

O segundo semestre letivo de 2020 teve início com o Ensino Remoto Emergencial nas Escolas da Rede pública estadual de ensino do Ceará, devido a situação de calamidade pública no Estado do Ceará. Nesse sentido, a Secretaria da Educação do Ceará lançou “As diretrizes operacionais para organização do trabalho escolar durante o segundo semestre e das atividades letivas do ano de 2020”. O referido documento teve como fundamentação legal Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020; Parecer CNE/CP nº 11/2020, aprovado em 07 de julho de 2020; Resolução CEE nº 472/2018, de 04 de dezembro de 2018; Resolução CEE nº 481/2020, de 27 de março de 2020; Resolução CEE nº 484/2020, de 15 de julho de 2020; Parecer CEE nº 205/2020, aprovado em 22 de julho de 2020 (CEARÁ, 2020f).

Nesse sentido, o Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 5/2020 e o Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 0205/2020 contribuíram para nortear os processos de avaliação, organização curricular e reestruturação do calendário escolar.

²¹² https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/03/doe_05_05.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

²¹³ https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/03/doe_05_05.pdf. Acesso em 28 jan. 2022.

²¹⁴ https://www.ced.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/82/2021/07/Nota_Tecnica_4_CE_SEDUC_Retomada_Orientacoes_Integral_Profissional_30-7-2020.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

Especificamente o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, composto pela base nacional comum, a parte diversificada e a formação técnica, considerou-se as suas especificidades. Conforme indicado no documento “As diretrizes operacionais para organização do trabalho escolar durante o segundo semestre e das atividades letivas do ano de 2020”, as escolas foram autorizadas a cumprir a carga horária mínima de 800h/a definida para cada ano/série para a Base Nacional Comum e a parte diversificada do currículo, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9393/96. Quanto à formação técnica, deverá ser ministrada integralmente (CEARÁ, 2020f).

O Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 0205/2020 que orientou as instituições que ofertam Educação Básica, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Superior, autorizou a continuidade do Ensino Remoto até 31 de dezembro de 2020, mesmo após a permissão para a retomada das aulas presenciais no Estado do Ceará. Quanto às atividades práticas e os estágios curriculares obrigatórios, a indicação do Conselho Estadual de Educação são: “as simulações, a realidade virtual, os laboratórios virtuais e as atividades laborais *online* que podem suprir essas atividades nestes momentos de crise ou mesmo nos cursos à distância”. Além de atividades de teletrabalho, desde que sejam autorizadas pelo CEE e justificadas no Plano de Curso, conforme Portaria do MEC nº 376/2020. Nesse sentido, para auxiliar no processo de conclusão de cursos técnicos em formato remoto, as instituições devem encaminhar ao Conselho Estadual de Educação proposta alternativa para análise e deliberação, de acordo com o parágrafo único do artigo 7º, da Resolução CEE nº484/2020.

No intuito de compartilhar experiências exitosas no Ensino médio integrado à Educação Profissional no contexto da pandemia da Covid-19, a Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP) promoveu no segundo semestre de 2020, o Encontro de Coordenadores de Estágio e o Seminário Dialoga EEEP 2020. Nessa perspectiva, na mensagem do governador do Ceará Camilo Santana à Assembleia Legislativa na abertura do ano legislativo de 2021²¹⁵, foi evidenciado como uma das principais realizações de 2020, “capacitação para 775 profissionais, por meio de aplicativo de videoconferência, sendo 409 gestores, coordenadores e superintendentes e 366 coordenadores de estágio” (CEARÁ, 2021c, p. 12),

Na referida mensagem, dentre as principais realizações referente à Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, estão: a garantia de funcionamento das EEEPs por meio de aporte financeiro; reforma de uma EEEP e 16 escolas que receberam equipamentos e

²¹⁵<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2021/03/Mensagem-a-Assembleia-Legislativa-2021.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

mobiliários; alimentação escolar por meio da Portaria nº 0464/2020-GAB-DOE: 29/09/2020 para 55.745 estudantes matriculados nas EEEPs, atendimento a 746 estudantes com bolsa estágio, remanescentes do estágio de 2019. Ainda de acordo com a mensagem do governador Camilo Santana na abertura do ano legislativo 2021, mais de 17 mil jovens foram beneficiados com bolsa estágio nas 122 Escolas Estaduais de Educação Profissional. E quanto aos cursos de Formação Inicial e Continuada, mais de 6 mil jovens e adultos foram capacitados (CEARÁ, 2021c, p. 13).

Considerando as diversas situações vivenciadas em 2020, devido ao contexto de pandemia da covid-19, o Conselho Estadual de Educação elaborou o Parecer nº 0299/2020²¹⁶ acerca das orientações e procedimentos de flexibilização destinados ao planejamento de encerramento do ano letivo de 2020 e organização das redes e Sistemas de Ensino do Estado do Ceará em 2021. Teve como fundamentação legal²¹⁷, a LDB, resoluções, pareceres e decretos; elegendo dois grandes eixos norteadores relativos à finalização do ano letivo 2020 e realização dos registros escolares. Para Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, na especificidade referente ao Estágio Curricular Obrigatório, o CEE autoriza, excepcionalmente, “a conclusão dos cursos de educação profissional técnica de nível médio, desde que o estudante cumpra, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de estágios curriculares obrigatórios” (CEARÁ, 2020h, p. 17).

Destacou-se em 2020, a publicação da Portaria de Matrícula nº 0612, de 10 de dezembro de 2020 que regulamentou a destinação de 5% do total de vagas da 1ª série dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio às pessoas com deficiência (CEARÁ, 2020i). Também vale ressaltar que em 2020, foi lançado o primeiro Edital (nº 46/2020²¹⁸) referente à seleção de discentes para o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT). Conforme verificado no Edital nº 46/2020, o referido curso foi oferecido na modalidade a distância com oferta de 4.320 vagas, sendo especificamente para o Ceará, 160 vagas, distribuídas em 04 polos (UAB Polo CODED - Sobral; UAB Polo Barbalha - Buriti; UAB - Polo Jaguaribe; UAB - Polo Fortaleza). O

²¹⁶ <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2020/03/2992020-1.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

²¹⁷ Fundamentação Legal Parecer nº 0299/2020: LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Resolução CEE nº 481, de 27 de março de 2020; Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020; Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de junho de 2020; Parecer CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020; Parecer CEE nº 205, de 22 de julho de 2020; Lei nº 10.040, de 18 de agosto de 2020; Decreto nº 33.742, de 20 de setembro de 2020; Parecer CNE/CP nº 15.

²¹⁸

<https://anexos.cdn.selecao.net.br/uploads/544/concursos/1/anexos/ZUyNgi6R98buTSMhzE0iz3TUKIOEIqTDZS0Uf1pm.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

processo seletivo foi realizado a partir de sorteio eletrônico através de um *software* com essa finalidade.

O DocenteEPT²¹⁹ integra o Programa Novos Caminhos com o financiamento da Setec/MEC e objetiva capacitar professores com atuação na área profissional dos cursos ofertados na rede estadual em âmbito nacional agregando 26 Estados e o Distrito Federal, preferencialmente, voltado para os cursos Técnicos de Ensino Médio. O referido curso foi oferecido pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) *campus* Colatina parceiro da Setec/MEC com duração de 12 meses tendo carga horária total de 460h, sendo previsto no decorrer do curso a apresentação de um Trabalho Final de Curso (TFC). Devido ao quantitativo de vagas remanescentes, foi lançado em novembro de 2020, o Edital nº 09/2021²²⁰. Especificamente, para o Ceará, sobraram vagas nos Polos Barbalha (Buriti) e Jaguaribe, respectivamente com 16 vagas e 28 vagas remanescentes com possibilidade de ingresso no curso em fevereiro de 2021. Ainda não há registros mais efetivos acerca dessa especialização, como quantidade de concludentes e o impacto dessa formação na rede de EEEPs porque é uma iniciativa recente.

Em 2020, foram ofertadas mais 18.897 vagas na rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, conforme verificado no SIGE – Escola e 6.890 concedentes cadastradas no Sistema Integrado de Captação de Estágio (SICE).

Ainda conforme a consulta de acompanhamento à execução do Plano Plurianual referente ao ano 2020, “encontra-se em execução 07 obras de Escolas Estaduais de Educação Profissional nos municípios de Horizonte (98,47%), Jijoca de Jericoacoara (93,85%), São Luis do Curu(83,85%), Paraipaba(79,54%), Icapuí(96,08%), Crateús(63,95%) e Russas(55,90%)” (CEARÁ, 2020j, p. 219).

Na tabela 13, o resumo dos dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2020.

²¹⁹ A primeira turma teve início em outubro de 2020. Saiba mais em: <https://ifes.edu.br/cursos/pos-graduacao/pos-graduacao-lato-sensu-especializacao-em-docencia-para-a-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 29 jan. 2022.

²²⁰ <https://anexos.cdn.selecao.net.br/uploads/544/concursos/2/anexos/kSHVV3thfU74F4YFghazTG4hwxw2Zkm2sJBGMbB.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

Tabela 13 – Síntese EEEPs (2020)²²¹

Escolas em funcionamento (Cumulativo)	Cursos técnicos ofertados (Cumulativo)	Municípios contemplados (Cumulativo)	Estudantes Matriculados 1ª, 2ª e 3ª série (Cumulativo)
122	52	100	55.431

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 102).

5.4.1.3 (Ano 2021) – Lei Estadual Nº 17.572 (Programa Ceará Educa Mais)

Em agosto de 2021, foi inaugurada uma Escola Estadual de Educação Profissional no município de Horizonte. Conforme informações verificadas no *site* do governo do Ceará²²² foram investidos R\$ 12 milhões, com recursos oriundos dos governos estadual e federal. Quanto aos cursos técnicos da rede pública estadual de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará, não foram ofertados novos cursos, sendo mantido o quantitativo de 52 cursos técnicos, desde 2018, de acordo com o caderno de matrizes 2021(CEARÁ, 2021f).

Em 2021, o ano letivo na rede pública estadual de ensino do Ceará teve início em formato híbrido ou remoto, conforme disposto na Portaria nº 57/2021²²³. Coube a cada instituição de ensino da rede pública estadual avaliar junto à comunidade escolar a possibilidade de retorno presencial. Nesse sentido ficou expresso no parágrafo 1º do Artigo 4º da Portaria nº 57/2021 que:

Caberá a cada unidade escolar, da rede estadual de ensino, respeitando-se o princípio da autonomia dos estabelecimentos de ensino, deliberar, juntamente, com a comunidade e o Comitê Escolar para a retomada das atividades presenciais, em articulação com a Crede/Sefor, a definição de como deverá ocorrer o retorno das atividades letivas, no formato híbrido, com aulas presenciais e remotas, ou exclusivamente remotas, observando-se as condições sanitárias existentes, bem como, o disposto no Decreto nº33.904, de 21 de janeiro de 2021 e suas alterações posteriores. (CEARÁ, 2021a).

²²¹ As informações referentes às escolas em funcionamento, curso técnicos, municípios contemplados foram verificados no Sistema Integrado de Gestão Escola (SIGE – Escola) e o quantitativo de alunos matriculados foram solicitados através do Sistema de Dados da Secretaria da Educação do Ceará. Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>; <https://atendimentodados.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

²²² <https://www.ceara.gov.br/2021/08/18/governo-do-ceara-entrega-nova-sede-para-escola-de-educacao-profissional-de-horizonte/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

²²³ Disponível em:

https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2021/01/portaria_inicio_ano_letivo.pdf. Acesso em 30 jan. 2022.

Nesse sentido, as escolas que optaram pelo retorno presencial seguiram os protocolos estabelecidos no Decreto Estadual 33.904, de 21 de janeiro de 2021²²⁴ que dispõe sobre o isolamento social e medidas de enfrentamento ao novo coronavírus. O referido decreto estabeleceu no Capítulo III denominado das Atividades Econômicas e Comportamentais, na Seção I, das Atividades de Ensino, Subseção I, artigo 7º que “I - último ano do ensino profissionalizante, limitada a 35% (trinta e cinco por cento) a capacidade de alunos desse nível de ensino” (CEARÁ, 2021h).

E para os estudantes que estiverem em atividade remota, serão utilizadas plataformas virtuais, atividades impressas, videoaulas e outros canais de comunicação, conforme evidenciado no *site* da Secretaria da Educação do Ceará²²⁵. Durante o ano de 2020/2021, a Seduc CE elaborou o guia de apoio aos estudos domiciliares²²⁶ e o Guia de possibilidades pedagógicas no período remoto/híbrido²²⁷. E nesses documentos, as instituições escolares puderam verificar as orientações e sugestões referentes ao uso de plataformas virtuais com projetos e serviços da Seduc CE e seus parceiros; projetos e serviços aos alunos em acesso aos recursos tecnológicos; além de reflexões pertinentes acerca da organização curricular.

As Diretrizes para o ano letivo 2021 são compostas por seis capítulos, sendo o terceiro dedicado à Organização do Tempo Integral/Educação Profissional. Especificamente para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, tem-se que:

as aulas presenciais deverão contemplar os conteúdos das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Base Técnica e Parte Diversificada, considerando o continuum curricular²²⁸; as práticas das disciplinas técnicas, para alunas/os da 3ª série, quando houver, deverão ser priorizadas no modelo híbrido, no intuito de fortalecer a aprendizagem, tendo em vista o início do estágio curricular obrigatório; as disciplinas da Parte Diversificada (Horário de Estudo, Projeto Interdisciplinar, Formação para Cidadania) continuarão sendo ministradas, podendo ser reorganizadas para o fortalecimento da aprendizagem, recuperação dos componentes curriculares de acordo com o planejamento da unidade escolar. (CEARÁ, 2021g, p. 26)

²²⁴ <https://coronavirus.ceara.gov.br/project/decreto-no-33-904-de-21-de-janeiro-de-2021/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

²²⁵ <https://www.seduc.ce.gov.br/2021/01/27/escolas-da-rede-estadual-iniciam-ano-letivo-a-partir-de-1o-de-fevereiro/>. Acesso em: 31 jan. 2022

²²⁶ https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2021/04/2_guia_apoio_estudos_domiciliares.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

²²⁷ https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2021/04/7_guia_possibilidades_organizacao_pedagogica_v6.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

²²⁸ Conforme especificado no Parecer CEE 0299, compreende-se por “continuum curricular a flexibilização do currículo, com a readequação, no ano subsequente, de seus conteúdos e respectivas avaliações, para cumprimento dos objetivos de aprendizagem definidos na BNCC”. (CEARÁ, 2020d, p. 18)

Quanto ao estágio curricular devido ao contexto da pandemia e as especificidades desse componente curricular, será liberado em formato presencial “mediante liberação e orientação da Secretaria da Educação do Ceará”, conforme disposto nas Diretrizes para o ano letivo 2021(CEARÁ, 2021g, p. 26).

Em 2021, a Secretaria da Educação lançou os guias para o retorno presencial direcionado aos estudantes, aos familiares e aos gestores e funcionários das escolas. Em cada volume há orientações didáticas acerca do contexto da pandemia e as medidas de prevenção ao coronavírus, além de informações pertinentes aos horários das turmas, reorganização das salas, adequação da rotina escolar aos protocolos sanitários, deslocamentos dos estudantes e recomendações sobre comparecimento presencial as unidades de ensino, conforme indicado no *site* da Secretaria da Educação do Ceará²²⁹. Também aconteceu nesse ano, o lançamento virtual da versão provisória do **Documento Curricular do Ceará (Ensino Médio)**²³⁰ que teve como objetivo orientar as instituições escolares da rede pública estadual de ensino do Ceará no processo de construção ou adequação dos currículos escolares, considerando as especificidades propostas para o Ensino Médio.

Relevante mencionar que em 2021, ocorreu a publicação da Lei nº 17.588, de 14 de junho de 2021 acerca da “Política de Educação Profissional Articulada ao Ensino Médio no Âmbito da Rede Pública de Ensino do Estado do Ceará” (CEARÁ, 2021j). A referida legislação é composta por 8 artigos e tem como finalidade possibilitar aos discentes “a aquisição, conjugada ao ensino regular, de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção e atuação no mercado trabalho e na vida em sociedade” vinculada a uma oferta de outras possibilidade de formação profissional no âmbito da rede pública estadual de ensino do Ceará (CEARÁ, 2021j). Também houve alteração na Lei de Criação das EEEPs nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008 com a publicação da Lei nº 17.541, de 29 de junho de 2021. As mudanças estão concentradas no artigo 3º fazendo referência à constituição da equipe docente nos componentes curriculares da Base Nacional Comum e Parte Diversificada do currículo das Escolas Estaduais de Educação Profissional, considerando a aprovação em seleção específica simplificada (CEARÁ, 2021i).

Destacou-se em 2021, a mudança na gestão da Secretaria Executiva do Ensino Médio e Profissional que passou ser liderada pela professora Jucineide Fernandes, de acordo com

²²⁹ <https://www.seduc.ce.gov.br/2021/02/02/guias-para-o-retorno-presencial-fortalecem-a-cultura-do-cuidado-na-comunidade-escolar/>. Acesso em 02 fev. 2022.

²³⁰ https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/01/dcrc_completo_v14_09_2021.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

informação verificada no *site* da Secretaria da Educação do Ceará²³¹. Também no primeiro semestre foi aprovada a Lei estadual nº 17.572 de 22 de julho de 2021²³² referente ao Programa Ceará Educa Mais. O referido Programa é composto por 25 iniciativas estratégicas vinculadas à educação em tempo integral e à educação profissional e tecnológica. Ancorado em oito eixos que envolvem a Qualificação Acadêmica e Profissional; Preparação para o Enem; Educação Conectada; Tempo Integral; Avanço na Aprendizagem; Aperfeiçoamento Pedagógico; Desenvolvimento e Qualificação dos Docentes; e Cuidado e Inclusão, de acordo com informações verificadas no *site* da Secretaria da educação do Ceará²³³.

A Lei Estadual nº 17.572, sancionada em 2021 é composta por seis artigos, sendo o artigo 2º voltado especificamente para Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio:

V – Articulação do Ensino Médio à Educação Profissional: oferta da educação profissional integral e integrada ao ensino médio por meio de cursos técnicos que atendam arranjos produtivos locais do Estado em articulação com outras setoriais, possibilitando a formação de jovens aprendizes e disponibilizando cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC por meio de programas federais, estágios não remunerados e qualificação profissional no âmbito da educação de jovens e adultos. (CEARÁ, 2021k).

Nessa perspectiva, a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional está vinculada a outras possibilidades formativas no âmbito da qualificação profissional de jovens e adultos no Estado do Ceará.

Em junho de 2021, o novo decreto sancionado pelo governador Camilo Santana autorizou o retorno presencial para os estudantes do Ensino Médio. E conforme indicado no Decreto nº 34.103²³⁴, de 12 de junho de 2021, no capítulo II denominado Das Atividades Econômicas e comportamentais, Secção II, subseção I, no artigo 5º “passam a ser liberadas as atividades presenciais para todos os anos do Ensino Médio, observada a capacidade máxima por sala de 50% (cinquenta por cento)”, limitando-se às Regiões de Saúde de Fortaleza e Norte, do Sertão Central e do Litoral Leste/Jaguaribe. Devido às especificidades de cada instituição de ensino, o retorno presencial deve acontecer de forma gradual a ser definido com os pais e responsáveis pelos estudantes, oferecendo a opção pelo ensino presencial ou remoto, conforme estabelecido no Decreto nº 34.103/2021(CEARÁ, 2021l).

²³¹<https://www.seduc.ce.gov.br/2021/03/01/jucineide-fernandes-assume-secretaria-executiva-do-ensino-medio-e-profissional/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

²³²<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20210722/do20210722p01.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

²³³<https://www.seduc.ce.gov.br/2021/07/22/aprendizagem-dos-estudantes-sera-fortalecida-com-programa-ceara-educa-mais/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

²³⁴<https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/DO20210612p01.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2022

No segundo semestre de 2021, a Secretaria da Educação lançou o Guia de orientações sobre o ensino remoto/híbrido na rede pública estadual de ensino do Ceará 2021.2. No referido documento ficou explícito que as orientações referentes ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional seguirão as orientações indicadas nas Diretrizes do Ano Letivo 2021 e na nota técnica nº 4.

Destacou-se em 2021, o *webnário* “Educação Profissional: contextos e perspectivas”²³⁵ que ocorreu no período de 21 a 23 de setembro em referência ao Dia Nacional da Educação Profissional e Tecnológica, comemorado no dia 23 de setembro. O primeiro dia do evento mediado pelo coordenador da Coordenadoria de Educação Profissional, Rodolfo Sena da Penha, teve como temática o “Cenário Econômico, Perspectivas de Trabalho e Oferta da Educação Profissional do Estado do Ceará”, com as palestras de Maria Jucineide da Costa Fernandes, Secretária Executiva do Ensino Médio e Profissional; Natasha Melo, Coordenadora de Promoção de Negócios na área de comércio, Serviços e Inovação da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Ceará; Joélia Marques de Carvalho, Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do Instituto Federal do Ceará.

O segundo dia do evento mediado pelo coordenador da Coordenadoria de Educação Profissional teve como tema para o debate “Educação Profissional do Ceará: Uma História em Construção”. Contou com a participação da Secretária da Educação do Ceará Eliane Nunes Estrela na abertura da mesa redonda e como palestrantes: Maria Izolda Cela Arruda coelho, vice-governadora do Estado do Ceará; Maurício Holanda, consultor legislativo da câmara federal; Idilvan Alencar, deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista do Ceará (PDT); Corina Bastos Bitu, diretora da EEEP Paulo VI.

O terceiro e último dia do evento foi dedicado à temática “Estudos para a definição de oferta de educação profissional no Estado do Ceará” mediado pelo professor Neyrismar Felipe, coordenador da Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação (Crede 11 – Jaguaribe/CE) teve como palestrantes o professor Rodolfo Senha da Penha, Coordenador da Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP); a professora Nórliã Nabuco Parente, chefe do Departamento do Ensino Básico e Técnico do Instituto Federal de Educação; Sônia Maria Gomes Parente, Gerente de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional (Senai – CE); Sidarta

²³⁵Saiba mais em: [https://www.youtube.com/watch?v=UcNLeCgEGrs&t=1110s\(21/09/2021-1º Dia\);](https://www.youtube.com/watch?v=UcNLeCgEGrs&t=1110s(21/09/2021-1º Dia);)
[https://www.youtube.com/watch?v=QEBaIm7pjyU\(22/09/2021-2º Dia\);](https://www.youtube.com/watch?v=QEBaIm7pjyU(22/09/2021-2º Dia);)
[https://www.youtube.com/watch?v=4q7wV54gx00&t=1737s\(23/09/2021-3º Dia\);](https://www.youtube.com/watch?v=4q7wV54gx00&t=1737s(23/09/2021-3º Dia);) Acesso em: 03 jan. 2022.

Cabral, gerente da Educação Profissional no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Ceará (Senac – CE).

Para orientar as instituições escolares do sistema de ensino estadual acerca da finalização dos anos letivos de 2021 e 2022, o Conselho Estadual de Educação publicou o Parecer nº 0386/2021²³⁶. O referido documento enfatiza pontos referentes a intervenções pedagógicas com a finalidade de contribuir no processo de recomposição de aprendizagens; além de um planejamento estratégico visando envolvimento dos estudantes e dos familiares para o retorno das atividades presenciais e no processo de recomposição de aprendizagens. Especificamente para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, permaneceu a conformidade com o Parecer nº 0299/2020 que autorizou, excepcionalmente, a conclusão dos cursos de Educação Profissional técnica de nível médio, “desde que o estudante cumpra, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de estágios curriculares obrigatórios” (CEARÁ, 2021e, p. 18).

No final do ano letivo de 2021, foi lançado o Caderno de Matrizes das EEEPs referente ao ano de 2022 indicando alterações na carga horária da Formação Geral Básica, considerando as exigências da Lei nº 13.415/2017 referente ao Novo Ensino Médio. No decorrer do ano de 2021 foram realizados estudos para implantação de 03 (três) cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na rede de EEEPs: Computação Gráfica, Desenvolvimento de Sistemas e Sistemas de Energia Renovável (CEARÁ, 2021f).

Em 2021, foram ofertadas mais 18.897 vagas na rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, conforme verificado no SIGE – Escola e 7034 concedentes cadastradas no Sistema Integrado de Captação de Estágio (SICE)²³⁷.

Na tabela 14, consta o resumo dos dados consolidados das Escolas Estaduais de Educação Profissional, referente ao ano de 2021.

²³⁶ <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2021/03/PAR.0386.2021.pdf> - Acesso em: 04 fev. 2022. O referido documento prorrogou os efeitos do Parecer CEE nº 0299/2020 até 31 de dezembro de 2022.

²³⁷ Disponível em: <https://sice.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2022.

Tabela 14 – Síntese EEEP (2021)²³⁸

Escolas em funcionamento (Cumulativo)	Cursos técnicos ofertados (Cumulativo)	Municípios contemplados (Cumulativo)	Estudantes Matriculados 1ª, 2ª e 3ª série (Cumulativo)
123	52	101	57.075

Fonte: Autora, Adaptado do Relatório de Gestão (2014a, p. 102)

Na tabela 15, a síntese dos dados consolidados das EEEPs desde o período de implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará, em 2008, ainda como Centro da Juventude (CEJOVEM); até 2021, após 13 anos de implementação da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública cearense de EEEPs:

Tabela 15 – Síntese EEEPs (2008 – 2021)

Ano	Escolas em funcionamento	Cursos técnicos ofertados	Municípios contemplados²³⁹	Estudantes Matriculados (Cumulativo)
2008	25	04	20	4.118
2009	51	13	39	11.279
2010	59	18	42	17.342
2011	77	43	57	23.753
2012	92	51	71	29.958
2013	97	51	74	35.522
2014	106	53	112	40.979
2015	111	52	88	44.069
2016	115	53	90	48.089
2017	116	53	91	49.894
2018	119	52	95	52.571
2019	122	52	98	54.035
2020	122	52	100	55.431
2021	123	52	101	57.075

Fonte: Secretaria da Educação do Ceará (2021)

Percorrer a trajetória das EEEPs, desde 2007 até 2021, possibilitou uma perspectiva mais abrangente acerca da política de Ensino Médio integrado à Educação Profissional implementada nessa rede de escolas, pois através desse detalhamento foram apresentados os

²³⁸ As informações referentes às escolas em funcionamento, curso técnicos, municípios contemplados foram verificados no Sistema Integrado de Gestão Escola (SIGE – Escola) e o quantitativo de alunos matriculados foram solicitados através do Sistema de Dados da Secretaria da Educação do Ceará. Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>; <https://atendimentodados.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

²³⁹ Quantitativo de municípios considerando a sistemática de consórcios evidenciada na nota de rodapé nº 90. Para ter acesso ao mapa das EEEPs, verifique o produto educacional *Website* linha do tempo das EEEPs. Disponível em: <https://www.linhadotempoeep.com.br/linha-do-tempo>. Acesso em: 02 fev. 2023.

principais destaques por ano, sendo possível perceber as principais mudanças a partir da dinâmica de implementação dessa política educacional. No próximo capítulo será apresentado o itinerário metodológico selecionado para a elaboração desta pesquisa.

6 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa é do tipo aplicada pois teve como objetivo a produção de um produto educacional a partir da discussão teórica acerca de uma temática agregada à Educação Profissional e Tecnológica. Inserida na linha de pesquisa Organização e Memória dos Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerou também a construção temporal, portanto histórica que “através dos estudos de memória da Educação Profissional e Tecnológica, ao longo do tempo, vem configurando os processos de ensino e de organização de seus espaços pedagógicos”²⁴⁰. Nessa perspectiva, ao analisar a construção histórica da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública estadual de Escolas Profissionais do Estado do Ceará emaranhada no tecido histórico, social, político e econômico; não se configura apenas como delimitação espaço-temporal dos acontecimentos.

Dessa forma, a escolha pelo enfoque qualitativo vislumbra a compreensão dos fatos e a sua relação com o contexto analisado, pois conforme Creswell (2014), a partir dessa perspectiva, os pesquisadores buscam compreender o fenômeno em seu contexto natural e para tanto necessitam de práticas que transformem o mundo visível em dados representativos. Nesse sentido, a técnica de pesquisa selecionada foi a bibliográfica-documental, partindo, portanto, da análise de fontes escritas, como livros, artigos, teses, dissertações; e fontes documentais como documentos institucionais norteadores da política educacional implementada nas EEEPs, planos de governo, mensagens à Assembleia Legislativa do Ceará; além de leis, resoluções, decretos, pareceres, configurando-se como uma pesquisa de caráter histórico.

Realizado numa perspectiva exploratória e construído a partir da análise documental e bibliográfica, no presente estudo foi selecionado o método histórico que segundo Marconi e Lakatos (2003) “preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 117). Dessa forma, privilegiou-se a História Nova²⁴¹ que busca uma perspectiva diferenciada de tratamento ao documento passando a ser interpretado de forma diversa e interdisciplinar; seguindo o viés da

²⁴⁰Conforme especificado no site do Instituto Federal do Espírito Santo <https://profepi.ifes.edu.br/areadeconcentracao?start=1>. Acesso em: 23 ago. 2022.

²⁴¹ Designa a história sob a influência das Ciências Sociais, que começou a ser elaborada a partir do debate entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores, no início do século XX, e se corporificou na revista histórica *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, fundada em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch (REIS, 2000, p. 65).

Escola dos Annales²⁴², uma escola histórica contemporânea que expande o campo de conhecimento histórico e das fontes documentais, pois conforme Reis (2000), o historiador não é um “empilhador de fatos”, mas um “construtor, recortador, leitor e intérprete dos processos históricos”. (REIS, 2000, p. 25).

E considerando uma revisão da história a partir da perspectiva temporal, os adeptos da Escola de Annales ampliam a noção de análise de documento para uma tendência investigativa que promove uma outra possibilidade de periodização, permitindo ao pesquisador um novo viés de organização e tematização de documentos. Nesse sentido, a pesquisa histórica conduzida por problemas é uma reconstrução temporal, que polemiza com o passado-presente, mas não chega a reconstruí-los tal como se passaram”, conforme alerta Reis (2000, p. 27).

Nessa perspectiva, a Escola dos Annales, intenciona novas abordagens para a pesquisa histórica, devendo o investigador estar atento a estreita relação entre o passado/presente e o presente/passado no processo de (re)construção da sua experiência de pesquisa; análises históricas de média e longa duração articulando diferentes escalas temporais; noção mais abrangente de documento; definição e justificativa do processo investigativo; retorno à história política sob a perspectiva de grupos políticos (REIS, 2000, p. 27). Sendo assim, a representação do tempo ganha destaque relevante na História Nova, pois conforme Le Goff (2003, p. 52), a “história é a ciência do tempo”; logo o aparato investigativo do historiador está pautado na representação temporal. Dessa forma, o olhar para o documento amplia-se possibilitando novas proposições sobre o tempo não estando vinculado a uma mera concepção de linearidade, mas articulado a uma perspectiva de mobilidade, simultaneidade e singularidade.

Considerando essa perspectiva, os documentos são construções históricas, portanto vinculados a contextos multifacetados que devido à complexidade necessitam ser analisados sob uma ótica polifônica abrangendo o contexto histórico-econômico-social e as relações de poder que o circundam. Devido à incursão na história da educação, especificamente na

²⁴² Está vinculada à criação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em Estrasburgo, pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre; constituindo-se enquanto movimento intelectual coletivo. O referido movimento teve início no final dos anos 1920 e desde esse período são demarcadas três gerações de historiadores. Conforme Reis (2000), a Escola dos Annales, dividida geralmente, em três fases: de 1929 a 1946, caracterizando-se pela abordagem estrutural qualitativa da história, tendo como principais representantes Lucien Febvre e Marc Bloch; de 1946 a 1968, nessa fase a revista tem como foco os aspectos demográfico e econômico com forte influência de Fernand Braudel; e de 1968 em diante, a terceira fase privilegia o aspecto interdisciplinar e um olhar mais ampliado para as fontes, tendo como principais representantes Jacques Le Goff e Pierre Nora.

construção histórica da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional vinculada à trajetória das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará, abrangendo desde o período de 2007 com a adesão ao Programa Brasil Profissionalizado até a publicação da Lei Estadual nº 17.572 referente ao programa Ceará Educa Mais, em 2021; buscou-se realizar uma análise que não estivesse pautada apenas na exposição dos fatos, mas na contextualização histórico-política, na tessitura do passado e do presente no processo de implementação da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional delineada na trajetória das EEEPs. Esse olhar analítico para o processo histórico da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil e no Ceará, implica na “percepção de que o presente se enraíza no passado e se projeta no futuro”. Sendo assim, a imersão no passado está vinculada a uma compreensão mais efetiva do presente evidenciando a “consciência da historicidade humana” (SAVIANI, 2019, p. 4).

Para realização deste estudo foi selecionada como coleta de dados a pesquisa documental que conforme Fonseca (2002) “trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-la”. Sendo a pesquisa bibliográfica “constituída por material já elaborado”, enquanto a pesquisa documental “recorre a fontes mais diversificadas sem tratamento analítico” (FONSECA, 2002, p. 32). Conforme Oliveira (2007, p.70), a diferença entre pesquisa bibliográfica e documental está no caráter das fontes, pois devido às especificidades da cada tipo de pesquisa, as fontes primárias vinculadas à pesquisa documental estão voltadas para aos materiais que não foram analisados sob uma perspectiva científica; o que requer do pesquisador um olhar analítico ainda mais criterioso; enquanto as fontes secundárias agregadas aos estudos bibliográficos são compostas pela contribuição científica de diversos autores acerca de uma determinada temática. Nesse sentido, Oliveira (2007) atenta que é de suma relevância “para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente de domínio científico”; à medida que na pesquisa documental a busca pauta-se em documentos diversos que não passaram por tratamento analítico como “relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, entre outras materiais de divulgação” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Considerando esses pressupostos, para a realização deste estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica-documental abrangendo a produção de autores de referência na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. A compilação desse material foi realizada a partir de pesquisas em fontes de dados como acervos institucionais e bibliotecas eletrônicas científicas, além de documentos relativos à política de Ensino Médio Integrado à Educação

Profissional no Ceará. Para análise documental foram considerados como critérios a recorrência e abrangência considerando, portanto, ações com ramificação na rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará. Nesse sentido, foram selecionados tópicos no decorrer da pesquisa relativos à Legislação, abrangendo leis, decretos, portarias, pareceres relacionados à trajetória das EEEPs; ao Processo de Implantação das EEEPs considerando os registros acerca do quantitativo de escolas, cursos técnicos, estudantes beneficiados e municípios contemplados; aos Processos Seletivos agregando as informações acerca da seleção de gestores, docentes e discentes através da análise dos editais e dos marcos normativos relacionados aos processos seletivos; aos Programas e Projetos agrupando os principais programas e projetos desenvolvidos nas EEEPs a partir das informações verificadas no Relatório de Gestão (2008-2014) e nos *sites* institucionais; aos Eventos e Formações agregando as ações pedagógicas desenvolvidas na trajetória das EEEPs a partir do Relatório de Gestão e do monitoramento dos PPPA; aos Documentos Institucionais abrangendo os princípios norteadores dessa política educacional como os Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional; Guia de Rotinas Pedagógicas das EEEPs, Guia do Estágio e Relatório de Gestão (2008 a 2014).

Para a organização do arcabouço teórico-documental desta pesquisa foram consideradas as informações publicadas nos *sites* do Governo do Ceará, da Secretaria da Educação do Ceará e da Educação Profissional, além de planos de governo em âmbito estadual e mensagens à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Esse material foi fundamental na elaboração da tessitura histórica da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará, implementada nas EEEPs, abrangendo o período de 2007 a 2021. Sendo estruturada, portanto, através da contextualização da Educação Profissional no Brasil e nos desdobramentos para a política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará, considerando as etapas de Implantação das EEEPs (2007 a 2010); Expansão das EEEPs (2011 a 2014); Consolidação das EEEPs (2015 a 2018) e Novas Perspectivas para as EEEPs (2019 a 2021). Devido ao quantitativo de informações acerca dessa política educacional optou-se pela divisão em quatro etapas para facilitar a compreensão acerca dos aspectos estruturantes da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O referencial teórico desta pesquisa foi desenvolvido a partir de quatro capítulos que estruturaram as tessituras dos principais acontecimentos relativos à política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará. Nessa costura histórica, foi delineado o percurso da implementação dessa política educacional nas EEEPs do Ceará, demarcando a trajetória dessas instituições escolares desde 2007 até 2021. Para a apresentação dos resultados da pesquisa, optou-se pela elaboração de quadros temáticos com a apresentação sintética da arquitetura dos capítulos seções que compõem a pesquisa, considerando as contribuições teóricas de autores de referência para a EPT e a análise de documentos institucionais acerca da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará. Para a estruturação desse entrelaçamento histórico, o segundo capítulo foi dedicado ao percurso da Educação Profissional no Brasil, a partir dos conflitos, contradições e disputas políticas. Dessa forma, foi realizado um estudo desde a criação do colégio de Fábricas em 1809 até a promulgação do Decreto nº 5.154/2004. Nesse sentido, o segundo capítulo foi estruturado em três subcapítulos, conforme especificado no quadro 1:

Quadro 1 - Estrutura do Capítulo 2 – Educação Profissional no Brasil: conflitos, contradições e disputas políticas

Subcapítulos	Principais Referências	Finalidade
Antecedentes Históricos da Educação Profissional no Brasil	CUNHA (2000, 2005); RAMOS (2014); CAIRES E OLIVEIRA (2016)	Contextualizar os principais acontecimentos históricos da Educação Profissional no Brasil, considerando a trajetória da EPT desde a criação do Colégio de Fábricas até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.
Decreto nº 2.208/97: a reforma educacional da desintegração	SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA (2007); PACHECO (2012); FRIGOTO, CIAVATTA E RAMOS (2012); CIAVATTA E RAMOS (2012)	Analisar as implicações do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 para a Educação Profissional no Brasil, a partir do processo histórico de elaboração da LDB 9394/96 e o percurso para a elaboração de documentos de referência para a Educação, evidenciando a intrínseca relação entre os organismos internacionais e a Educação.
Decreto nº 5.154/2004: “restabelecimento dos princípios norteadores de uma Política de Educação Profissional articulada com a Educação Básica”	FRIGOTO, CIAVATTA E RAMOS (2012); KUENZER (2006); RAMOS (2014).	Apresentar a tessitura histórica que delineou o processo de elaboração do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Nesse contexto, foi descrita a trajetória da ampla discussão acerca da Educação Profissional e do Ensino Médio, durante a primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007).

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

A organização desse capítulo possibilitou apresentar um panorama do contexto histórico, político, social e econômico do Brasil desde a expulsão dos jesuítas no século XVIII, perpassando pelas transformações relativas à dinâmica histórica, política e social fomentada pela vinda da família real portuguesa para o Brasil e a Criação do Colégio de Fábricas que abriu caminhos para a implantação da Escolas de Aprendizes Artífices. Com a criação dessa instituição voltada para o ensino profissional, primário, gratuito no governo Nilo Peçanha, a Educação Profissional passou por uma mudança trazendo assim a perspectiva de preparação para o exercício profissional. Nesse contexto de estruturação econômica, política e social, apresentaram-se as principais alterações no ensino profissional abrangendo as reformas educacionais, os embates políticos e a ambientação histórica de cada período, destacando assim o percurso sinuoso das políticas educacionais brasileiras numa trajetória de definições híbridas permeadas por um cenário de permanência de velhos costumes incorporados a uma “nova dinâmica” que não indicam uma alteração sistemática, apenas englobam interesses diversos que orbitam na esfera dos interesses mercadológicos.

O terceiro capítulo intitulado Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: ampliação das fronteiras da formação humana foi organizado em quatro subcapítulos. Dessa forma, delineou-se a apresentação dos aspectos estruturantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional apresentando a historicidade do termo formação integrada, perpassando pelas categorias inerentes à formação humana e as especificidades do Programa Brasil Profissionalizado, normatizado pelo Decreto nº 6.302/2007. A seguir, quadro 2 com a síntese do terceiro capítulo:

Quadro 2 - Estrutura do Capítulo 3 - Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: ampliação das fronteiras da formação humana

(continua)

Subcapítulos	Principais Referências	Finalidade
Formação Integrada: a historicidade do termo	CIAVATTA (2005, 2014); SAVIANNI (2007); RAMOS (2014, 2017).	Apresentar o conceito de formação integrada no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.
O Trabalho Como Princípio Educativo: a vinculação entre Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia	FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS (2012); RAMOS (2014).	Analisar a vinculação da Educação Profissional com os pressupostos da formação humana, e as contribuições para uma perspectiva mais abrangente de Educação Profissional agregando trabalho, ciência, tecnologia e cultura num projeto de formação ampla e integrada.

Quadro 2 - Estrutura do Capítulo 3 - Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: ampliação das fronteiras da formação humana

(conclusão)

Subcapítulos	Principais Referências	Finalidade
Os Sentidos da Integração e a Perspectiva Histórico-Dialética da Formação Humana	Clavatta (2005); Ramos (2014, 2017).	Identificar as especificidades dos sentidos filosófico, ético-político, epistemológico e pedagógico no contexto da formação integral de jovens e adultos.
O Programa Brasil Profissionalizado: Incentivo à Integração do Ensino Médio à Educação Profissional	Ramos (2014); Documento Base da EPT de Nível Médio (2007); Programa Brasil Profissionalizado (2007).	Contextualizar a trajetória do Programa Brasil Profissionalizado, responsável pelo apoio técnico, pedagógico e financeiro para atender as demandas do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

O desenvolvimento desse capítulo possibilitou compreender o circuito conceitual referente à formação integrada assim como as especificidades dos sentidos da integração e o compromisso com uma formação pautada na emancipação social dos cidadãos. Nesse processo, a normatização do Programa Brasil Profissionalizado, legitimada pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007; incentivou a oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, objetivando uma formação ampla, integral comprometida com uma formação ampla em detrimento de uma mera qualificação profissional visando atender as demandas dos setores produtivos.

O quarto capítulo, denominada Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará: antecedentes históricos e caracterização das EEEPs foi elaborado a partir das especificidades da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional. Nesse sentido, optou-se por realizar um estudo acerca dos antecedentes históricos da Educação Profissional no Ceará, retomando o percurso histórico desde o século XVII com a criação da primeira escola da capitania cearense até a criação das EEEPs, no século XXI a partir do apoio técnico, pedagógico e financeiro oportunizado pelo Programa Brasil Profissionalizado, em 2007. Para o desenvolvimento desse itinerário histórico, o quarto capítulo foi estruturado a partir de dois subcapítulos, conforme o quadro 3:

Quadro 3 - Estrutura do Capítulo 4 – Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará: antecedentes históricos e caracterização das EEEPs

Subcapítulos	Principais Referências	Finalidade
ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ	VIEIRA; FARIAS (2002, 2003); CUNHA (2005); ANDRADE (2006); ASTIGARRAGA (2006); ANDRADE (2010); BRAUN (2010, 2015); XEREZ (2013); SANTOS (2017); VIEIRA; PLANK E VIDAL (2019); FARIAS (2018); OLIVEIRA (2019)	Contextualizar os principais acontecimentos históricos relativos à trajetória da Educação Profissional no Ceará.
ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ: AS ESPECIFICIDADES DE UMA REDE EDUCACIONAL	HENRY (2011); MORAIS (2013); CIAVATTA (2014); LIMA (2014); MELO (2015); SANTOS (2015); BATISTA <i>et al.</i> (2016); BELMINO (2020); ARAÚJO (2020), REFERENCIAIS PARA AS EEEPs (2013); RELATÓRIO DE GESTÃO DAS EEEPs (2008-2014); GUIA DE ROTINAS PEDAGÓGICAS DAS EEEPs (2014); GUIA DO ESTÁGIO DAS EEEPs (2017)	Apresentar a caracterização das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará tendo como base os documentos norteadores da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará elaborados nas esferas nacional e estadual.

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Na elaboração desse capítulo foram apresentadas as imbricações históricas relativas à oferta de educação profissional no Ceará a partir de um breve panorama acerca dessa modalidade educacional. Devido às especificidades desta pesquisa, as experiências educacionais retratadas não contemplam todas as instituições que ofertam Educação Profissional no Ceará, mas apresentam um indicativo dessa modalidade de ensino desde o século XVIII até as instituições escolares que ganharam visibilidade no cenário estadual. Nesse sentido, buscou-se uma teia narrativa que priorizasse experiências educacionais voltadas para a EPT desenvolvidas na capital cearense. Esse breve percurso histórico foi relevante para apresentar um panorama dessa modalidade de ensino até a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional, apresentando as particularidades dessas escolas na rede pública cearense de ensino.

O quinto capítulo intitulado Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Pública Cearense de Ensino: a trajetória das EEEPs (2007 a 2021), foi desenvolvido a partir de quatro etapas relativas à rede pública de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Ceará, abrangendo os processos de Implantação das EEEPs (2007 a 2010); Expansão das EEEPs (2011-2014); Consolidação das EEEPs (2015-2018); e Novas Perspectivas para as

EEEPs (2019-2021). Para o desenvolvimento da trajetória dessa rede de ensino, o quinto capítulo foi estruturado em quatro subcapítulos, conforme evidenciado no quadro 4:

Quadro 4 – Estrutura do Capítulo 5 – A Trajetória das EEEPs (2007 a 2021): do Programa Brasil Profissionalizado ao Programa Ceará Educa Mais

(continua)

Subcapítulos	Principais Referências	Finalidade
Governo Cid Gomes (2007-2010) e o Processo de Implantação das EEEPs	PLANO DE GOVERNO CID GOMES (2007); PLANO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO CEARÁ (2008); REFERENCIAIS PARA AS EEEPs (2013); RELATÓRIO DE GESTÃO (2014); LIMA (2014); MELO (2015); SANTOS (2015); NASCIMENTO (2016); FARIAS (2018); LEITE E ANDRADE (2021).	Apresentar a trajetória das Escolas Estaduais de Educação Profissional ressaltando os aspectos históricos e normativos mais relevantes do período de implantação das EEEPs, delimitando desde o período de 2007 com a implementação do Programa Brasil Profissionalizado até 2010 com a Criação da Coordenadoria de Educação Profissional no âmbito da Secretaria da Educação do Ceará.
Governo Cid Gomes (2011-2014) e a Expansão das EEEPs	PLANO DE GOVERNO CID GOMES (2011); LIMA (2014); ROTINAS PEDAGÓGICAS EEEPs (2014); RELATÓRIO DE GESTÃO (2014), REFERENCIAIS PARA AS EEEPs (2013), GUIA DE ESTÁGIO DAS EEEPs (2013); FARIAS (2018); QUEIROZ (2018).	Contextualizar a trajetória das Escolas Estaduais de Educação Profissional ressaltando os aspectos históricos e normativos mais relevantes da etapa de Expansão das EEEPs, delimitando desde o período de 2011 com a implementação Escolas Estaduais de Educação Profissional (Padrão MEC) até 2014 com a publicação de documentos norteadores da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará.
Governo Camilo Santana (2015-2018) e o Processo de Consolidação das EEEPs	PLANO DE GOVERNO OS 7 CEARÁS (2011), MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (2015 A 2018); FARIAS (2018); QUEIROZ (2018); ROTINAS PEDAGÓGICAS EEEPs (2014); RELATÓRIO DE GESTÃO (2008-2014), REFERENCIAIS PARA AS EEEPs (2013), GUIA DE ESTÁGIO DAS EEEPs (2017); MOURA; BENACHIO (2021).	Evidenciar o percurso histórico e normativo referente às Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, ressaltando os aspectos relevantes da etapa referente à Consolidação das EEEPs, delimitando desde o período de 2015 com a publicação do site da Educação Profissional até 2018 com a realização do Seminário em alusão aos 10 anos das EEEPs.

Quadro 4 – Estrutura do Capítulo 5 – A Trajetória das EEEPs (2007 a 2021): do Programa Brasil Profissionalizado ao Programa Ceará Educa Mais

(conclusão)

Subcapítulos	Principais Referências	Finalidade
Governo Camilo Santana (2019-2022) e as Novas Perspectivas para as EEEPs	PLANO DE INTEGRAÇÃO CEARÁ 2050 (2018); MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ (2018 A 2021); PLANO PLURIANUAL (2018 A 2021); PEREIRA (2019); ZAGO(2020).	Destacar o percurso histórico e normativo referente às Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, contextualizando os aspectos relevantes da etapa de Novas Perspectivas para as EEEPs, desde o período de 2019 com a alteração na estrutura organizacional da Coordenadoria de Educação Profissional até 2021 com a publicação da Lei Estadual nº 17.572, de 22 de julho de 2021 referente ao Programa Ceará Educa Mais.

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

No desenvolvimento desse capítulo foram evidenciados os principais acontecimentos relacionados a rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará. Devido ao quantitativo expressivo de EEEPs, sendo em 2021, contabilizadas 123 instituições escolares com oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará; a seleção dos acontecimentos mais relevantes considerou a perspectiva de abrangência do quantitativo de escolas da rede em função das diversas ações, eventos, projetos e programas que integram o percurso das EEEPs desde 2007 a 2021. Nesse sentido, a tessitura dessa trajetória está relacionada com uma perspectiva mais ampla do que com ações pontuais que integram essa rede de escolas, sendo possível verificar que essa política pública educacional apresenta potencialidade e fragilidades que são evidenciadas no decorrer desta pesquisa.

Considerando o contexto nacional e estadual vinculados ao percurso dessa rede de instituições escolares, os marcos normativos tiveram relevância pois demarcaram as bases legais que possibilitaram a implementação dessa política pública educacional. Sendo assim, nos quadros 5 e 6 constam os principais atos normativos que delinearam essa trajetória abrangendo os âmbitos nacional e estadual, desde a criação do colégio das Fábricas, em 1809 até a publicação da Lei Estadual nº 17.572, de 22 de julho de 2021 referente ao Programa Ceará Educa Mais.

Quadro 5 – Principais Atos Normativos (EPT no Brasil)

(continua)

Âmbito Nacional	
Legislação Federal	Ementa/Assunto
Decreto nº S/N de 23 de março de 1809	“Dá providências a bem, do serviço da casa denominada Colégio das Fábricas estabelecido nesta cidade” (BRASIL, 1809).
Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909	“Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito” (BRASIL, 1909).
Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911	“Dá novo regulamento às escolas de aprendizes artífices” (BRASIL, 2011).
Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927	“Cria o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Colégio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providências” (BRASIL, 1927).
Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930	“Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública” (BRASIL, 1930).
Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931	“Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências” (BRASIL, 1931).
Constituição Federal, de 16 de julho de 1934	“Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934” (BRASIL, 1934a).
Decreto nº 24558, de 03 de julho de 1934	“Transforma a Inspeção do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, e dá outras providências” (BRASIL, 1934b).
Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937	“Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública” (BRASIL, 1937a) ²⁴³ .
Constituição Federal, de 10 de novembro de 1937	“Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada pelo Presidente da República” (BRASIL, 1937b).
Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937	“Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública” (BRASIL, 1937c).
Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942	“Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)” (BRASIL, 1942a).
Decreto-lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942	“Lei Orgânica do Ensino Industrial” (BRASIL, 1942b).
Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942	“Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial” (BRASIL, 1942c).
Decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942	“Lei Orgânica do Ensino Secundário” (BRASIL, 1942d).
Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943	“Lei Orgânica do Ensino Comercial” (BRASIL, 1943).
Decreto-lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946	“Lei Orgânica do Ensino Primário” (BRASIL, 1946a).
Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946	“Lei Orgânica do Ensino Normal” (BRASIL, 1946b).
Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946	“Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências” (BRASIL, 1946c).

²⁴³ Conforme especificado no artigo 37 da referida legislação, “A Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslão Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, serão transformadas em lyceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus” (BRASIL, 1937).

Quadro 5 – Principais Atos Normativos (EPT no Brasil)

(continuação)

Âmbito Nacional	
Legislação Federal	Ementa/Assunto
Decreto-lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946	“Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências” (BRASIL, 1946d).
Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946	“Lei Orgânica do Ensino Agrícola” (BRASIL, 1946e).
Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959	“Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências” (BRASIL, 1959).
Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961	“Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (BRASIL, 1961).
Lei n.º 4.759, de 20 de agosto de 1965	“Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais” (BRASIL, 1965).
Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971	“Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências” (BRASIL, 1971).
Lei n.º 6.545, de 30 de junho de 1978	“Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências” (BRASIL, 1978).
Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982	“Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau” (BRASIL, 1982).
Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988	“Constituição da República Federativa do Brasil” (BRASIL, 1988).
Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994	“Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências” (BRASIL, 1994).
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	“Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 1996).
Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997	“Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 1997).
Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004	“Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências” (BRASIL, 2004).
Lei n.º 11.180, de 23 de setembro de 2005	“Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial PET, altera a lei n.º 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências” (BRASIL, 2005).

Quadro 5 – Principais Atos Normativos (EPT no Brasil)

(continuação)

Âmbito Nacional	
Legislação Federal	Ementa/Assunto
Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007	“Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica” (BRASIL, 2007c).
Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007	“Institui o Programa Brasil Profissionalizado” (BRASIL, 2007b).
Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007	Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007c).
Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008	“Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências” (BRASIL, 2008b).
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008	“Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências” (BRASIL, 2008a).
Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008	“Aprova o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação” (BRASIL, 2008b).
Resolução CNE/CEB nº 3, de 09 de julho de 2008	“Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio” (BRASIL, 2008c).
Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008	“Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem e dá outras providências” (BRASIL, 2008d).
Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011	“Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências” (BRASIL, 2011).
Resolução CNE/CEB nº. 6, de 20 de setembro de 2012	“Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio” (BRASIL, 2012a).

Quadro 5 – Principais Atos Normativos (EPT no Brasil)

(conclusão)

Âmbito Nacional	
Legislação Federal	Ementa/Assunto
Resolução CNE/CEB nº 4, de 06 de junho de 2012.	“Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio” (BRASIL, 2012b).
Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014	“Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012” (BRASIL, 2014a).
Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017	“Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” (BRASIL, 2017a).
Parecer CNE/CP nº 15/2018, de 04 de dezembro de 2018	“Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Art. 211 da Constituição Federal e Art. 8º da Lei nº 9.394/1996 (LDB)” (BRASIL, 2018a).
Parecer CNE/CEB nº 03/2018, de 08 de novembro de 2018	“Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, observadas as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017” (BRASIL, 2018b).
Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020	“Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos” (BRASIL, 2020b).
Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	“Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica” (BRASIL, 2021).

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

No quadro 6, constam os principais marcos normativos relacionados à Trajetória das Escolas Estaduais de Educação Profissional, abrangendo desde a criação do Programa Aprender Pra Valer, em 2008 até a instituição do Programa Ceará Educa Mais, em 2021.

Quadro 6 – Principais Atos Normativos (Trajetória das EEEPs)

(continua)

Âmbito Estadual	
Legislação Estadual	Ementa
Lei nº 14.190, de 30 de julho de 2008	“Cria o Programa Aprender Pra Valer que desenvolverá ações estratégicas complementares para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos do ensino médio e sua articulação com a educação profissional e tecnológica” (CEARÁ, 2008c).
Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008 ²⁴⁴	“Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências” (CEARÁ, 2008b).
Decreto nº 29.704, de 08 de abril de 2009	“Altera o programa de estágios em órgãos e entidades da administração pública estadual direta, indireta, autárquica e fundacional para adequar as disposições impostas pela lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e dá outras providências” (CEARÁ, 2009b).
Decreto nº 30.282, de 04 de agosto de 2010	“Aprova o regulamento, altera a estrutura organizacional e dispõe sobre a denominação dos cargos de direção e assessoramento superior da secretaria da educação (Seduc), e dá outras providências” (CEARÁ, 2010b).
Decreto nº 30.933, de 29 de junho de 2012	“Institui o programa de estágio para alunos e egressos do ensino médio da rede pública estadual voltados à formação técnica e qualificação profissional, e dá outras providências” (CEARÁ, 2012).
Decreto nº 31.163, de 11 de março de 2013	“Dispõe sobre a regulamentação da Gratificação de Desempenho para os ocupantes de cargos comissionados e professores lotados nas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, prevista no art. 5º da Lei Estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências” (CEARÁ, 2013b).
Decreto nº 32.075, de 31 de outubro de 2016	“Altera dispositivo do decreto nº 30.933, de 29 de junho de 2012, que institui o programa de estágio para alunos e egressos do ensino médio da rede pública estadual, voltados à formação técnica e qualificação profissional, e dá outras providências” (CEARÁ, 2016d).
Decreto nº 33.048, de 30 de abril de 2019	“Altera a estrutura organizacional e dispõe sobre os cargos de provimento em comissão da Secretaria da Educação do Ceará” (CEARÁ, 2019g).
Lei nº 17.558, de 14 de julho de 2021	“Dispõe sobre a Política de Educação Profissional articulada ao Ensino Médio no âmbito da Rede Pública de Ensino do Estado do Ceará” (CEARÁ, 2021j).

²⁴⁴ Alterações na referida lei, disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/orcamento-financas-e-tributacao/item/340-lei-n-14-273-de-19-12-08-d-o-23-12-08> e <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/7468-lei-n-17-541-29-06-2021-d-o-30-06-21>. 1 Acesso em: 23 dez. 2022.

Quadro 6 – Principais Atos Normativos (Trajetória das EEEPs)

(conclusão)

Âmbito Estadual	
Legislação Estadual	Ementa
Lei nº 17.572, de 22 de julho de 2021 ²⁴⁵ .	“Dispõe sobre o programa “Ceará Educa Mais”, consistente em ações destinadas à estruturação, ao desenvolvimento e à implementação de estratégias de gestão no âmbito da rede pública de ensino do estado do Ceará, objetivando o aprimoramento e o fortalecimento do processo de aprendizagem” (CEARÁ, 2021k).

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

No decorrer deste estudo acerca da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, foram citados os documentos que nortearam as ações pedagógicas nas EEEPs. Considerando o contexto nacional e estadual, destacaram-se os seguintes documentos, conforme apresentado no quadro 7.

Quadro 7 – Documentos Norteadores da Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs

(continua)

Documento	Ano	Esfera	Objetivo
Documento Base (Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio)	2007	Federal	Apresentar a “contextualização dos embates que estão na base da opção pela formação integral do trabalhador, expressa no Decreto no 5.154/2004, apresentando os pressupostos para a concretização dessa oferta, suas concepções e princípios e alguns fundamentos para a construção de um projeto político-pedagógico integrado” (BRASIL, 2007a).
Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	2008 (1ª edição) 2012 (2ª edição) 2014 (3ª edição) 2023 (4ª edição)	Federal	Disciplinar o processo de “oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio para orientar e informar as instituições de ensino, os estudantes, as empresas e a sociedade em geral. Seu conteúdo é atualizado periodicamente pelo Ministério da Educação para contemplar novas demandas socioeducacionais” (BRASIL, 2008a).

²⁴⁵ Modificação na redação do 2º artigo (inciso II da Lei nº 17.572/2021) alterado pela Lei Ordinária nº 18.158 de 13 de julho de 2022. O referido artigo versa sobre o Professor Aprendiz, ação voltada à elaboração de material didático-pedagógico, formação docente e incentivo à produção científica (CEARÁ, 2021k). Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-18158-2022-ceara-altera-a-lei-no-17-572-de-22-de-julho-de-2021-que-dispoe-sobre-o-programa-ceara-educa-mais>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Quadro 7 – Documentos Norteadores da Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs

(conclusão)

Documento	Ano	Esfera	Objetivo
Referenciais para as EEEPs	2010 (1ª edição) 2013 (2ª edição)	Estadual	Orientar as EEEPs no processo de “elaboração do Projeto Político Pedagógico e Regimento das Escolas Estaduais de Educação Profissional que integram a rede estadual de ensino do Estado do Ceará” (CEARÁ, 2013a).
Guia do Estágio	2013 (1ª edição) 2017 (2ª edição)	Estadual	“Padronizar procedimentos e orientar acerca das ações relativas ao estágio nas EEEPs” (CEARÁ, 2017a).
Guia do Usuário - SICE	2013 (1ª edição) 2017 (2ª edição)	Estadual	“Orientar os procedimentos para a utilização do Sistema Integrado de Captação de Estágio, possibilitando gerenciar a sistemática de captação de estudantes da Educação Profissional e projeto e-Jovem por parte das concedentes de estágio” (CEARÁ, 2017a).
Guia de Rotinas das EEEPs	2014	Estadual	Possibilitar a rede de EEEPs “subsídios e orientações para o desenvolvimento das ações inerentes às Escolas Estaduais de Educação Profissional”, sendo um documento complementar dos “Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional, cujo propósito é expressar as orientações da SEDUC” (CEARÁ, 2014b).
Relatório de Gestão: “o pensar e o fazer da educação profissional no Ceará (2008 – 2014)”	2014	Estadual	Apresentar “os conceitos, as ideias e os feitos das Escolas de Educação Profissional e da Política de Educação Profissional construída e em construção”, abrangendo o período de 2008 a 2014” (CEARÁ, 2014a).

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

O suporte teórico dos documentos de referência da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em âmbito nacional e local, possibilitou compreender as diretrizes que norteiam a formação integrada e os pressupostos pedagógicos envolvidos numa formação ampla voltada para a emancipação social de jovens e adultos. Nesse sentido, é importante mencionar que conforme destaca Ciavatta (2008), a existência de um arcabouço legislativo e teórico acerca da formação integral e integrada não garante a sua efetivação. E nesse processo, é relevante mencionar a mobilização da população e a luta pelos direitos que foram previstos na legislação e nos documentos norteadores das políticas educacionais, sendo, portanto, importante preservar a trajetória histórica da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará não apenas para compreender o passado, mas para entender o presente e refletir acerca do futuro numa perspectiva de sustentabilidade dessas instituições escolares.

Sendo assim, Machado (2008, 2021) evidencia que na trajetória da Educação Profissional no Brasil, propostas formativas seguidas dos termos emergencial e especial

denunciam o caráter de não priorização da formação docente na EPT. Nesse sentido, destaca que há uma série de atos normativos que regulamentam os processos referentes à formação docente na Educação Profissional e Tecnológica, porém não há o estabelecimento de uma “política nacional ampla de valorização da formação dos professores para essa área”, repercutindo, portanto, na permanência histórica de um caráter de improvisação (MACHADO, 2008, p. 9). Dessa forma, permanece o alinhamento às demandas dos setores produtivos em detrimento de uma formação emancipatória, conforme evidenciado na Lei nº 13.451/2017 e ratificado pela Resolução CNE/CP nº 1/2021, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Nessa perspectiva, cabe evidenciar a luta em “defesa por uma proposta integrada”, constituindo-se, portanto, numa “importante estratégia de resistência a mais um recuo histórico no âmbito das políticas educacionais” (POSSAMAI; DA SILVA, 2021, p.66).

Nesse sentido, cabe evidenciar que o processo da tessitura histórica dessa política educacional, possibilitou verificar o indicativo de não priorização da proposta pedagógica do Ensino Médio Integrado à Educação profissional, sendo perceptível nos cenários nacional e estadual a falta de alinhamento temporal entre o lançamento de documentos institucionais acerca dessa política educacional, assim como projetos concomitantes que agregam visibilidade a outras formas de articulação do Ensino Médio à Educação Profissional como o Projeto Escola de Fábrica e o Pronatec. Nessa perspectiva, evidencia-se a ausência de uma política de formação para os docentes que atuam na Educação Profissional e Tecnológica, tanto a nível federal quanto estadual, revelando assim, um cenário de fragilidade diante da efetivação da proposta pedagógica do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Dessa forma Kuenzer (2008, p. 39) atenta que ações pontuais irão apenas integrar a pauta do “programa faz-de-conta de formação docente”, caso não ocorra um compromisso com uma formação emancipatória de jovens e adultos. Sendo assim, a identidade dessa rede de escolas pode ficar comprometida pois questões basilares como formação docente não se constituem como pauta permanente para a concretização de uma proposta pedagógica que tem como finalidade oferecer uma “formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (CIAVATTA, 2005, p. 85 *apud* RAMOS, 2014, p. 86).

No próximo capítulo será apresentado o processo de elaboração do Produto Educacional resultante da pesquisa acerca da construção histórica da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará.

8 DESENVOLVIMENTO, APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), vinculado à Área de Ensino²⁴⁶, configura-se como um mestrado profissional que requer o desenvolvimento de um processo ou produto educativo que “pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição, entre outros” (BRASIL, 2019, p. 15). Conforme Farias e Mendonça (2019), o itinerário de um produto educacional segue as etapas de pré-concepção da pesquisa; organização da pesquisa (etapa 1); processos de análise e síntese (etapa 2); prototipação do produto (etapa 3); avaliação do produto (etapa 4); análise dos resultados da aplicação (etapa 5); revisão do produto (etapa 6); aplicabilidade. Vale salientar que “as etapas 1 a 5 são comuns a ambos os níveis de cursos da modalidade profissional, como caráter de recomendação ou obrigatoriedade, dependendo do nível” (RIZATTI *et al.*, 2020, p. 8).

Quanto ao produto educacional desenvolvido trata-se de um *Website* denominado Linha do Tempo das EEEPs. Nesse contexto, cabe evidenciar que as Escolas Estaduais de Educação Profissional foram implantadas em 2008 e em 13 anos de implementação da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública de ensino do Ceará, considerando que o período de recorte desta pesquisa foi até o ano de 2021, muitos foram os acontecimentos, eventos, marcos normativos e históricos relacionados à trajetória das EEEPs no Estado do Ceará. Mesmo com uma extensa publicização na mídia local e nacional²⁴⁷, aspectos específicos relativos a essa política educacional não são de pleno conhecimento da população cearense pois foi verificado que no *site* da Educação Profissional não foram divulgadas informações referentes à contextualização histórica das EEEPs assim como o detalhamento por ano. Nesse sentido, para auxiliar no processo de compreensão dessa importante política educacional, optou-se pelo desenvolvimento de uma Linha do Tempo das EEEPs em formato online e a partir desse recurso didático as informações foram alinhadas considerando os principais marcos normativos e históricos acerca da rede pública cearense de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

²⁴⁶ Regulamentada pela Portaria nº 83/2011, em 06 de junho de 2011, a Área 46 (Ensino) “tem como objeto a mediação do conhecimento científico, a integração entre conhecimento disciplinar e conhecimento pedagógico, construindo pontes entre diferentes áreas e processos educativos” (LEITE, 2018, p. 330-331).

²⁴⁷ Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2020/09/15/ceara-lidera-ranking-nacional-do-ideb-2019/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Dessa forma, uma Linha do Tempo pode possibilitar a verificação da temporalidade histórica a partir dos vários acontecimentos relativos à trajetória das Escolas Estaduais de Educação Profissional, desde 2007 com a adesão ao Programa Brasil Profissionalizado até 2021, com o Programa Ceará Educa Mais institucionalizado a partir da Lei Estadual nº 17.572. Para além da fixação de marcos históricos e legais, a intenção da construção dessa Linha do Tempo das EEEPs reside numa perspectiva mais abrangente que pode possibilitar o desenvolvimento de consciência histórico-crítica.

Conforme Marques (2016, p. 63), a linha do tempo demarca os acontecimentos considerando uma trajetória temporal e nessa perspectiva, “cada acontecimento é assinalado de acordo com o momento em que ocorreu e ainda de acordo com sua duração”. Sendo assim, Calero (2013, p. 31), considera que as linhas do tempo são relevantes instrumentos que possibilitam verificar não apenas questões relativas à temporalidade, mas adentram em processos que incentivam a vinculação entre acontecimentos históricos e o desenvolvimento espaço-temporal que “separa uma época da outra”, além de se configurar enquanto recurso didático que contribui para facilitar no processo de compreensão de eventos, marcos históricos e afins. Nesse sentido, os acontecimentos não serão apresentados de forma estanque, mas vinculados à dinâmica política, histórica, econômica e social que os envolve. Sendo assim, a construção de uma Linha do Tempo sobre as Escolas Estaduais de Educação Profissional, mostra-se relevante pois pretende auxiliar na divulgação dos principais acontecimentos que permeiam essa política pública educacional e visa contribuir para a preservação da história das instituições escolares da rede pública de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no Ceará.

No processo de elaboração do produto educacional intitulado *Website* Linha do Tempo das EEEPs, foram considerados os três eixos temáticos de Kaplún (2002, 2003), denominados: conceitual, pedagógico e comunicacional. O primeiro eixo está voltado para a verticalização teórica referente ao tema selecionado, o segundo focado no itinerário seguido para atingir a apropriação conceitual e o terceiro relacionado aos aspectos estéticos e a linguagem utilizada no material educativo. Considerando a perspectiva de Kaplún (2002, 2003) e as contribuições de Ruiz *et al.* (2014) acerca dos cinco componentes relativos à análise de materiais educativos, denominados atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação, foi estruturado um questionário em formato consulta pública disponibilizado no *website* Linha do Tempo das EEEPs para validação do produto educacional.

No quadro 8, apresenta-se o percurso referente ao processo de elaboração do Produto Educacional *Website* Linha do Tempo das EEEPs:

Quadro 8 – Etapas de Elaboração do Produto Educacional

Etapa	Ação	Objetivo
1.	Levantamento bibliográfico e documental acerca da temática	Conhecer os principais referenciais teóricos e a base documental relativa à construção histórica da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implantada nas EEEPs, considerando o período de 2007 até 2021.
2.	Realização da análise e síntese sobre a temática	Organizar as informações que auxiliem no processo de elaboração do produto educacional, a partir das bases teóricas, documentais e metodológicas selecionadas no processo de produção.
3.	Elaboração do modelo inicial do Produto Educacional	Construir um modelo inicial, considerando as especificidades relacionadas a tipologia, a estética, o meio, a linguagem e o suporte relativo ao produto educacional selecionado.
4.	Aplicação do Produto Educacional	Verificar a adequação do produto educacional, considerando o alinhamento conceitual e as necessidades do público.
5.	Validação do Produto Educacional	Identificar as potencialidades e fragilidades relativas ao produto educacional e analisar o produto educacional, considerando as dimensões relacionadas aos aspectos estéticos, ao suporte, a linguagem e a tipologia do produto educacional.

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

8.1 Objetivo do Produto Educacional

Objetivo Geral:

Demarcar e socializar os principais marcos históricos e normativos relativos à trajetória da rede de escolas públicas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará.

Objetivos Específicos:

Identificar os principais acontecimentos relacionados à rede pública cearense de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Estruturar os marcos históricos, normativos e eventos importantes acerca da trajetória das Escolas Estaduais de Educação Profissional, considerando o período de 2007 a 2021.

Contribuir para a compreensão de aspectos relevantes acerca da rede pública cearense de Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Compartilhar informações acerca da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará.

8.2 Website Linha do Tempo das EEEPs

Considerando a necessidade de criação de um produto educacional, optou-se pelo desenvolvimento de um *website* por constituir-se como uma forma democrática de acesso às informações acerca da temática selecionada. Com o advento da internet em 1960, ocorreu uma mudança de perspectiva em relação à forma de consumo das informações. Nesse sentido, cada vez mais se recorre ao uso das mídias digitais devido à rapidez, praticidade e a possibilidade de ampla divulgação. Dessa forma, ao disponibilizar informações pela internet “uma pessoa de qualquer lugar do planeta, possuindo a aparelhagem necessária pode acessar seu conteúdo” (Guedes, 2010, p.12).

O *website* tem como temática a Linha do Tempo das EEEPs, abrangendo desde o período de 2007 com a publicação do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007 referente ao Programa Brasil Profissionalizado até a publicação da Lei nº 17.572, de 22 de julho de 2021, acerca do Programa Ceará Educa Mais. O *website* foi elaborado a partir da seleção de templates editáveis com interface intuitiva disponíveis na plataforma Wix.com²⁴⁸, empresa israelense de elaboração de *sites* com a utilização de recursos *online*, disponível nas versões *mobile*, específica para dispositivos móveis como *smartfone* e *tablet*; e *desktop*, versão para computador. O usuário tem acesso ao Website Linha do Tempo das EEEPs, através do localizador eletrônico de recursos (URL) <https://www.linhadotempoeep.com.br/>, contendo cinco abas com as temáticas especificadas no quadro 9:

²⁴⁸ É uma plataforma *online* que fornece *templates* gratuitos e intuitivos para a criação e edição de sites em formato HTML5 e sites Mobile, possibilitando que usuários sem conhecimento prévio de programação gráfica ou design gráfico possam obter um domínio na internet. Minha primeira experiência na criação e edição de *site* na plataforma *online* Wix.com aconteceu em 2014 com a criação do site Escritores Cearenses Múltiplos Olhares em parceria com a empresa Maximus Estúdios Digital. Disponível em: <https://escritorescearenses.wixsite.com/multiplosolhares>. Acesso em: 02 de fev. 2022.

Quadro 9 – Síntese *Website* Linha do Tempo das EEEPs

Aba	Conteúdo	Objetivo
1. Sobre	Apresentação do produto educacional, dos objetivos (geral e específico) e da minuta do currículo das (os) organizadoras(es).	Possibilitar ao usuário acesso as informações sobre o Mestrado ProfEPT, o desenvolvimento da pesquisa, a elaboração do produto educacional, os objetivos relacionados ao desenvolvimento do produto e a formação acadêmica e profissional das(os) elaboradores do conteúdo.
2. Linha do Tempo EEEPs (2007 a 2021)	Estruturação dos marcadores relativos aos principais acontecimentos e marcos normativos referente às EEEPs	Apresentar a linha do tempo das EEEPs elaborada a partir da pesquisa bibliográfica e documental acerca da dissertação denominada Tessitura Histórica do Ensino Médio integrado à Educação Profissional no Ceará, considerando o período 2007 a 2021.
3. Detalhamento Linha do Tempo EEEPs (2007 a 2021)	Organização temática dos principais acontecimentos relativos às EEEPs considerando os períodos 2007 a 2010; 2011 a 2014; 2015 a 2018; 2019 a 2021.	Especificar por período as principais informações relativas à rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, demarcando as etapas de Implantação, Expansão, Consolidação e Novas Perspectivas para as EEEPs.
4. Validação do Produto Educacional	Acesso ao questionário de validação do produto educacional constituído por três partes: perfil da(o) participante; análise das dimensões do material educativo; espaço reservado para críticas, elogios e sugestões.	Conhecer o perfil dos usuários, possibilitar a avaliação do produto educacional considerando os critérios adaptados de Ruiz <i>et al.</i> (2014) e Freitas (2020); assim como oportunizar o registro da opinião dos(as) respondentes acerca do produto educacional através do relato do participante.
5. Mais	Constituído pelo formulário de contato, política de privacidade e política de cookies.	Possibilitar ao usuário contato com os(as) organizadores(as) e acesso as especificidades relativas à política de privacidade e de cookies.

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Relevante mencionar que também é possível interagir com as(os) organizadoras(es) de conteúdo utilizando o *chat*. Nesse espaço, o usuário pode solicitar informações, tirar dúvidas, sugerir conteúdos e fazer comentários acerca do produto educacional. Na figura 1, a página principal do *Website* Linha do Tempo das EEEPs, contendo as informações descritas no Quadro 9.

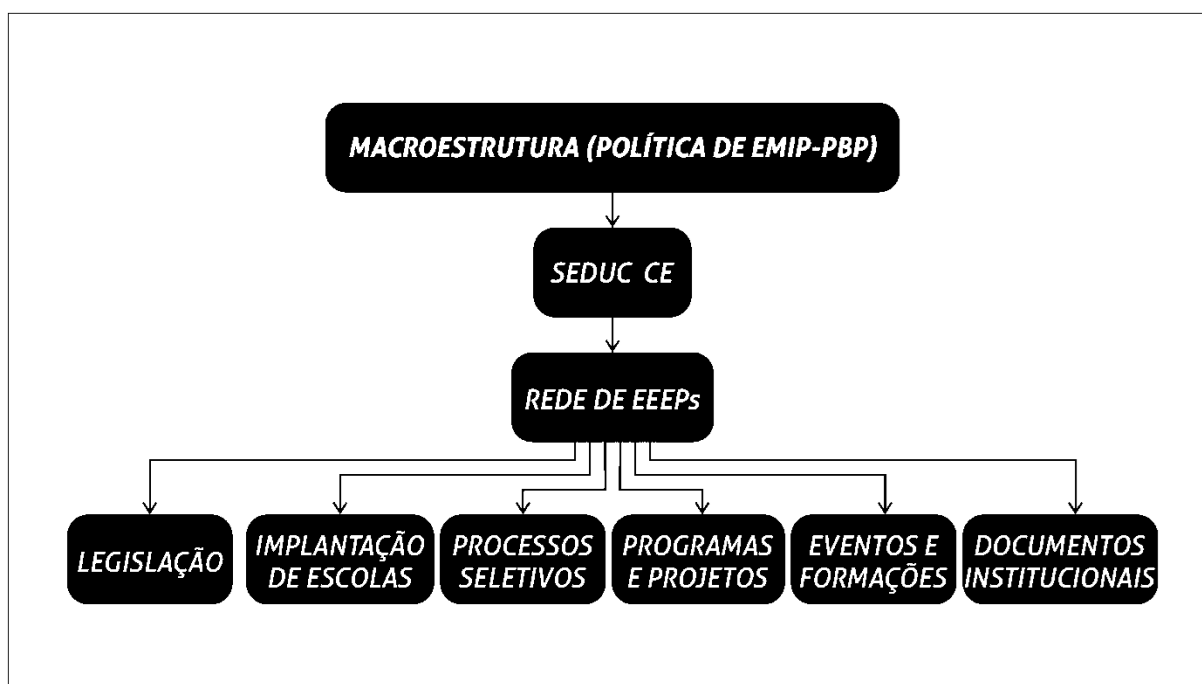
Figura 1 – Tela Inicial (*Website Linha do Tempo das EEEPs*)

Fonte: <https://linhadotempoeep.com.br>.

A opção pelo desenvolvimento do *Website* Linha do Tempo das EEEPs com um *layout* minimalista teve como objetivo possibilitar uma experiência de leitura mais agradável acerca das informações relativas à trajetória dessas escolas. Relevante evidenciar que a rede pública de Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará é composta por um quantitativo expressivo de instituições escolares, totalizando em 2021, 123 unidades escolares. Considerando esse contexto, foram estruturadas a Linha do Tempo Geral (LTG) e na aba Detalhamento, o desenvolvimento de Linhas do Tempo Específicas (LTE) com informações mais abrangentes, desde 2007 até 2021. No desenvolvimento da LTG e no detalhamento por período, considerou-se a perspectiva macroestrutural, pois devido ao quantitativo de escolas na rede de EEEPs, tornou-se inviável agregar acontecimentos específicos de cada escola, portanto, as informações sistematizadas no *Website* Linha do Tempo das EEEPs consideraram aspectos relacionados à rede de EEEPs, a partir dos seguintes tópicos: Legislação; Implantação de Escolas; Programas e Projetos, Eventos e Formações; Documentos Institucionais.

Na figura 2, apresenta-se a sistemática de desenvolvimento da Linha do Tempo das EEEPs.

Figura 2 – Sistemática de Desenvolvimento do Produto Educacional



Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Devido ao quantitativo de informações encontradas acerca das EEEPs, a definição por agregar os conteúdos por tópicos foi utilizada como critério para seleção das informações, contribuindo assim para agrupar os principais acontecimentos relativos a essa rede de escolas. Esses tópicos foram definidos no decorrer da pesquisa, tendo como critérios o aspecto de recorrência dentre o material analisado e a perspectiva de abrangência considerando a robusta rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará. Sendo assim, a organização das informações foi realizada a partir de cada ano referente ao período de recorte da pesquisa, sistematizando as informações relevantes conforme os critérios informados anteriormente. A perspectiva por ano, possibilita ao leitor uma visão macroestrutural da trajetória das EEEPs na LTG assim como microestrutural nas LTEs, pois através da sistematização das informações detalhadas por ano o usuário do *website* tem contato com acontecimentos gerais e específicos que podem contribuir para uma perspectiva mais abrangente acerca das EEEPs. Dessa forma, nos tópicos Legislação, objetivou-se apresentar os marcos normativos referentes à trajetória das EEEPs como leis, decretos, pareceres, portarias e afins; em Escolas Implantadas foram agregados o quantitativo de escolas e de alunos beneficiados, os cursos técnicos ofertados e os municípios contemplados com essas escolas; em Processos Seletivos, encontram-se os principais lançamentos de Editais para núcleo gestor e docentes; em Programas e Projetos, relacionam-se os principais programas e projetos considerando a abrangência das escolas da rede de EEEPs; em Eventos e Formações, foram selecionadas as formações que iniciaram um

ciclo formativo para gestores e docentes da rede de EEEPs assim como os eventos promovidos pela COEDP que agregaram gestores, professores das EEEPs e técnicos lotados na Seduc CE, Credes e Sefor, considerando a perspectiva de rede; no tópico Documentos Institucionais foram inseridos os materiais institucionais direcionados à política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs, abrangendo os Referenciais para as EEEPs, O Guia do Estágio, As Rotinas Pedagógicas das EEEPs e o Relatório de Gestão (2008-2014).

Para a elaboração da Linha do Tempo Geral das EEEPs, foram selecionados os marcadores considerando a perspectiva de abrangência das escolas que compõem a rede de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Ceará. Nesse sentido, foram selecionados para compor a LTG das EEEPs, os acontecimentos a seguir relacionados à trajetória histórica dessas escolas, de acordo com o quadro 10:

Quadro 10 – Linha do Tempo das EEEPs (Geral)

Ano	Conteúdo
2007	Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007 que instituiu o Programa Brasil Profissionalizado
2008	Lei Estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008 que criou as Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará
2009	Decreto nº 29.704, de 08 de abril de 2009 que instituiu alterações no Programa de Estágio em órgãos e entidades da administração pública estadual
2010	Publicação do Decreto nº 30.282, de 04 de agosto de 2010 que instituiu a Coordenadoria de Educação Profissional
2011	Implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional denominadas Padrão Ministério da Educação
2012	Decreto nº 30.933, de 29 de junho de 2012 que estabeleceu o Programa de Estágio para estudantes e egressas(os) da rede de ensino do Ceará.
2013	Decreto 31.163, de 11 de março de 2013 que normatizou a Gratificação de Desempenho aos ocupantes de cargos comissionados e docentes das EEEPs
2014	Lançamento de documentos orientadores acerca da política de Ensino Médio integrado à Educação Profissional implantada nas EEEPs
2015	Publicação do site da Educação Profissional, composto por 12 páginas abordando aspectos pedagógicos, normativos e financeiros das EEEPs
2016	Decreto nº 32.075, de 31 de outubro de 2016 que instituiu alterações no Programa de Estágio das EEEPs
2017	Realização do 1º Encontro de Gestão das Práticas de Estágio das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará
2018	Seminário EEEP 10 anos, evento alusivo à primeira década de implantação da política de Ensino Médio integrado à Educação Profissional nas EEEPs
2019	Decreto nº 33.048, de 30 de abril de 2019 que estabeleceu alterações na estrutura organizacional da Coordenadoria de Educação Profissional
2020	Lançamento de documentos institucionais relativos ao período de suspensão das atividades presenciais em função da pandemia da Covid-19.
2021	Lei Estadual nº 17.572, de 22 de julho de 2021 que instituiu o Programa “Ceará Educa Mais”

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

As informações referentes à LTG, foram estruturadas no *Website* Linha do Tempo das EEEPs com a utilização de ícones relativos a cada temática assim como links de acesso aos conteúdos inseridos no ambiente *online*, de acordo com a figura 3:

Figura 3 – Linha do Tempo das EEEPs (Geral)



Fonte: <https://www.linhadotempoeep.com.br/linha-do-tempo>.

Quanto ao detalhamento contendo as informações específicas por ano, foi estruturado considerando os mesmos tópicos elencados no processo de elaboração da LTG, abrangendo a contextualização histórica e as informações relativas à Implantação das EEEPs (2007 a 2010); Expansão das EEEPs (2011 a 2014); Consolidação das EEEPs (2015 a 2018); Novas Perspectivas para as EEEPs (2019 a 2021). As LTEs foram desenvolvidas abrangendo os acontecimentos mais significativos de cada período utilizando como critério a recorrência e a abrangência contemplando os acontecimentos agregados à rede de EEEPs, de acordo com o quadro 11.

Quadro 11 – Detalhamento por Período (LTE das EEEPs)

(continua)

Implantação da Rede de EEEPs	
Ano	Conteúdo
2007	Lançamento do Programa Brasil Profissionalizado
2008	Plano de Integração da Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará; Implantação dos Centros Educacionais da Juventude (CEJOVEM); Processo Seletivo Diretores para as EEEPs; Implantação do Projeto Professor Diretor de Turma; Lei nº 14.273/2008 (Criação das EEEPs), Processo Seletivo Docentes EEEPs.

Quadro 11 – Detalhamento por Período (LTE das EEEPs)

(continuação)

Implantação da Rede de EEEPs	
Ano	Conteúdo
2009	Lançamento da Portaria 105/2009 (20% das vaga das EEEPs para estudantes da Rede Privada de Ensino); Criação das Células de Currículo e de Estágio; Projeto Com.DominioDigital(CDD); Implantação de 26 EEEPs; Decreto 29.705/2009 (Alterações no Programa de Estágio); Publicação do Edital nº 13/2009 (Contratação Professores da Base Técnica); lançamento da Portaria de Matrícula nº 848/2009 (Estudantes EEEPs); Publicação da Portaria nº 847/2009 (Lotação de Professores - EEEPs).
2010	Publicação Parecer nº113/2010 (Credenciamento das EEEPs); Implantação de 05 EEEPs; Publicação do Edital nº 015/2010 (Seleção Diretores EEEPs); Decreto nº 30.282/2010 (Criação da Coordenadoria de Educação Profissional); Publicação da Portaria nº 882/2010 (Lotação de Professores - EEEPs), Referenciais para as EEEPs (1ª edição).
Expansão da Rede de EEEPs	
Ano	Temática
2011	Implantação de 18 EEEPs; Instituição da função de coordenador de curso nas EEEPs; Publicação do Edital nº003/2011 (Possibilitou assumir cargos nas EEEPs); Oferta do Curso de Especialização de Gestores das EEEPs (Parceria com o Instituto Federal do Paraná/SETEC-MEC.
2012	Publicação do Parecer nº 709/2011 (Credenciamento das EEEPs); Implantação de 15 EEEPs; Publicação da Portaria nº 003/2012 (Lotação de Professores), Criação do Sistema Informatizado de Captação de Estágio (SICE); Oferta de Especialização em Turismo e Hospitalidade para professores da base técnica (Parceria Seduc/SETEC – MEC); Revisão curricular dos cursos técnicos; Transferência das metodologias do CDD; Projeto Círculo de Leitura; I Simpósio do Ensino Médio Integrado do Ceará; Publicação do Decreto 30.933/2012 (Programa de Estágio nas EEEPs); Publicação do Edital nº 012/2012 (Seleção Diretores EEEPs); Publicação da Portaria nº 1091 /2012 (Lotação de Professores – EEEPs).
2013	Inserção dos componentes curriculares (Projeto de Vida e Empreendedorismo); Decreto 31.163/2011 (Gratificação de Desempenho das EEEPs); Implantação de 05 EEEPs; Inserção do Superintendente Escolar no acompanhamento das EEEPs; lançamento do Guio do Estágio das EEEPs (1ª Edição); Publicação do Parecer nº 1877/1878/1879/2013 (Reconhecimento Cursos e Credenciamento EEEPs); Criação do Sistema de Informatização e Simplificação de Processos da Educação Profissional do Ceará; Publicação da Portaria de Lotação nº 1114/2013 (Lotação de Professores – EEEPs); Realização do II Simpósio Estadual de Educação Profissional.
2014	Implantação de 09 EEEPs; Lançamento do Edital nº 015/2014 (Seleção Diretores EEEPs); Publicação de Documentos Orientadores (EEEPs); Redesenho Curricular (Cursos Técnicos); Publicação do Parecer 0806/2014 ((Re)credenciamento das Escolas Estaduais de Educação Profissional).
Consolidação da Rede de EEEPs	
Ano	Temática
2015	Implantação de 06 EEEPs; Revisão Curricular dos cursos técnicos (Continuação); Publicação do site da Educação Profissional; Divulgação da Portaria nº1169/2015 (Lotação de Professores – Anexo I – EEEPs); Divulgação da Lei nº 15.928 (Alteração na Lei de Criação das EEEPs).
2016	Implantação de 02 EEEPs; I Formação referente ao processo de transferência de metodologia (Projeto de Vida e Mundo do Trabalho); Revisão curricular dos cursos técnicos (Continuação); Divulgação do Decreto nº 32.075/2016 (alteração no Programa de Estágio nas EEEPs); Publicação do Guia do Estágio (2ª Edição); Divulgação do Guia do Usuário (SICE); Publicação do Primeiro Boletim de Egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional; Divulgação do Parecer nº 1109/2016 (Recredenciamento e Renovação dos Cursos Técnicos EEEPs)
2017	Implantação de 01 EEEP; Realização do I Encontro de Gestão das Práticas do Estágio; Realização do I Seminário de Avaliação e Integração da Educação Profissional; Atualização do Guia do Estágio das EEEPs; II Formação Projeto e Vida e Mundo Trabalho (Transferência de Metodologia); Lançamento do Caderno de Matrizes; Publicação da Portaria nº 1371/2017 (Lotação de Professores – EEEPs).

Quadro 11 – Detalhamento por Período (LTE das EEEPs)

(conclusão)

Consolidação da Rede de EEEPs	
Ano	Temática
2018	Implantação de 03 EEEPs; Publicação da Portaria nº 1451/2018 (Lotação de Professores – EEEPs); Resolução nº 466/2018 (Normatização da Educ. Prof. Téc. De Nível Médio no Sistema de Ensino do Ceará); III Formação Projeto de Vida e Mundo do Trabalho (Transferência de Metodologia); Publicação da Lei nº 16.600/2018 (Alteração na Lei de Criação das EEEPs); Programa Jovem de Futuro nas EEEPs; Seminário 10 anos das EEEPs; Lançamento do Portal Conexão Trabalho Ceará; Publicação do Parecer nº 0938/2018(Reconhecimento e Credenciamento de cursos técnicos); Publicação da Portaria nº 1391/2018 (Lotação Professores EEEPs); Realização do I Sistema de Permanente de Avaliação das disciplinas da formação profissional das EEEPs.
Novas Perspectivas Rede de EEEPs	
Ano	Temática
2019	Implantação de 03 EEEPs; Realização do I Seminário de Diretores das EEEPs; Publicação do Decreto 33.048 (Alteração na estrutura organizacional da Seduc/CE); Redesenho curricular de 06 cursos técnicos das EEEPs; Avaliação Diagnóstica através do Sistema Online de Avaliação, Suporte e Acompanhamento Educacional (Sisedu); Publicação do Parecer nº 0707/2019 (Reconhecimento e Credenciamento de Cursos Técnicos EEEPs); Publicação da Portaria 1493/2019 (Alteração Portaria de Matrícula - EEEPs).
2020	Implantação de 01 EEEP; Decreto nº 33510/2020 (Enfrentamento e Controle Pandemia Covid – 19); Publicação das Diretrizes Operacionais (Período de suspense das atividades educacionais no primeiro semestre 2020); Publicação da Resolução nº 485/2020 (Alteração na Resolução nº 466/2018); Diretrizes Operacionais (Período de suspense das atividades educacionais no segundo semestre 2020); Publicação do Parecer nº 0209/2020 (Orientações Conclusão do Ano Letivo 2020); Divulgação da Portaria nº 0612/2020 (Alteração na Portaria de Matrícula – EEEPs); Publicação da Resolução nº 487/2020 (Reestruturação do calendário escolar).
2021	Implantação de 01 EEEP; Publicação da Portaria nº 57/2021 (Orientações início do ano letivo); Lançamento das Diretrizes Operacionais para o ano letivo (2021); Divulgação do Guia de Retorno das Atividades Presenciais (2021); Publicação da Lei nº 17.541/2021 (Alteração na Lei de Criação das EEEPs); Publicação da Lei nº 17.572/2021 referente ao Programa Ceará Educa Mais; Lançamento do Guia de Orientações sobre o Ensino Remoto/Híbrido; Lançamento da versão provisória do Documento Curricular Referencial do Novo Ensino Médio; Realização do Seminário virtual “Educação Profissional: contextos e perspectivas”; Publicação do Parecer nº 0386/2021 (Orientações para o encerramento dos períodos letivos 2021 e 2022); Publicação do Caderno de Matrizes (Orientações para o ano letivo 2022).

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

As LTEs foram sistematizadas para possibilitar ao usuário uma perspectiva mais ampla acerca da trajetória das EEEPs, não ficando limitada aos acontecimentos elencados na Linha do Tempo Geral. Na aba Detalhamento o usuário tem acesso a contextualização histórica por período selecionado e em seguida, a progressão dos acontecimentos relacionados a esse período, sendo possível fazer um recorte por etapa, conforme destacado nas figuras 4 e 5.

Figura 4 – Contextualização por Período (Recorte 2007 a 2010)

2007 a 2010 - Implantação da Rede de EEPs

Com vitória no primeiro turno, Cid Ferreira Gomes, filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), assumiu o seu primeiro mandato (2007-2010) como governador do Ceará. O projeto político da candidatura de Cid Gomes estava voltado para o crescimento do Estado do Ceará e nesse sentido “persiste a crença de que construção de grandes obras de Infraestrutura e apoio à industrialização, são os caminhos ideais para o desenvolvimento local”, de acordo com Farias (2018). Dessa forma, cabe recorrer ao plano de governo da coligação “Ceará vota para crescer”, cujas promessas estão ancoradas “no apoio do governo Lula, na estreita cooperação com os municípios e na participação de todos os cearenses, para realizar uma administração que produzirá o Grande Salto histórico que o Ceará merece”. (CEARÁ, 2006, p. 5). Dando continuidade ao projeto de desenvolvimento do Estado do Ceará, o governo Cid Gomes centrou esforços para a qualificação de mão de obra, pois diante de um cenário de pleno progresso, principalmente nos setores do Turismo e da Indústria, verificou-se a necessidade de trabalhadores qualificados para atender a demanda de um mercado em expansão. Nesse sentido, “buscou instalar centros formadores de técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior em Fortaleza e interior do estado”, de acordo com Farias (2018, p. 550). Considerando o contexto de expansão industrial no Estado do Ceará e no investimento financeiro à nível federal na educação, evidenciam-se as Escolas Estaduais de Educação Profissional, atendendo a uma promessa de campanha política de Cid Ferreira Gomes que tem como uma das ações para a

Fonte: <https://www.linhadotempoeep.com.br/detalhamento>.

Figura 5 – Detalhamento por Período (LTE das EEPs)

2007

2007 - Instituição do Programa Brasil Profissionalizado a partir do Decreto nº 5.302, de 12 de dezembro de 2007 que tem como objetivo financiar e incentivar a articulação do Ensino Médio à Educação Profissional.

2008

2008 - Divulgação do Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará, em março de 2008. O referido documento tinha como objetivo estruturar os fundamentos essenciais de um plano voltado para a educação profissional e tecnológica considerando a articulação com setores públicos e privados.

2008 - Publicação da Lei nº 14.190, de 30 de julho de 2008, referente a criação do Programa Aprender para Valer que tinha a finalidade de contribuir no processo de aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio e sua articulação com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O Programa Aprender para Valer estava estruturado em cinco ações estratégicas: Superintendência Escolar; Projeto Primeiro, Aprender; Projeto Professor Aprendiz; Ampliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará; Pre-Vest; Articulação do Ensino Médio a Educação Profissional.

2008 - Implantação dos Centros Educacionais para a Juventude (CEJOVEM), no segundo semestre de 2008, voltados para a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública estadual de ensino do Ceará.

Fonte: <https://www.linhadotempoeep.com.br/detalhamento>.

Inserir o detalhamento é relevante para que o usuário possa ter acesso às informações agrupadas por período e pode contribuir para uma melhor compreensão acerca da trajetória das EEPs, sendo possível perceber a dinâmica processual dessa política educacional.

8.3 Aplicação e Validação do Produto Educacional

A Coordenadoria de Educação Profissional em parceria com a Secretaria da Educação do Ceará, lançou o *site* da Educação Profissional, em 2015. No referido sítio eletrônico foram inseridas informações acerca da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs, porém não foi reservado uma aba específica acerca do contexto histórico dessa rede de escolas, assim como a sistematização dos principais acontecimentos relativos às EEEPs, demarcados por período. Nesse sentido, o produto educacional proposto pode ser utilizado em atualizações posteriores do *site* da Educação Profissional como uma aba adicional contendo a Linha do Tempo e o percurso histórico das EEEPs já que ao navegar pelo *site* da Educação Profissional foi verificado que as informações mais recentes constam do ano de 2018.

Devido a importância dessa política educacional para o Estado do Ceará, é importante continuar inserindo informações no *website* Linha do Tempo das EEEPs para possibilitar aos usuários acesso a conteúdos atualizados acerca dessa rede de escolas. Dessa forma, objetiva-se dar continuidade ao desenvolvimento desse espaço *online* acerca das EEEPs em parceria com a COEDP. A princípio, a ideia era desenvolver o produto como uma das abas do *site* da Educação Profissional, porém por questões relativas ao tempo disponível para o ajuste do *Website* Linha do Tempo das EEEPs ao *site* da Educação Profissional, tornou-se inviável a organização das informações no mesmo ambiente *online*. Essa situação não se constitui como limitadora, pois durante a aplicação do produto educacional, os integrantes da Célula de Desenvolvimento Curricular e do Ensino Técnico (CEDET) demonstraram interesse em levar essa solicitação à gestão superior da COEDP/Seduc CE. Relevante mencionar que em 2022 algumas pautas foram adiadas devido ao período eleitoral, porém após as definições referentes à gestão governamental e do secretariado a nível estadual as ações serão reavaliadas. Nesse sentido, espera-se um momento mais oportuno para retomar essa pauta com os setores responsáveis.

O produto educacional foi aplicado nos dias 06 e 07 de outubro de 2022 com os técnicos da equipe da Célula de Desenvolvimento Curricular e do Ensino Técnico. Para o aceite da referida aplicação foi realizado contato telefônico para uma reunião presencial com a orientadora da referida célula. Durante a reunião foi apresentada a declaração de vínculo ao ProfEPT assim como uma breve apresentação acerca do produto educacional e as etapas de aplicação e validação do produto. Após o aceite, foi reservada a sala de reunião da Coordenadoria de Educação Profissional para aplicação do produto. A CETET faz parte da

COEDP, vinculada à Secretaria da Educação do Ceará. A equipe teve acesso ao protótipo do produto educacional uma semana antes da aplicação para que pudessem iniciar a análise. O acesso foi disponibilizado através do aplicativo *WhatsApp* no grupo da equipe selecionada, contendo informações acerca do mestrado ProfEPT, da pesquisa em desenvolvimento e da proposta de produto educacional.

Em outubro de 2022, a equipe era composta por 8 (oito) integrantes, porém dois integrantes não puderam participar da aplicação, sendo um deles devido a afastamento por licença saúde e o outro integrante em função do período de férias. Devido ao excesso de demandas referente à rotina da CEDET, não foi possível realizar a aplicação de forma simultânea com os integrantes da equipe, sendo necessário organizar dois momentos para atender a disponibilidade dos participantes. A aplicação do produto ocorreu no turno da manhã e teve duração de 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos, seguindo as etapas a seguir: acolhida, breve apresentação do ProfEPT e da pesquisa em desenvolvimento, apresentação do *Website* Linha do Tempo das EEEPs, Roda de conversa, encaminhamentos e encerramento/agradecimento, conforme detalhado no quadro 12:

Quadro 12 – Síntese do Processo de Aplicação do Produto Educacional

(continua)

Item da Pauta	Tempo	Objetivo	Observações
Acolhida	15 minutos	Recepcionar os integrantes e apresentar os itens da pauta	Utilização de música ambiente, leitura da pauta da reunião e um breve detalhamento dos tópicos e informes sobre o acesso a pasta virtual com itens de pauta e links mencionados durante a aplicação.
Breve Apresentação ProfEPT	15 minutos	Apresentar as especificidades do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica.	Disponibilização de links com informações completas acerca do ProfEPT.
Pesquisa em Desenvolvimento	15 minutos	Realizar uma breve apresentação da pesquisa denominada A Tessitura Histórica da Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará.	Disponibilização de acesso à apresentação utilizada na qualificação do mestrado ProfEPT.
Apresentação do Produto Educacional	40 minutos	Apresentar a conceituação de um produto educacional e as especificidades do <i>website</i> Linha do Tempo das EEEPs.	Compartilhamento de links de acesso ao documento de Área 46 (Ensino) e de artigos de referência acerca da conceituação de produto educacional.
Roda de Conversa	45 minutos	Possibilitar um momento de diálogo acerca do produto educacional apresentado.	Realização de registro por escrito, caso o integrante não queira participar da roda de conversa. Para suporte desta ação foi disponibilizado bloco de anotações e caneta.

Quadro 12 – Síntese do Processo de Aplicação do Produto Educacional
(conclusão)

Item da Pauta	Tempo	Objetivo	Observações
Encaminhamentos	10 minutos	Solicitar o preenchimento do formulário de validação e em especial, o registro das sugestões, críticas e elogios referentes ao produto educacional.	Reforço quanto ao período de preenchimento do formulário de validação.
Encerramento/ Agradecimento	10 minutos	Finalizar a aplicação e agradecer a disponibilidade dos integrantes da CEDET.	Permanência do aplicador para dúvidas e eventuais informações acerca do produto educacional e do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Após a aplicação, foram encaminhados através do aplicativo *WhatsApp* e *webmail* dos participantes, os *links* de acesso ao ambiente *online* Linha do Tempo das EEEPs e ao formulário de validação do produto educacional²⁴⁹. Inicialmente, a equipe teve uma semana para preencher o questionário de validação do produto educacional e analisar novamente o produto educacional, correspondendo ao período de 07 a 14 de outubro de 2022. Devido ao excesso de demandas na rotina da CEDET, alguns componentes da equipe não conseguiram preencher o questionário de validação do produto educacional no período estipulado, sendo necessário prorrogar o prazo até o dia 28 de outubro de 2022, totalizando 21 dias.

Conforme especificado no Decreto nº 33.048, de 30 de abril de 2019, a Coordenadoria de Educação Profissional passou a ser composta pela Célula de Desenvolvimento Currículo e do Ensino Técnico (CEDET)²⁵⁰ e pela Célula de Acompanhamento e Promoção do Estágio (CEPAE) (CEARÁ, 2019g). Especificamente, a Célula de Desenvolvimento Curricular e do Ensino Técnico²⁵¹, tem como atribuições, conforme especificado no artigo 22 do Decreto nº 30.282, de 04 de agosto de 2010:

I -formular e acompanhar a execução da política pedagógica das escolas de Educação Profissional no que se refere aos desenhos curriculares, programas de ensino, regimento escolar, sistema de avaliação escolar, avaliação de entrada dos estudantes e posterior nivelamento dos conteúdos e consolidação dos resultados de aprendizagem;

²⁴⁹ <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfXzJTWcbC3nx0Szq2bhkG3poxpgd5ukKmaDOZcOdaZhMpEZA/viewform>.

²⁵⁰ Criada em 2009 a partir do Decreto nº 29.705, de 08 de abril de 2009 com a denominação de Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico, estava vinculada à Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola (CDESC). Em 2010, a Célula de Currículo passou a integrar a Coordenadoria de Educação Profissional, conforme normatizado pelo Decreto nº 30.282 de 04 de agosto de 2010.

²⁵¹ Em 2019, com a publicação do Decreto nº 35.048, de 14 de dezembro de 2022, que altera a estrutura organizacional da Secretaria da Educação do Ceará, a Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico passou a ser denominada Célula de Desenvolvimento Curricular do Ensino Técnico.

II -atuar diretamente na formação continuada das equipes escolares e fomentar a produção de material didático, bem como a sistematização de soluções de caráter pedagógico identificadas nas escolas; III -desenvolver a integração do currículo do ensino médio com o currículo da educação profissional de forma unitária com o foco na formação geral, científica, cultural e profissional do aluno; IV -elaborar das matrizes curriculares, ementas, propostas, programas de ensino e programas de curso das EEEP em articulação com as instituições colaboradoras: ESP, Centec, Ifet, Senac, Uece; V -aperfeiçoar e acompanhar pedagogicamente os professores em articulação com as instituições colaboradoras; VI -elaborar Material explicativo sobre o Ensino Médio Integrado e à Profissão e Material didático para o aluno; VII -encaminhar e acompanhar os processos de reconhecimento dos cursos técnicos junto ao Conselho Estadual de Educação; VIII -definir os processos relativos às matrículas das escolas de Educação Profissional e seus respectivos calendários (CEARÁ, 2010b).

A equipe da Célula de Desenvolvimento Curricular e do Ensino Técnico foi considerada para aplicação devido ao acompanhamento pedagógico de diversas ações relacionadas ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementado nas EEEPs. Nesse sentido é uma equipe estratégica que pode contribuir para o aprimoramento do produto educacional, pois atua diretamente para “desenvolver a integração do currículo do ensino médio com o currículo da educação profissional de forma unitária com o foco na formação geral, científica, cultural e profissional do aluno” (CEARÁ, 2010).

8.3.1 Validação do Produto Educacional (Grupos I e II)

A validação do produto educacional ocorreu em formato consulta pública através de um questionário *online* disponibilizado no *Website* Linha do Tempo das EEEPs²⁵². O questionário de validação do produto educacional foi estruturado em três partes, sendo a primeira referente ao perfil da(o) participante, a segunda parte abrangendo 10 (dez) afirmativas considerando as dimensões para análise de material educativo e a terceira relacionada ao relato do participante constituída de um espaço reservado às críticas, elogios e sugestões.

As dez afirmativas (Apêndice A) foram elaboradas considerando as dimensões propostas por Ruiz *et al.* (2014) acerca dos cinco componentes relativos à análise de materiais educativos, denominados atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação. Para cada dimensão foram elaboradas duas afirmativas, formatadas conforme a escala Likert, portanto para cada afirmação, foram dadas opções com os seguintes padrões de resposta: 0 = inadequado, 1 = parcialmente adequado, 2 = adequado e 3 = totalmente adequado. Para ser considerado adequado, o referido produto educacional deve atingir percentual O produto será

²⁵² <https://www.linhadotempoeep.com.br/>.

considerado validado, caso atinja média igual ou superior ao percentual de 60%, considerando a média das avaliações individuais (LOPES, 2021, p. 80).

8.3.2 Perfil dos(as) Respondentes (Grupo I)

O questionário de validação do produto educacional foi respondido por 6 (seis) integrantes da equipe da Célula de Desenvolvimento Curricular e do Ensino Técnico, contendo cinco questionamentos para estruturação do perfil dos(as) respondentes. Quanto à faixa etária 33,3% dos(as) respondentes assinalaram 55 anos ou mais; 33,3% com idade de 30 a 39 anos; 16,7% de 40 a 49 anos; 16,7% de 25 a 29 anos. Em relação ao gênero, a equipe da CEDET é composta por 83,3% de pessoas identificadas com o sexo feminino e 16,7% de pessoas relacionadas ao sexo masculino. Em relação ao cargo ou função, os seis respondentes assinalaram atuação como técnico(a) na Secretaria da Educação do Ceará, totalizando 100% dos avaliadores²⁵³ ocupando esta função. Quanto ao nível de escolaridade, 50% assinalaram Mestrado; 33,3% especialização e 16,7% nível superior (Tecnológico). Em relação ao tempo de atuação na Educação Profissional e Tecnológica, 33,3% assinalaram de 07 a 10 anos; 33,3% de 11 a 14 anos; 16,7% de 03 a 06 anos e 16,7% responderam que não se aplica porque provavelmente não tenha identificado entre os intervalos de tempo propostos, uma opção que se adeque ao seu período de atuação na EPT. Na tabela 16, a síntese das informações referentes ao perfil dos(as) respondentes:

Tabela 16 - Perfil dos(as) Respondentes (Grupo I)

Perguntas	%	%	%	%
Qual a sua faixa etária?	33,3% (30-39 anos)	33,3% (40-49 anos)	16,7% (55 anos ou mais)	16,7% (50 a 54 anos)
Qual o seu gênero?	83,3% (Feminino)	16,7% (Masculino)	-----	-----
Nível de Escolaridade?	50% (Mestrado)	33,3% (Especialização)	16,7% (Nível Superior Tecnológico)	-----
Perguntas	%	%	%	%
Tempo de atuação na EPT?	33,3% (07 a 10 anos)	33,3% (11 a 14 anos)	16,7% (03 a 06 anos)	16,7% (Não se aplica) ²⁵⁴

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

253 Dependendo da atividade que estivesse sendo desenvolvida na CEDET, a equipe poderia ter dentre os seus integrantes bolsistas para elaboração de material didático ou atividades afins. Esses profissionais não integram o quadro permanente de técnicos que atuam na CEDET.

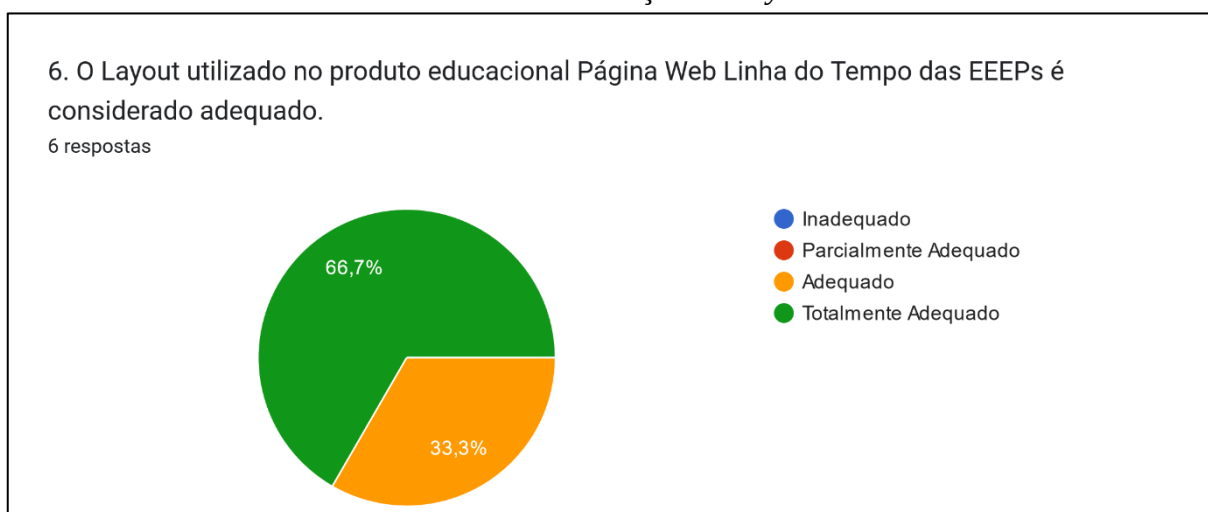
254 O respondente não identificou entre os períodos estipulados uma opção que se adequasse ao seu tempo de atuação na EPT.

Percebeu-se que no grupo de respondentes, o somatório dos que assinalaram experiência profissional na EPT atingiu o percentual de 66, 6% indicando experiência correspondente ao período de 7 a 14 anos na Educação Profissional e Tecnológica, especificamente na política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas ETEPs. Sendo, portanto, um indicativo de que possam ter um tempo relevante de atuação profissional para contribuir para a melhoria do produto educacional, apontando potencialidades e fragilidades referentes ao material produzido.

8.3.3 Dimensões para Análise e Aplicação do Produto Educacional

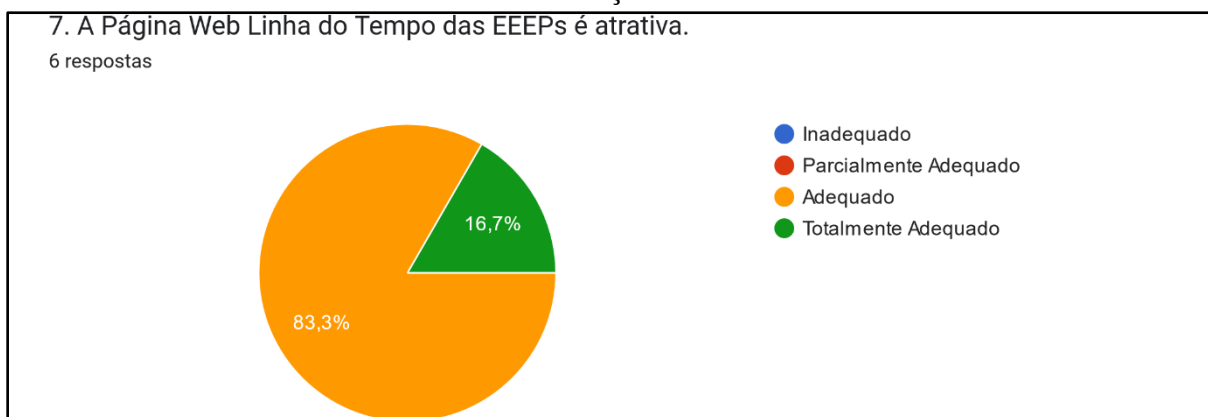
Para elaboração da segunda parte referente à validação do produto educacional *Website* Linha do Tempo das ETEPs, foram consideradas as dimensões propostas por Ruiz *et al.* (2014) e Freitas (2020) para avaliação do material educativo, abrangendo, portanto as dimensões: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação atrelada aos aspectos relacionados a tipologia, a estética, ao meio, a linguagem e ao suporte relativo ao produto educacional *Website* Linha do Tempo das ETEPs, considerando o período de 2007 a 2021. Na primeira dimensão denominada **Atração/Aparência**, os(as) respondentes tiveram a oportunidade de analisar duas afirmativas acerca do produto educacional e nesse requisito a análise estava voltada para organização dos elementos gráficos e visuais, ou seja, mapeamento da navegação do espaço *online* considerando os elementos da sua composição. A seguir os gráficos correspondentes à avaliação do material, sendo os gráficos 1 e 2, referentes ao *layout* e a atratividade do *Website* Linha do Tempo das ETEPs:

Gráfico 1 – Avaliação do *Layout*



Fonte: Autora, adaptado de Ruiz *et al.* (2014) e Freitas (2020).

Gráfico 2 – Avaliação da Atratividade

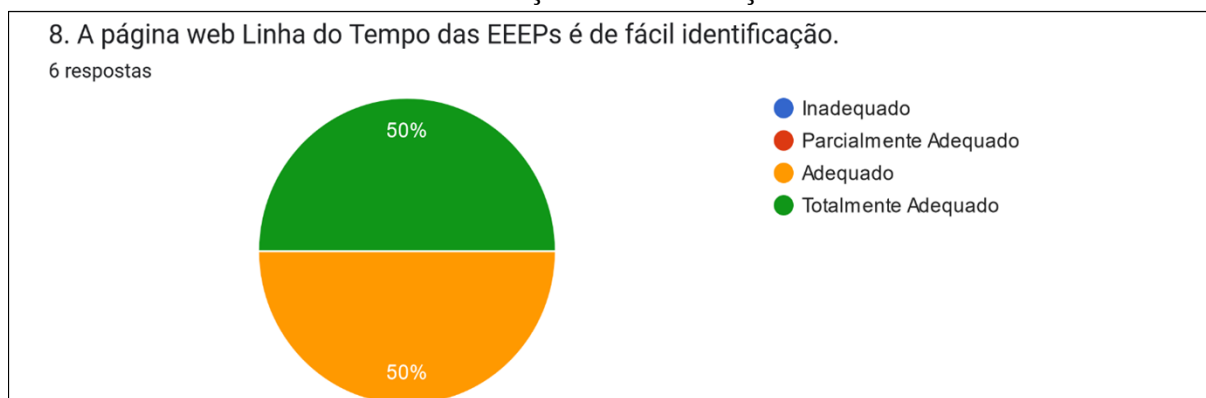


Fonte: Autora, Adaptado de Ruiz *et al.* (2014) e Freitas (2020).

Quanto à avaliação das duas afirmativas que integram a dimensão **Atração/Aparência**, os(as) respondentes assinalaram apenas os marcadores avaliativos adequado e totalmente adequado, sendo que para o *layout* do ambiente *online* Linha do Tempo das EEEPs 66,7% consideraram como totalmente adequado e 33,3% assinalaram adequado. Em relação à atratividade, 83,3% avaliaram como adequado e 16,7% como totalmente adequado, sendo possível considerar que para os(as) respondentes as afirmativas referentes à primeira dimensão atingiram patamares considerados adequados quanto aos aspectos relacionados à organização dos elementos gráficos e visuais do espaço *online* Linha do Tempo das EEEPs.

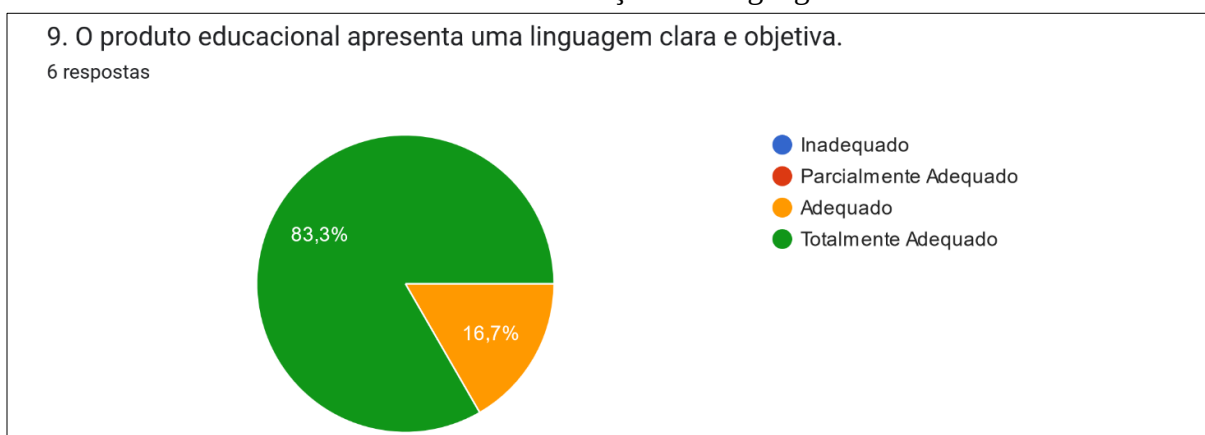
Na segunda dimensão denominada **Compreensão/Linguagem**, os(as) respondentes avaliaram duas afirmativas relacionadas à identificação e a linguagem utilizada no ambiente *online* Linha do Tempo das EEEPs. Nesse requisito, os(as) avaliadores(as) tiveram a oportunidade de verificar a adequação da linguagem utilizada e a identificação temática do espaço *online*, conforme indicado nos gráficos 3 e 4:

Gráfico 3 – Avaliação da Identificação do Website



Fonte: Autora, Adaptado de Ruiz *et al.* (2014) e Farias (2020).

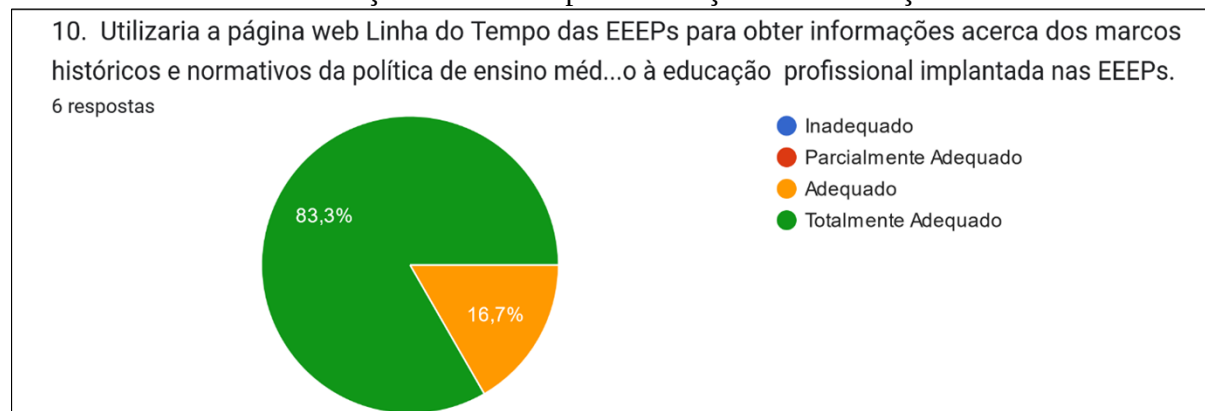
Gráfico 4 – Avaliação da Linguagem



Fonte: Autora, Adaptado de Ruiz *et al.* (2014) e Freitas (2020).

Considerando a escala de avaliação para a segunda dimensão, os(as) respondentes assinalaram apenas os marcadores avaliativos adequado e totalmente adequado para essa dimensão. Quanto à facilidade de identificação do espaço *online*, os(as) avaliadores(as) consideraram 50% como adequado e 50% como totalmente adequado. Em relação à linguagem utilizada, os integrantes da equipe da CEDET consideraram 83,3% como totalmente adequada e 16,7% como adequada. Nessa dimensão, os(as) respondentes assinalaram, conforme indicado nos gráficos 3 e 4 que os itens relativos à identificação e linguagem selecionados para a elaboração do *Website* Linha do Tempo das EEEPs foram considerados apropriados.

Quanto à terceira dimensão, denominada **Envolvimento e Conteúdo**, os(as) respondentes tiveram a oportunidade de analisar duas afirmativas, sendo a primeira relacionada ao conteúdo selecionado para a elaboração do ambiente virtual e a segunda, referente ao envolvimento do usuário com a temática proposta, de acordo com os gráficos 5 e 6:

Gráfico 5 – Avaliação do *Website* para Obtenção de Informações Temáticas

Fonte: Autora, Adaptado de Ruiz *et al.* (2014) e Freitas (2020).

Gráfico 6 – Avaliação da Compreensão da Temática Proposta

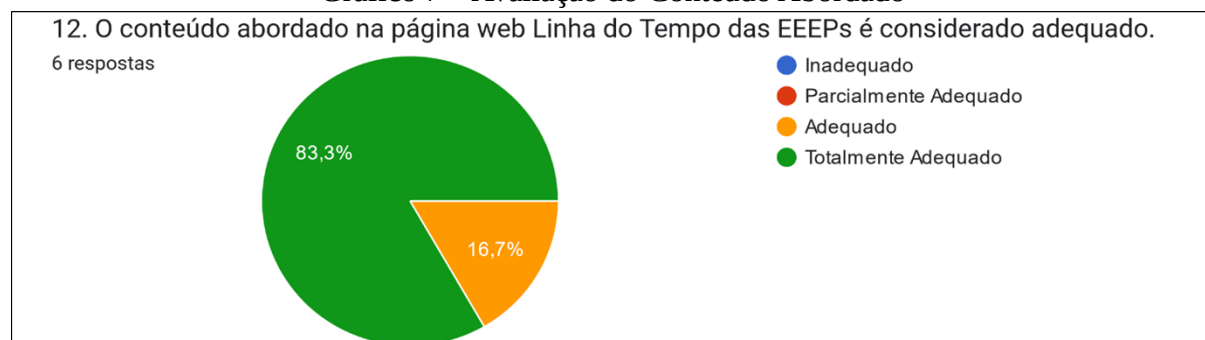


Fonte: Autora, Adaptado de Ruiz *et al.* (2014) e Freitas (2020).

A avaliação dessa dimensão ficou restrita aos marcadores avaliativos adequado e totalmente adequado, sendo relevante mencionar que 83,3% dos(das) respondentes consideraram como totalmente adequado a utilização do *Website* Linha do Tempo das EEEPs para obter informações acerca dos marcos históricos e normativos relativos às EEEPs e 16,7% avaliaram como adequado. Quanto à facilitação do entendimento acerca da trajetória das EEEPs, 100% dos(das) respondentes assinalaram como totalmente adequado, sendo, portanto, um indicativo relevante de que a seleção e organização do conteúdo auxiliou no processo de compreensão da trajetória dessas escolas, considerando o período desde 2007 até 2021.

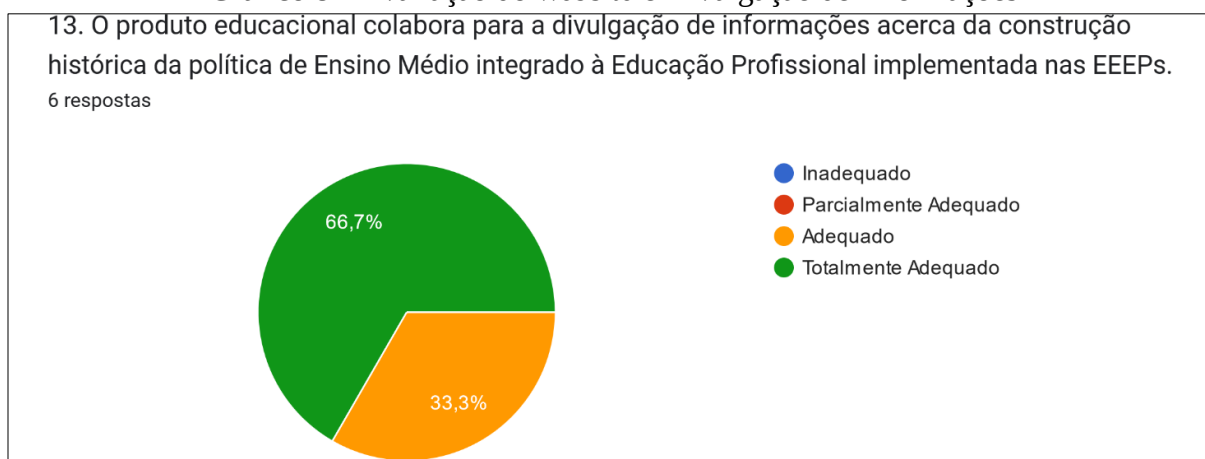
Na quarta dimensão denominada **Aceitação/Motivação** os(as) respondentes tiveram a possibilidade de avaliar especificamente a adequação do conteúdo, considerando dentre os diversos acontecimentos que integram essa rede de escolas; a estruturação e escolha dos principais acontecimentos e marcos normativos relacionados às EEEPs, assim como a possibilidade de disseminação dessas informações a partir da utilização do *Website* Linha do Tempo das EEEPs, de acordo com os gráficos 7 e 8:

Gráfico 7 – Avaliação do Conteúdo Abordado



Fonte: Autora, Adaptado de Ruiz *et al.* (2014) e Freitas (2020).

Gráfico 8 – Avaliação do Website e Divulgação de Informações



Fonte: Autora, Adaptado de Ruiz *et al.* (2014) e Freitas (2020).

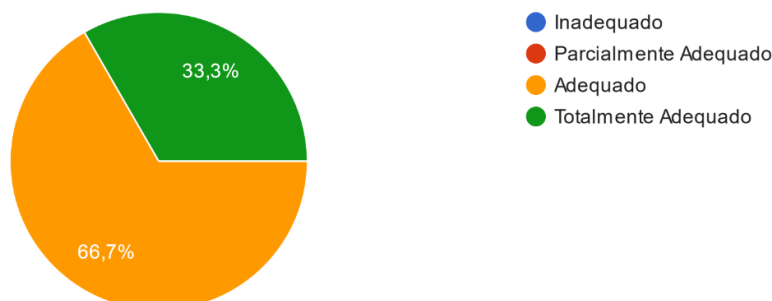
Para essa dimensão também foram utilizados apenas os indicadores avaliativos adequado e totalmente adequado. Sendo que especificamente para avaliação do conteúdo abordado no produto educacional, os(as) respondentes avaliaram 83,3% como totalmente adequado e 16,7% como adequado. E quanto à disseminação acerca das informações relativas à construção histórica da rede de EEEPs, 66,7% dos(as) avaliadores(as) consideraram como totalmente adequado e 33,3% assinalaram como adequado. Esses percentuais indicam que as afirmativas vinculadas à quarta dimensão do produto educacional proposto, foram considerados apropriados e nesse sentido, evidenciam que a estruturação temática dos conteúdos assim como a opção pelo ambiente *online* contribuiu para a divulgação de informações acerca da rede de EEEPs, atingindo, portanto, relevantes níveis de adequação.

A quinta dimensão denominada **Mudança de Ação/Fomento** não está vinculada diretamente aos objetivos do produto educacional, porém a referida dimensão foi mantida em função do detalhamento da Linha do Tempo das EEEPs. A partir do detalhamento, os usuários tiveram a oportunidade de conhecer as especificidades dessa rede de escolas considerando o período Implantação (2007 a 2010); Expansão (2011 a 2014); Consolidação (2015 a 2018) e Novas Perspectivas para rede de EEEPs (2019 a 2021). Dessa forma, os marcos históricos e normativos não ficaram limitados a uma linha do tempo com acontecimentos estanques, mas inseridos numa dinâmica histórica e social que perpassou a trajetória das EEEPs. Sendo assim, nas duas afirmativas propostas nesta dimensão, os(as) respondentes tiveram a possibilidade de avaliar se o produto educacional possibilitou uma mudança de perspectiva acerca da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs e se incentivou a capacidade crítica do leitor, de acordo com os gráficos 9 e 10:

Gráfico 9 – Avaliação acerca da Mudança de Perspectiva

14. A página web Linha do Tempo das EEEPs estimula uma mudança de perspectiva acerca da política de ensino médio integrado à educação pro...lantada nas EEEPs, no período de 2007 até 2021.

6 respostas

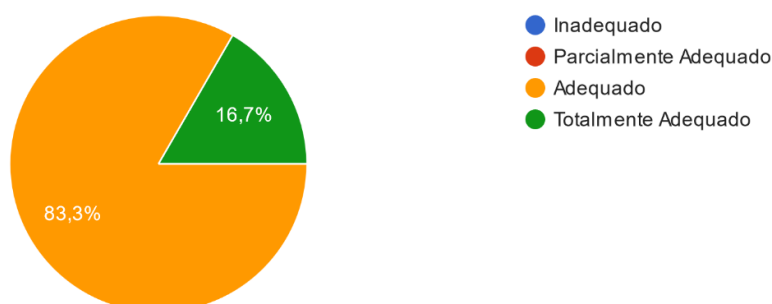


Fonte: Autora, Adaptado de Ruiz *et al.* (2014).

Gráfico 10 – Avaliação acerca do Incentivo à Capacidade Crítica

15. O produto educacional Página Web Linha do Tempo das EEEPs educacional incentiva a capacidade crítica do leitor.

6 respostas



Fonte: Autora, Adaptado de Ruiz *et al.* (2014).

Os(as) respondentes assinalaram na dimensão **Mudança de Ação/Fomento**, os indicadores avaliativos adequado e totalmente adequado. Na afirmativa referente ao estímulo de mudança de perspectiva acerca da política de Ensino Médio Integrado à Educação implementada nas EEEPs, 66,3% dos(as) avaliadores(as) assinalaram como adequado e 33,3% consideraram totalmente adequado. Quanto ao incentivo à capacidade crítica do leitor, 83,3% dos integrantes da CEDET consideraram como adequado e 16,7% assinalaram como totalmente adequado. Nesse sentido, a resposta dos(as) avaliadores(as) indicou que o produto educacional atingiu nível apropriado quanto aos aspectos relacionados à mudança de ação e fomento à capacidade crítica do usuário do *Website* Linha do Tempo das EEEPs.

A tabela 17, corresponde a síntese das respostas referentes às Dimensões do Produto Educacional *Website* Linha do Tempo das EEEPs.

Tabela 17 – Síntese Validação Produto Educacional (Grupo I)

Dimensão	Inadequado (V.A=0)²⁵⁵	Parcialmente Adequado (V.A=1)	Adequado (V.A=2)	Totalmente Adequado (V.A=3)
1. ATRAÇÃO/APARÊNCIA (D1)				
1.1O <i>Layout</i> utilizado no produto educacional Página Web Linha do Tempo das EEEPs é considerado adequado.	0	0	2	4
1.2 A Página Web Linha do Tempo das EEEPs é atrativa.	0	0	5	1
TOTAL D1	0	0	7x2=14	5x3=15
2. COMPREENSÃO/LINGUAGEM (D2)				
2.1A página web Linha do Tempo das EEEPs é de fácil identificação.	0	0	3	3
2.2 O produto educacional apresenta uma linguagem clara e objetiva.	0	1	8	20
TOTAL D2	0	0	4x2=8	8x3=24
3. ENVOLVIMENTO/CONTEÚDO				
3.1Utilizaria a página web Linha do Tempo das EEEPs para obter informações acerca dos marcos históricos e normativos da política de ensino médio integrado à educação profissional implantada nas EEEPs.	0	0	1	5
3.2A página web Linha do Tempo das EEEPs facilita o entendimento acerca da trajetória das EEEPs referente ao período de 2007 até 2021	0	0	0	6
TOTAL D3	0	0	1x2=2	11x3=33
4.ACEITAÇÃO/MOTIVAÇÃO				
4.1O conteúdo abordado na página web Linha do Tempo das EEEPs é considerado adequado	0	0	1	5
4.2O produto educacional colabora para a divulgação de informações acerca da construção histórica da política de Ensino Médio integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs.	0	0	2	4
TOTAL D4	0	0	3x2=6	9x3=27
5. MUDANÇA DE AÇÃO/FOMENTO				
5.1A página web Linha do Tempo das EEEPs estimula uma mudança de perspectiva acerca da política de ensino médio integrado à educação profissional implantada nas EEEPs, no período de 2007 até 2021.	0	0	4	2
5.2O produto educacional Página Web Linha do Tempo das EEEPs incentiva a capacidade crítica do leitor.	0	0	5	1
TOTAL D5	0	0	9x2=18	3X3=9
TOTAL (D1+D2+D3+D4+D5)	0	0	48	108
TOTAL DE ESCORES=TOTAL DE RESPOSTAS				
REFERÊNCIA PARA O CÁLCULO: TOTAL DE ESCORES POR DIMENSÃO= N° DE QUESTÕES X VALOR MÁXIMO DO V.A (10 AFIRMATIVAS X 3=30) – Corresponde a 100%				
RESULTADO:				
SOMATÓRIO DAS DIMENSÕES DIVIDIDO PELO NÚMERO DE AVALIADORES				
(0+0+48+108=156/6=26) – Corresponde a 86,65% (26x100/30)				

Fonte: Autora, adaptado de Galdino (2014, p. 51 *apud* LOPES, 2021, p. 80).

²⁵⁵ Valor atribuído.

Considerando os percentuais alcançados em cada afirmativa especificada nas dimensões selecionadas para avaliação, verificou-se que nas cinco dimensões foram considerados apenas os níveis adequado e totalmente adequado, concluindo-se, portanto, que na opinião da equipe da Célula de Desenvolvimento Curricular e do Ensino Técnico, o produto educacional atingiu patamares consideráveis de adequação para o grupo I de avaliadores, totalizando um percentual de 86,65%.

8.3.4 Sugestões, Críticas e Elogios (Grupo I)

A terceira parte do questionário de validação do *Website* Virtual Linha do Tempo das EEEPs é composto por um espaço reservado para sugestões, críticas e elogios (SCE). Durante a aplicação, os integrantes da CEDET foram orientados a registrar nesse campo a sua opinião acerca do produto educacional. Esse recurso é muito utilizado para análise de um serviço e nesse caso optou-se por esse formato para possibilitar ao usuário do produto educacional a oportunidade de colaborar no processo de elaboração do *Website* Linha do Tempo das EEEPs. Dessa forma, o protótipo apresentado passou por alterações a partir da análise das sugestões, críticas e elogios dos(das) respondentes. Nesse sentido, as contribuições foram organizadas em três tópicos e analisadas considerando as especificidades do produto educacional. A seguir quadro síntese com o SCE indicado pelos integrantes da equipe da CEDET.

Quadro 13 – Relato dos(as) Respondentes – Grupo I (Sugestões, Críticas e Elogios)
(continua)

Sugestões	Críticas	Elogios
“Linha do Tempo Geral (Inserção de links de acesso aos documentos mencionados)”.	“Ausência de recursos que facilitem a acessibilidade como sistema de áudio para os usuários com deficiência visual”.	“A ferramenta traz bastante informação sobre trajetória das Escola de Educação Profissional no Ceará de forma clara e objetiva, desde a apresentação do produto como no desenvolvimento. Acredito que será uma fonte de pesquisa de grande importância e relevância para a rede acadêmica e comunidade escolar”.
“Linhas do Tempo Específicas (Inserção de Imagens entre os períodos 2007 a 2010, 2011 a 2014, 2015 a 2018, 2019 a 2021)”.	“Ausência de uma ferramenta na qual as informações possam ser impressas em formato relatório”.	“O site está bastante organizado, limpo e intuitivo”.
“Dar ênfase na Estrutura das EEEPs consideradas padrão MEC exemplificando a diferença com as escolas adaptadas”.	-----	“Parabéns pela construção do produto que possibilitará contribuir com o conhecimento e compreensão acerca da oferta de educação profissional nas escolas estaduais de educação profissional no estado do Ceará no período de 2007 a 2021”.

Quadro 13 – Relato dos(as) Respondentes – Grupo I (Sugestões, Críticas e Elogios)
(conclusão)

Sugestões	Críticas	Elogios
“Linhas do Tempo Específicas (Inserção ao final de cada período das EEEPs de informações acerca do quantitativo geral de escolas e cursos ofertados)”.	-----	“O Produto Educacional Página Web Linha do Tempo das EEEPs poderá ser um importante instrumento para a divulgação do histórico de implementação das EEEPs no Ceará. É de fácil consulta, sintético, e consegue alcançar os pontos que são realmente relevantes na trajetória das EEEPs. Ele tanto poderá ser útil para quem está de fora da implementação dessa política, como para aqueles que, direta ou indiretamente contribuem para essa implementação. Parabéns!”
“Linhas do Tempo Específicas (Inserção do nome do Secretário da Educação assim como do coordenador da Coordenadoria de Educação Profissional, considerando o período de 2007 a 2021)”.	-----	-----
“Linhas do Tempo Específicas (Inserção de eventos com a presença de políticos de renome no cenário nacional)”.	-----	-----

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Após a análise das Sugestões, Críticas e Elogios foram realizadas as alterações no protótipo do produto educacional durante o período de 24 de outubro a 09 de novembro de 2022, totalizando 17 dias para a realização das mudanças sugeridas pela equipe da CEDET. Relevante mencionar que nem todas as sugestões foram acatadas, pois a plataforma apresenta algumas limitações e esse fator inviabilizou a efetivação das mudanças no *Webiste* Linha do Tempo das EEEPs, principalmente no *layout* e na inserção de imagens, porém não se constitui como impossibilidade pois os integrantes da CEDET se mostraram interessados na proposta de atualização do *site* da Educação Profissional considerando as especificidades da pesquisa realizada para o desenvolvimento desse produto educacional. Após os ajustes no *Website* Linha do Tempo das EEEPs, o formulário de validação foi enviado para o grupo II com o objetivo de agregar mais contribuições.

8.3.5 Validação do Produto Educacional (Grupo II)

Devido a relevância da política educacional implementada nas EEEPs e compreendendo a importância da contribuição de professores e gestores de instituições

públicas e privadas no processo de avaliação desse produto educacional, o *link* de acesso ao *Website* Linha do Tempo das EEEPs e o formulário de validação foi encaminhado para professores com atuação em diversos níveis e modalidades de ensino assim como técnicos educacionais com atuação na Secretaria da Educação do Ceará, Prefeitura Municipal de Fortaleza e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará pois dessa forma seria possível uma maior abrangência no retorno com opiniões diversas desde profissionais que atuam na EPT quanto os que estão vinculados a outros contextos de atuação profissional na Educação pública e privada.

As informações sobre o produto educacional assim como os *links* de acesso ao *Website* Linha do Tempo das EEEPs e o formulário de validação foram enviados por e-mail e através do aplicativo *WhatsApp*, no período de 10 a 21 de novembro. Devido ao quantitativo insuficiente de respostas ao formulário de validação do produto educacional, foi prorrogado o período para análise e validação até o dia 30 de novembro, sendo obtido o retorno de 29 respondentes. Na tabela 18, consta o perfil dos que contribuíram com a pesquisa respondendo ao formulário de validação²⁵⁶ referente ao grupo II.

Tabela 18 - Perfil dos(das) Respondentes (Grupo II)

(continua)				
Perguntas	%	%	%	%
Qual a sua faixa etária?	34,5% (30-39 anos)	27,6% (40-49 anos)	20,7% (55 anos ou mais)	17,2% (50 a 54 anos)
Qual o seu gênero?	55,2% (Feminino)	44,8% (Masculino)	-----	-----
Qual cargo/função você ocupa?	17,2% (Gestor Escolar – Diretor ou coordenador)	17,2% - Docente do Ensino Médio (FGB ²⁵⁷) 24,1% -Docente do Ensino Médio (FP ²⁵⁸) 6,8%- Docente Ensino Fundamental (Prefeitura Municipal de Fortaleza) 3,4% -Docente da Rede Privada de Ensino 10,7% - Docente do Ensino Superior	6,9%% Técnico Educacional (Seduc CE) 3,4% Técnico Educacional (Prefeitura Municipal de Fortaleza)	10,3% Técnico Educacional (IFCE)

²⁵⁶

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdvcJi1zWcpqgbzromv_HyPz8Z4aZyDLNQaJWRjHymHfLRGRQ/closedform.

²⁵⁷ Disciplinas da Formação Geral Básica.

²⁵⁸ Disciplinas da Formação Profissional.

Tabela 18 - Perfil dos(das) Respondentes (Grupo II)

(conclusão)				
Nível de Escolaridade?	62,1% (Especialização)	10,3% (Mestrado) 3,4% (Doutorado)	3,4% (Nível Superior Licenciatura)	10,3% (Nível Superior Tecnológico)
			10, 3% (Bacharelado)	
Tem experiência na EPT?	69% (Sim)	Tempo de atuação na EPT	Onde atua na EPT	-----
		45% (11 a 14 anos)	55% - EEEP	
		35% (07 a 11 anos)	45% - IFCE	
		10% (3 a 6 anos)		
		5% (15 a 18 anos)		
		5% (19 anos ou mais)		
Tem experiência na EPT?	31% (Não)	-----	Onde atua?	-----
			44,4% (Escola de Tempo Integral ou Parcial – Seduc CE)	
			44,4% (Escola da Rede Municipal - Fortaleza)	
			11,1% (Universidade Federal do Ceará)	

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Responderam as questões do formulário de validação do produto educacional, gestores escolares, professores e técnicos educacionais; sendo dentre os(as) respondentes um percentual de 69% vinculado à Educação Profissional e Tecnológica e 31% sem experiência profissional na EPT. Interessante verificar a opinião de profissionais com atuação profissional mais abrangente na Educação pois um grupo com opiniões diversas pode colaborar indicando melhorias para o produto educacional tanto na perspectiva de quem atua diretamente na EPT quanto os que talvez saibam da existência da política de ensino Médio Integrado à Educação Profissional, mas que não conhecem efetivamente as especificidades das EEEPs. Na tabela 19, consta o resultado da avaliação do grupo 2 acerca do produto educacional.

Tabela 19 – Síntese Validação do Produto Educacional (Grupo II)

(continua)

Dimensão	Inadequado (V.A=0)	Parcialmente Adequado (V.A=1)	Adequado (V.A=2)	Totalmente Adequado (V.A=3)
1. ATRAÇÃO/APARÊNCIA (D1)				
1.1 O <i>Layout</i> utilizado no produto educacional Página Web Linha do Tempo das EEEPs é considerado adequado.	0	3	10	16
1.2 A Página Web Linha do Tempo das EEEPs é atrativa.	1	2	8	18
TOTAL D1	0	5x1=5	18x2=36	34x3=102
2. COMPREENSÃO/LINGUAGEM (D2)				
2.1 A página web Linha do Tempo das EEEPs é de fácil identificação.	0	1	8	20
2.2 O produto educacional apresenta uma linguagem clara e objetiva.	0	1	8	20
TOTAL D2	0	2x1=2	16x2=32	40x3=120
3. ENVOLVIMENTO/CONTEÚDO				
3.1 Utilizaria a página web Linha do Tempo das EEEPs para obter informações acerca dos marcos históricos e normativos da política de ensino médio integrado à educação profissional implantada nas EEEPs.	0	1	7	21
3.2 A página web Linha do Tempo das EEEPs facilita o entendimento acerca da trajetória das EEEPs referente ao período de 2007 até 2021	0	0	9	20
TOTAL D3	0	1x1=1	16x2=32	41x3=123
4. ACEITAÇÃO/MOTIVAÇÃO				
4.1 O conteúdo abordado na página web Linha do Tempo das EEEPs é considerado adequado	0	2	8	19
4.2 O produto educacional colabora para a divulgação de informações acerca da construção histórica da política de Ensino Médio integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs.	0	1	9	19
TOTAL D4	0	3x1=3	17x2=34	38x3=114
5. MUDANÇA DE AÇÃO/FOMENTO				
5.1 A página web Linha do Tempo das EEEPs estimula uma mudança de perspectiva acerca da política de ensino médio integrado à educação profissional implantada nas EEEPs, no período de 2007 até 2021.	1	1	12	15
5.2 O produto educacional Página Web Linha do Tempo das EEEPs incentiva a capacidade crítica do leitor.	1	1	12	15

Tabela 19 – Síntese Validação do Produto Educacional (Grupo II)

(conclusão)				
Dimensão	Inadequado (V.A=0)	Parcialmente Adequado (V.A=1)	Adequado (V.A=2)	Totalmente Adequado (V.A=3)
TOTAL D5	0	2x1=2	24x2=48	30X3=90
TOTAL (D1+D2+D3+D4+D5)	0	13	182	549
TOTAL DE ESCORES=TOTAL DE RESPOSTAS				
REFERÊNCIA PARA O CÁLCULO: TOTAL DE ESCORES POR DIMENSÃO= N° DE QUESTÕES X VALOR MÁXIMO DO V.A (10 AFIRMATIVAS X 3=30) – Corresponde a 100%				
RESULTADO: SOMATÓRIO DAS DIMENSÕES DIVIDIDO PELO NÚMERO DE AVALIADORES (0+13+182+549=744/29=25,65) – Corresponde a 85,51% (25,65x100/30)				

Fonte: Autora, adaptado de Galdino (2014, p. 51 *apud* LOPES, 2021, p. 80).

Para o grupo II de avaliadores(as), o produto educacional atingiu patamares consideráveis de adequação totalizando 85,51% a partir do cálculo referente às notas individuais. Sendo relevante mencionar que especificamente nesse grupo, foram assinalados os níveis parcialmente adequados em 09 afirmativas e inadequado em 03 afirmativas.

8.3.6 Sugestões, Críticas e Elogios (Grupo II)

A terceira parte do questionário de validação do produto educacional está relacionada ao relato dos(as) respondentes contendo um espaço reservado para Sugestões, Críticas e Elogios. O quadro 14 é referente a apresentação do relato dos(as) respondentes:

Quadro 14 – Relato dos(as) Respondentes – Grupo II (Sugestões, Críticas e Elogios)

(continua)		
Sugestões	Críticas	Elogios
“Creio que deveria ser mais atrativa, com algum desenho que chamasse atenção”.	“Só a linha do tempo ficou muito monótono e não me atraiu ao ponto de percorrer toda ela. E o tema também não é interessante”.	“Produto necessário que contribuirá com informações e praticidade no acesso a informações sobre as EEEPs. Parabéns!”
“Acredito que a apresentação da página pode ser melhorada no sentido de convidar o público a conhecer, a despertar interesse pelo tema”.	-----	“Produto bem didático, de fácil compreensão”.

Quadro 14 – Relato dos(as) Respondentes – Grupo II (Sugestões, Críticas e Elogios)
(conclusão)

“Destacar em amarelo o texto do decreto de 2010(enviei no chat), colocar uma seta de voltar na aba Política de privacidade, permitir que o usuário selecione a melhor cor para a leitura (ex. Fazer contraste com o fundo preto e fonte amarela, leitura noturna e diurna e um sistema de áudio fazendo a leitura para o leitor)”.	-----	“Parabéns, em otimizar informações tão importantes de forma tão didática. Sucesso”.
“Acredito que poderia ser utilizado um <i>layout</i> mais atrativo na linha do tempo: mais cores”.	-----	“Parabéns pelo produto! Acredito que vai ser muito útil para as turmas do Profept e dar suporte para a revisão da escrita da dissertação quanto ao tema. Seu produto é muito mais rico que o próprio site das EEEPs do Ceará. Sensacional!”

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Mesmo diante do relato reduzido de críticas, percebeu-se que ficaram evidentes como pontos de atenção no *Webiste* Linha do Tempo das EEEPs, a dimensão 1 referente à Atração/Aparência, especificamente acerca do *layout*. Nesse sentido, cabe evidenciar na tabela 20 um comparativo das dimensões (grupos I e II), Dessa forma, ficou perceptível que mesmo no grupo I em que os(as) respondentes não assinalaram inadequado e parcialmente adequado, a dimensão 1 apareceu com o percentual menos elevado quando comparada às outras dimensões, configurando-se portanto como um ponto de atenção relevante, assim como a dimensão 5 referente à Mudança de Ação/Fomento; mesmo não tendo sido registrada nenhuma crítica ou sugestão que indicasse um direcionamento a ser considerado numa próxima atualização do *Website* Linha do Tempo das EEEPs.

Tabela 20 – Comparativo Dimensões do Produto Educacional (Grupos I e II)

Grupo I		Grupo II	
Dimensão	%	Dimensão	%
Dimensão 1 Atração/Aparência	16,11%	Dimensão 1 Atração/Aparência	16,33%
Dimensão 2 Compreensão/Linguagem	17,11%	Dimensão 2 Compreensão/Linguagem	17,70%
Dimensão 3 Envolvimento/Conteúdo	19,44%	Dimensão 3 Envolvimento/Conteúdo	17,93%
Dimensão 4 Aceitação/Motivação	18,33%	Dimensão 4 Aceitação/Motivação	17,35%
Dimensão 5 Mudança de Ação/Fomento	15%	Dimensão 5 Mudança de Ação/Fomento	16,20%
Total	86,65%	Total	85,51%

Fonte: Autora, Adaptado de Lopes (2021, p.83).

Nesse contexto, também é relevante evidenciar que o produto foi elaborado em uma plataforma com *templates* editáveis, ficando, portanto, restrito aos recursos oferecidos pela plataforma Wix.com. A aquisição de planos específicos para a liberação de mais opções de estruturação visual do *Website* Linha do Tempo das EEEPs assim como a contratação de profissionais para organização do *layout* é uma alternativa oferecida pela plataforma, porém a manutenção do plano gera um investimento financeiro considerável. Nesse sentido, a perspectiva é investir na parceria com a Secretaria da Educação do Ceará a partir do *site* Educação Profissional para viabilizar um espaço online com informações contextualizadas e atualizadas acerca da trajetória das EEEPs. Dessa forma, para dar continuidade ao produto educacional, após a publicação da dissertação no repositório institucional do IFCE, o referido produto será apresentado em conformidade com a agenda institucional da Coordenadoria de Educação Profissional.

8.4 Disseminação e Limitações do Produto Educacional

O produto educacional *Website* Linha do Tempo das EEEPs foi desenvolvido vinculado à pesquisa acerca da Tessitura Histórica da Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Ceará. O produto educacional possibilitará a partir da licença pública *Creative Commons* que outros pesquisadores possam utilizar o referido produto como referência para o desenvolvimento de pesquisas desde que obrigatoriamente façam menção à autoria. Dessa forma, produtos similares podem ser criados a partir do produto já elaborado, possibilitando ajustes, melhorias e outras formas de apresentação do produto educacional, considerando o contexto de atuação do pesquisador.

Após os ajustes apontados pela banca de defesa de dissertação, o produto educacional será finalizado e inserido no repositório institucional do IFCE vinculado à dissertação desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). A partir desse registro a pesquisa e o produto educacional ficarão disponíveis para consulta. Além dessa possibilidade de divulgação do produto educacional, pretende-se solicitar que seja publicado o *link* de acesso ao produto educacional no *site* da Educação Profissional como uma oportunidade para que docentes, gestores, técnicos educacionais, estudantes, pais de alunos; e o público interessado na temática possa ter acesso às informações referentes à trajetória das Escolas Estaduais de Educação Profissional desde 2007 a 2021. Devido ao período de eleição, os *sites* governamentais ficaram temporariamente indisponíveis impedindo que essa ação de divulgação fosse realizada ainda no processo de aplicação do

produto educacional. Nessa perspectiva, também é relevante mencionar que a sistematização das informações acerca das EEEPs contidas na aba detalhamento por período pode contribuir no processo de atualização do Relatório de Gestão das EEEPs (2008 a 2014). Sendo, portanto, um produto educacional que pode colaborar para o desenvolvimento de temáticas relevantes acerca da trajetória das EEEPs do Ceará a partir do agrupamento dos principais acontecimentos relativos a essas instituições vinculados ao contexto histórico das etapas referentes aos períodos: 2007 a 2010 (Implantação das EEEPs); 2011 a 2014 (Expansão das EEEPs); 2015 a 2018 (Consolidação das EEEPs); 2019 a 2021 (Novas Perspectivas para as EEEPs).

Considerando a relevância da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará, pretende-se dar continuidade ao desenvolvimento do produto educacional em parceria com a Seduc CE/COEDP. Durante os meses de novembro e dezembro, especificamente do dia 14 de novembro a 22 de dezembro, o produto educacional foi divulgado através de e-mail e *WhatsApp* para que professores e gestores das redes pública e privada pudessem contribuir no processo de validação do produto educacional. Nesse período, o *Website* foi visualizado por docentes da rede pública e privada de ensino do Ceará. Mesmo com a prorrogação do prazo para preenchimento do formulário de validação, o número de respondentes atingiu o patamar de 29 avaliadores. Acredita-se que esse quantitativo pode estar relacionado a fatores diversos, dentre eles um cenário de demandas acumuladas no decorrer do período letivo que exigiu desses profissionais ainda mais dedicação, tornando o ano letivo de 2022 mais complexo em função do processo de recomposição das aprendizagens. Na figura 6, está disposto o detalhamento da visualização do produto educacional, considerando o período de análise para o grupo II que totalizou 31 dias.

Figura 6- Resumo da visualização do Produto Educacional

Caminho da página de entrada ①	Visualizações
/ { Página inicial }	186
/linha-do-tempo	121
/detalhamento	56
/cópia-sobre	46
/contato	17
/política-de-privacidade	4
/política-de-cookies	2

Fonte: <https://www.linhadotempoeep.com.br/manager.wix>.

Importante mencionar que no período relativo à validação do produto educacional, sessões do *Website* Linha do Tempo das EEEPs foram visualizadas em outros países, demonstrando que houve interesse pela temática em âmbito internacional. Mesmo sendo um quantitativo reduzido de visualizações, evidenciou que o produto educacional ultrapassou as fronteiras de acesso em território nacional, conforme demonstrado na figura 7.

Figura 7 – Visualizações por País



Fonte: <https://www.linhadotempoeep.com.br/manager.wix>.

A contribuição dos(as) avaliadores(as) dos grupos I e II foi primordial para o desenvolvimento do produto educacional, pois a partir do questionário de validação e do relato dos(as) respondentes foi possível adequar o produto a partir das sugestões, críticas e elogios apontados pelos avaliadores(as), restando ainda a avaliação da banca para efetivar as adequações conforme as sugestões indicadas. Nesse processo é importante reconhecer as limitações durante a elaboração do produto educacional, pois devido ao formato dos *templates* as informações tiveram que ser adaptadas ao modelo disponibilizado pela plataforma sem a alternativa de fazer modificações na disposição das abas. Nos testes de carregamento das páginas, ao inserir imagens verificou-se que interferia na performance do *site*; sendo uma das alternativas utilizar ícones que representassem as informações e selecionar um quantitativo reduzido de fotos de instituições que representassem especificidades de cada período, considerando as etapas de Implantação, Expansão, Consolidação e Novas Perspectivas na trajetória das EEEPs. A outra questão está relacionada a visualização de fotos no espaço reservado na Linha do Tempo Geral, pois devido ao espaço reduzido reservado para imagem, acarretaria dificuldades para vincular a imagem a informação inserida em cada ano; além das

imagens disponíveis na internet não terem o formato adequado para uma visualização mais efetiva. Nesse sentido, optou-se pelo uso de ícones que a partir da padronização de cores e formas possibilitou um *layout* minimalista e com melhor performance para o *Website* Linha do Tempo das EEEPs.

O registro fotográfico das unidades escolares que integram a rede de EEEPs configura-se como relevante nesse percurso histórico, porém demandaria escolher outro formato de apresentação do *Website*, resultando em investimento financeiro para a manutenção do espaço *online*. No processo de continuidade desse produto educacional pretende-se levar sugestões para inserção de abas no *site* da Educação Profissional mantido pela Seduc CE e nessa perspectiva, por ser um ambiente institucional as possibilidades de alterações no *layout* e inserção de informações a partir de diferentes formatos como infográficos ou cards temáticos acerca das EEEPs pode contribuir para divulgar informações atualizadas acerca dessa rede de escolas, além de viabilizar a sugestão de que a comunidade escolar possa organizar a Linha do Tempo da instituição. Esse exercício pode possibilitar que as escolas se vinculem a um processo de reconhecimento da identidade e valorização da história da instituição, podendo transformar-se num movimento de sistematização dos acontecimentos históricos de cada unidade escolar e reconhecimento da importância do registro. Essa ação pode ser relevante no processo de tomada de decisão no ambiente escolar, numa perspectiva microestrutural e na política educacional, considerando a abrangência das escolas que compõem a rede de EEEPs, pois ao conhecer a história da instituição ocorre o refinamento do sentimento de pertencimento da comunidade escolar ao espaço institucional. Importante destacar que as ações decorrentes das sugestões apresentadas são possibilidades que dependem de um contexto institucional para se efetivar, inserindo obrigatoriamente nesse processo estudo e reflexão acerca da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem como temática a construção histórica da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs abrangendo desde 2007 com o lançamento do Programa Brasil Profissionalizado, normatizado pelo Decreto nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007 até a publicação da Lei nº 17.572 de 22 de julho de 2021 vinculada ao Programa Ceará Educa Mais. Devido à complexidade dessa política educacional e dos processos que permeiam a construção histórica relativa à trajetória dessas instituições, a problemática de pesquisa foi norteadas pelos seguintes questionamentos: Qual o processo histórico de implementação da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará? Quais mediações históricas permeavam esse processo histórico, considerando o contexto do Brasil e os seus desdobramentos na política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará implementada nas EEEPs? Para responder a essas perguntas, objetivou-se trilhar um percurso metodológico a partir da análise bibliográfica e documental que contribuísse no processo de elaboração do percurso histórico das EEEPs. Nesse processo de tessitura, a contextualização histórica da Educação Profissional no Brasil e a repercussão na trajetória da política de Ensino Médio integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs, configurou-se como objetivo geral. Dessa forma foi apresentado o percurso sinuoso das políticas educacionais no Brasil num cenário repleto de conflitos, contradições e disputas políticas; e as implicações no cenário estadual no processo de implementação da rede pública estadual de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará. Considerando esse cenário, a narrativa dessa trajetória foi costurada a partir da contextualização histórica, política, econômica e social relativa à (des)integração do Ensino Médio à Educação Profissional, sendo portanto necessário agregar a esse contexto a conceituação dos termos formação integrada e a intrínseca relação com os fatores estruturantes da indissociabilidade entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia para em seguida adentrar nas etapas que abrangem a política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs, no período de 2007 a 2021.

Para a estruturação dessa contextualização histórica, apresentou-se um panorama do cenário histórico, político, social e econômico no cenário nacional perpassando pelas transformações fomentadas pela vinda da família real portuguesa para o Brasil e a implantação do Colégio de Fábricas que abriu caminhos para a efetivação das Escolas de Aprendizes Artífices. Com a criação de instituições voltadas para o ensino profissional,

primário e gratuito no governo Nilo Peçanha, a Educação Profissional passou por uma mudança relevante trazendo assim a perspectiva de preparação para o exercício profissional abrangendo as demandas do mercado. Nessa perspectiva, apresentaram-se as principais alterações no ensino profissional abrangendo as reformas educacionais de cada período e os reveses políticos que marcaram a ambientação histórica das décadas de 30 e 40 com a Reforma Educacional Francisco Campos e a Reforma Capanema; o avanço da industrialização e alteração na perspectiva de qualificação do trabalhador na década de 50; a instauração da ditadura militar no Brasil e o alinhamento aos interesses econômicos do capital na década de 60; a obrigatoriedade da profissionalização demarcando a submissão aos ditames do mercado internacional na década de 70; o lento processo de transição para a Democracia e o debate acerca da temática da cidadania motivado pelos pressupostos da Constituição Federal de 1988; as discussões acerca da reestruturação curricular da Educação Profissional e Tecnológica nas décadas de 80 e 90; e o “restabelecimento dos princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada com a educação básica” a partir de um amplo debate acerca dos rumos da EPT no início dos anos 2000 (RAMOS, 2014). A partir desse contexto, percebeu-se que o percurso sinuoso das políticas educacionais brasileiras consolida uma trajetória de definições híbridas que permeiam um cenário de permanência de velhos costumes incorporados a uma “nova dinâmica” que não indicam uma alteração sistemática, apenas englobam interesses diversos que orbitam na esfera das demandas dos setores produtivos.

Vinculado à dinâmica histórico-social em âmbito nacional, as ETEPs iniciam seu ciclo de funcionamento em 2008, sendo relevante demarcar o ano de 2007 em função do marco normativo referente ao Programa Brasil Profissionalizado, responsável pelo apoio técnico e financeiro à expansão da oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nos estados da federação brasileira. No Ceará, a etapa de implantação das ETEPs, abrangendo o período de 2007 a 2010, efetiva uma promessa de campanha da gestão Cid Ferreira Gomes. O primeiro mandato de Cid Gomes (2007-2010) como governador do Ceará foi marcado por um cenário de pleno desenvolvimento do Estado do Ceará, em especial nas áreas da Indústria e do Turismo; e nesse contexto de expansão das oportunidades de trabalho nesses segmentos, era necessário oportunizar formação para os jovens cearenses. Nessa perspectiva, foram criadas as Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, normatizada pela Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008. A demanda inicial das ETEPs, era constituída por 25 escolas com oferta de 4 cursos técnicos, destacando-se o Estado do Ceará com o maior quantitativo de

escolas em funcionamento a partir do financiamento possibilitado pelo Programa Brasil Profissionalizado.

Apesar do quantitativo expressivo de escolas no primeiro ano de funcionamento dessas instituições, evidenciam-se as fragilidades de uma política educacional executada com um planejamento embrionário, repleto de ajustes que repercutiram em pontos de atenção no decorrer da trajetória das EEEPs quanto à estrutura física das escolas, seleção dos cursos técnicos, elaboração de material didático para a formação profissional, formação docente, organização do estágio curricular e a efetivação da proposta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; ou seja questões basilares para o funcionamento dessas instituições foram discutidas e estruturadas no decorrer da etapa de implantação com uma ampla rede em funcionamento no Estado do Ceará. Sendo relevante mencionar que em 2010, finalizando a etapa de implantação, a rede de EEEPs contabilizava 59 escolas em funcionamento com oferta de 18 cursos técnicos.

A etapa de expansão dessa rede de escolas, que abrange o período de 2011 a 2014, ocorreu durante o segundo mandato de Cid Ferreira Gomes (2011-2014). O referido mandato foi marcado pela manutenção da dinâmica neoliberal através de parcerias público-privadas que culminaram com a realização de obras que impulsionaram o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará. Em 2014, as EEEPs contabilizavam 106 unidades escolares com oferta de 55 cursos técnicos. Nesse período referente à expansão, alguns documentos institucionais acerca da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs ainda estavam em processo de elaboração; logo ainda não havia um registro institucional mais abrangente acerca das especificidades do funcionamento dessas escolas em âmbito estadual. No decorrer da etapa de expansão, foram lançados a primeira edição do **Guia do Estágio**, em 2013; a segunda edição dos **Referenciais para as EEEPs**, em 2013; o **Guia de Rotinas Pedagógicas das EEEPs**, em 2014; e o **Relatório de Gestão: o pensar e o fazer da educação profissional no Ceará – 2008 a 2014**; documentos essenciais para a compreensão não apenas da proposta pedagógica dessas instituições, mas das especificidades referentes ao funcionamento dessas escolas. Relevante destacar que a produção de documentos norteadores acerca dessa política educacional configura-se como uma ação fundamental, e caso sejam publicados com o lapso temporal em descompasso com as demandas da rede, podem comprometer a execução da política educacional. Nesse sentido, cabe evidenciar que alguns documentos norteadores foram publicizados apenas em 2013 e 2014 com uma política educacional em cursos desde 2008. Dessa forma, é relevante mencionar que a publicação desses documentos contribui para um olhar mais direcionado acerca da política educacional

que está sendo efetivada; sendo, portanto, a materialização dos pressupostos teóricos da política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implementada nas EEEPs. Considerando essa perspectiva cabe enfatizar que em âmbito nacional ocorreu um lapso temporal demarcando o descompasso entre a publicação do Decreto nº 5.154/2004, responsável pelo “restabelecimento de uma política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional” e a publicação do Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, lançado apenas em 2007, contendo a apresentação dos pressupostos teóricos dessa política pública, sendo um indicativo da fragilidade na efetivação dessa política educacional e repercutindo no processo identitário dessa rede de escolas que integra uma política educacional ainda recente no sistema educacional brasileiro.

A primeira gestão de Camilo Sobreira de Santana corresponde ao período de 2015 a 2018, sendo demarcada pela continuidade da política de crescimento econômico da gestão Cid Gomes (2007-2010; 2011-2014), mesmo num cenário de crise em diversas áreas. Nessa etapa, as EEEPs estão consolidadas como uma robusta rede de escolas com resultados acadêmicos de destaque nos cenários nacional e estadual, contabilizando 119 escolas em funcionamento com oferta de 52 cursos técnicos. E em 2018, ao completar o ciclo de uma década dessa rede de escolas, algumas fragilidades permaneceram em decorrência do processo de aligeirado de implantação da rede de EEEPs, podendo repercutir na execução dessa política educacional que celebra os resultados, mas que também necessita de ações que priorizem a formação docente direcionada ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Essa demanda formativa para os professores que atuam na EPT é uma responsabilidade a nível federal e estadual, porém não há uma política de formação docente efetiva, implicando, portanto, no complexo processo de integração do Ensino Médio à Educação Profissional. Nesse sentido, a promoção de encontros, seminários, formações pontuais a nível estadual e federal não atendem a necessidade de uma demanda formativa para os educadores que atuam numa ampla rede estadual que tem a responsabilidade de integrar o Ensino Médio à Educação Profissional. A formação docente é uma questão basilar, mas também há outros aspectos que merecem atenção como a estrutura física das escolas que não é padronizada na rede de EEEPs do Ceará, a adequação dos laboratórios técnicos considerando as especificidades dos cursos, a atualização do material didático para as disciplinas da formação profissional, o processo de escolha dos cursos técnicos considerando as especificidades da demanda municipal; a diferenciação no processo de seleção dos alunos e diretores das EEEPs em comparação com as outras escolas da rede pública estadual de ensino do Ceará, dentre outros pontos de atenção

como os processos que permeiam a preparação para o mundo do trabalho a partir da realização do estágio curricular obrigatório.

A segunda gestão de Camilo Sobreira de Santana (2019-2022) como governador do Estado do Ceará é marcada pelo agravamento da área econômica em escala global devido à dinâmica imposta pela pandemia da Covid-19, mas também pela permanente preocupação com a educação cearense. O período de 2019 a 2021, corresponde a etapa referente às Novas Perspectivas para as EEEPs, pois com o Novo Ensino Médio, legitimado pela Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro 2017, algumas adequações foram realizadas para estruturar a matriz curricular das EEEPs, no decorrer desse período. Devido ao contexto da pandemia da Covid-19, as instituições escolares, em escala global, foram obrigadas a estruturar novas formas de ensino que contemplassem as necessidades dos estudantes. É inegável o esforço do governo do Estado do Ceará, da Secretaria da Educação do Ceará, das instituições escolares representadas pela ação de gestores, professores, discentes, funcionários e pais de alunos em prol da mitigação dos efeitos provocados pela pandemia na aprendizagem dos estudantes. Nesse período foram elaborados documentos, guias, portfólios e materiais afins como suporte para a rede estadual de ensino e publicados decretos, portarias e notas técnicas com o intuito de normatizar e orientar processos referentes ao período de ensino remoto, ensino híbrido nas escolas da rede pública estadual de ensino do Ceará. Os prejuízos para a educação são imensuráveis, mesmo com o apoio dado a comunidade escolar no contexto mais severo da pandemia no Estado do Ceará. Especificamente para as EEEPs, que em 2021 contabilizavam 123 unidades escolares com oferta de 52 cursos técnicos, as dificuldades enfrentadas ficaram ainda mais visíveis diante da complexa oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em especial durante a realização do estágio supervisionado obrigatório, etapa imprescindível no processo formativo dos estudantes. Considerando o contexto de desafios não apenas no período pandêmico quanto no pós-pandemia, o Programa Ceará Educa Mais demarcou o compromisso do governo do Estado do Ceará com 25 ações estratégicas e 08 eixos estruturantes da educação cearense objetivando melhorias no resultado acadêmico dos estudantes, destacando-se em decorrência da especificidade desta pesquisa, a ação voltada para a articulação do Ensino Médio à Educação Profissional objetivando o fortalecimento de iniciativas para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Dessa forma, conhecer a trajetória dessas instituições pode contribuir para uma pauta de discussão direcionada às necessidades da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional, portanto a contribuição teórica deste estudo é apresentar a contextualização histórica da trajetória das EEEPs, abrangendo o período de 2007 a 2021, estruturando os

principais acontecimentos e marcos normativos, considerando também as mediações no cenário nacional. Essa construção teórica pode contribuir no processo de tomada de decisões para a política educacional, pois não só apresenta um panorama dessa rede de escolas, mas possibilita uma reflexão acerca dos processos que compõem essa política educacional, considerando as etapas de Implantação (2007-2010), Expansão (2011-2014), Consolidação (2015-2018) e Novas Perspectivas (2019-2021) para as EEEPs. A partir deste estudo, foi elaborado um produto educacional denominado *Website* Linha do Tempo das EEEPs que se configura como uma contribuição prática desta pesquisa, pois nesse ambiente *online* estão sistematizadas as informações acerca da rede de EEEPs, corroborando para a divulgação dessa política educacional. Vale ressaltar que este estudo pode contribuir também no processo de atualização das informações no *site* da Educação Profissional assim como do Relatório de Gestão acerca da Educação Profissional no Estado do Ceará.

No processo de elaboração desta dissertação é importante reconhecer as limitações deste estudo, pois devido à ausência de informações atualizadas; registros fotográficos e documentais organizados por período, aspectos relevantes dessa política deixaram de ser evidenciados no decorrer do percurso histórico dessas instituições. Há programas e projetos específicos que abrangem um quantitativo menor de escolas da rede de EEEPs que não foram mencionados devido às especificidades deste trabalho e, portanto, merecem atenção porque corroboraram para a compreensão do percurso dessas instituições escolares.

Para investigações futuras, é relevante mencionar a importância de um estudo mais aprofundado dos efeitos gerados em decorrência do aligeirado processo de implantação da política de Ensino Médio Integrado à Educação profissional no processo identitário dessa rede de escolas; além de pesquisas sobre programas e projetos em parceria com entidades do setor privado que para além da relação público-privada possibilitem compreender os interesses efetivos do empresariado nessa política educacional. Também se apresenta como possibilidade de pesquisa, o processo de seleção dos cursos técnicos a partir da ótica de cada gestão governamental, assim como o acompanhamento pedagógico do estágio a partir da tríade Escola-Concedente-Secretaria, analisando as potencialidades e fragilidades no processo de inserção desses estudantes no mundo do trabalho.

A rede de EEEPs tem desafios significativos diante da efetivação da complexa proposta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, sendo relevante olhar para o passado considerando a trajetória dessas escolas desde o aligeiramento no processo de implantação até os desafios impostos pela pandemia da Covid-19; avaliar o presente a partir das necessidades específicas para o funcionamento dessa rede robusta que beneficia uma

demanda considerável de jovens cearenses e pensar no futuro dessas instituições numa perspectiva de sustentabilidade dessa rede de escolas com desafios que abrangem as demandas de financiamento, as ações de formação docente voltadas para a priorização da proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, a elaboração de material didático-pedagógico direcionado à formação profissional, a preparação para o mundo do trabalho e a (re)estruturação de espaços pedagógicos adequados para efetivação de uma formação ampla comprometida com a emancipação social e política dos jovens cearenses.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Anthone Mateus Magalhães; GONZALEZ, Wania Regina Coutinho. Educação Profissional e Tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 92, p. 719-742, 2016.

ANDRADE, F. R. B. **A Política de Educação Profissional no Brasil e no Ceará: o desafio da articulação do ensino médio com a educação profissional.** in Congresso Ibero-Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2010, Lisboa (PT); Cáceres (ES). Cadernos ANPAE. Niterói: ANPAE, 2010, v. 1.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; LEITE, Maria Cleide da Silva Ribeiro. **Programa Brasil Profissionalizado: um divisor de águas para o Ensino Médio do Ceará** in Políticas de Ensino Médio e Educação Profissional: contextos, saberes e protagonismo no espaço escolar. Organizadoras: Francisca Rejane Bezerra Andrade e Hanuzia Pereira Ferreira [Livro Eletrônico]. – 1ª Edição, Brasília, [DF]: ANPAE, 2021.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; CAVALCANTI, Rafael Rabelo. **A Flexibilização das relações de trabalho docente no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Ceará: Uma análise sob a ótica de professores(as) temporários(as)** in Políticas de Ensino Médio e Educação Profissional: contextos, saberes e protagonismo no espaço escolar. Organizadoras: Francisca Rejane Bezerra Andrade e Hanuzia Pereira Ferreira [Livro Eletrônico]. – 1ª Edição, Brasília, [DF]: ANPAE, 2021.

ARAÚJO, Micilane Pereira de. **O público e o privado no processo de expansão da política de educação integral de Pernambuco: uma análise do currículo, da oferta educacional e da gestão das Escolas de Referência em Ensino Médio.** / Micilane Pereira de Araújo. – Recife, 2020.

ASTIGARRAGA, Andrea Abreu. **Fundamentos da formação artesanal: a concepção dos jovens aprendizes sobre o processo de profissionalização nostálgico e futurista da Oficina Escola de Artes e Ofícios (2001 - 2005).** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2006.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; KASMISRKI, Paula Reis; GUSMÃO, Joana Buarque de; VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloísa Maia; MELLO, Hivy Damásio Araújo. Políticas para o ensino médio: o caso de quatro estados. **Cadernos Cenpec | Nova série**, São Paulo, v.6, n.2, p.5-50, jul./dez. 2016.

BELMINO, Webster Guerreiro. **Um estudo ontomaterialista sobre a função social das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará.** Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Programa de pós-graduação em Educação – Doutorado Acadêmico, Fortaleza, 2020.

BENEDUCE, Fábio César Aidar. **Projeto Midicacom, 2015.** Revista Iteva, Aquiraz/CE. 2015.

BOSCHI, Caio César. **Por que estudar História?** São Paulo: Ática, 2019.

BRASIL. Decreto S/N, de 23 de março de 1809. Dá providências a bem do serviço da Casa denominada Collegio das Fabricas estabelecido nesta Cidade. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1809, Página 35 Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/anterioresa1824/decreto-40043-23-marco-1809-571609-publicacaooriginal-94755-pe.html. Acesso em: 04 jun. 2021.

_____. **Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional, primário e gratuito. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 05 jun. 2021.

_____. **Decreto n.º 9.070, de 25 de outubro de 1911.** Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1911. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

_____. **Decreto n.º 5.241, de 22 de agosto de 1927.** Cria o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Colégio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providências, Rio de Janeiro. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/8/1927, Página 18653 (Publicação Original) Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5241-22-agosto-1927-563163-publicacaooriginal-87295-pl.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

_____. **Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930.** Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Rio de Janeiro. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/11/1930, Página 20883 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

_____. **Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931.** Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

_____. **Constituição (1934).** Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 08 ago. 2021.

_____. **Decreto nº 24.558, de 3 de julho de 1934.** Transforma a Inspeção do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, e dá outras Providências, 1934b. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=446987&id=14414286&idBinario=15617224&mime=application/rtf>. Acesso em: 15 out. 2021.

_____. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública, 1937a. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro - Seção 1 - 15/1/1937, Página 1210 (Publicação Original). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 ago. 2021.

_____. **Constituição Federal (1937)**. Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 08 ago. 2021.

_____. **Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1937c. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Diário Oficial da União, 1942a, Rio de Janeiro - Seção 1 - 24/1/1942, Página 1231 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1942b. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/529159/publicacao/15805645>. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1942c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 4.244 de 09 de abril 1942**. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1942d. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 6.141 de 28 de dezembro de 1943**. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 8.529 de 02 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. . Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1946a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 8.530 de 02 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1946b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 8.621 de 10 de janeiro de 1946**. Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores

relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1946c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8622-10-janeiro-1946-416558-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 8.622 de 10 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1946d. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8622-10-janeiro-1946-416558-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. **Decreto-Lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1946e. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. **Lei n.º 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Reforma do Ensino Industrial. Diário Oficial da União, Brasília, 1959. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

_____. **Lei n.º 4.759, de 20 de agosto de 1965.** Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Diário Oficial da União, Brasília, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4759.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

_____. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 out. 2021.

_____. **Lei n.º 6.545, de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm. Acesso em: 18 out. 2021.

_____. **Lei n.º 7.044, de 18 de outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Diário Oficial da União, Brasília, 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm. Acesso em: 19 out. 2021.

_____. **Constituição Federal (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2021.

_____. **Lei n.º 8.948, de 08 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm. Acesso em: 03 out. 2018.

_____. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 1996.

_____. Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamentação do §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1997.

_____. Decreto n.º 5.154 de 23 e julho de 2004. Regulamentação do § 2o do art. 36 e os artigos. 39 a 41 da Lei n.º. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 2004.

_____. **Lei n.º 11.180 de 23 de setembro de 2005.** Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial PET, altera a lei n.º 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Publicado no DOU, 26 de setembro de 2005.

_____. Ministério da Educação. **Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.** Brasília: MEC/SETEC, nov. 2007a.

_____. Decreto n.º 6.302 de 12 de dezembro de 2007. Instituiu o **Programa Brasil Profissionalizado.** Brasília: Ministério da Educação/MEC, 2007b.

_____. Decreto n.º 6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.** Brasília: Ministério da Educação/MEC, 2007c.

_____. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008a. Disponível em: http://www.porto.iftto.edu.br:8082/documentos/doc_oficiais/Lei_11892.doc_INSTITUTOS_FEDERAIS.pdf. Acesso em: 08 ago. 2022.

_____. **Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF. Publicado no DOU, 26 de setembro de 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art22. Acesso em: 07 ago. 2022.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº. 3, de 09 de julho de 2008. **Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jul. 2008c.

_____. **Lei n.º 11.692, de 10 de junho de 2008.** Dispõe sobre o Programa Nacional de

Inclusão de Jovens - Projovem e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Publicado no DOU, 11 de junho de 2008d.

_____. **Lei n.º 12.513 de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Diário Oficial da União, Brasília, DF. Publicado no DOU, 27 de outubro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 07 ago. 2022.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº. 6, de 20 de setembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 21 set. 2012a.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº. 4, de 06 de junho de 2012.** Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 08 jun. 2012b.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº. 1, de 05 de dezembro de 2014.** Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 08 dez. 2014.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 fev. 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 11 nov. 2022.

_____. **Regulamento do Mestrado ProfEPT.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. 2017b.

_____. **Parecer CNE/CP nº 15/2018, de 04 de dezembro de 2018.** Base Nacional Comum Curricular/BNCC. Aprovada pelo CNE em 04 de dezembro de 2018. Brasília, 2018a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=103561-pcp015-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 nov. 2022.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 03/2018, de 08 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, observadas as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017. Brasília, 2018b. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102311-pceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 nov. 2022. quadro)

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, 2020a. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 02/2020, de 15 de dezembro de 2020**. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília, 2020b. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN22020.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, edição 3, p. 19, 6 Janeiro 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 17 jan. 2021.

BRAUN, Maria do Socorro de Assis. **Cursos e percursos da educação profissional na escola da rede federal do Ceará de (1960 - 1980)**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015.

BUENO, Belmira Oliveira *et al.*, **Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores**. Psicologia USP, v. 4, n. 1-2, p. 299-318, 1993.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014- 2024**. Petrópolis: Vozes, 2016.

CALERO, Jose Narváez. La Línea del Tiempo como estrategia didáctica para la enseñanza de la historia en primaria. Publicaciones Didácticas: **Revista Profesional de Investigación, Docencia y Recursos Didácticos**, España, n. 41, p.29-57, dez. 2013. Disponível em: <http://publicacionesdidacticas.com/hemeroteca/articulo/041014/articulo-pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em 2006. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 2, p.22-43, 2008.

CASTILHO, Daniela Ribeiro e LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Revista Katálisis** [online]. 2021, v. 24, n. 2, pp. 269-279. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>. Epub 16 Jun 2021. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>.

CASTIONI, Remi. **Planos, Projetos e Programas de educação profissional: agora é a vez do PRONATEC**. Sociais e Humanas, v. 26, n. 1, p. 25-42, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/5921>. Acesso em: 16 nov. de 2020.

CEARÁ. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2006**. Governador Lúcio Alcântara (2003-2006). Fortaleza: SEPLAN, 2006.

_____. **Diretrizes para o plano de Governo - da coligação, Ceará vota para crescer.** 2007a. [on line]. Disponível em: http://www2.seplag.ce.gov.br/content/aplicacao/SEAD/seplan/downloads/DIRETRIZES_PARA_O_PLANO_DE_GOVERNO.pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2007.** Governador Cid Gomes (2007-2010). Fortaleza: SEPLAG, 2007b.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2007.** Governador Cid Gomes (2007-2010). Fortaleza: SEPLAG, 2007c.

_____. (2008-2011: Cid Gomes). **Plano Plurianual 2008-2011.** Fortaleza: SEPLAG, 2007d.

_____. **Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará.** Fortaleza, 2008a.

_____. **Lei n.º 14.273 de 19 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, CE, 23 de dez. 2008b. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/orcamento-financas-e-tributacao/item/340-lei-n-14-273-de-19-12-08-d-o-23-12-08>. Acesso em: 29 dez. 2022.

_____. **Lei n.º 14.190 de 30 de julho de 2008.** Cria o Programa Aprender Pra Valer que desenvolverá ações estratégicas complementares para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos do ensino médio e sua articulação com a educação profissional e tecnológica. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, CE, 30 de jul. 2008c. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/5255-lei-n-14-190-de-30-07-08-d-o-de-31-07-08>. Acesso em: 29 dez. 2022.

_____. **Portaria n.º 848 de 29 de dezembro de 2009.** Estabelece o calendário e as normas para matrícula de alunos nas Escolas Públicas Estaduais de Educação Profissional para o ano de 2010 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, 29 de dezembro de 2009a.

_____. **Decreto n.º 29.704, de 08 de abril de 2009.** Altera o Programa de Estágio em órgãos e entidades da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE. 29 de dezembro de 2009b.

_____. Governo do Estado do Ceará. **Indicadores Econômicos e Sociais do Ceará,** 2010a.

_____. **Decreto n.º 30.282 de 04 de agosto de 2010.** Aprova o regulamento, altera a estrutura organizacional e dispõe sobre a denominação dos cargos de direção e assessoramento superior da secretaria da educação (seduc), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, 04 de agosto de 2010b. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/decretos/Decreto_30282_de_04agosto2010.pdf. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2011.** Governador Cid Gomes (2011-2014). Fortaleza: SEPLAG, 2011a.

_____. (2012-2015: Cid Gomes). **Plano plurianual 2012-2015**. Fortaleza: SEPLAG, 2011b.

_____. **Decreto nº 30.933, de 29 de junho de 2012**. Institui o Programa de Estágio para alunos e egressos do Ensino Médio da Rede Pública estadual voltados à Formação Técnica e Qualificação Profissional. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE. 2012. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/decretos/Decreto30933-2012.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

_____. **Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional**. Fortaleza: Secretaria da Educação; Coordenadoria de Educação Profissional, 2013a.

_____. **Decreto n.º 31.163 de 11 de março de 2013**. Dispõe sobre a regulamentação da gratificação de desempenho para os ocupantes de cargos comissionados e professores lotados nas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, prevista no art. 5º da Lei estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008 e dá outras providências. Diário Oficial Do Estado Do Ceará. Fortaleza, CE. 2013b.

_____. Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Educação Profissional. **Relatório de Gestão “O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará – 2008 a 2014”** / Secretaria da Educação. Coordenadoria de Educação Profissional. – 1. ed. – Fortaleza: Secretaria da Educação, 2014a.

_____. **Guia de Rotinas Pedagógicas das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará**, Fortaleza: Secretaria da Educação; Secretaria da Educação, Coordenadoria de Educação Profissional, 2014b.

_____. **Manual de Orientações das ações do Professor Diretor de Turma**. Secretaria da Educação/SEDUC. Fortaleza: Coordenadoria de Cooperação com os Municípios, 2014c.

_____. **Propostas para o plano de governo (2015-2018): Os 7 Cearás**, 2014d.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2015**. Governador Camilo Santana (2015-2018). Fortaleza: SEPLAG, 2015a.

_____. **Plano plurianual 2016-2019**. (2016-2019: Governador Camilo Santana). Fortaleza: SEPLAG, 2015b.

_____. **Guia do Estágio, 2016**. Fortaleza: Secretaria da Educação do Ceará, 2016a.

_____. **Boletim Sistema Aluno Egresso**. Fortaleza: Secretaria da Educação do Ceará, 2016b.

_____. **1º Boletim do Sistema de Egressos**. Fortaleza: Secretaria da Educação do Ceará, 2016c.

_____. **Decreto nº 32.075, de 31 de dezembro de 2016**. Altera dispositivo do Decreto nº 30.933, de 29 de junho de 2012, que institui o Programa de Estágio para alunos e egressos do Ensino Médio da Rede Pública estadual voltados à Formação Técnica e Qualificação Profissional. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE. 2016d. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/129687382/doe-ce-03-11-2016-pg-1>. Acesso em: 27 ago. 2022.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Lei n.º 16.025 de 30 de maio de 2016**. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação (2016-2024). Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE. 2016e. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4019-lei-n-16-025-de-30-05-16-d-o-01-06-16>. Acesso em: 27 ago. 2022.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Portaria n.º 1432 de 21 de dezembro de 2016**. Estabelece o calendário e as normas para matrícula de alunos nas Escolas Públicas Estaduais de Educação Profissional para o ano de 2017 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, Série 3, Ano XI, n. 246, p. 38-42. 2016f.

_____. **2º Boletim do Sistema de Egressos**. Fortaleza: Secretaria da Educação do Ceará, 2017a.

_____. **Guia do Estágio**. Fortaleza: Secretaria da Educação do Ceará, 2017b.

_____. **Caderno de Matrizes das EEEPs**. Fortaleza: Secretaria da Educação do Ceará, 2017c.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Portaria n.º 1371 de 18 de dezembro de 2017**. Estabelece as normas para a lotação de professores nas escolas públicas estaduais para o ano de 2018 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, 18 de dezembro de 2017d.

_____. Secretaria do Planejamento e Gestão. **Caderno de Indicadores do Estado do Ceará – PPA 2016-2019**. Volume 1 – Indicadores Estratégicos. Fortaleza, 2018a. 106p.

_____. **CEARÁ 2050, juntos pensando o futuro**. Fortaleza: SEPLAN, 2018b.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Portaria nº 1.391 de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as normas para a lotação de professores nas escolas públicas estaduais para o ano de 2019 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, Série 3, Ano X, n. 240, p. 48-52. 2018c.

_____. **Caderno de Matrizes das EEEPs 2018**. Fortaleza: Secretaria da Educação do Ceará, 2018d.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2019**. Governador Camilo Santana (2019-2022). Fortaleza: SEPLAG, 2019a.

_____. **Plano plurianual 2020-2023**. (2020-2023: Governador Camilo Santana). Fortaleza: SEPLAG, 2019b.

_____. **Caderno de Matrizes das EEEPs 2019**. Fortaleza: Secretaria da Educação do Ceará, 2019c.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n.º 0707/2019d/CE**. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2019/09/Parecer-n%C2%BA-0707.2019-Pareceres-das-Escolas-Estaduais-Profissionalizantes.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2021.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Portaria n.º 1.493 de 19 de novembro de 2019**. Estabelece as normas para matrícula dos estudantes nas escolas públicas estaduais para o ano de 2020 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, Série 3, Ano XI, n. 219, p. 31-34. 2019e.

_____. **Decreto n.º 32.968, de 14 de fevereiro de 2019**. Regulamenta a Certificação para Diretores das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, já aprovados em processos seletivos anteriores para fins de composição de Banco de Gestores, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE. 2019f.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Decreto n.º 33.048 de 30 de abril de 2019**. Altera a estrutura organizacional e dispõe sobre os cargos de provimento em comissão da Secretaria da Educação do Ceará (Seduc). Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE. 2019g.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Decreto n.º 32.959, de 13 de fevereiro de 2019**. Altera a Estrutura Organizacional do Decreto n.º 32.212/2017 e dispõe sobre os cargos de provimento em comissão da Secretaria da Educação do Ceará (Seduc). Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE. 2019h.

_____. **Integração Ceará 2050 e PPA 2020-2023**. 2020a. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/07/5.8-integra%C3%A7%C3%A3o-Cear%C3%A1-2050-e-PPA-2020-2023.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2020**. Governador Camilo Santana (2019-2022). Fortaleza: SEPLAG, 2020b.

_____. **Caderno de Matrizes das EEEPs 2020**. Fortaleza: Secretaria da Educação do Ceará, 2020c.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Diretrizes para a suspensão das atividades presenciais**. 2020d. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/03/Diretrizes_escolas.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.

_____. **Decreto n.º 33.575, de 05 de maio de 2020**. Prorroga no âmbito estadual, as medidas restritivas de enfrentamento à Covid-19, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE. 2020e. Disponível em: <https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/05/DECRETO-%C2%BA33.575-de-05-de-maio-de-2020.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2021.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Diretrizes operacionais segundo semestre letivo**. 2020f. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp->

[content/uploads/sites/37/2021/04/3_1_apresentacao_diretrizes_operacionais_28_7_2020.pdf](#). Acesso em: 23 dez. 2021.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 0205/2020g/CE**. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/download/parece-res-2020/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 0299/2020h/CE**. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/download/parece-res-2020/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Portaria nº 1.493 de 10 de dezembro de 2020**. Estabelece as normas para matrícula dos estudantes nas escolas públicas estaduais para o ano de 2021 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, Série 3, Ano XII, n. 274, p. 81-87. 2020i.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Monitoramento PPPA (2020)**. 2020j. Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2021/04/Relatorio-Monitoramento-PPA-Jan-Dez-2020_CONCLUIDO-v-Final.pdf. Acesso em: 02 de fev. 2022.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Portaria n.º 0726 de 07 de dezembro de 2021**. Estabelece as normas para a matrícula dos estudantes das escolas públicas para o ano de 2022 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, Série 3, Ano XIII, n. 272, p. 47-53. 07 dez. 2021a.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Portaria n.º 0773 de 26 de dezembro de 2021**. Estabelece as normas para a lotação de professores nas escolas públicas estaduais para o ano de 2019 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, Série 3, Ano XIII, n. 272, p. 47-53. 26 dez. 2021b.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2021**. Governador Camilo Santana (2019-2022). Fortaleza: SEPLAG, 2021c.

_____. **Educação do Ceará em Tempos de Pandemia**. Fortaleza: SEDUC: EdUECE, 2021d. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2021/10/educacao_do_ceara_em_tempos_de_pandemia_experiencias_municipaisv2.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 0386/2021e/CE**. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/download/pareceres-2021/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

_____. **Caderno de Matrizes das EEEPs 2021**. Fortaleza: Secretaria da Educação do Ceará, 2021f.

_____. **Diretrizes para o ano letivo 2021**. Ceará 2021g. https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2021/01/diretrizes_ano_letivo_2021.pdf. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. **Decreto nº 33.904, de 21 de janeiro de 2021**. Dispõe sobre o isolamento social e estabelece medidas preventivas direcionadas a evitar a disseminação da Covid-19 no Estado do Ceará, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE. 2021h. Disponível em: <https://coronavirus.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/do20210121p02-2.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Lei n.º 17.541 de 29 de junho de 2021.** Altera a Lei n.º 14.273, de 19 de dezembro de 2008. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE. 2021i. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/7468-lei-n-17-541-29-06-2021-d-o-30-06-21>. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Lei n.º 17.558, de 14 de julho de 2021.** Dispõe sobre a política de educação profissional articulada ao ensino médio no âmbito da rede pública de ensino do estado ceará. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE. 2021j. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/7468-lei-n-17-541-29-06-2021-d-o-30-06-21>. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Lei n.º 17.572 de 22 de julho de 2021.** Dispõe sobre o “Programa Ceará Mais”. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE. 2021k. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-17572-2021-ceara-dispoe-sobre-o-programa-ceara-educa-mais-consistente-em-aco-es-destinadas-a>. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. **Decreto n.º 34.103 de 12 de junho de 2021.** Mantém as medidas de isolamento social contra a covid-19 no estado do Ceará, com a liberação de atividades. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE. 2021l. Disponível: <https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2021/06/do20210612p01-DECRETO-No34.103-de-12-de-junho-de-2021.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2022.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres.** Revista Brasileira de Educação, Universidade do Estado do Rio De Janeiro, v. 17, n. 49, p.11 – 37, jan. – abr. 2012.

CIAVATTA, M. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** Trabalho Necessário, v.3, n.3, 2005.

CIAVATTA, Maria. **Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos?** Revista Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014.

COLARES, Rita de Cássia Tavares. **Impactos atuais das escolas de educação profissional no Ceará.** Monografia (graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza/CE, 2015.

COSTA, Daniel Carlos da. **A gestão do Projeto Professor Diretor de Turma: a experiência da Escola Estadual de Educação Profissional Júlio França em Bela Cruz (CE).** Dissertação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** SP: UNESP; Brasília: FLACSO, 2000.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2005.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v. 2, n° 2. Vitória: IFES, 2018, p. 10-19. Disponível em: <http://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1221/709>. Acesso em: 22 jan. 2022.

EVERTON, Maria Socorro Brandão. **Uma década do Projeto Professor Diretor de Turma no Ceará: uma investigação avaliativa das suas contribuições no enfrentamento do desengajamento escolar no ensino médio**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da cultura: 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAS, Saulo Ramos de. **Estudo sobre a identidade e memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará Campus Ubajara**. 2020. Dissertação (Mestrado). Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/ *Campus* Fortaleza, Fortaleza, 2020. Disponível em: biblioteca.ifce.edu.br/index.asp?codigo_sophia=88570. Acesso em: 19 ago. 2021.

FRIGOTTO, G. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, p. 235-254, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise Nogueira; CIAVATTA, Maria. (orgs.). **Ensino médio integrado - concepção e contradições. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. “**O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil**”. In: Trabalho e Crítica. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GOMES Cid Ferreira, PINHEIRO Prof. - **Diretrizes para o Plano De Governo – Da Coligação, Ceará Vota Para Crescer**, 2007.

HENRY JEAN LOUIS JUNIOR, Raul. **O Ginásio Pernambucano e o Procentro: os desafios para transformar um projeto piloto em política de rede**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

KAPLÚN, G. (2002). **Contenidos, itinerarios y juegos: tres ejes para el análisis y la construcción de mensajes educativos**. VI Congreso de ALAIC -Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, junio 2002 - Grupo de Trabajo: Comunicación y Educación. 01 -18.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência do aprendizado. **Revista Comunicação & Educação**, n. 27, Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 14 fev. 2022.

KUENZER, A. Z. **A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão.** Educação e Sociedade, v. 27, p. 877-910, 2006.

KUENZER, A. Z. Mesa-redonda: formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In: BRASIL. **Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília: Inep, 2008. p. 19-40. (Coleção Educação Superior em Debate, 8).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Ana Léa Bastos. **Escolas Estaduais de Educação Profissional - a experiência de ensino médio integrado à educação profissional no Ceará a partir de 2008.** Dissertação (mestrado profissional). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2014.

LINS, Ana Letícia Costa. **Entre pactos, projetos e programas: As dinâmicas de governo no campo da segurança pública no Ceará.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2020.

LOPES, Marcos Fábio Teixeira. **Educação Vocacional em Massapê: um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, *campus* Fortaleza, 2021.

MACÊDO, Daniel Paiva de Júnior... [et al]; organizadores: Caio Anderson Feitosa Carlos, Edivânia Marques de Sousa e Marina Araújo Braz. **Relatório sobre as ocupações das escolas públicas no Grande Bom Jardim.** Fortaleza: Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa, 2018.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Mesa-redonda: Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In: BRASIL (Org.). **Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica:** Inep, 2008. p. 19-40. (Coleção Educação Superior em Debate, 8).

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Políticas de formação de professores: notório saber e possibilidades emancipatórias. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 15, n. 31, p. 51-64, 2021.

MANUAL OPERACIONAL DA TESE. Modelo de gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional – TESE. São Paulo: ICE. Disponível em: www.ccv.ufc.br. Acesso em: 20 dez. 2021.

MARQUES, Ana Beatriz Antunes. **A forma do tempo: a timeline interativa como meio de visualização temporal.** 2016. Dissertação (Mestrado em Design de Comunicação e Novos Media) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em:

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23777/2/ULFBA_TES_868.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. Public Culture, v. 15, n. 1, pp. 11-40, 2003.

MELO, Maria Alves de. **A proposta pedagógica das escolas estaduais de educação profissional do estado do Ceará**. Dissertação (mestrado profissional). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2014.

MONTE, Cleyton. Notas sobre o conceito de grupo político: considerações sobre os Ferreira Gomes no Ceará. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 5, n. 2, p. 118-140, 2019.

MONTEIRO, K. M.; PESSOA JUNIOR, J. R. C. Educação Profissional e Formação de Professores: o caso das escolas profissionalizantes do ceará. **Inovação & Tecnologia Social**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 68–79, 2019. DOI: 10.47455/2675-0090.2019.1.1.1980. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/1980>. Acesso em: 21 fev. 2022.

MORAIS, Edima Verônica de. **Utilizações das escolas de referência em Ensino Médio pelo Governo do Estado de Pernambuco: uma análise do Programa de Educação Integral**. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2013.

MOREIRA, Léo Eduardo de Lima. **Desafios e perspectivas na utilização do sig e da sala de situação no âmbito das escolas estaduais de educação profissional da sefor 1**. Dissertação (mestrado profissional). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2014.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e Formação Docente na Educação Profissional**. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), 2014.

MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Elizeu Costacurta. Reforma do Ensino Médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 39, p. 163-187, 2021.

NASCIMENTO, Ana Carolina Veras do. **Ensino médio integrado à educação profissional (2008- 2014): crítica à concepção empresarial em escolas de educação profissional cearense**. 2016. 182f. Dissertação (Mestrado Em Educação) - Centro De Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. 2ª Ed. Fortaleza; Centro de Documentação, Informação e Pesquisa - CEDIP; 2001.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás: PUC Goiás**, p. 93, 2010.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

Partido Socialista Liberal (Comp.). O Caminho da Prosperidade: **Proposta e Plano de Governo de Jair Bolsonaro**, 2018 [online]. Disponível em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 03 de março de 2021.

PACHECO, Eliezer (organizador), **Perspectivas da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio**. São Paulo, Fundação Santillana/Moderna, 2012.

PENHA, Rodolfo Sena da *et al.*, SISEDU: Sistema Online de Avaliação, Suporte e Acompanhamento Educacional. **Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação**, [S.l.], p. 1124, nov. 2019. ISSN 2316-8889. Disponível em: <https://br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/9066>. Acesso em: 13 fev. 2022.

PEREIRA, Livya Lea Oliveira. La implementación de los Centros de Lenguas Cearenses y las percepciones acerca del español/LE. **Signo y seña**, n. 35, p. 172-193, 2019. Disponível em: <http://revistascientificas2.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/6943/6174>. Acesso em: 15 fev. 2022.

POSSAMAI, Tamiris; DA SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues. O Ensino Médio Integrado diante da contrarreforma do ensino médio. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 34, p. 53-69, 2022.

QUEIROZ, F. Crise Política no Governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. **CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, [S. l.], n. 27, 2018. DOI: 10.34019/1981-2140.2018.17521. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17521>. Acesso em: 22 fev. 2022.

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. **Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias**, v. 8, 2008.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. **Curitiba: Instituto Federal do Paraná**, v. 5, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. **A educação tecnológica como política de Estado**. In: Oliveira. De Ramon. Jovens, ensino médio e educação profissional: Políticas Públicas em debate/Ramon de Oliveira (Org.) – Campinas, SP: Papirus, 2012. – (Coleção Papirus Educação).

RAMOS, Marise Nogueira. **Possibilidades e desafios na organização do Currículo Integrado**. IN: Frigotto G; Ciavatta, M; Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. São Paulo, Cortez, 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão. **Educação Profissional e Tecnológica Em Revista**, 1(1), 27-49, 2017.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RODRIGUES, Joseman dos Santos Souza. **Eleição para diretores: a concretização da democracia na escola.** Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/55592>. 2016. Acesso em: 15 ago. 2022.

RUIZ, L., MOTTA, L., BRUNO, D., DEMONTE, F., TUFRÓ, L. Producción de materiales de comunicación y educación popular. **Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 2014.**

SANTOS, Maria Socorro Farias dos. **Análise das Ações de Formação Continuada para os Gestores das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará.** Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2015.

SANTOS, Deribaldo. **Os cem anos do CEFET/CE: compromisso social, desenvolvimento tecnológico e aproximação com o mercado.** 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2017.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 24, p. 7-16, 2008.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 4ªed., 2007.

SIDOU, Paulo Maria Othon. Incursão no passado da Escola Técnica Federal do Ceará. **Fortaleza: Escola Técnica Federal do Ceará, 1979.**

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUSA, Célia Maria Soares; CARVALHO, Hermano José Batista de. O planejamento governamental como instrumento de estruturação monitoramento e avaliação da Política Industrial do Ceará no período 2007 a 2014. **Conhecer: debate entre o público e o privado.** V. 6. N. 16. P. 25-48, 2016.

THIESEN, Juares da Silva. Tempos e espaços na organização curricular: uma reflexão sobre a dinâmica dos processos escolares. **Educação em Revista**, v. 27, p. 241-260, 2011.

VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. S. de. **História da Educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Políticas educacionais no Brasil: introdução histórica.** Brasília: Plano Editora, 2003.

VIEIRA, Sofia Lerche; PLANK, David Nathan; VIDAL, Eloisa Maia. Política Educacional no Ceará: processos estratégicos. **Educação & Realidade**, v. 44, 2019.

XEREZ, Antonia Solange P. Educação profissional no Ceará: políticas e práticas na efetivação dos centros vocacionais técnicos em cenários de reforma (1990-2010). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2013.

ZAGO, Jacqueline Oliveira Lima. **Políticas e Programas na Educação Profissional no Brasil no contexto de mundialização do Capital**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação, 2020.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

(Parte II – Avaliação das Dimensões do PE)

DIMENSÃO	INADEQUADO 0	PARCIALMENTE ADEQUADO 1	ADEQUADO 2	TOTALMENTE ADEQUADO 3
1. ATRAÇÃO				
1.1 A página web Linha do Tempo das EEEPs é atrativa.				
1.2 O formato utilizado no produto educacional é considerado adequado.				
2. COMPREENSÃO				
2.1 A página web Linha do Tempo das EEEPs é de fácil identificação.				
2.2 O produto educacional apresenta uma linguagem clara e objetiva.				
3. ENVOLVIMENTO				
3.1 Utilizaria a página web Linha do Tempo das EEEPs para obter informações acerca dos marcos históricos e normativos da política de ensino médio integrado à educação profissional implantada nas EEEPs.				
3.2 A página web Linha do Tempo das EEEPs facilita o entendimento acerca da trajetória das EEEPs referente ao período de 2007 até 2021.				
4. ACEITAÇÃO				
4.1 O conteúdo abordado na página web Linha do Tempo das EEEPs é considerado adequado.				
4.2 O produto educacional colabora para a divulgação de informações acerca da construção histórica da política de ensino médio integrado à educação profissional implementada nas EEEPs.				
5. MUDANÇA DE AÇÃO				
5.1 A página web Linha do Tempo das EEEPs estimula uma mudança de perspectiva				

acerca da política de ensino médio integrado à educação profissional implantada nas EEEPs, no período de 2007 até 2021.				
5.2 O produto educacional incentiva a capacidade crítica do leitor.				

Fonte: Autora, Adaptado de Ruiz *et al.* (2014) e Freitas (2020).